



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 935

Quinta-feira - 23 de Fevereiro de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Alto Bela Vista.....	3
Arroio Trinta.....	4
Biguaçu.....	4
Braço do Trombudo.....	11
Caçador.....	32
Camboriú.....	35
Campo Alegre.....	38
Campos Novos.....	42
Canoinhas.....	42
Capinzal.....	43
Catanduvas.....	43
Chapadão do Lageado.....	49
Concórdia.....	51
Corupá.....	61
Curitibanos.....	62
Forquilha.....	63
Fraiburgo.....	64
Garopaba.....	76
Gaspar.....	76
Governador Celso Ramos.....	80
Guaramirim.....	81
Herval do Oeste.....	81
Imbituba.....	82
Irineópolis.....	83
Joaçaba.....	85
Lages.....	91
Lauro Muller.....	91
Leoberto Leal.....	92
Luzerna.....	92
Massaranduba.....	93
Meleiro.....	105
Navegantes.....	106
Novo Horizonte.....	124
Paial.....	124
Palhoça.....	124
Palmitos.....	125
Porto Belo.....	125
Porto União.....	126
Rio do Sul.....	164
São Bento do Sul.....	324
São Lourenço do Oeste.....	324
Schroeder.....	327
Timbó.....	342
Três Barras.....	343
Tunápolis.....	349
Turvo.....	354

Vargeão.....	354
Videira.....	354
Vitor Meireles.....	356

Consórcios

AGIR.....	357
ARIS.....	359
CIGA.....	360
CIMVI.....	360
CINCO.....	360
CIS/AMUREL.....	360

Água Doce

PREFEITURA

Edital N° 004/2012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 004/2012

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101/2000 de 04/05/2000, combinada com a Lei Municipal nº 1.163/01 de 29/05/2001, faz saber a quem interessar possa, que será realizada a Audiência Pública para Prestação de Contas do 3º quadrimestre referente aos meses de setembro a dezembro do exercício de 2011.

Data da Audiência: 29/02/2012

Início: 19hs 30min.

Local: Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Água Doce

E, para que chegue ao conhecimento de todos, se expede o presente Edital.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de fevereiro de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Edital Nº 005/2012

EDITAL Nº 005/2012 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012

A Secretaria da Educação, Cultura e Esporte no uso de suas atribuições e considerando o disposto na seção III, artigos 29 e 30 da Lei Complementar nº 011/98 de 22 de setembro/98 e nº 022/02 de 26 de fevereiro/02 torna público, para conhecimento do Membro do Magistério Público Municipal, que a Secretaria da Educação, Cultura Esporte estará recebendo no período de 24/02/2012 a 09/03/2012, solicitação para a PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO, por comprovação de Nova Titulação ou Habilitação Profissional, nos termos legais supracitados e normas deste Edital.

1. DOS REQUISITOS

1.1 Ser membro efetivo do Quadro do Magistério Público Municipal;

1.2 Ter nova titulação ou habilitação profissional correlata a área de ensino, atuação disciplina ou local de trabalho;

1.3 Estar em exercício em Unidade Escolar ou no órgão de Administração da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte;

2. DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 Requerimento devidamente assinado pelo candidato, acompanhado de:

a) Certificado ou Diploma do curso Superior de Licenciatura Plena ou certificado de Pós-Graduação a nível de Especialização;

b) Histórico Escolar correspondente ao curso frequentado;

3. DA ANÁLISE

3.1 A análise da solicitação para a Progressão por Nova Titulação ou Habilitação, de que trata o presente Edital, caberá a Secretaria da Educação, Cultura e Esporte.

3.2 A solicitação será indeferida quando não atender as disposições da Legislação Vigente e normas deste Edital

4. DA PUBLICAÇÃO

4.1 O Departamento de Pessoal fará publicar, portaria concedendo a Progressão de que trata o presente Edital, bem como a listagem das solicitações indeferidas e dos motivos do indeferimento

5. DA RECONSIDERAÇÃO

5.1 A contar da data da publicação da listagem das solicitações indeferidas, o membro do magistério terá o prazo de 10(dez) dias, para solicitar reconsideração, devendo para tanto apresentar:

- a) requerimento devidamente assinado
- b) documento que justifique a solicitação de reconsideração

5.2 Caberá a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a análise do pedido de reconsideração, cujo resultado será publicado através de portaria pelo Departamento de Pessoal;

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Serão aceitas para a solicitação da Progressão por Nova Titulação ou Habilitação, de que trata este Edital, as declarações de conclusão de cursos de Pedagogia e Pós-Graduação, quando estes tenham sido realizados em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte ficando contudo, a expedição da

Portaria concedendo o benefício, condicionado a apresentação do certificado ou diploma do respectivo curso, motivo da solicitação.

6.2 O membro do Magistério que na solicitação da Progressão, prestar declaração falsa ou apresentar documento adulterado, terá cancelado o ato dela decorrente, sem prejuízo de ação penal competente.

6.3 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura e esporte.

Água Doce, 17. de fevereiro de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita municipal

Edital Nº 006/2012

EDITAL Nº 006/2012 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012

A Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na sessão I, Artigos 20 a 22 da Lei Complementar nº 11 de 22 de setembro de 1998, torna público, para conhecimento do membro do Magistério Público Municipal, que a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, estará recebendo no período de 24/02/2012 a 09/03/2012, solicitação para PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO por comprovação de certificados nos termos legais supracitados e normas deste Edital.

1. DOS REQUISITOS

1.1. Ser membro efetivo do Quadro do Magistério Público Municipal

1.2. Apresentar certificados cuja carga horária deverá ser no mínimo de 8 horas/aulas a partir de março de 2010 a fevereiro de 2012

1.3. Apresentação de certificados por curso de aperfeiçoamento ou capacitação de no mínimo 80 horas/ aulas na área de atuação ou formação profissional

1.4. Somente serão computados e válidos os cursos de interesse da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

2. DOCUMENTAÇÃO

2.1. Requerimento devidamente assinado pelo candidato acompanhado de:

a) Cópia dos certificados de curso de aperfeiçoamento ou capacitação

3. DA ANÁLISE

3.1. A análise da solicitação para progressão por curso de aperfeiçoamento ou capacitação, de que trata o presente Edital, caberá a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

3.2. A solicitação será indeferida quando não atender as disposições da Legislação Vigente e as normas deste Edital.

4. DA PUBLICAÇÃO

O Departamento de Pessoal fará publicar portaria concedendo a Progressão que trata o presente Edital, bem como a listagem das solicitações indeferidas e dos motivos de indeferimento.

5. DA RECONSIDERAÇÃO

5.1. A contar da publicação da listagem das solicitações indeferidas, o membro do magistério terá o prazo de 10 dias para solicitar reconsideração devendo para tanto apresentar:

- a) requerimento devidamente assinado
- b) documento que justifique a solicitação de reconsideração

5.2. Caberá a Secretaria de Educação, a análise do pedido de reconsideração, cujo resultado será publicado através de portaria pelo Departamento Pessoal.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. O membro do Magistério que na solicitação da progressão, apresentar certificados adulterados terá cancelado o ato dela decorrente, sem prejuízo de ação penal.

6.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

Água Doce, 17 de fevereiro de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Contrato Administrativo Nº 030/2012 - FMS

Extrato de Contrato - FMS 2012. 030/2012

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.

Objeto Conforme o resultado do julgamento do Processo de Licitação nº 004/2012, na modalidade de PREGÃO, na forma presencial nº 02/2012, o MUNICÍPIO contrata à CONTRATADA tem por objeto a aquisição, DE FORMA parcelada, segundo as necessidades da Administração, de Medicamento e Anticoncepcional Éticos ou Genéricos para utilização e distribuição nas Unidades Municipais de Saúde.

Valor Total R\$ 971,44 (Novecentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos).

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 08 de fevereiro, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 004/2012 PREGÃO Nº 02/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2012 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 08 de fevereiro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.
Contratado

Contrato Administrativo Nº 031/2012 - FMS

Extrato de Contrato - FMS 2012. 031/2012

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA

Objeto Conforme o resultado do julgamento do Processo de Licitação nº 004/2012, na modalidade de PREGÃO, na forma presencial nº 02/2012, o MUNICÍPIO contrata à CONTRATADA tem por objeto a aquisição, DE FORMA parcelada, segundo as necessidades da Administração, de Medicamento e Anticoncepcional Éticos ou

Genéricos para utilização e distribuição nas Unidades Municipais de Saúde.

Valor Total R\$ 6.867,51 (Seis mil,oitocentos e sessenta e sete reais e cinquenta e um centavos).

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 08 de fevereiro, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 004/2012 PREGÃO Nº 02/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 031/2012 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 08 de fevereiro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA

Contratado

Contrato Administrativo Nº 032/2012 - FMS

Extrato de Contrato - FMS 2012. 032/2012

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa FARMÁCIA PERITIBA LTDA ME

Objeto Conforme o resultado do julgamento do Processo de Licitação nº 004/2012, na modalidade de PREGÃO, na forma presencial nº 02/2012, o MUNICÍPIO contrata à CONTRATADA tem por objeto a aquisição, DE FORMA parcelada, segundo as necessidades da Administração, de Medicamento e Anticoncepcional Éticos ou Genéricos para utilização e distribuição nas Unidades Municipais de Saúde.

Valor Total R\$ 4.921,44 (Quatro mil, novecentos e vinte e um reais e quarenta e quatro centavos).

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 08 de fevereiro, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 004/2012 PREGÃO Nº 02/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 032/2012 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 08 de fevereiro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa FARMÁCIA PERITIBA LTDA ME

Contratado

Contrato Administrativo Nº 033/2012 - FMS

Extrato de Contrato - FMS 2012. 033/2012

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa GENITICORP DO BRASIL - Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.

Objeto Conforme o resultado do julgamento do Processo de Licitação nº 004/2012, na modalidade de PREGÃO, na forma presencial nº 02/2012, o MUNICÍPIO contrata à CONTRATADA tem por objeto a aquisição, DE FORMA parcelada, segundo as necessidades da Administração, de Medicamento e Anticoncepcional Éticos ou Genéricos para utilização e distribuição nas Unidades Municipais de Saúde.

Valor Total R\$ 3.417,50 (Três mil, quatrocentos e dezessete reais e cinquenta centavos).

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 08 de fevereiro, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 004/2012 PREGÃO Nº 02/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 033/2012 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 08 de fevereiro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa GENITICORP DO BRASIL - Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.

Contratado

Contrato Administrativo Nº 034/2012 - FMS

Extrato de Contrato - FMS 2012. 034/2012

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa Mauro Marciano Garcia de Freitas - ME

Objeto Conforme o resultado do julgamento do Processo de Licitação nº 004/2012, na modalidade de PREGÃO, na forma presencial nº 02/2012, o MUNICÍPIO contrata à CONTRATADA tem por objeto a aquisição, DE FORMA parcelada, segundo as necessidades da Administração, de Medicamento e Anticoncepcional Éticos ou Genéricos para utilização e distribuição nas Unidades Municipais de Saúde.

Valor Total R\$ 16.019,74 (Dezesseis mil, dezenove reais e setenta e quatro centavos).

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 08 de fevereiro, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 004/2012 PREGÃO Nº 02/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2012 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 08 de Fevereiro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa Mauro Marciano Garcia de Freitas - ME
Contratado

Contrato Administrativo Nº 035/2012 - FMS

Extrato de Contrato - FMS 2012. 035/2012

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa PRODIET FARMACÊUTICA S.A.

Objeto Conforme o resultado do julgamento do Processo de Licitação nº 004/2012, na modalidade de PREGÃO, na forma presencial nº 02/2012, o MUNICÍPIO contrata à CONTRATADA tem por objeto a aquisição, DE FORMA parcelada, segundo as necessidades da Administração, de Medicamento e Anticoncepcional Éticos ou Genéricos para utilização e distribuição nas Unidades Municipais de Saúde.

Valor Total R\$ 260,00 (Duzentos e sessenta reais).

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 08 de fevereiro, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 004/2012 PREGÃO Nº 02/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 035/2012 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 08 de Fevereiro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa PRODIET FARMACÊUTICA S.A.
Contratado

Contrato Administrativo Nº 036/2012 - FMS

Extrato de Contrato - FMS 2012. 036/2012

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Objeto Conforme o resultado do julgamento do Processo de Licitação nº 004/2012, na modalidade de PREGÃO, na forma presencial nº 02/2012, o MUNICÍPIO contrata à CONTRATADA tem por objeto a aquisição, DE FORMA parcelada, segundo as necessidades da Administração, de Medicamento e Anticoncepcional Éticos ou Genéricos para utilização e distribuição nas Unidades Municipais de Saúde.

Valor Total R\$ 7.372,10 (Sete mil, trezentos e setenta e dois reais e dez centavos).

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 08 de fevereiro,

estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 004/2012 PREGÃO Nº 02/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 036/2012 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 08 de Fevereiro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Contratado

Arroio Trinta

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 0003/2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2012

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0003/2012.

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIO DOMÉSTICO, MOBILIÁRIO EM GERAL, APARELHOS PARA ESPORTES E APARELHOS MÉDICO-HOSPITALARES, PARA A UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

Regimento: Lei nº 10.520, Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

Entrega dos Envelopes: Até às 08:45h do dia 07/03/2012.

Abertura dos Envelopes: Às 09:00h do dia 07/03/2012.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta, 15 de fevereiro de 2012.

GLOTILDE CASALETTI SARTORI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Biguaçu

PREFEITURA

Aviso de Pregão Presencial 018/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 018/2012 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOM VOLANTE E GRAVAÇÃO DE TEXTO ÁUDIO PARA DIVULGAÇÃO DAS ASSEMBLÉIAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 16:00 horas, do dia 13 de março de 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:30 horas, do dia 13 de março de 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial 020/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 020/2012 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 13:30 horas, do dia 13 de março de 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 13 de março de 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial 039/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 039/2012 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA A SECRERIA DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO.

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 13:30 horas, do dia 14 de março de 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 14 de março de 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial 050/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 050/2012 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LONAS IMPRESSAS PARA AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2012 A SEREM INSTALADAS NO PAINEL EM FRENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 13:30 horas, do dia 16 de março de 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 16 de março de 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial 303/2011 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 303/2011 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS SECRETARIAS DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 13:30 horas, do dia 15 de março de 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 15 de março de 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Republicação do Pregão Presencial 39/2012-SMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 39/2012-SMS

Informamos aos interessados no PP 55/2011-PMB que tem como objeto "aquisição de uniformes para o serviço de Atendimento Móvel de Urgência- SAMU do Município de Biguaçu, que foram feitas as seguintes alterações:

ONDE SE LÊ:

V - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

LEIA-SE:

V - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

5- As empresas deverão apresentar laudo técnico expedido por órgão credenciado no INMETRO comprovando as características do tecido solicitado.

ONDE SE LÊ:

Lote: CONJUNTO CALÇA E GONDOLA			Preço Total do Lote: 9.191,50		
Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	CALÇA E GANDOLA (CONJUNTO) TAMANHO P. SAMU 192, EM RIPSTOP, COR AZUL MARINHO. O FABRICANTE DEVE SER CERTIFICADO: ISO 9001: 2000; ISO 14001: 2004. O TECIDO DEVE TER RESISTÊNCIA CERTIFICADA NOS SEGUINTE TESTES: (AATCC96), (NBR 9925) E (ISO 5081), COSTURAS EM LINHA POLIÉSTER NÚMERO 80 E NÚMERO 120 NA COR AZUL ESCURO, COSTURAS DUPLAS E REFORÇADAS, AS COSTURAS DA BAINHA DAS PERNAS, MANGAS E JUNÇÕES INTERNAS DAS ENTRE PERNAS SERÃO SIMPLES, PARTE INTERNA DA CALÇA E GANDOLA COM ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, COMPOSIÇÃO DO TECIDO USADO E NÚMERO DO MANEQUIM, IMPRESSÃO, IMPRESSÃO BORDADA NA REGIÃO DO PEITO LATERAL ESQUERDA DA GANDOLA, COM O SÍMBOLO DO SAMU 192, 11 CM POR 7CM. NAS COSTAS O SÍMBOLO DO SAMU 192 COM 25CM x 15CM, LOGO ACIMA SERÁ BORDADO NA COR BRANCA A FUNÇÃO DO SERVIDOR, ENTRE AS FAIXAS REFLETIVAS. NO BRAÇO DIREITO ACIMA DA FAIXA REFLETIVA O SÍMBOLO DO SAMU BORDADO 11CM x 7CM. - GANDOLA COM FRENTE FECHADA EM TODA A SUA EXTENSÃO POR BOTÕES (8), DEVERÁ CONTER TECIDO DUPLO, COM COSTURA REFORÇADA COM PROTEÇÃO ACOLCHOADA, NO TAMANHO PROPORCIONAL AO MANEQUIM. NAS COSTAS DA GANDOLA DUAS FAIXAS REFLETIVAS NO SENTIDO VERTICAL DE 5 CM DE LARGURA, COM INICIO NO OMBRO ATÉ O ELÁSTICO DA CINTURA, FRENTE COM FAIXA REFLETIVA COM 5 CM DE LARGURA EM TODA A SUA EXTENSÃO, NA CALÇA AS PERNAS FAIXA REFLETIVA COM 5CM DE LARGURA EM TODA A SUA CIRCUNFERÊNCIA A 25CM DA BARRA, TODAS DE PRIMEIRA LINHA. - FITAS LATERAIS NAS DUAS PEÇAS COM ESPAÇAMENTO DE 20MM ENTRE CADA UMA DAS CORES LARANJA NA FRENTE E VERMELHA ATRÁS, AMBAS COM 2.0 CM DE LARGURA NÃO DESBOTÁVEIS E ESGARÇÁVEIS E COSTURA RESISTENTE, INICIANDO NA REGIÃO DO REFORÇO DO OMBRO DA GANDOLA ATÉ O FINAL DA MANGA E A OUTRA INICIANDO NA CAVA DA MANGA ATÉ A BARRA E A CALÇA NAS BARRAS (DUAS LATERAIS). A CALÇA COM DOIS BOLSOS MODELO FACA, DOIS BOLSOS MODELO CARGO, A GANDOLA COM BOLSO FECHADO COM VELCRO NO BRAÇO. MANGAS REMOVÍVEIS, FIXADAS COM ZÍPER. ROUPA CONSIDERADA ITEM DE SEGURANÇA, A GRAMATURA DO TCIDO CONFERE PROTEÇÃO UV (ULTRA VIOLETA) E A SUA MODELAGEM GARANTE PROTEÇÃO DO CORPO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES.	UN	5,00	367,66	1.838,30
2	CALÇA E GANDOLA (CONJUNTO) TAMANHO M. SAMU 192, EM RIPSTOP, COR AZUL MARINHO. O FABRICANTE DEVE SER CERTIFICADO: ISO 9001: 2000; ISO 14001: 2004. O TECIDO DEVE TER RESISTÊNCIA CERTIFICADA NOS SEGUINTE TESTES: (AATCC96), (NBR 9925) E (ISO 5081), COSTURAS EM LINHA POLIÉSTER NÚMERO 80 E NÚMERO 120 NA COR AZUL ESCURO, COSTURAS DUPLAS E REFORÇADAS, AS COSTURAS DA BAINHA DAS PERNAS, MANGAS E JUNÇÕES INTERNAS DAS ENTRE PERNAS SERÃO SIMPLES, PARTE INTERNA DA CALÇA E GANDOLA COM ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, COMPOSIÇÃO DO TECIDO USADO E NÚMERO DO MANEQUIM, IMPRESSÃO, IMPRESSÃO BORDADA NA REGIÃO DO PEITO LATERAL ESQUERDA DA GANDOLA, COM O SÍMBOLO DO SAMU 192, 11 CM POR 7CM. NAS COSTAS O SÍMBOLO DO SAMU 192 COM 25CM x 15CM, LOGO ACIMA SERÁ BORDADO NA COR BRANCA A FUNÇÃO DO SERVIDOR, ENTRE AS FAIXAS REFLETIVAS. NO BRAÇO DIREITO ACIMA DA FAIXA REFLETIVA O SÍMBOLO DO SAMU BORDADO 11CM x 7CM. - GANDOLA COM FRENTE FECHADA EM TODA A SUA EXTENSÃO POR BOTÕES (8), DEVERÁ CONTER TECIDO DUPLO, COM COSTURA REFORÇADA COM PROTEÇÃO ACOLCHOADA, NO TAMANHO PROPORCIONAL AO MANEQUIM. NAS COSTAS DA GANDOLA DUAS FAIXAS REFLETIVAS NO SENTIDO VERTICAL DE 5 CM DE LARGURA, COM INICIO NO OMBRO ATÉ O ELÁSTICO DA CINTURA, FRENTE COM FAIXA REFLETIVA COM 5 CM DE LARGURA EM TODA A SUA EXTENSÃO, NA CALÇA AS PERNAS FAIXA REFLETIVA COM 5CM DE LARGURA EM TODA A SUA CIRCUNFERÊNCIA A 25CM DA BARRA, TODAS DE PRIMEIRA LINHA. - FITAS LATERAIS NAS DUAS PEÇAS COM ESPAÇAMENTO DE 20MM ENTRE CADA UMA DAS CORES LARANJA NA FRENTE E VERMELHA ATRÁS, AMBAS COM 2.0 CM DE LARGURA NÃO DESBOTÁVEIS E ESGARÇÁVEIS E COSTURA RESISTENTE, INICIANDO NA REGIÃO DO REFORÇO DO OMBRO DA GANDOLA ATÉ O FINAL DA MANGA E A OUTRA INICIANDO NA CAVA DA MANGA ATÉ A BARRA E A CALÇA NAS BARRAS (DUAS LATERAIS). A CALÇA COM DOIS BOLSOS MODELO FACA, DOIS BOLSOS MODELO CARGO, A GANDOLA COM BOLSO FECHADO COM VELCRO NO BRAÇO. MANGAS REMOVÍVEIS, FIXADAS COM ZÍPER. ROUPA CONSIDERADA ITEM DE SEGURANÇA, A GRAMATURA DO TCIDO CONFERE PROTEÇÃO UV (ULTRA VIOLETA) E A SUA MODELAGEM GARANTE PROTEÇÃO DO CORPO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES.	UN	5,00	367,66	1.838,30

3	<p>CALÇA E GANDOLA (CONJUNTO) TAMANHO G. SAMU 192, EM RIPSTOP, COR AZUL MARINHO. O FABRICANTE DEVE SER CERTIFICADO: ISO 9001: 2000; ISO 14001: 2004. O TECIDO DEVE TER RESISTÊNCIA CERTIFICADA NOS SEGUINTE TESTES: (AATCC96), (NBR 9925) E (ISO 5081), COSTURAS EM LINHA POLIÉSTER NÚMERO 80 E NÚMERO 120 NA COR AZUL ESCURO, COSTURAS DUPLAS E REFORÇADAS, AS COSTURAS DA BAINHA DAS PERNAS, MANGAS E JUNÇÕES INTERNAS DAS ENTRE PERNAS SERÃO SIMPLES, PARTE INTERNA DA CALÇA E GANDOLA COM ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, COMPOSIÇÃO DO TECIDO USADO E NÚMERO DO MANEQUIM, IMPRESSÃO, IMPRESSÃO BORDADA NA REGIÃO DO PEITO LATERAL ESQUERDA DA GANDOLA, COM O SÍMBOLO DO SAMU 192, 11 CM POR 7CM. NAS COSTAS O SÍMBOLO DO SAMU 192 COM 25CM x 15CM, LOGO ACIMA SERÁ BORDADO NA COR BRANCA A FUNÇÃO DO SERVIDOR, ENTRE AS FAIXAS REFLETIVAS. NO BRAÇO DIREITO ACIMA DA FAIXA REFLETIVA O SÍMBOLO DO SAMU BORDADO 11CM x 7CM. - GANDOLA COM FRENTE FECHADA EM TODA A SUA EXTENSÃO POR BOTÕES (8), DEVERÁ CONTER TECIDO DUPLO, COM COSTURA REFORÇADA COM PROTEÇÃO ACOLCHOADA, NO TAMANHO PROPORCIONAL AO MANEQUIM. NAS COSTAS DA GANDOLA DUAS FAIXAS REFLETIVAS NO SENTIDO VERTICAL DE 5 CM DE LARGURA, COM INICIO NO OMBRO ATÉ O ELÁSTICO DA CINTURA, FRENTE COM FAIXA REFLETIVA COM 5 CM DE LARGURA EM TODA A SUA EXTENSÃO, NA CALÇA AS PERNAS FAIXA REFLETIVA COM 5CM DE LARGURA EM TODA A SUA CIRCUNFERÊNCIA A 25CM DA BARRA, TODAS DE PRIMEIRA LINHA. - FITAS LATERAIS NAS DUAS PEÇAS COM ESPAÇAMENTO DE 20MM ENTRE CADA UMA DAS CORES LARANJA NA FRENTE E VERMELHA ATRÁS, AMBAS COM 2.0 CM DE LARGURA NÃO DESBOTÁVEIS E ESGARÇÁVEIS E COSTURA RESISTENTE, INICIANDO NA REGIÃO DO REFORÇO DO OMBRO DA GANDOLA ATÉ O FINAL DA MANGA E A OUTRA INICIANDO NA CAVA DA MANGA ATÉ A BARRA E A CALÇA NAS BARRAS (DUAS LATERAIS). A CALÇA COM DOIS BOLSOS MODELO FACA, DOIS BOLSOS MODELO CARGO, A GANDOLA COM BOLSO FECHADO COM VELCRO NO BRAÇO. MANGAS REMOVÍVEIS, FIXADAS COM ZÍPER. ROUPA CONSIDERADA ITEM DE SEGURANÇA, A GRAMATURA DO TCIDO CONFERE PROTEÇÃO UV (ULTRA VIOLETA) E A SUA MODELAGEM GARANTE PROTEÇÃO DO CORPO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES.</p>	UN	5,00	367,66	1.838,30
4	<p>CALÇA E GANDOLA (CONJUNTO) TAMANHO GG. SAMU 192, EM RIPSTOP, COR AZUL MARINHO. O FABRICANTE DEVE SER CERTIFICADO: ISO 9001: 2000; ISO 14001: 2004. O TECIDO DEVE TER RESISTÊNCIA CERTIFICADA NOS SEGUINTE TESTES: (AATCC96), (NBR 9925) E (ISO 5081), COSTURAS EM LINHA POLIÉSTER NÚMERO 80 E NÚMERO 120 NA COR AZUL ESCURO, COSTURAS DUPLAS E REFORÇADAS, AS COSTURAS DA BAINHA DAS PERNAS, MANGAS E JUNÇÕES INTERNAS DAS ENTRE PERNAS SERÃO SIMPLES, PARTE INTERNA DA CALÇA E GANDOLA COM ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, COMPOSIÇÃO DO TECIDO USADO E NÚMERO DO MANEQUIM, IMPRESSÃO, IMPRESSÃO BORDADA NA REGIÃO DO PEITO LATERAL ESQUERDA DA GANDOLA, COM O SÍMBOLO DO SAMU 192, 11 CM POR 7CM. NAS COSTAS O SÍMBOLO DO SAMU 192 COM 25CM x 15CM, LOGO ACIMA SERÁ BORDADO NA COR BRANCA A FUNÇÃO DO SERVIDOR, ENTRE AS FAIXAS REFLETIVAS. NO BRAÇO DIREITO ACIMA DA FAIXA REFLETIVA O SÍMBOLO DO SAMU BORDADO 11CM x 7CM. - GANDOLA COM FRENTE FECHADA EM TODA A SUA EXTENSÃO POR BOTÕES (8), DEVERÁ CONTER TECIDO DUPLO, COM COSTURA REFORÇADA COM PROTEÇÃO ACOLCHOADA, NO TAMANHO PROPORCIONAL AO MANEQUIM. NAS COSTAS DA GANDOLA DUAS FAIXAS REFLETIVAS NO SENTIDO VERTICAL DE 5 CM DE LARGURA, COM INICIO NO OMBRO ATÉ O ELÁSTICO DA CINTURA, FRENTE COM FAIXA REFLETIVA COM 5 CM DE LARGURA EM TODA A SUA EXTENSÃO, NA CALÇA AS PERNAS FAIXA REFLETIVA COM 5CM DE LARGURA EM TODA A SUA CIRCUNFERÊNCIA A 25CM DA BARRA, TODAS DE PRIMEIRA LINHA. - FITAS LATERAIS NAS DUAS PEÇAS COM ESPAÇAMENTO DE 20MM ENTRE CADA UMA DAS CORES LARANJA NA FRENTE E VERMELHA ATRÁS, AMBAS COM 2.0 CM DE LARGURA NÃO DESBOTÁVEIS E ESGARÇÁVEIS E COSTURA RESISTENTE, INICIANDO NA REGIÃO DO REFORÇO DO OMBRO DA GANDOLA ATÉ O FINAL DA MANGA E A OUTRA INICIANDO NA CAVA DA MANGA ATÉ A BARRA E A CALÇA NAS BARRAS (DUAS LATERAIS). A CALÇA COM DOIS BOLSOS MODELO FACA, DOIS BOLSOS MODELO CARGO, A GANDOLA COM BOLSO FECHADO COM VELCRO NO BRAÇO. MANGAS REMOVÍVEIS, FIXADAS COM ZÍPER. ROUPA CONSIDERADA ITEM DE SEGURANÇA, A GRAMATURA DO TCIDO CONFERE PROTEÇÃO UV (ULTRA VIOLETA) E A SUA MODELAGEM GARANTE PROTEÇÃO DO CORPO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES.</p>	UN	5,00	367,66	1.838,30

5	CALÇA E GANDOLA (CONJUNTO) TAMANHO EX. SAMU 192, EM RIPSTOP, COR AZUL MARINHO. O FABRICANTE DEVE SER CERTIFICADO: ISO 9001: 2000; ISO 14001: 2004. O TECIDO DEVE TER RESISTÊNCIA CERTIFICADA NOS SEGUINTE TESTES: (AATCC96), (NBR 9925) E (ISO 5081), COSTURAS EM LINHA POLIÉSTER NÚMERO 80 E NÚMERO 120 NA COR AZUL ESCURO, COSTURAS DUPLAS E REFORÇADAS, AS COSTURAS DA BAINHA DAS PERNAS, MANGAS E JUNÇÕES INTERNAS DAS ENTRE PERNAS SERÃO SIMPLES, PARTE INTERNA DA CALÇA E GANDOLA COM ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, COMPOSIÇÃO DO TECIDO USADO E NÚMERO DO MANEQUIM, IMPRESSÃO, IMPRESSÃO BORDADA NA REGIÃO DO PEITO LATERAL ESQUERDA DA GANDOLA, COM O SÍMBOLO DO SAMU 192, 11 CM POR 7CM. NAS COSTAS O SÍMBOLO DO SAMU 192 COM 25CM x 15CM, LOGO ACIMA SERÁ BORDADO NA COR BRANCA A FUNÇÃO DO SERVIDOR, ENTRE AS FAIXAS REFLETIVAS. NO BRAÇO DIREITO ACIMA DA FAIXA REFLETIVA O SÍMBOLO DO SAMU BORDADO 11CM x 7CM. - GANDOLA COM FRENTE FECHADA EM TODA A SUA EXTENSÃO POR BOTÕES (8), DEVERÁ CONTER TECIDO DUPLO, COM COSTURA REFORÇADA COM PROTEÇÃO ACOLCHOADA, NO TAMANHO PROPORCIONAL AO MANEQUIM. NAS COSTAS DA GANDOLA DUAS FAIXAS REFLETIVAS NO SENTIDO VERTICAL DE 5 CM DE LARGURA, COM INICIO NO OMBRO ATÉ O ELÁSTICO DA CINTURA, FRENTE COM FAIXA REFLETIVA COM 5 CM DE LARGURA EM TODA A SUA EXTENSÃO, NA CALÇA AS PERNAS FAIXA REFLETIVA COM 5CM DE LARGURA EM TODA A SUA CIRCUNFERÊNCIA A 25CM DA BARRA, TODAS DE PRIMEIRA LINHA. - FITAS LATERAIS NAS DUAS PEÇAS COM ESPAÇAMENTO DE 20MM ENTRE CADA UMA DAS CORES LARANJA NA FRENTE E VERMELHA ATRÁS, AMBAS COM 2.0 CM DE LARGURA NÃO DESBOTÁVEIS E ESGARÇÁVEIS E COSTURA RESISTENTE, INICIANDO NA REGIÃO DO REFORÇO DO OMBRO DA GANDOLA ATÉ O FINAL DA MANGA E A OUTRA INICIANDO NA CAVA DA MANGA ATÉ A BARRA E A CALÇA NAS BARRAS (DUAS LATERAIS). A CALÇA COM DOIS BOLSOS MODELO FACA, DOIS BOLSOS MODELO CARGO, A GANDOLA COM BOLSO FECHADO COM VELCRO NO BRAÇO. MANGAS REMOVÍVEIS, FIXADAS COM ZÍPER. ROUPA CONSIDERADA ITEM DE SEGURANÇA, A GRAMATURA DO TCIDO CONFERE PROTEÇÃO UV (ULTRA VIOLETA) E A SUA MODELAGEM GARANTE PROTEÇÃO DO CORPO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES.	UN	5,00	367,66	1.838,30
---	--	----	------	--------	----------

LEIA-SE:

Lote: CONJUNTO CALÇA E GONDOLA			Preço Total do Lote:		9.191,50
Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	CALÇA E GANDOLA (CONJUNTO) TAMANHO P. SAMU 192, EM RIPSTOP. O FABRICANTE DEVE SER CERTIFICADO: ISO 9001: 2000; ISO 14001: 2004. O TECIDO DEVE TER RESISTÊNCIA CERTIFICADA NOS SEGUINTE TESTES: (AATCC96), (NBR 9925) E (ISO 5081), COSTURAS EM LINHA POLIÉSTER NÚMERO 80 E NÚMERO 120 NA COR AZUL MARINHO PANTONE 2757C OU MUITO PRÓXIMO CONFORME FORMULA GUIDE PANTONE COSTUMER SERVICE, COSTURAS DUPLAS E REFORÇADAS, AS COSTURAS DA BAINHA DAS PERNAS, MANGAS E JUNÇÕES INTERNAS DAS ENTRE PERNAS SERÃO SIMPLES, PARTE INTERNA DA CALÇA E GANDOLA COM ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, COMPOSIÇÃO DO TECIDO USADO E NÚMERO DO MANEQUIM, IMPRESSÃO, IMPRESSÃO BORDADA NA REGIÃO DO PEITO LATERAL ESQUERDA DA GANDOLA, COM O SÍMBOLO DO SAMU 192, 11 CM POR 7CM. NAS COSTAS O SÍMBOLO DO SAMU 192 COM 25CM x 15CM, LOGO ACIMA SERÁ BORDADO NA COR BRANCA A FUNÇÃO DO SERVIDOR, ENTRE AS FAIXAS REFLETIVAS. NO BRAÇO DIREITO ACIMA DA FAIXA REFLETIVA O SÍMBOLO DO SAMU BORDADO 11CM x 7CM. - GANDOLA COM FRENTE FECHADA EM TODA A SUA EXTENSÃO POR BOTÕES (8), DEVERÁ CONTER TECIDO DUPLO, COM COSTURA REFORÇADA COM PROTEÇÃO ACOLCHOADA, NO TAMANHO PROPORCIONAL AO MANEQUIM. NAS COSTAS DA GANDOLA DUAS FAIXAS REFLETIVAS NO SENTIDO VERTICAL DE 5 CM DE LARGURA, COM INICIO NO OMBRO ATÉ O ELÁSTICO DA CINTURA, FRENTE COM FAIXA REFLETIVA COM 5 CM DE LARGURA EM TODA A SUA EXTENSÃO, NA CALÇA AS PERNAS FAIXA REFLETIVA COM 5CM DE LARGURA EM TODA A SUA CIRCUNFERÊNCIA A 25CM DA BARRA, TODAS DE PRIMEIRA LINHA. - FITAS LATERAIS NAS DUAS PEÇAS COM ESPAÇAMENTO DE 20MM ENTRE CADA UMA DAS CORES LARANJA NA FRENTE E VERMELHA ATRÁS, AMBAS COM 2.0 CM DE LARGURA NÃO DESBOTÁVEIS E ESGARÇÁVEIS E COSTURA RESISTENTE, INICIANDO NA REGIÃO DO REFORÇO DO OMBRO DA GANDOLA ATÉ O FINAL DA MANGA E A OUTRA INICIANDO NA CAVA DA MANGA ATÉ A BARRA E A CALÇA NAS BARRAS (DUAS LATERAIS). A CALÇA COM DOIS BOLSOS MODELO FACA, DOIS BOLSOS MODELO CARGO, A GANDOLA COM BOLSO FECHADO COM VELCRO NO BRAÇO. MANGAS REMOVÍVEIS, FIXADAS COM ZÍPER. ROUPA CONSIDERADA ITEM DE SEGURANÇA, A GRAMATURA DO TCIDO CONFERE PROTEÇÃO UV (ULTRA VIOLETA) E A SUA MODELAGEM GARANTE PROTEÇÃO DO CORPO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES.	UN	5,00	367,66	1.838,30

2	<p>CALÇA E GANDOLA (CONJUNTO) TAMANHO M. SAMU 192, EM RIPSTOP. O FABRICANTE DEVE SER CERTIFICADO: ISO 9001: 2000; ISO 14001: 2004. O TECIDO DEVE TER RESISTÊNCIA CERTIFICADA NOS SEGUINTE TESTES: (AATCC96), (NBR 9925) E (ISO 5081), COSTURAS EM LINHA POLIÉSTER NÚMERO 80 E NÚMERO 120 NA COR AZUL MARINHO PANTONE 2757C OU MUITO PRÓXIMO CONFORME FORMULA GUIDE PANTONE COSTUMER SERVICE, COSTURAS DUPLAS E REFORÇADAS, AS COSTURAS DA BAINHA DAS PERNAS, MANGAS E JUNÇÕES INTERNAS DAS ENTRE PERNAS SERÃO SIMPLES, PARTE INTERNA DA CALÇA E GANDOLA COM ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, COMPOSIÇÃO DO TECIDO USADO E NÚMERO DO MANEQUIM, IMPRESSÃO, IMPRESSÃO BORDADA NA REGIÃO DO PEITO LATERAL ESQUERDA DA GANDOLA, COM O SÍMBOLO DO SAMU 192, 11 CM POR 7CM. NAS COSTAS O SÍMBOLO DO SAMU 192 COM 25CM x 15CM, LOGO ACIMA SERÁ BORDADO NA COR BRANCA A FUNÇÃO DO SERVIDOR, ENTRE AS FAIXAS REFLETIVAS. NO BRAÇO DIREITO ACIMA DA FAIXA REFLETIVA O SÍMBOLO DO SAMU BORDADO 11CM x 7CM. - GANDOLA COM FRENTE FECHADA EM TODA A SUA EXTENSÃO POR BOTÕES (8), DEVERÁ CONTER TECIDO DUPLO, COM COSTURA REFORÇADA COM PROTEÇÃO ACOLCHOADA, NO TAMANHO PROPORCIONAL AO MANEQUIM. NAS COSTAS DA GANDOLA DUAS FAIXAS REFLETIVAS NO SENTIDO VERTICAL DE 5 CM DE LARGURA, COM INICIO NO OMBRO ATÉ O ELÁSTICO DA CINTURA, FRENTE COM FAIXA REFLETIVA COM 5 CM DE LARGURA EM TODA A SUA EXTENSÃO, NA CALÇA AS PERNAS FAIXA REFLETIVA COM 5CM DE LARGURA EM TODA A SUA CIRCUNFERÊNCIA A 25CM DA BARRA, TODAS DE PRIMEIRA LINHA. - FITAS LATERAIS NAS DUAS PEÇAS COM ESPAÇAMENTO DE 20MM ENTRE CADA UMA DAS CORES LARANJA NA FRENTE E VERMELHA ATRÁS, AMBAS COM 2.0 CM DE LARGURA NÃO DESBOTÁVEIS E ESGARÇÁVEIS E COSTURA RESISTENTE, INICIANDO NA REGIÃO DO REFORÇO DO OMBRO DA GANDOLA ATÉ O FINAL DA MANGA E A OUTRA INICIANDO NA CAVA DA MANGA ATÉ A BARRA E A CALÇA NAS BARRAS (DUAS LATERAIS). A CALÇA COM DOIS BOLSOS MODELO FACA, DOIS BOLSOS MODELO CARGO, A GANDOLA COM BOLSO FECHADO COM VELCRO NO BRAÇO. MANGAS REMOVÍVEIS, FIXADAS COM ZÍPER. ROUPA CONSIDERADA ITEM DE SEGURANÇA, A GRAMATURA DO TCIDO CONFERE PROTEÇÃO UV (ULTRA VIOLETA) E A SUA MODELAGEM GARANTE PROTEÇÃO DO CORPO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES.</p>	UN	5,00	367,66	1.838,30
3	<p>CALÇA E GANDOLA (CONJUNTO) TAMANHO G. SAMU 192, EM RIPSTOP. O FABRICANTE DEVE SER CERTIFICADO: ISO 9001: 2000; ISO 14001: 2004. O TECIDO DEVE TER RESISTÊNCIA CERTIFICADA NOS SEGUINTE TESTES: (AATCC96), (NBR 9925) E (ISO 5081), COSTURAS EM LINHA POLIÉSTER NÚMERO 80 E NÚMERO 120, NA COR AZUL MARINHO PANTONE 2757C OU MUITO PRÓXIMO CONFORME FORMULA GUIDE PANTONE COSTUMER SERVICE, COSTURAS DUPLAS E REFORÇADAS, AS COSTURAS DA BAINHA DAS PERNAS, MANGAS E JUNÇÕES INTERNAS DAS ENTRE PERNAS SERÃO SIMPLES, PARTE INTERNA DA CALÇA E GANDOLA COM ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, COMPOSIÇÃO DO TECIDO USADO E NÚMERO DO MANEQUIM, IMPRESSÃO, IMPRESSÃO BORDADA NA REGIÃO DO PEITO LATERAL ESQUERDA DA GANDOLA, COM O SÍMBOLO DO SAMU 192, 11 CM POR 7CM. NAS COSTAS O SÍMBOLO DO SAMU 192 COM 25CM x 15CM, LOGO ACIMA SERÁ BORDADO NA COR BRANCA A FUNÇÃO DO SERVIDOR, ENTRE AS FAIXAS REFLETIVAS. NO BRAÇO DIREITO ACIMA DA FAIXA REFLETIVA O SÍMBOLO DO SAMU BORDADO 11CM x 7CM. - GANDOLA COM FRENTE FECHADA EM TODA A SUA EXTENSÃO POR BOTÕES (8), DEVERÁ CONTER TECIDO DUPLO, COM COSTURA REFORÇADA COM PROTEÇÃO ACOLCHOADA, NO TAMANHO PROPORCIONAL AO MANEQUIM. NAS COSTAS DA GANDOLA DUAS FAIXAS REFLETIVAS NO SENTIDO VERTICAL DE 5 CM DE LARGURA, COM INICIO NO OMBRO ATÉ O ELÁSTICO DA CINTURA, FRENTE COM FAIXA REFLETIVA COM 5 CM DE LARGURA EM TODA A SUA EXTENSÃO, NA CALÇA AS PERNAS FAIXA REFLETIVA COM 5CM DE LARGURA EM TODA A SUA CIRCUNFERÊNCIA A 25CM DA BARRA, TODAS DE PRIMEIRA LINHA. - FITAS LATERAIS NAS DUAS PEÇAS COM ESPAÇAMENTO DE 20MM ENTRE CADA UMA DAS CORES LARANJA NA FRENTE E VERMELHA ATRÁS, AMBAS COM 2.0 CM DE LARGURA NÃO DESBOTÁVEIS E ESGARÇÁVEIS E COSTURA RESISTENTE, INICIANDO NA REGIÃO DO REFORÇO DO OMBRO DA GANDOLA ATÉ O FINAL DA MANGA E A OUTRA INICIANDO NA CAVA DA MANGA ATÉ A BARRA E A CALÇA NAS BARRAS (DUAS LATERAIS). A CALÇA COM DOIS BOLSOS MODELO FACA, DOIS BOLSOS MODELO CARGO, A GANDOLA COM BOLSO FECHADO COM VELCRO NO BRAÇO. MANGAS REMOVÍVEIS, FIXADAS COM ZÍPER. ROUPA CONSIDERADA ITEM DE SEGURANÇA, A GRAMATURA DO TCIDO CONFERE PROTEÇÃO UV (ULTRA VIOLETA) E A SUA MODELAGEM GARANTE PROTEÇÃO DO CORPO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES.</p>	UN	5,00	367,66	1.838,30

4	<p>CALÇA E GANDOLA (CONJUNTO) TAMANHO GG. SAMU 192, EM RIPSTOP, O FABRICANTE DEVE SER CERTIFICADO: ISO 9001: 2000; ISO 14001: 2004. O TECIDO DEVE TER RESISTÊNCIA CERTIFICADA NOS SEGUINTE TESTES: (AATCC96), (NBR 9925) E (ISO 5081), COSTURAS EM LINHA POLIÉSTER NÚMERO 80 E NÚMERO 120, NA COR AZUL MARINHO PANTONE 2757C OU MUITO PRÓXIMO CONFORME FORMULA GUIDE PANTONE COSTUMER SERVICE, COSTURAS DUPLAS E REFORÇADAS, AS COSTURAS DA BAINHA DAS PERNAS, MANGAS E JUNÇÕES INTERNAS DAS ENTRE PERNAS SERÃO SIMPLES, PARTE INTERNA DA CALÇA E GANDOLA COM ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, COMPOSIÇÃO DO TECIDO USADO E NÚMERO DO MANEQUIM, IMPRESSÃO, IMPRESSÃO BORDADA NA REGIÃO DO PEITO LATERAL ESQUERDA DA GANDOLA, COM O SÍMBOLO DO SAMU 192, 11 CM POR 7CM. NAS COSTAS O SÍMBOLO DO SAMU 192 COM 25CM x 15CM, LOGO ACIMA SERÁ BORDADO NA COR BRANCA A FUNÇÃO DO SERVIDOR, ENTRE AS FAIXAS REFLETIVAS. NO BRAÇO DIREITO ACIMA DA FAIXA REFLETIVA O SÍMBOLO DO SAMU BORDADO 11CM x 7CM. - GANDOLA COM FRENTE FECHADA EM TODA A SUA EXTENSÃO POR BOTÕES (8), DEVERÁ CONTER TECIDO DUPLO, COM COSTURA REFORÇADA COM PROTEÇÃO ACOLCHOADA, NO TAMANHO PROPORCIONAL AO MANEQUIM. NAS COSTAS DA GANDOLA DUAS FAIXAS REFLETIVAS NO SENTIDO VERTICAL DE 5 CM DE LARGURA, COM INICIO NO OMBRO ATÉ O ELÁSTICO DA CINTURA, FRENTE COM FAIXA REFLETIVA COM 5 CM DE LARGURA EM TODA A SUA EXTENSÃO, NA CALÇA AS PERNAS FAIXA REFLETIVA COM 5CM DE LARGURA EM TODA A SUA CIRCUNFERÊNCIA A 25CM DA BARRA, TODAS DE PRIMEIRA LINHA. - FITAS LATERAIS NAS DUAS PEÇAS COM ESPAÇAMENTO DE 20MM ENTRE CADA UMA DAS CORES LARANJA NA FRENTE E VERMELHA ATRÁS, AMBAS COM 2.0 CM DE LARGURA NÃO DESBOTÁVEIS E ESGARÇÁVEIS E COSTURA RESISTENTE, INICIANDO NA REGIÃO DO REFORÇO DO OMBRO DA GANDOLA ATÉ O FINAL DA MANGA E A OUTRA INICIANDO NA CAVA DA MANGA ATÉ A BARRA E A CALÇA NAS BARRAS (DUAS LATERAIS). A CALÇA COM DOIS BOLSOS MODELO FACA, DOIS BOLSOS MODELO CARGO, A GANDOLA COM BOLSO FECHADO COM VELCRO NO BRAÇO. MANGAS REMOVÍVEIS, FIXADAS COM ZÍPER. ROUPA CONSIDERADA ITEM DE SEGURANÇA, A GRAMATURA DO TCIDO CONFERE PROTEÇÃO UV (ULTRA VIOLETA) E A SUA MODELAGEM GARANTE PROTEÇÃO DO CORPO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES.</p>	UN	5,00	367,66	1.838,30
5	<p>CALÇA E GANDOLA (CONJUNTO) TAMANHO EX. SAMU 192, EM RIPSTOP. O FABRICANTE DEVE SER CERTIFICADO: ISO 9001: 2000; ISO 14001: 2004. O TECIDO DEVE TER RESISTÊNCIA CERTIFICADA NOS SEGUINTE TESTES: (AATCC96), (NBR 9925) E (ISO 5081), COSTURAS EM LINHA POLIÉSTER NÚMERO 80 E NÚMERO 120, NA COR AZUL MARINHO PANTONE 2757C OU MUITO PRÓXIMO CONFORME FORMULA GUIDE PANTONE COSTUMER SERVICE, COSTURAS DUPLAS E REFORÇADAS, AS COSTURAS DA BAINHA DAS PERNAS, MANGAS E JUNÇÕES INTERNAS DAS ENTRE PERNAS SERÃO SIMPLES, PARTE INTERNA DA CALÇA E GANDOLA COM ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, COMPOSIÇÃO DO TECIDO USADO E NÚMERO DO MANEQUIM, IMPRESSÃO, IMPRESSÃO BORDADA NA REGIÃO DO PEITO LATERAL ESQUERDA DA GANDOLA, COM O SÍMBOLO DO SAMU 192, 11 CM POR 7CM. NAS COSTAS O SÍMBOLO DO SAMU 192 COM 25CM x 15CM, LOGO ACIMA SERÁ BORDADO NA COR BRANCA A FUNÇÃO DO SERVIDOR, ENTRE AS FAIXAS REFLETIVAS. NO BRAÇO DIREITO ACIMA DA FAIXA REFLETIVA O SÍMBOLO DO SAMU BORDADO 11CM x 7CM. - GANDOLA COM FRENTE FECHADA EM TODA A SUA EXTENSÃO POR BOTÕES (8), DEVERÁ CONTER TECIDO DUPLO, COM COSTURA REFORÇADA COM PROTEÇÃO ACOLCHOADA, NO TAMANHO PROPORCIONAL AO MANEQUIM. NAS COSTAS DA GANDOLA DUAS FAIXAS REFLETIVAS NO SENTIDO VERTICAL DE 5 CM DE LARGURA, COM INICIO NO OMBRO ATÉ O ELÁSTICO DA CINTURA, FRENTE COM FAIXA REFLETIVA COM 5 CM DE LARGURA EM TODA A SUA EXTENSÃO, NA CALÇA AS PERNAS FAIXA REFLETIVA COM 5CM DE LARGURA EM TODA A SUA CIRCUNFERÊNCIA A 25CM DA BARRA, TODAS DE PRIMEIRA LINHA. - FITAS LATERAIS NAS DUAS PEÇAS COM ESPAÇAMENTO DE 20MM ENTRE CADA UMA DAS CORES LARANJA NA FRENTE E VERMELHA ATRÁS, AMBAS COM 2.0 CM DE LARGURA NÃO DESBOTÁVEIS E ESGARÇÁVEIS E COSTURA RESISTENTE, INICIANDO NA REGIÃO DO REFORÇO DO OMBRO DA GANDOLA ATÉ O FINAL DA MANGA E A OUTRA INICIANDO NA CAVA DA MANGA ATÉ A BARRA E A CALÇA NAS BARRAS (DUAS LATERAIS). A CALÇA COM DOIS BOLSOS MODELO FACA, DOIS BOLSOS MODELO CARGO, A GANDOLA COM BOLSO FECHADO COM VELCRO NO BRAÇO. MANGAS REMOVÍVEIS, FIXADAS COM ZÍPER. ROUPA CONSIDERADA ITEM DE SEGURANÇA, A GRAMATURA DO TCIDO CONFERE PROTEÇÃO UV (ULTRA VIOLETA) E A SUA MODELAGEM GARANTE PROTEÇÃO DO CORPO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES.</p>	UN	5,00	367,66	1.838,30

As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.
Sendo assim o Pregão será reaberto no dia 06/03/2012, às 16:00 horas no Setor de Compras e Licitações da SMS.

Sem mais para o momento.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde

67ª Convocação
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU
Gabinete do Prefeito
67ª CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 001/2007, abaixo relacionados para comparecer na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu – SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munido da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.
O COMPARECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação em exame pré-admissional, o candidato será nomeado e tomará posse no exercício do cargo.
CARGO: ESCRITURÁRIO

169	LECIAN GERMER E OLIVEIRA
-----	--------------------------

CARGO: PEDAGOGO – 30H

08	GRASIELA APARECIDA MACHADO
----	----------------------------

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

99	ROSINETE PEREIRA MARTINS
100	JAQUELINE FERREIRA

CARGO: PROFESSOR DE HISTÓRIA – 20H

05	ANA CRISTINA ANDERSON DA SILVA
----	--------------------------------

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 20H

12	JANILTON GENTIL DA SILVA
----	--------------------------

CARGO: MOTORISTA CATEGORIA “D”

66	ALEXANDRE RODRIGUES LIMA SILVEIRA
67	ROGERIO SOUZA ROSA
68	WILSON DA SILVA JUNIOR

CARGO: FISCAL DO MEIO AMBIENTE

07	RENATA MACHADO
08	CESAR AUGUSTO DA SILVA

CARGO: ODONTOLOGO

40	ANA ELISA COLLE KAULING
----	-------------------------

CARGO: MÉDICO ESPECIALISTA CARDIOLOGISTA

02	ARMANDO VALDOMIRO PEREIRA FONTOURA
----	------------------------------------

Biguaçu, 17 de Fevereiro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 101/2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2012

Altera dispositivos na Lei Complementar 044/2005 de 23.12.2005.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, etc

Art. 1º - Fica alterado o quadro do artigo 3º da Lei Complementar 044/2005 de 23.12.2005, que dá nova redação ao anexo IV da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, especificamente no que diz respeito a habilitação necessária ao cargo de provimento efetivo de Técnico de Controle Interno, o qual passa a ter a seguinte redação:

“ Ensino superior em Ciências Contábeis ou Administração de Empresas, com a respectiva inscrição no conselho competente.”

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 22 de fevereiro de 2.012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Pregão Presencial 12/2012

PROCESSO ADMINISTRATIVO 14/2012

EDITAL DE LIC. PREGÃO 12/2012

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que as 10:00 horas do dia 07.03.2012, estará selecionando a melhor proposta para aquisição de pedras de ardósia para construção galeria Ribeirão Tamandaré . Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitações da Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 22 de fevereiro de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Termo de Homologação e Adjudicação**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

CNPJ: 95.952.230/0001-67
 PRACA DA INDEPENDENCIA,25
 C.E.P.: 89178-000 - BRACO DO TROMBUDO - SC

TOMADA DE PREÇO**Nr.: 1/2012 - TP**

Processo Administrativo: 6/2012
 Processo de Licitação: 6/2012
 Data do Processo: 24/01/2012

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, Vilberto Muller Schovinder, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 6/2012
 b) Licitação Nr.: 1/2012-TP
 c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
 d) Data Homologação: 22/02/2012
 e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
 f) Objeto da Licitação Reforma do Centro de Cultura (Hotel Serril) com área total construída de 431,3 m², nas localidades de Serril, neste município.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	<u>Unid.</u>	<u>Qtidade</u>	<u>Desccto (%)</u>	<u>Preço Unitário</u>	<u>Total do Item</u>
--	--------------	----------------	--------------------	-----------------------	----------------------

CONSTRUTORA IPE AMARELO LTDA EPP (8599)

1 Reforma do Centro de Cultura (Hotel Serril), com área total construída de 431,03m², localizado na Rua Leônicio Rodrigues Machado - Serril, neste município.	01	1,00	0,0000	164.695,79	164.695,79
---	----	------	--------	------------	------------

Total do Fornecedor: 164.695,79**Total Geral: 164.695,79**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.022.4.4.90.00.00.00.00.00 (85), 1.022.4.4.90.00.00.00.00.00 (176), 1.022.4.4.90.00.00.00.00.00 (177)

 Vilberto M. Schovinder - Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 19/2012**EXTRATO DE CONTRATO 19/2012**

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Ipê Amarelo LTDA EPP
CNPJ 10.375.979/0001-36 sito a Rua Projetada C, 35 Loteamento Beija Flor
Cidade de Agrolândia - SC

Objeto: Reforma do Centro de Cultura (Hotel Serril)
Valor: R\$ 164.695,79 (cento e sessenta e quatro mil, seiscentos e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos).
Vigência até 30.09.2012.
Data da assinatura: 22.02.2012

VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Ata de Registro Preço 6/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2011

Número do Registro de Preços: 6/2011 Data do Registro: 23/02/2011 Válido até: 23/02/2012 Objeto da Compra: Serviços de recape de pneus.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	VULGANIZO DE PNEU 18X4X30 (5949)	UND	ARISTEU WERNER ME (6371)		0	170,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)		0	248,0000	2
2	RECAPE DE PNEU 14.9 X 28 A QUENTE (7286)	UND	ARISTEU WERNER ME (6371)		0	460,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)		0	470,0000	2
3	VULGANIZO PNEU 14.9 X 28 (7287)	UND	ARISTEU WERNER ME (6371)		0	160,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)		0	230,0000	2
4	RECAPE DE PNEU 1300 X 24 - A QUENTE (2654)	UND	ARISTEU WERNER ME (6371)		0	430,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)		0	440,0000	2
5	RECAPE DE PNEU 1400 X 24 - A QUENTE (2655)	UND	ARISTEU WERNER ME (6371)		0	490,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)		0	659,0000	2
6	RECAPE DE PNEU 17,5 X 25 - A QUENTE (2658)	UND	ARISTEU WERNER ME (6371)		0	650,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)		0	809,0000	2
7	RECAPE DE PNEU 18 X 4 X 30 - A QUENTE (2659)	UND	ARISTEU WERNER ME (6371)		0	780,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)		0	979,0000	2
8	RECAPE DE PNEU 750 X 16 - AGRICOLA - A QUENTE (2660)	UND	ARISTEU WERNER ME (6371)		0	135,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)		0	182,0000	2
9	VULGANIZO PNEU 1300X24 (2958)	UND	ARISTEU WERNER ME (6371)		0	150,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)		0	199,0000	2
10	VULGANIZO PNEU 1400X24 (2959)	UND	ARISTEU WERNER ME (6371)		0	150,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)		0	199,0000	2
11	VULGANIZO PNEU 17,5X25 (2960)	UND	ARISTEU WERNER ME (6371)		0	150,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)		0	209,0000	2
12	TIP TOP Nº 05 (2962)	UND	ARISTEU WERNER ME (6371)		0	21,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)		0	22,0000	2
13	TIP TOP Nº 06 (2963)	UND	ARISTEU WERNER ME (6371)		0	24,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)		0	25,0000	2
14	TIP TOP Nº 07 (2964)	UND	ARISTEU WERNER ME (6371)		0	25,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)		0	26,0000	2
15	TIP TOP Nº 08 (2965)	UND	ARISTEU WERNER ME (6371)		0	26,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)		0	27,0000	2
16	TIP TOP Nº 09 (2966)	UND	ARISTEU WERNER ME (6371)		0	27,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)		0	28,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2011

Número do Registro de Preços: 6/2011 Data do Registro: 23/02/2011 Válido até: 23/02/2012

Objeto da Compra: Serviços de recape de pneus.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	TIP TOP Nº 10 (2967)	UND	ARISTEU WERNER ME (6371)		0	37,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)		0	38,0000	2
18	RECAPE DE PNEU BORRACHUDO 1000 X 20 - A FRIO (3629)	UND	ARISTEU WERNER ME (6371)		0	265,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)		0	270,0000	2
19	RECAPE DE PNEU BORRACHUDO 900 X 20 - A FRIO (3630)	UND	ARISTEU WERNER ME (6371)		0	255,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)		0	260,0000	2
20	DUPLAGEM DE PNEU 1300 X 24 (4746)	UND	ARISTEU WERNER ME (6371)		0	400,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)		0	410,0000	2
21	DUPLAGEM DE PNEU 1400 X 24 (4747)	UND	ARISTEU WERNER ME (6371)		0	490,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)		0	500,0000	2
22	DUPLAGEM DE PNEU 17,5 X 25 (4748)	UND	ARISTEU WERNER ME (6371)		0	590,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)		0	600,0000	2

BRACO DO TROMBUDO , 23 de Fevereiro de 2011.

Ata de Registro Preço 7/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2011

Número do Registro de Preços: 7/2011 Data do Registro: 24/02/2011 Válido até: 24/02/2012							
Objeto da Compra: Aquisição de peças e serviço de mão de obra para manutenção de tratores agrícolas do Departamento da Agricultura							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ROLAMENTO DA EMBREAGEM (396)	PC	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	95,0000	1
2	ANEL (2187)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	2,0000	1
3	PARAFUSO DE RODA (2792)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	9,0000	1
4	CONTRA PINO (3517)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	1,0000	1
5	PINO DE AÇO (3519)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	11,0000	1
6	PORCA DO PINHÃO (3689)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	28,0000	1
7	PINO (3696)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	6,0000	1
8	ROLAMENTO AGULHAS (3698)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	22,0000	1
9	JUNTA COLETOR ESCAPE AMIANTO (3707)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	15,0000	1
10	PARAFUSO RODA TRASEIRA (3708)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	7,0000	1
11	PORCA RODA TRASEIRA MF ANTIGO (3709)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	4,0000	1
12	TAMPA DO RADIADOR (3710)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	11,0000	1
13	PARAFUSO AÇO FIXAÇÃO (3715)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	16,0000	1
14	CRUZETA DIFERENCIAL NITRETADA (3716)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	315,0000	1
15	ENGRENAGEM DE AÇO (3717)	JG	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	1.150,0000	1
16	CAIXA DIFERENCIAL (3718)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	1.100,0000	1
17	JUNTA PAPEL (3719)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	8,0000	1
18	GUARDA PÓ BORRACHA (3720)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	12,0000	1
19	ROLAMENTO ROLOS CONICOS (3727)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	195,0000	1
20	EIXO (3731)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	108,0000	1
21	TERMINAL DIREÇÃO (4056)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	61,0000	1
22	LUVA ACOPLAMENTO BLOQUEIO (4236)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	195,0000	1
23	CARCAÇA DE ACOPLAMENTO (4237)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	285,0000	1
24	ARRUELA COBRE (4238)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	22,0000	1
25	VALVULA TERMOSTATICA MOTOR 4236 (4242)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	48,0000	1
26	ENGRENAGEM REDUTOR FINAL (4243)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	265,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2011**Número do Registro de Preços: 7/2011****Data do Registro: 24/02/2011****Válido até: 24/02/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e serviço de mão de obra para manutenção de tratores agrícolas do Departamento da Agricultura

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
27	FAROL AUXILIAR (4251)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	110,0000	1
28	LAMPADA DE PAINEL (4252)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	2,0000	1
29	LAMPADA DE IODO H3 12V 55W (4253)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	10,0000	1
30	JUNTA COLETOR ESCAPE MOTOR 4236 (4255)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	8,0000	1
31	BOMBA D'AGUA MOTOR 4236 S/ POLIA (4263)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	285,0000	1
32	KIT MOLAS ASSENTO (4265)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	72,0000	1
33	BRAÇO FUNDIDO (4267)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	295,0000	1
34	PRE FILTRO (4269)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	89,0000	1
35	FAROL DIANTEIRO QUADRADO S/LAMPADA (4270)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	45,0000	1
36	RETENTOR PLACA FREIO UMIDO (4277)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	42,0000	1
37	INDICADOR COMBUSTIVEL (4287)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	69,0000	1
38	BOIA INDICADORA (4292)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	68,0000	1
39	HELICE MOTOR 4236-4248 (4302)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	120,0000	1
40	TUBO RETORNO FILTRO COMBUSTIVEL (4304)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	115,0000	1
41	ROLAMENTO DE APOIO MANGA EIXO (4307)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	20,0000	1
42	ROLAMENTO ROLOS CONICO 3780/20 (4315)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	99,0000	1
43	PINHAO DE AÇO MARCHA RE Z-13/21 (4321)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	195,0000	1
44	BUCHA EIXO DE DIREÇÃO (4324)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	17,0000	1
45	BUCHA DA BALANÇA (4325)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	24,0000	1
46	TRATOMETRO (4327)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	145,0000	1
47	DISCO FREIO U ORIGINAL (4330)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	79,0000	1
48	ESTABILIZADOR MF 275/285/290 (5279)	CJ	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	145,0000	1
49	SILENCIOSO MF 265/275/290 (5284)	PC	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	90,0000	1
50	PARAFUSO (5295)	PC	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	10,0000	1
51	ESPELHO EMBREAGEM 12" (5298)	PC	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	225,0000	1
52	DISCO INTERMEDIÁRIO FREIO (5306)	PC	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	43,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2011

Número do Registro de Preços: 7/2011 **Data do Registro: 24/02/2011** **Válido até: 24/02/2012**
Objeto da Compra: Aquisição de peças e serviço de mão de obra para manutenção de tratores agrícolas do Departamento da Agricultura

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	PARAFUSO DE AÇO (5318)	PC	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	5,0000	1
54	EIXO PRINCIPAL (5324)	PC	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	485,0000	1
55	RETENTOR TRASEIRO (5331)	PC	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	145,0000	1
56	COXIM PAINEL (5333)	PC	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	15,0000	1
57	ROLAMENTO DE AGULHAS (5383)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	28,0000	1
58	VALVULA ALIVIO MODERNA (5396)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	238,0000	1
59	CONTRA PINO LUVA (5398)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	2,0000	1
60	CILINDRO 3.3/8" (5402)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	415,0000	1
61	PINO ELASTICO (5403)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	4,0000	1
62	EMBOLO CILINDRO LEVANTE HIDR (5405)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	215,0000	1
63	BUCHA AÇO EIXO DO LEVANTE HIDR (5406)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	34,0000	1
64	VEDANTE LIQUIDO (5407)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	48,0000	1
65	EIXO PINHÃO DA RE (5412)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	118,0000	1
66	JUNTA SUPORTE BOMBA HIDRAULICA (5415)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	1,0000	1
67	ANEL "O" BORRACHA PISTÃO HIDRAULICO (5416)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	5,0000	1
68	ANEL TEFLON SISTEMA HIDRAULICO (5420)	PC	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	15,0000	1
69	ANEL BORRACHA PISTAO HIDRAULICO (5421)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	6,0000	1
70	ANEL "O" BORRACHA BRAÇO HIDRAULICO (5422)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	4,0000	1
71	ANEL "O" BORRACHA CAIXA TRANSMISSÃO (5423)	PC	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	3,0000	1
72	BIELETA (5951)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	18,0000	1
73	COMANDO FREIO (5952)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	355,0000	1
74	BUCHA DA MANGA (5955)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	17,0000	1
75	JOGO REPARO EMBREAGEM DUPLA (5961)	JG	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	375,0000	1
76	LAMPADA DIANTEIRA (5962)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	8,0000	1
77	SEMI EIXO TRASEIRO (5972)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	1.050,0000	1
78	ENGRENAGEM SATÉLITE Z=12 (5974)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	158,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2011

Número do Registro de Preços: 7/2011

Data do Registro: 24/02/2011

Válido até: 24/02/2012

Objeto da Compra: Aquisição de peças e serviço de mão de obra para manutenção de tratores agrícolas do Departamento da Agricultura

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
79	TAMPA DA REDUÇÃO (5975)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	465,0000	1
80	GRADE PROTETORA (5976)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	110,0000	1
81	EMBREAGEM DUPLA (6904)	CJ	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	1.695,0000	1
82	DISCO EMBREAGEM 12" ESTRIA GROSSA (6906)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	385,0000	1
83	ANEL "O" DIFERENCIAL (6908)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	7,0000	1
84	RETENTOR DA REDUÇÃO (6909)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	52,0000	1
85	ARVORE TRANSMISSÃO Z=15 (6910)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	685,0000	1
86	VALVULA CONTROLE HIDRAULICO MF (6911)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	165,0000	1
87	EIXO REDUÇÃO (6912)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	45,0000	1
88	BRAÇO COMANDO DA DIREÇÃO (6913)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	155,0000	1
89	BRAÇO NIVELADOR C/ 1 FURO 3/4 (6914)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	345,0000	1
90	Reparo BBA d'água 4236 c/ rolamento (7875)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	140,0000	1
91	Junta da bomba d'água motor D423 (7876)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	9,0000	1
92	Disco tomada forca linha 200/5200 (7877)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	285,0000	1
93	Rolamento de embreagem permanente (7878)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	320,0000	1
94	Rolamento esferas 17mm prisa (7879)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	28,0000	1
95	Coberta embreagem dupla 12/13" (7880)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	225,0000	1
96	Placa fricção 6 pontas (7881)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	235,0000	1
97	Junta retentor traseiro moderno (7882)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	16,0000	1
98	Tampa do bocal (7883)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	28,0000	1
99	Vareta óleo MF 265/275/283 ano apar. (7884)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	26,0000	1
100	Tampa tanque combustível (7885)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	38,0000	1
101	Amortecedor assento (7886)	JG	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	145,0000	1
102	Roldana da válvula bomba hidráulica (7887)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	7,0000	1
103	Válvula contr. hidr. haste quadrada (7888)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	225,0000	1
104	Válvula aço pressão (7889)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	110,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2011

Número do Registro de Preços: 7/2011

Data do Registro: 24/02/2011

Válido até: 24/02/2012

Objeto da Compra: Aquisição de peças e serviço de mão de obra para manutenção de tratores agrícolas do Departamento da Agricultura

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
105	Anel proteção braço levante. (7890)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	9,0000	1
106	Reparo bomba hidráulica c/ anel ferr. (7891)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	55,0000	1
107	Reparo válvula bomba hidráulica (7892)	JG	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	120,0000	1
108	Filtro óleo hidráulico (7893)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	135,0000	1
109	Elemento filtro bomba hidráulica (7894)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	38,0000	1
110	Interruptor freio (7895)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	62,0000	1
111	Eixo acionador braço hydr. (7896)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	715,0000	1
112	Braço do cilindro do hidráulico (7897)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	608,0000	1
113	Interruptor de partida (7898)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	55,0000	1
114	Braço levante hidráulico. (7899)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	285,0000	1
115	Braço nivelador moderno (7900)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	345,0000	1
116	Alavanca de marchas (7901)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	295,0000	1
117	Retentor estreito tomada força (7902)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	22,0000	1
118	Retentor tomada força labial (7903)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	51,0000	1
119	Tirante freio (7904)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	89,0000	1
120	Porca aço (7905)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	3,0000	1
121	Luva fusível (curta) 84mm (7906)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	80,0000	1
122	Luva fusível (média) 96mm (7907)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	138,0000	1
123	Rolamento agulhas 31.75 mm (7908)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	55,0000	1
124	Retentor. (7909)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	15,0000	1
125	Rolamento agulha (7910)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	33,0000	1
126	Porca autotravante (7911)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	3,0000	1
127	Haste da ponta de eixo 38mm (7912)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	115,0000	1
128	Arruela calço eixo dianteiro (7913)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	12,0000	1
129	Calço eixo dianteiro 1.25-11.30mm (7914)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	11,0000	1
130	Calço eixo dianteiro 0.87-0.92 mm (7915)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	12,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2011

Número do Registro de Preços: 7/2011

Data do Registro: 24/02/2011

Válido até: 24/02/2012

Objeto da Compra: Aquisição de peças e serviço de mão de obra para manutenção de tratores agrícolas do Departamento da Agricultura

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
131	Calço eixo dianteiro 0.99-1.04 mm (7916)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	12,0000	1
132	Braço inferior direção (7917)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	135,0000	1
133	Retentor de borracha (7918)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	22,0000	1
134	Garfo do bloqueio (7919)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	166,0000	1
135	Garfo do pedal bloqueio (7920)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	61,0000	1
136	Arruela boleada (7921)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	15,0000	1
137	Junta triangulo (7922)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	10,0000	1
138	Rolamneto tomada força tipo novo (7923)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	58,0000	1
139	Pino aço (7924)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	6,0000	1
140	Roletes pinhão re (7925)	JG	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	52,0000	1
141	Luva engate reduzida (7926)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	185,0000	1
142	Cabo tratometro (7927)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	26,0000	1
143	Acionador cabo tratometro (7928)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	99,0000	1
144	Porca roda traseira MF novo (7929)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	3,0000	1
145	Coroa aço redutor (7930)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	695,0000	1
146	Tampa da redução moderna (7931)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	495,0000	1
147	Semi eixo traseiro tipo novo (7933)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	1.395,0000	1
148	Terminal longo grosso (7934)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	88,0000	1
149	Terminal tubolar (7935)	UND	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	AGCOPARTS	0	135,0000	1
150	Serviço de mão de obra, (7936)	HR	RIOFRAS COM.TRAT.E IMPL.LTDA. (6044)	RIOFRAS	0	35,0000	1

BRACO DO TROMBUDO , 24 de Fevereiro de 2011.

Ata Registro de Preço 4/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2012

Número do Registro de Preços: 4/2012 Data do Registro: 17/02/2012 Válido até: 17/02/2013 Objeto da Compra: Aquisição de frutas, verduras, carnes, ovos, leite e derivados e diversos gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino fundamental e infantil.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Carne ave coxa com sobre coxa de Frango. Embalagem plástica de 1 Kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante e validade. (8649)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Macedo	0	4,9200	1
2	Carne bovina de 1ª, fresca ou congelada. Isenta de cartilagens, ossos e com no máximo 5% de gordura. Embalagem Plástica de 1 kg, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto e peso. (8651)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Verdi	0	12,7500	1
3	Carne bovina coxão mole fresca ou congelada. Isenta de cartilagem e com no máximo 5% de gordura. Embalagem plástica de 1 kg, com identificação do produto e o peso. (8652)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Verdi	0	13,9300	1
4	Carne ave peito de frango com osso, congelado, sem acúmulo de líquido em seu interior, embalagem de 1 ou 2 kg, com identificação do produto e o peso. (8653)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Macedo	0	6,2200	1
5	Queijo tipo mussarela ou prato fatiado, fatias de aproximadamente 25 gr, isento de bolor e mau aspecto de conservação. Embalagem contendo marca, data de fabricação. (8654)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Passo Manso	0	14,5500	1
6	Salsicha. Embalagem plástica, congelada, rótulo com ingredientes, com identificação do produto, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8655)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Canção	0	4,6800	1
7	Ovos de galinha. Grandes, inteiros, sem rachadura e limpos. (8656)	DZ	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Locks	0	2,9200	1
8	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8187)	L	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bom Gosto	0	1,8100	1
9	Leite baixa lactose. Embalagem tetra park de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. (8657)	LT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tirol	0	2,5300	1
10	Bebida Láctea com polpa de fruta. Sabores variados, embalagem de 1 litro, rótulo de identificação, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 1 mes a contar da data de entrega. (8658)	LT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Do Vale	0	1,8200	1
11	Mortadela sem gordura. Embalagem plástica, rótulo com ingredientes, com identificação do produto, fabricante, data da fabricação e validade. validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8659)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Aurora	0	6,3300	1
12	Creme de leite, tipo nata, pote de 300 gr, fresco. (8660)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tirol	0	2,7900	1
13	Achocolatado em pó. Lata de 400 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8661)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nescau	0	4,2100	1
14	Doce de Frutas. Potes de 900 gr. Deve constar na embalagem registro, data de fabricação, prazo de validade, composição e peso líquido. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8662)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Oliveira	0	5,2800	1
15	Ervilha. Lata de 200 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data da fabricação e validade. validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8663)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Goiás Verde	0	1,0100	1
16	Extrato de tomate. Lata de 840 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8664)	LAT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Quero	0	4,4300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2012

Número do Registro de Preços: 4/2012 **Data do Registro: 17/02/2012** **Válido até: 17/02/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de frutas, verduras, carnes, ovos, leite e derivados e diversos gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino fundamental e infantil.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	Milho. Lata de 200 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8665)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Goias verde	0	1,1000	1
18	Sardinha em óleo comestível. Embalagem de 125 gr. Lata não amassada, sem ferrugem, com identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade, valor nutricional, peso deve constar na embalagem registro. (8666)	LAT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	88	0	3,1000	1
19	Adoçante dietético líquido. Embalagem de 100 ml. (8667)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Adocil	0	2,6200	1
20	Leite em pó integral. Preparo instantâneo, lata de 400 gramas. (8668)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninho	0	9,0200	1
21	Doce de leite. Embalagem de 900 gramas, deve constar na embalagem registro, data de fabricação, prazo de validade, composição e peso líquido. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8669)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Oliveira	0	6,6500	1
22	Sagú. Embalagem de 500 gramas, deve constar na embalagem registro, data de fabricação, prazo de validade, composição e peso líquido. Validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. (8670)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Pérola	0	1,8300	1
23	Pó para gelatina. Embalagem de 30 gramas. Deve constar na embalagem registro, data de fabricação, prazo de validade, composição e peso líquido. Validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. (8671)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	0,5900	1
24	Farinha de trigo especial. Embalagem de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8672)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nordeste	0	6,4900	1
25	Farinha de mandioca. Embalagem de 1 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8673)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Santa Rita	0	3,2200	1
26	Fermento biológico. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8674)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Fleischmann	0	9,6500	1
27	Fermento químico instantâneo para bolos. Embalagem de 250 gr com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8676)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Royal	0	4,1900	1
28	Fubá de milho pré cozido. Embalagem de 500 gramas, com identificação do produto, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. (8684)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Polentina	0	1,9900	1
29	Lentilha. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8690)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Jureia	0	3,4500	1
30	Polvilho azedo. Embalagem de 1 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8691)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sevenhany	0	3,7200	1
31	Maionese. Embalagem plástica atóxica de 500 gr, lacrada, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data da fabricação e validade. validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8692)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Hellmann's	0	4,4500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2012

Número do Registro de Preços: 4/2012 Data do Registro: 17/02/2012 Válido até: 17/02/2013

Objeto da Compra: Aquisição de frutas, verduras, carnes, ovos, leite e derivados e diversos gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino fundamental e infantil.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
32	Margarina. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8693)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Doriana	0	3,0200	1
33	Óleo de soja refinado. Embalagem de 900 ml, não amassadas, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8694)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Soya	0	2,8600	1
34	Pipoca em grão. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação, validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8695)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Juréia	0	1,6700	1
35	Pó para pudim, sabores de chocolate, morango, coco e caramelo. Embalagem de 1 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8696)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	5,0700	1
36	Cereal infantil, pct de 230 gr, sabores variados, embalagem com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8697)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Super Bom	0	3,9500	1
37	Massa seca tipo cabelo de anjo. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8698)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Germani	0	2,9000	1
38	Aletria de letrinha. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8699)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Germani	0	1,9300	1
39	Massa espaguete Furadinho com ovos. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8700)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Parati	0	2,3800	1
40	Massa tipo parafuso com ovos. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8701)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Parati	0	2,8700	1
41	Massa tipo gravatinha com ovos. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8702)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Renata	0	3,5100	1
42	Massa para pastel tamanho G. Embalagem de polietileno atóxico, pacote com 20 unidades, identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8703)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Massita	0	4,2100	1
43	Açúcar refinado. Pacote de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8704)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Caravelas	0	10,3600	1
44	Açúcar de baunilha de 40 gr. (8705)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,1900	1
45	Amido de Milho. Caixa de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8706)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	3,3100	1
46	Arroz parbolizado, pct de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8707)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Do Vale	0	6,8600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2012

Número do Registro de Preços: 4/2012 Data do Registro: 17/02/2012 Válido até: 17/02/2013

Objeto da Compra: Aquisição de frutas, verduras, carnes, ovos, leite e derivados e diversos gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino fundamental e infantil.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	Arroz branco, pct de 1 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8708)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chinês	0	1,6600	1
48	Bolacha doce sortida, pct de 800 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8709)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Germani	0	5,4500	1
49	Bolacha de leite, pct de 800 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8710)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninfa	0	5,3100	1
50	Bolacha salgada tipo craker, pct de 800 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8711)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninfa	0	5,8500	1
51	Bolacha Maria, pct de 800 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8712)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninfa	0	5,1700	1
52	Café torrado e módo, caixa de 500 gr, embalado a vácuo, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8713)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Melitta	0	7,5600	1
53	Café solúvel granulado, vidro de 200 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8714)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nescafé	0	8,3600	1
54	Caldo de bacon, caixa com 6 unidades, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8715)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Knorr	0	1,1700	1
55	Caldo de galinha, caixa com 6 unidades, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8722)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Knorr	0	1,1700	1
56	COLORÍFICO (PCT 100 GR) (2371)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	0,8900	1
57	Orégano (pacote de 6 gr) (8502)	PC	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	0,5400	1
58	Pimenta em pó, unidade de 40 gr. (8716)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,5500	1
59	Sal refinado, pct de 1 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8717)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Zizo	0	1,3000	1
60	Suco, pct de 30 gr. (8718)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	0,7900	1
61	Folha de louro, pct de 5 gr. (8719)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	0,5800	1
62	Vinagre. Embalagem de 750 ml, garrafa plástica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8720)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Henning	0	0,8700	1
63	Abacaxi, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, frutas limpas. (8633)	PC	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,7700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2012

Número do Registro de Preços: 4/2012 **Data do Registro: 17/02/2012** **Válido até: 17/02/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de frutas, verduras, carnes, ovos, leite e derivados e diversos gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino fundamental e infantil.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	Alpim descascado congelado, pedaços de tamanho médio, limpos e bem conservados. (8166)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,9400	1
65	Abacate tamanho médio, sem machucados, bom grau de amadurecimento. (8634)	PC	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,5400	1
66	ALHO grão, sem machucados e brotamentos. Não devem estar murchos. (8161)	CB	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,3800	1
67	BANANA COMUM, unidades de tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8148)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,2900	1
68	Banana Branca. Tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8635)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,0400	1
69	BATATA INGLESA, unidades grandes, integras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8153)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,3000	1
70	BATATA DOCE ROXA, unidades grandes, integras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8152)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,1200	1
71	BETERRABA, unidades de tamanho médio, sem rachaduras ou perfurações, casca lisa e limpa. (8159)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,1700	1
72	BROCOLIS, maço frescos e limpos, com cor característica. (8144)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,5500	1
73	CEBOLA, unidades integras, frescas e limpas, sem perfurações. (8157)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,7300	1
74	Cenoura. Tamanho médio, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8636)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,3600	1
75	Couve flor. Unidades limpas e frescas, sem manchas, com característica. (8721)	PC	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,3300	1
76	Chuchu. unidades limpas e frescas, sem brotamento e não devem ser murchos. (8637)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,7700	1
77	Feijão preto. embalagens limpas, de bom cozimento. (8638)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,8500	1
78	Feijão vermelho. Embalagem limpa, de bom cozimento. (8639)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,7900	1
79	Laranja pêra. Tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (8640)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,7000	1
80	Laranja lima. Tamanho médio, frutas firmes, maduras e limpas, sem machucados. (8641)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,5400	1
81	Maça gala. Tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucados. (8642)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,3400	1
82	Mamão formosa. Tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (8723)	PC	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,2200	1
83	Manga. Unidades integras, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio. (8643)	PC	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,7400	1
84	Melância. unidades integras, frescas e limpas, bom grau de amadurecimento. (8644)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,2300	1
85	Maracujá. Unidades frescas e limpas, cor característica, não podem ser murchas. (8645)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	5,3500	1
86	PEPINO SALADA, unidades integras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8165)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,0700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2012

Número do Registro de Preços: 4/2012

Data do Registro: 17/02/2012

Válido até: 17/02/2013

Objeto da Compra: Aquisição de frutas, verduras, carnes, ovos, leite e derivados e diversos gêneros alimentícios para merenda escolar para ensino fundamental e infantil.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
87	PIMENTÃO VERDE, tamanho médio, fresco e limpo, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes. (8162)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,4700	1
88	Vagem. unidades frescas e limpas, característica, não podem ser murchas. (8646)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,1200	1
89	TOMATE, grau médio de amadurecimento, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações. (8155)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,0900	1
90	Salsa. maço de 200 gramas, fresca, não pode estar murchos. (8647)	MÇ	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,1400	1
91	Cebolinha. maço de 200 gramas, fresca, não podem ser murchas. (8648)	MÇ	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,3100	1
92	Gás (GLP) com casco, botijão de 13kg (8547)	UND	I. TRAPP & CIA LTDA (7649)	Liquigás	0	129,5083	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Supergasbrás	0	148,1160	2
93	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13kg (8546)	UND	I. TRAPP & CIA LTDA (7649)	Liquigás	0	39,5597	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Supergasbrás	0	45,2646	2
94	REPOLHO (52)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,4900	1

BRACO DO TROMBUDO , 17 de Fevereiro de 2012.

Ata Registro Preço 17/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2011

Número do Registro de Preços: 17/2011 Data do Registro: 23/05/2011 Válido até: 23/05/2012

Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 27 preto C8727AL - 10 ml. (8194)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	37,3900	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HP	0	37,9500	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	42,8800	3
			SUPPLAY COMÉRCIO DE CARTUCHOS LTDA (8818)	HP	0	43,7500	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	45,0000	5
			GW INFORMATICA E ELETRONICOS LTDA ME (8730)	HP	0	47,0000	6
			COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS (8820)	HP	0	48,6700	7
2	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 28 color C8728AL - 8 ml (8195)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	43,8200	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HP	0	47,9500	2
			GW INFORMATICA E ELETRONICOS LTDA ME (8730)	HP	0	52,0000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	53,0000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	53,4300	5
			SUPPLAY COMÉRCIO DE CARTUCHOS LTDA (8818)	HP	0	54,5400	6
			COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS (8820)	HP	0	58,1800	7
3	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 21 preto C9351AL 5 ml (8196)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	29,6400	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	32,3400	2
			SUPPLAY COMÉRCIO DE CARTUCHOS LTDA (8818)	HP	0	33,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HP	0	35,7000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	37,0000	5
			COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS (8820)	HP	0	39,1600	6
			GW INFORMATICA E ELETRONICOS LTDA ME (8730)	HP	0	47,0000	7
4	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 22 color C9352AL - 5 ml (8197)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	37,2000	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	41,1000	2
			SUPPLAY COMÉRCIO DE CARTUCHOS LTDA (8818)	HP	0	41,9400	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	47,0000	4
			COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS (8820)	HP	0	47,0500	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HP	0	54,1000	6
			GW INFORMATICA E ELETRONICOS LTDA ME (8730)	HP	0	57,0000	7
5	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 74 preto CB335WL - 4,5 ml. (8198)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	30,3500	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	32,3400	2
			SUPPLAY COMÉRCIO DE CARTUCHOS LTDA (8818)	HP	0	33,0000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	37,0000	4
			COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS (8820)	HP	0	39,1600	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HP	0	39,2000	6
			GW INFORMATICA E ELETRONICOS LTDA ME (8730)	HP	0	47,0000	7
6	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 75 color CB337WL - 3,5 ml. (8199)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	38,5000	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	41,1200	2
			SUPPLAY COMÉRCIO DE CARTUCHOS LTDA (8818)	HP	0	41,9400	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	47,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2011

Número do Registro de Preços: 17/2011 Data do Registro: 23/05/2011 Válido até: 23/05/2012

Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 57 color C6657AL - 19 ml. (8200)	UND	COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS (8820)	HP	0	47,1000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HP	0	49,9000	6
			GW INFORMATICA E ELETRONICOS LTDA ME (8730)	HP	0	52,0000	7
			GW INFORMATICA E ELETRONICOS LTDA ME (8730)	HP	0	55,0000	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	65,9400	2
			SUPPLAY COMÉRCIO DE CARTUCHOS LTDA (8818)	HP	0	79,0800	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	80,7200	4
8	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 56 preto C6656AL - 19 ml. (8201)	UND	COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS (8820)	HP	0	82,7800	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HP	0	88,9000	6
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	89,0000	7
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	38,7000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HP	0	39,2000	2
			GW INFORMATICA E ELETRONICOS LTDA ME (8730)	HP	0	47,0000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	50,4400	4
9	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 60 preto CC640WB - 4ml (8202)	UND	SUPPLAY COMÉRCIO DE CARTUCHOS LTDA (8818)	HP	0	51,5000	5
			COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS (8820)	HP	0	55,4800	6
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	58,0000	7
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	31,3000	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	32,3400	2
			SUPPLAY COMÉRCIO DE CARTUCHOS LTDA (8818)	HP	0	33,0000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	37,0000	4
10	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 60 color CC643WB - 3 ml. (8203)	UND	COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS (8820)	HP	0	39,1600	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HP	0	39,2000	6
			GW INFORMATICA E ELETRONICOS LTDA ME (8730)	HP	0	47,0000	7
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	38,5300	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	41,1200	2
			SUPPLAY COMÉRCIO DE CARTUCHOS LTDA (8818)	HP	0	41,9400	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	47,0000	4
11	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 25 color C6625A - 15 ml. (8204)	UND	COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS (8820)	HP	0	47,0800	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HP	0	49,0000	6
			GW INFORMATICA E ELETRONICOS LTDA ME (8730)	HP	0	51,0000	7
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	65,0000	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	70,0000	2
			SUPPLAY COMÉRCIO DE CARTUCHOS LTDA (8818)	HP	0	70,9800	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	75,4800	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2011

Número do Registro de Preços: 17/2011 Data do Registro: 23/05/2011 Válido até: 23/05/2012

Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 15 preto C6615DL - 25 ml. (8205)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	21,3500	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HP	0	37,8000	2
			GW INFORMATICA E ELETRONICOS LTDA ME (8730)	HP	0	55,0000	3
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	58,8600	4
			SUPPLAY COMÉRCIO DE CARTUCHOS LTDA (8818)	HP	0	71,3800	5
			COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS (8820)	HP	0	71,9000	6
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	76,0000	7
13	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 29 preto 51629A - 40 ml (8206)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HP	0	42,0000	1
			GW INFORMATICA E ELETRONICOS LTDA ME (8730)	HP	0	54,0000	2
			COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS (8820)	HP	0	71,1000	3
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	71,8800	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	75,6400	5
			SUPPLAY COMÉRCIO DE CARTUCHOS LTDA (8818)	HP	0	77,6400	6
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	88,3000	7
14	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 49 color 51649AL - 22.8 ml. (8207)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HP	0	49,0000	1
			GW INFORMATICA E ELETRONICOS LTDA ME (8730)	HP	0	55,0000	2
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	70,2000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	HP	0	78,8600	4
			SUPPLAY COMÉRCIO DE CARTUCHOS LTDA (8818)	HP	0	81,3600	5
			COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS (8820)	HP	0	84,5000	6
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	89,0000	7
15	Toner compatível 100% novo lacrado Q2612A (preto). (8208)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	PS3	0	25,1400	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MASTER	0	32,6300	2
			COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS (8820)	Color Black	0	34,8900	3
			SUPPLAY COMÉRCIO DE CARTUCHOS LTDA (8818)	Cartridgele	0	36,9100	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PREMIUM	0	40,0000	5
			GENERIC COLOR COM. DE EQUIP. PARA INFORMATICA LTDA (7838)	GENERIC COLOR	0	42,0000	6
			GW INFORMATICA E ELETRONICOS LTDA ME (8730)	BIG JET	0	67,0000	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	RE SC	0	70,0000	8
16	Toner compatível 100% novo lacrado CB435A (preto). (8209)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	PS3	0	34,4000	1
			COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS (8820)	Color Black	0	36,8900	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MASTER	0	41,0500	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PREMIUM	0	42,0000	4
			GENERIC COLOR COM. DE EQUIP. PARA INFORMATICA LTDA (7838)	GENERIC COLOR	0	45,0000	5
			SUPPLAY COMÉRCIO DE CARTUCHOS LTDA (8818)	Cartridgele	0	46,3500	6
			GW INFORMATICA E ELETRONICOS LTDA ME (8730)	BIG JET	0	67,0000	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	RE SC	0	94,9000	8
17	Toner compatível 100% novo lacrado CB436A (preto). (8210)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	PS3	0	34,4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2011

Número do Registro de Preços: 17/2011 Data do Registro: 23/05/2011 Válido até: 23/05/2012

Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	Toner compatível 100% novo lacrado Lexmark E120 (preto). (8211)	UND	COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS (8820)	Color Black	0	36,8900	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MASTER	0	41,0500	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PREMIUM	0	42,0000	4
			GENERIC COLOR COM. DE EQUIP. PARA INFORMATICA LTDA (7838)	GENERIC COLOR	0	45,0000	5
			SUPPLAY COMÉRCIO DE CARTUCHOS LTDA (8818)	Cartridgele	0	46,3500	6
			GW INFORMATICA E ELETRONICOS LTDA ME (8730)	BIG JET	0	67,0000	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	RE SC	0	94,9000	8
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	PS3	0	41,0200	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (8623)	MASTER	0	48,6700	2
			COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS (8820)	Color Black	0	49,0000	3
			GENERIC COLOR COM. DE EQUIP. PARA INFORMATICA LTDA (7838)	GENERIC COLOR	0	53,7100	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PREMIUM	0	60,0000	5
			SUPPLAY COMÉRCIO DE CARTUCHOS LTDA (8818)	Cartridgele	0	61,5700	6
			GW INFORMATICA E ELETRONICOS LTDA ME (8730)	BIG JET	0	67,0000	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	RE SC	0	98,0000	8

BRACO DO TROMBUDO , 23 de Maio de 2011.

Caçador

PREFEITURA

Portaria Nº 21.351

PORTARIA Nº 21.351, de 02 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o art. 120, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 21.247, de 19/12/11, que CONCEDEU a Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, 02 (dois) anos de licença sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares, no que se refere a data de início da licença que passa a ser:

Cód.	Nome	Cargo	Secretaria	A contar de
4167	Fabiana Binotto Cracco	Tecnóloga em Alimentos	Educação	01/02/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 02 de fevereiro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária De Educação.

Portaria Nº 21.355

PORTARIA Nº 21.355, de 06 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 178, inciso V, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora abaixo relacionada, designada para compor Comissão de Processo Seletivo, o pagamento de gratificação, especificando: nome, função no processo, nº do edital, nº do decreto de nomeação e valor da gratificação, conforme segue:

Cód.	Nome	Função	Nº Edital	Nº Decreto	Valor grat.
3415	Cristina Vasconcelos Amaral	membro	Edital 04/2011	4.999/11	200,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de fevereiro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário Da Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.356

PORTARIA Nº 21.356, de 06 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

EXCLUIR da Portaria nº 21.239, de 07 de dezembro de 2011, o nome da Servidora Pública Municipal DEYSE APARECIDA HEINE, com efeitos retroativos a 07 de dezembro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de fevereiro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário De Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.360

PORTARIA Nº 21.360, de 10 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências

RESOLVE:

DESIGNAR, a Servidora Pública Municipal SIMONE MARIA FOSCARINI, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, para exercer o cargo em Comissão de Secretária Executiva de Assessoria, do "Grupo Ocupacional" Comissão, Referência CC5, com carga horária de 35h semanais, para atuar junto a Assessoria de Planejamento e Coordenação, do Gabinete do Prefeito, a contar de 1º de fevereiro de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de fevereiro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário De Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.362

PORTARIA Nº 21.362, de 10 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 52 da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006, e ainda o que prevê o art. 40, § 19 da Constituição Federal, combinado com as Emendas Constitucionais nºs 41 e 47,

RESOLVE:

CONCEDER às Servidoras Públicas Municipais, abaixo relacionadas, pagamento do abono de permanência, especificando código, nome, cargo e secretaria de lotação:

Código	Nome	Cargo	Secretaria
156	Jucelei Aparecida Dallagnol	Professor 1ª a 4ª	Educação

63	Líria Bellaver Baseggio	Professor 1ª a 4ª	Educação
----	-------------------------	-------------------	----------

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de fevereiro de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário De Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.363

PORTARIA Nº 21.363, de 10 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 71 inciso I, Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido, a Servidora Pública Municipal MARIA DE JESUS GROTH, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, com exercício de 40 (quarenta) horas semanais, lotada 20h na EMEB Hilda Granemann de Souza e 20h na EMEB Henrique Júlio Berger, a contar de 07 de fevereiro de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de fevereiro de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA
Secretária De Educação.

Portaria Nº 21.364

PORTARIA Nº 21.364, de 10 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 114, da Lei complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137/2008,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e data do início da licença, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Data Início
10078	Andreia Dellai Andreoni	Prof. Educação Infantil	005	01/02/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de fevereiro de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário De Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.365

PORTARIA nº 21.365, de 10 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 103, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E

CONCEDER licença para tratamento de saúde, pelo período de 02 (dois) anos, a Servidora Pública Municipal KATIA JUDITE SOUZA DE ANDRADE, ocupante do cargo de Servente da Educação, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, a contar de 31 de janeiro de 2012, conforme laudo médico.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de fevereiro de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário De Administração E Fazenda.

Edital 003 - Processo Seletivo Magistério

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003, de 17 de fevereiro de 2012.

Convoca aprovados em Processo Seletivo para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário para atuar no Magistério Público Municipal - Edital nº 04/2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

C O N V O C A:

Os cidadãos, abaixo relacionados, classificados no Processo Seletivo para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário para atuar no Magistério Público Municipal - Edital nº 04/2011, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, conforme seqüência de classificação:

EDUCAÇÃO INFANTIL:

Ana Lucia Maceno
Joice Porth
Luciane Maria Fernandes Strauss
Andressa Angelita Nunes

2º ao 5º ANO

Irene Meireles Prestes Pasa
Andreia Patricia Schwartz
Elisangela Teodoro
Daianny Ferreira
Rosangela Aparecida Ribas de Mello
Marli Alves Lima Araújo de Sousa
Marcia Regina Gotardo Rupp
Juliana Gonçalves
Tatiane Aparecida Polo
Evanilde Maria Montovani Conte
Débora Jane Zarur
Deisiane Aparecida de Paulo
Maristela Leal Machado
Franciele Zago
Mari Elza Colla Smaha

ESPECIALISTA-
Nilson Alexandre de Douza
Gisele Ludvig

AUXILIAR DE BIBLIOTECA
Cristiane da Silva Andrique Ceron

EDUCAÇÃO FÍSICA
Joel Caetano
Minelli Frigotto Scolaro

a) Os cidadãos deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Secretaria de Educação, munidos de identidade e comprovante de escolaridade no ato da escolha, no prazo de 72 (setenta e duas) horas úteis, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Contrato.

b) A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de fevereiro de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

Nota de revogação de processo licitatório

Câmara Municipal de Caçador/SC
Nota de revogação de processo licitatório

Processo Licitatório 07/2012 - Convite 04/2012. CONSIDERANDO a necessidade de adequação do objeto descrito no edital do processo licitatório supramencionado. CONSIDERANDO a necessidade de revisão dos valores estipulados em função do orçamento para o exercício de 2012; A Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC decide REVOGAR o processo licitatório 07/2012 - Convite 04/2012, determinando a publicação imediata do presente despacho a fim de dar efetividade à decisão tomada.

Caçador/SC, 17 de fevereiro de 2012.
SIRLEY DE FATIMA TIBES CECCATTO
Presidente da Câmara Municipal.

IPASC

Homologações de Processos Licitatórios

TOMADA DE PREÇO Nº 1/11
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/11
HOMOLOGAÇÃO: 09/01/12
CONTRATADO: CONSTRUTORA EXATA LTDA
CONTRATANTE: IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR

OBJETO: Contratação de empresa habilitada em regime de execução por empreitada global, do tipo Menor Preço Global, para REFORMA DE 13,20 m² e AMPLIAÇÃO de 207,32 m² DA SEDE DO IPASC
VALOR DA DESPESA: R\$ 276.587,73 (duzentos e setenta e seis mil quinhentos e oitenta e sete reais e setenta e três centavos)
DATA: 17/02/12 - FERNANDO SCOLARO - Diretor Presidente.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/12
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/12
HOMOLOGAÇÃO: 14/02/12
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA.
CONTRATANTE: IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DO SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA, FOLHA DE PAGAMENTO E COMPRAS E LICITAÇÕES, EM AMBIENTE WINDOWS
VALOR DA DESPESA: R\$ 28.854,00 (vinte e oito mil oitocentos e cinquenta e quatro reais)
DATA: 17/02/12 - KAREN FERNANDA RIBEIRO - Diretora Administrativa.

Resumo Contratos Assinados No Mês

ESTADO DE SANTA CATARINA
IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR

Contrato Nº.: 2/2012
Contratante.: IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR
Contratada : CSM - CONSULTORIA E SEGURIDADE MUNICIPAL S/S LTDA
Valor : 4.510,00 (quatro mil quinhentos e dez reais)
Vigência : Início: 19/01/2012 Término: 19/01/2012
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2012
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (3) Saldo: 69.535,34
Objeto : SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EMPREGADA SOB A FORMA DE CONSULTORIA EVENTUAL VISANDO A ELABORAÇÃO DE NOTA TÉCNICA E CÁLCULO ATUARIAL, REFERENTE AO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAÇADOR - SC.
Caçador, 17 de Fevereiro de 2012

Contrato Nº.: 1/2012
Contratante.: IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR
Contratada : CONSTRUTORA EXATA LTDA
Valor : 276.587,73 (duzentos e setenta e seis mil quinhentos e oitenta e sete reais e setenta e três centavos)
Vigência : Início: 13/01/2012 Término: 10/08/2012
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2011
Recursos : Dotação: 2.034.4.4.90.00.00.00.00 (2) Saldo: 292.072,60
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA EM REGIME DE EXECUÇÃO POR EMPREITADA GLOBAL, DO TIPO MENOR PREÇO, PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE DO IPASC, CONFORME PROJETOS E MEMORIAIS ANEXOS, PELO PRAZO DE 210 DIAS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, ORÇAMENTO ANALÍTICO E PROJETOS
Caçador, 17 de Fevereiro de 2012

Contrato Nº.: 3/2012
Contratante.: IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR
Contratada : BETHA SISTEMAS LTDA.
Valor : 690,00 (seiscentos e noventa reais)
Vigência : Início: 21/01/2012 Término: 21/02/2012
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2011
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (3) Saldo: 69.535,34
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DO SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA, FOLHA DE PAGAMENTO E COMPRAS E LICITAÇÕES, EM AMBIENTE WINDOWS
Caçador, 17 de Fevereiro de 2012

Contrato Nº.: 4/2012
Contratante.: IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR
Contratada : BETHA SISTEMAS LTDA.
Valor : 28.854,00 (vinte e oito mil oitocentos e cinquenta e quatro reais)
Vigência : Início: 15/02/2012 Término: 15/02/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2012
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (3) Saldo: 69.535,34
Objeto : LOCAÇÃO DE SISTEMAS PARA GESTÃO PÚBLICA COMPREENDENDO CONTABILIDADE PÚBLICA, COMPRAS E LICITAÇÕES, PATRIMÔNIO, FOLHA DE PAGAMENTO, TESOUREARIA
E RH E TREINAMENTO E SUPORTE SISTEMAS.
Caçador, 17 de Fevereiro de 2012

Camboriú

PREFEITURA

PR 7/12 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2012-PMC

OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE VIDROS BLINDADOS NA PARTE FRONTAL DA DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL NO BAIRRO MONTE ALEGRE NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, A FIM DE PROPORCIONAR A SEGURANÇA DOS FUNCIONÁRIOS.
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.
ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 08 (oito) de Março de 2012, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.
INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 17 de Fevereiro de 2012.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Resultado do PR 3/12 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº003/2012-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi "DESERTA".
Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 17 de Fevereiro de 2012.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
PREFEITA MUNICIPAL

Edital de Chamamento

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 044/2012
(Edital de Concurso Público nº. 001/2007)
"Convoca aprovados em concurso público de que trata o Edital nº. 001/2007, e dá outras providências".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Municipal nº. 39 de 02 de Janeiro de 2012 e na Lei Complementar nº. 008 de 18 de outubro de 2007;

Art. 1º - Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital nº. 001/2007, conforme os Cargos constante do Anexo I, parte integrante do presente Edital.

Art. 2º - Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal da Administração, Rua Getulio Vargas, nº. 77 nesta Cidade, para apresentar os documentos de que trata o artigo 3º do presente edital, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal.

Art. 3º - Os aprovados no Concurso ora convocados deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

CÓPIAS AUTENTICADAS

- 1.Comprovante de residência
- 2.RG (não pode ser Carteira de Habilitação)
- 3.CPF
- 4.Comprovante de inscrição no conselho de classe, respectivo (quando couber)
- 5.Comprovante do nível de escolaridade exigido para o cargo (conforme Edital)
- 6.Certidão de casamento
- 7.PIS/PASEP
- 8.Carteira de Trabalho (frente com a foto e verso com os dados do servidor)
- 9.Título de eleitor e comprovante da ultima votação (canhoto)
- 10.Certificado de reservista (se masculino)
- 11.CNH (somente para o cargo do motorista, outros cargos é opcional)
- 12.Nº de Conta no Banco Itaú (frente e verso do cartão se houver)
- 13.Certidão de nascimento de filhos menores (até 21 anos)

DOCUMENTOS ORIGINAIS

Fotografia
Atestado médico admissional saúde física (com os exames agendar perícia médica na Sec. De Saúde)
Exames de Laboratório e Imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG(Eletrocardiograma) e RX Tórax.
Atestado médico saúde mental (efetivos)
Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90 (entregue para preenchimento no ato da entrega de dctos)
Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego público ou percepção de proventos (entregue para preenchimento no ato da entrega de dctos)
Declaração de acumulação legal de cargo público, constando o cargo, carga horária, local de trabalho (entregue para preenchimento no ato da entrega de dctos)
Declaração de IR (se houver)
Declaração com firma reconhecida de bens ou de não possuir bens (entregue para preenchimento no ato da entrega de dctos)
Declaração de quitação com as obrigações eleitorais e de estar em pleno gozo dos direitos políticos
Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual e Federal (FORUM - estadual Federal - site: TRF4)

§1º - O Atestado médico acima será emitido pela JUNTA MÉDICA do município constituída para tal finalidade.

§2º - Para emissão do atestado médico, destinado a comprovar a boa saúde física e mental, o candidato deverá apresentar os seguintes exames de laboratório e imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG (Eletrocardiograma) e RX Tórax.

§3º - Os exames devem ser realizados em data posterior a publicação deste edital.

Art. 4º - O candidato que não comparecer para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido no artigo 2º, será considerado desistente e eliminado, sendo substituído pelo próximo aprovado, obedecida à ordem de classificação.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, aos 23 dias do mês de Fevereiro de 2012.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

JOHN LENON TEODORO
Secretário Municipal Da Administração

Publicado no Mural Público Municipal e
Registrado no Livro de Publicações
Na data supra

JOHN LENON TEODORO
Secretário de Administração

ANEXO I

CARGO: PSICÓLOGO
20º CLASSIFICADO - FLÁVIA NATALÍ BORBA
21º CLASSIFICADO - FRANCIELLI CRISTIANE DE AZEVEDO
22º CLASSIFICADO - MARIA ENCARNACION BENITES CAMACHO
23º CLASSIFICADO - CLAUDIA MARIA PETRI

CARGO: FONOAUDIÓLOGO
13º CLASSIFICADO - TAISA DA SILVA

CARGO: MEDICO VETERINÁRIO
03º CLASSIFICADO - ANNE GRACE DA PAZ ELGRABLY

Anexo Edital De Contribuição De Melhoria 3/2012

RUA - MONTE CASTELITO

QUANTITATIVO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA - DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA

LOTE	INSCRIÇÃO CADASTRAL PMC	PROPRIETÁRIO	RUAS	TESTADA DO LOTE (M)	ÁREA RUA EM M²	FATOR DE CONTRIBUIÇÃO	A CONSTRUIR	ESCAVAÇÃO DRENAGEM M³	REATERO DRENAGEM M³	BSTC Ø30 UNIDADE	BSTC Ø100 UNIDADE	CL UNIDADE	BL UNIDADE	PREPARO CANCHAM M²	MEIO FIO SARJET A UNIDADE	PAVIMENTAÇÃO M²
						1	FATOR	487,50	390,00	40	161	5	10	1.408,00	344,00	1.408,00
1	01.02.108.0012.001	MOACIR JOSE DEON	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
2	01.02.108.0024.001	MOACIR JOSE DEON	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
3	01.02.108.0036.001	MARICULI IVATIUK	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
4	01.02.108.0048.001	AGENOR CARDOSO	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
5	01.02.108.0060.001	VALDOMIRO ANTONIO VANZIN	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
6	01.02.108.0072.001	VALMIRA THEISGES	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
7	01.02.108.0084.001	MARINO DA SILVA	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
8	01.02.108.0096.001	ALVARO CARVALHO	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
9	01.02.108.108.001	AMILTO MICHAUD CONRADO	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
10	01.02.108.0120.001	NADIR MASSANEIRO	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
11	01.02.108.0132.001	VALMIR VIERO	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
12	01.02.108.0144.001	SERGIO CAMPOS	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
13	01.02.108.0156.001	AVELINO CARVALHO	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
14	01.02.108.0190.001	GEOVANE DOS SANTOS AMARAL	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
15	01.02.114.0222.001	VITORIO MULLER	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
16	01.02.114.0234.001	VITORIO MULLER	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
17	01.02.114.0246.001	VITORIO MULLER	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
18	01.02.114.0258.001	WANDA DE ABREU WEBLER SOLINO TEIXEIRA	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
19	01.02.114.0270.001	WANDA DE ABREU WEBLER SOLINO TEIXEIRA	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
20	01.02.114.0282.001	IVO BERNARDO	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
21	01.02.114.0294.001	CLERIA MARIA ESPINDOLA ATARAO	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
22	01.02.114.0306.001	EDUARDO NOGUEIRA	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
23	01.02.114.0316.001	SEBASTIAO CORREA DE ALMEIDA	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
24	01.02.114.0338.001	ORLANDO DALMOLIM	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
25	01.02.114.0342.001	ORLANDO DALMOLIM	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
26	01.02.114.0354.001	ORLANDO DALMOLIM	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
27	01.02.114.0366.001	ORLANDO DALMOLIM	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
28	01.02.114.0400.001	ORLANDO DALMOLIM	MONTE CASTELITO	12,00	48,00	0,03571	1,00	17,41	13,93	1,43	5,75	0,18	0,36	50,29	12,29	50,29
		ÁREA COMUM ESQUINAS	TODAS		64,00											
	TOTAL			336,00	1.408,00	1,00		487,50	390,00	40,00	161,00	5,00	10,00	1.408,00	344,00	1.408,00
	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR UNITÁRIO (R\$)						8,76	13,49	31,50	249,00	354,36	542,51	1,50	19,90	46,00
	VALOR SUBTOTAL (R\$)	VALOR SUB-TOTAL (R\$)						4.270,50	5.261,10	1.260,00	40.089,00	1.771,80	5.425,10	2.112,00	6.845,60	64.768,00
	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL (R\$)														131.803,10

Editais De Contribuição De Melhoria 3/2012
EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 003/2012

A Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 91 da Lei Orgânica e da Lei Municipal nº. 1695 de 22 de maio de 2006 faz saber a quem interessar possa que o Município de Camboriú baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento ao erário, dos valores parciais despendidos nas obras de pavimentação e drenagem pluvial, compreendendo a seguinte(s) via(s) pública(s) desta cidade:

1 -RUA MONTE CASTELITO, no Monte Alegre, totalizando 1.408,00m2 (Hum Mil Quatrocentos e Oito Metros Quadrados), tendo como confrontação os lotes relacionados no ANEXO I deste edital.

2 -PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO

Projeto Gráfico de Drenagem Pluvial e Pavimentação da referida via pública, com memorial descritivo e planilhas de quantidades e valores, para a execução dos serviços de drenagem pluvial e pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos na Lei Municipal nº. 1695/2006.

3 -DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis que não aderiram ao Programa de Pavimentação Comunitária ou se recusarem a efetuar o pagamento, situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a RUA MONTE CASTELITO, que foram valorizados com a execução da obra.

4 -DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra (planilha em anexo a este edital), computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano desta municipalidade.

5 -DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel. A municipalidade participa no custo da obra para a pavimentação da via pública em locais dentro do trecho da obra que não estão na responsabilidade dos proprietários na área beneficiada.

6 - PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será o custo este referente à obra realizada de frente seu respectivo imóvel.

7 -DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

Os custos unitários e totais para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas, têm seus valores unitários referenciados na Tabela SINAPI/SC de JAN/2010, anexa a este edital, e por preços da região conforme Anexo II deste Edital de Contribuição de Melhoria, sendo que o valor total da referida obra é de R\$ 131.803,10 (Cento e Trinta e Um Mil Oitocentos e Três Reais e Dez Centavos).

8 -FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Secretaria Municipal de Finanças, obedecendo às seguintes condições:

8.1 - Pagamento à vista:

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião do final da obra.

8.2 - Pagamento parcelado:

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em 6 (seis) ou em 12 (doze) vezes, aplicando-se mais a atualização monetária prevista em lei, com juros de 1% (um por cento) ao mês.

9 -OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

10 -DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Edital de Contribuição de Melhoria, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal por meio de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e número de prestações.

11 -DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Municipalidade.

Camboriú, 17 de Fevereiro de 2012.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 6.896 de 17 de Fevereiro de 2012

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 6.896 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VI; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. EROTIDES URBANEK PETROCEFSKI, para exercer o cargo de Professor III - Arte, Registro no Sistema sob o nº 955014; Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 014/03, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível P2, Sub-Nível 21, Referência A, no valor de R\$ 1.464,23 (um mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais, vinte três centavos) mensais, pelo período de 17 de fevereiro de 2012 a 20 de dezembro de 2012, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 011/2011, em 19º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 17 de fevereiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
17/02/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.897 de 22 de Fevereiro de 2012

Gabinete do Prefeito
DECRETO Nº 6.897 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VI; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. VANESSA MILCZEWSKY NASCIMENTO, para exercer o cargo de Professor III - Arte, Registro no Sistema sob o nº 955015; Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 014/03, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vencimentos Nível P2, Sub-Nível 21, Referência A, no valor de R\$ 732,11 (setecentos e trinta e dois reais, onze centavos) mensais, pelo período de 22 de fevereiro de 2012 a 20 de dezembro de 2012, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 011/2011, em 22º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 22 de fevereiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
22/02/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.898 de 22 de Fevereiro de 2012

Gabinete do Prefeito
DECRETO Nº 6.898 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VI; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. ANA MARIA CAMARGO DREVECK, para exercer o cargo de Atendente de Sala, Registro no Sistema sob o nº 955016; Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato

Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 4, Sub-Nível 41, Referência A, no valor de R\$ 985,51 (novecentos e oitenta e cinco reais, cinquenta e um centavos) mensais, pelo período de 07 de fevereiro de 2012 a 07 de agosto de 2012, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 011/2011, em 11º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 22 de fevereiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
22/02/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.893 de 17 de Fevereiro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 8.893 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I, MARIA ORINDA FERNANDES, Matrícula Funcional nº 000049, Registro no Sistema sob nº 150300, referente aos períodos aquisitivos: 01 de novembro de 2009 a 31 de outubro de 2010 = 13 (treze) dias; 01 de novembro de 2010 a 31 de outubro de 2011 = 17 (dezesete) dias, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2010 a 31 de outubro de 2011.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 22 de fevereiro de 2012 a 22 de março de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de fevereiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
17/02/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.894 de 17 de Fevereiro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 8.894 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Agente Administrativo III, GUSTAVO MACHADO DO AMARAL, Matrícula Funcional nº 000495, Registro no Sistema sob nº 954517, referente ao período aquisitivo 13 de janeiro de 2011 a 14 de janeiro de 2012.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 22 de fevereiro de 2012 a 02 de março de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de fevereiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/02/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.895 de 17 de Fevereiro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 8.895 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012
ALTERA DISPOSIÇÕES DO ART. 2º DA PORTARIA
Nº 7.892 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições do Art. 1º da Portaria nº 7.892 de 23 de dezembro de 2010, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias a Auxiliar de Odontologia - DAISI ISABEL BUCHMANN SCHROEDER, matrícula nº 000448, referente ao período aquisitivo: 14 de setembro de 2008 á 13 de setembro de 2009, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 14 de setembro de 2009 á 13 de setembro de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de dezembro de 2010.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC, 17 de fevereiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/02/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.896 de 17 de Fevereiro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 8.896 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Médico II, RÉGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO, Registro no Sistema sob nº 954967, referente ao período aquisitivo 19 de dezembro de 2011 a 18 de maio de 2012.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 04 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2011.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de fevereiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/02/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.897 de 17 de Fevereiro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 8.897 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Técnica em Enfermagem, CARLA ROSANE DE SOUZA SCHINDLER, Matrícula Funcional nº 000616, Registro no Sistema sob nº 954965, referente ao período aquisitivo 01 de dezembro de 2011 a 30 de novembro de 2012.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 04 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2011.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de fevereiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/02/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.898 de 17 de Fevereiro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 8.898 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Agente Comunitário de Saúde, CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA, Matrícula Funcional nº 000617, Registro no Sistema sob nº 954966, referente ao período aquisitivo 01 de dezembro de 2011 a 30 de novembro de 2012.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 02 de janeiro de 2012 a 08 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de fevereiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/02/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.899 de 22 de Fevereiro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 8.899 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional IV - PAULO SOARES DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional nº 0267, Registro no Sistema sob nº 15000, referente ao período aquisitivo:

01 de julho de 2010 a 30 de junho de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 22 de fevereiro de 2012 a 12 de março de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de fevereiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/02/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.900 de 22 de Fevereiro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 8.900 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Agente Administrativo II - LUCIELLE KAROLYNE CUBAS, Matrícula Funcional nº 000500, Registro no Sistema sob nº 954556, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 22 de fevereiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/02/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

Aviso de Cancelamento - Pregão Nº 15/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Aviso de Cancelamento

Pregão presencial nº 15/2012

Conforme publicação ocorrida no DOM, página 19, Edição nº 934, do dia 22/02/2012, o Município de Campos Novos-SC, torna público o CANCELAMENTO do Pregão Presencial nº 15/2012 cuja sessão fora programada para o dia 02 de março de 2012, por conveniência administrativa, nos termos do Art. 49 da Lei Federal nº 8666/93.

Novo Edital será lançado e publicado oportunamente.

Maiores informações podem ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Campos Novos, que funciona das 13:00 as 17:30 horas ou através do e-mail compras@camposnovos.s.c.gov.br.

Campos Novos-SC, 23 de fevereiro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão 16/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL nº 16/2012

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 06/03/2012 às 15:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Lote, tendo como objeto A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E TELEFONIA IP, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE SOFTWARES E INSTALAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NOS ANEXOS DO EDITAL.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, que está funcionando temporariamente no Salão Paroquial, localizado na Rua São João Batista, ao lado da Igreja Matriz, no horário das 13:00 min às 17:30 horas diariamente.

Campos Novos, 23 fevereiro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

Edital de Tomada de Preços N.º 09/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 30/2012

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 09/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 14 de março

de 2012, às 14h15min, a abertura das propostas para construção de um refeitório na Escola Municipal Benedito Therezio de Carvalho, com área total de 570,95 m². Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito e.e.

Alteração do edital de Pregão Presencial N.º FMAS 03/2012

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS/SC
MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 05/2012

PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 03/2012

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público, que alterou as especificações das impressora, objeto do edital acima. Tendo em vista, que as alterações afetam a formulação das propostas, foi transferida a data de entrega e abertura dos envelopes, para o dia 06/03/2012, sendo a entrega até às 15h00min e abertura às 15h05min. Edital devidamente alterado, disponível no site www.pmc.sc.gov.br, no link licitações. Informações (047) 3621-7705.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito e.e.

Edital de Tomada de Preços N.º 06/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 24/2012

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 06/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 13 de março de 2012, às 14h15min, a abertura das propostas para contratação de empresa especializada para elaboração de projeto para pavimentação da Estrada Geral Do Distrito De Paula Pereira, com 18 km. aprox.. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito e.e.

Edital de Tomada de Preços N.º 10/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 31/2012

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 10/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 13 de março de 2012, às 10h15min, a abertura das propostas para contratação do serviço de transporte de 11 (onze) alunos da localidade rural, denominada Sereia para a E.B.M. Castelo branco, no ano letivo de 2012, 50 km/dia. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito e.e.

Prefeito e.e.

Capinzal

SIMAE

Termo de Convênio Nº CAO/01/2012

TERMO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº CAO/01/2012

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SIMAE/CAO/0306/2011

OBJETO: ATRAVÉS DO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE OURO, EMBASADO NO PERMISSIVO DA LEI Nº 2.310, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2012, TRANSFERE AO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO O ENCARGO E A RESPONSABILIDADE PELA COBRANÇA DA COTA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA CUJOS RECURSOS SERÃO DESTINADOS À ENTIDADE FILANTRÓPICA DENOMINADA "HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES". REFERIDA COTA DE PARTICIPAÇÃO INCIDIRÁ SOBRE AS FATURAS MENSAS DE ÁGUA A TODOS OS PROPRIETÁRIOS, TITULARES DO DOMÍNIO ÚTIL, POSSUIDORES E OCUPANTES DE UNIDADE DE IMÓVEIS SERVIDOS, EFETIVA OU POTENCIALMENTE, QUE ESTEJAM LIGADOS COMO CONSUMIDORES, À REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA.

VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: 31/12/2012

NERI LUIZ MIQUELOTO

Prefeito Municipal de Ouro

SIDNEI PENSO

Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro/SC - SIMAE

MARIA HELENA DA SILVA CUNHA

Hospital Nossa Senhora das Dores

Catanduvas

PREFEITURA

Extrato de Contrato FMAS Nº 0012/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO FMAS Nº 0012/2012

Pregão nº 0005/2012 (Processo Licitatório nº 0006/2012).

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, limpeza e higiene, visando o desenvolvimento das Secretarias de Saúde e Assistência Social, bem como, os programas PETTI - CRAS - CREAS e Grupos da Terceira idade.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: PANIFICADORA ART PÃO LTDA.

Valor global contratado: R\$ 12.530,00 (doze mil, quinhentos e trinta reais).

Prazo de vigência: 14 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 14 de fevereiro de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

Extrato de Contrato FMAS Nº 0013/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO FMAS Nº 0013/2012

Pregão nº 0005/2012 (Processo Licitatório nº 0006/2012).

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, limpeza e higiene, visando o desenvolvimento das Secretarias de Saúde e Assistência Social, bem como, os programas PETTI - CRAS - CREAS e Grupos da Terceira idade.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: SACOLÃO DE FRUTAS E VERDURAS SÃO CRISTOVÃO.

Valor global contratado: R\$ 6.310,20 (seis mil, trezentos e dez reais e vinte centavos).

Prazo de vigência: 14 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 14 de fevereiro de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

Extrato de Contrato FMAS Nº 0014/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO FMAS Nº 0014/2012

Pregão nº 0005/2012 (Processo Licitatório nº 0006/2012).

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, limpeza e higiene, visando o desenvolvimento das Secretarias de Saúde e Assistência Social, bem como, os programas PETTI - CRAS - CREAS e Grupos da Terceira idade.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: COR E ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA. Valor global contratado: R\$ 1.102,48 (um mil, cento e dois reais e quarenta e oito centavos).

Prazo de vigência: 14 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 14 de fevereiro de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

Extrato de Contrato FMAS Nº 0015/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO FMAS Nº 0015/2012

Pregão nº 0005/2012 (Processo Licitatório nº 0006/2012).

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, limpeza e higiene, visando o desenvolvimento das Secretarias de Saúde e Assistência Social, bem como, os programas PETTI - CRAS - CREAS e Grupos da Terceira idade.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. Valor global contratado: R\$ 307,30 (trezentos e sete reais e trinta centavos).

Prazo de vigência: 14 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 14 de fevereiro de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

Extrato de Contrato FMAS Nº 0016/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO FMAS Nº 0016/2012
Pregão nº 0005/2012 (Processo Licitatório nº 0006/2012).

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, limpeza e higiene, visando o desenvolvimento das Secretarias de Saúde e Assistência Social, bem como, os programas PETTI - CRAS - CREAS e Grupos da Terceira idade.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: AP SUPERMERCADO LTDA ME.

Valor global contratado: R\$ 32.918,45 (trinta e dois mil, novecentos e dezoito reais e quarenta e cinco centavos).

Prazo de vigência: 14 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 14 de fevereiro de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

Extrato de Contrato FMAS Nº 0017/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO FMAS Nº 0017/2012
Pregão nº 0005/2012 (Processo Licitatório nº 0006/2012).

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, limpeza e higiene, visando o desenvolvimento das Secretarias de Saúde e Assistência Social, bem como, os programas PETTI - CRAS - CREAS e Grupos da Terceira idade.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: CAPINZAL CENTER LTDA.

Valor global contratado: R\$ 9.041,39 (nove mil quarenta e um reais e trinta e nove centavos).

Prazo de vigência: 14 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 14 de fevereiro de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

Extrato de Contrato FMS Nº 0014/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0014/2012
Convite nº 0002/2012 (Processo Licitatório nº 0008/2012).

Objeto: Contratação de serviços especializados de consultoria e assessoria técnica nas áreas de Projetos de Saúde.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: MARLI AGOSTINI - CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE LTDA.

Valor global contratado: R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais).

Prazo de vigência: 10 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 10 de fevereiro de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 0015/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0015/2012
Pregão nº 0005/2012 (Processo Licitatório nº 0006/2012).

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, limpeza e higiene, visando o desenvolvimento das Secretarias de Saúde e Assistência Social, bem como, os programas PETTI - CRAS - CREAS e Grupos da Terceira idade.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: SACOLÃO DE FRUTAS E VERDURAS SÃO CRISTOVÃO.

Valor global contratado: R\$ 3.522,81 (três mil, quinhentos e vinte e dois reais e oitenta e um centavos).

Prazo de vigência: 14 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 14 de fevereiro de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 0016/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0016/2012
Pregão nº 0005/2012 (Processo Licitatório nº 0006/2012).

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, limpeza e higiene, visando o desenvolvimento das Secretarias de Saúde e Assistência Social, bem como, os programas PETTI - CRAS - CREAS e Grupos da Terceira idade.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO.

Valor global contratado: R\$ 1.338,44 (um mil, trezentos e trinta e oito reais e quarenta e quatro centavos).

Prazo de vigência: 14 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 14 de fevereiro de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 0017/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0017/2012
Pregão nº 0005/2012 (Processo Licitatório nº 0006/2012).

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, limpeza e higiene, visando o desenvolvimento das Secretarias de Saúde e Assistência Social, bem como, os programas PETTI - CRAS - CREAS e Grupos da Terceira idade.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: COR E ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA.

Valor global contratado: R\$ 6.100,30 (seis mil cem reais e trinta centavos).

Prazo de vigência: 14 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 14 de fevereiro de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 0018/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0018/2012

Pregão nº 0005/2012 (Processo Licitatório nº 0006/2012).

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, limpeza e higiene, visando o desenvolvimento das Secretarias de Saúde e Assistência Social, bem como, os programas PETTI - CRAS - CREAS e Grupos da Terceira idade.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.

Valor global contratado: R\$ 1.795,46 (um mil, setecentos e noventa e cinco reais e quarenta e seis centavos).

Prazo de vigência: 14 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 14 de fevereiro de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 0019/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0019/2012

Pregão nº 0005/2012 (Processo Licitatório nº 0006/2012).

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, limpeza e higiene, visando o desenvolvimento das Secretarias de Saúde e Assistência Social, bem como, os programas PETTI - CRAS - CREAS e Grupos da Terceira idade.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: AP SUPERMERCADO LTDA ME.

Valor global contratado: R\$ 19.592,30 (dezenove mil, quinhentos e noventa e dois reais e trinta centavos).

Prazo de vigência: 14 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 14 de fevereiro de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 0020/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0020/2012

Pregão nº 0005/2012 (Processo Licitatório nº 0006/2012).

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, limpeza e higiene, visando o desenvolvimento das Secretarias de Saúde e Assistência Social, bem como, os programas PETTI - CRAS - CREAS e Grupos

da Terceira idade.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: CAPINZAL CENTER LTDA.

Valor global contratado: R\$ 11.065,11 (onze mil, sessenta e cinco reais e onze centavos).

Prazo de vigência: 14 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 14 de fevereiro de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 0021/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0021/2012

Pregão nº 0005/2012 (Processo Licitatório nº 0006/2012).

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, limpeza e higiene, visando o desenvolvimento das Secretarias de Saúde e Assistência Social, bem como, os programas PETTI - CRAS - CREAS e Grupos da Terceira idade.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME.

Valor global contratado: R\$ 679,05 (seiscentos e setenta e nove reais e cinco centavos).

Prazo de vigência: 14 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 14 de fevereiro de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 0022/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0022/2012

Pregão nº 0001/2012 (Processo Licitatório nº 0002/2012).

Objeto: Aquisição de medicamentos de Farmácia Básica até dezembro de 2012, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITA-LARES LTDA.

Valor global contratado: R\$ 67.396,50 (sessenta e sete mil trezentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos).

Prazo de vigência: 15 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 15 de fevereiro de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 0023/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0023/2012

Pregão nº 0001/2012 (Processo Licitatório nº 0002/2012).

Objeto: Aquisição de medicamentos de Farmácia Básica até dezembro de 2012, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Valor global contratado: R\$ 108.159,85 (cento e oito mil cento e cinquenta e nove reais e oitenta e cinco centavos).

Prazo de vigência: 15 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 15 de fevereiro de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 0024/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0024/2012

Pregão nº 0001/2012 (Processo Licitatório nº 0002/2012).

Objeto: Aquisição de medicamentos de Farmácia Básica até dezembro de 2012, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Valor global contratado: R\$ 71.160,80 (setenta e um mil, cento e sessenta reais e oitenta centavos).

Prazo de vigência: 15 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 15 de fevereiro de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato FMS Nº 0025/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0025/2012

Pregão nº 0001/2012 (Processo Licitatório nº 0002/2012).

Objeto: Aquisição de medicamentos de Farmácia Básica até dezembro de 2012, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME.

Valor global contratado: R\$ 127.049,30 (cento e vinte e sete mil, quarenta e nove reais e trinta centavos).

Prazo de vigência: 15 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 15 de fevereiro de 2012.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde.

Extrato de Contrato Nº 0029/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0029/2012

Convite nº 0003/2012 (Processo Licitatório nº 0009/2012).

Objeto: Aquisição de peças e contratação de mão de obra referente ao conserto do Trator de Esteira D41 que pertence ao quadro de veículos oficiais da prefeitura, visando o desempenho da Secretaria de Infraestrutura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: MANTOMAC COM DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA .

Valor global contratado: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Prazo de vigência: 09 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de julho 2012.

Data e assinatura do contrato: 09 de fevereiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0030/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0030/2012

Pregão nº 0002/2012 (Processo Licitatório nº 0003/2012).

Objeto: Aquisição de gêneros de limpeza e higiene visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, Administração e Infraestrutura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: COR E ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA.

Valor global contratado: R\$ 9.590,35 (nove mil, quinhentos e noventa reais e trinta e cinco centavos).

Prazo de vigência: 10 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 10 de fevereiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0031/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0031/2012

Pregão nº 0002/2012 (Processo Licitatório nº 0003/2012).

Objeto: Aquisição de gêneros de limpeza e higiene visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, Administração e Infraestrutura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: ILLO QUÍMICA LTDA.

Valor global contratado: R\$ 2.452,28 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e vinte e oito centavos).

Prazo de vigência: 10 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 10 de fevereiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0032/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0032/2012

Pregão nº 0002/2012 (Processo Licitatório nº 0003/2012).

Objeto: Aquisição de gêneros de limpeza e higiene visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, Administração e Infraestrutura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.
Valor global contratado: R\$ 3.785,13 (três mil, setecentos e oitenta e cinco reais e treze centavos).

Prazo de vigência: 10 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 10 de fevereiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0033/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0033/2012

Pregão nº 0002/2012 (Processo Licitatório nº 0003/2012).

Objeto: Aquisição de gêneros de limpeza e higiene visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, Administração e Infraestrutura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

Valor global contratado: R\$ 10.008,57 (dez mil, oito reais e cinquenta e sete centavos).

Prazo de vigência: 10 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 10 de fevereiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0034/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0034/2012

Pregão nº 0002/2012 (Processo Licitatório nº 0003/2012).

Objeto: Aquisição de gêneros de limpeza e higiene visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, Administração e Infraestrutura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: CAPINZAL CENTER LTDA

Valor global contratado: R\$ 8.161,08 (oito mil, cento e sessenta e um reais e oito centavos).

Prazo de vigência: 10 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 10 de fevereiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0035/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0035/2012

Pregão nº 0002/2012 (Processo Licitatório nº 0003/2012).

Objeto: Aquisição de gêneros de limpeza e higiene visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, Administração e Infraestrutura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: SPASSINI E CALDART & CIA. LTDA ME.

Valor global contratado: R\$ 225,00 (duzentos e vinte cinco reais).

Prazo de vigência: 10 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 10 de fevereiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0036/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0036/2012

Pregão nº 0002/2012 (Processo Licitatório nº 0003/2012).

Objeto: Aquisição de gêneros de limpeza e higiene visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, Administração e Infraestrutura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME.

Valor global contratado: R\$ 1.500,86 (um mil, quinhentos reais e oitenta e seis centavos).

Prazo de vigência: 10 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 10 de fevereiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0037/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0037/2012

Pregão nº 0007/2012 (Processo Licitatório nº 0013/2012).

Objeto: Contratação de profissional em artesanato (artesanato/ã) para aplicar atividades diversas a serem oferecidas para a população, visando o desenvolvimento da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: OSSAMU YOSHIDA.

Valor global contratado: R\$ 23.100,00 (vinte e três mil e cem reais).

Prazo de vigência: 15 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 15 de fevereiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0038/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0038/2012

Convite nº 0005/2012 (Processo Licitatório nº 0016/2012).

Objeto: Aquisição de sementes de Aveia, visando o desenvolvimento da Secretaria de Agricultura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: AGROPECUÁRIA E FERRAGENS MEDEIROS LTDA.

Valor global contratado: R\$ 8.250,00 (oito mil, duzentos e cinquenta reais).

Prazo de vigência: 15 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 15 de fevereiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0039/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0039/2012
Convite nº 0004/2012 (Processo Licitatório nº 0015/2012).

Objeto: Aquisição de grama e plantas (folhagem), visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infraestrutura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: TOMAS KRUG & CIA LTDA ME.
Valor global contratado: R\$ 23.604,00 (vinte e três mil, seiscentos e quatro reais).

Prazo de vigência: 15 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 15 de fevereiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0040/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0040/2012
Convite nº 0006/2012 (Processo Licitatório nº 0017/2012).

Objeto: Contratação de Imprensa Falada.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: RÁDIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA .
Valor global contratado: R\$ 11.000,00 (onze mil reais).
Prazo de vigência: 16 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 16 de fevereiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0041/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0041/2012
Convite nº 0006/2012 (Processo Licitatório nº 0017/2012).

Objeto: Contratação de Imprensa Falada.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: FM CATANDUVAS - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FM CATANDUVAS
Valor global contratado: R\$ 11.000,00 (onze mil reais).
Prazo de vigência: 16 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 16 de fevereiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0042/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0042/2012
Pregão nº 0008/2012 (Processo Licitatório nº 0014/2012).

Objeto: Contratação de serviços mecânicos, hidráulicos, elétricos, lanternagem (lataria) e pintura para a manutenção preventiva e corretiva em veículos, máquinas e equipamentos rodoviários, visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação e Infres-
trutura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: ADADA & CIA LTDA EPP.

Valor global contratado: R\$ 13.400,00 (treze mil e quatrocentos reais).

Prazo de vigência: 16 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 16 de fevereiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0043/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0043/2012
Pregão nº 0008/2012 (Processo Licitatório nº 0014/2012).

Objeto: Contratação de serviços mecânicos, hidráulicos, elétricos, lanternagem (lataria) e pintura para a manutenção preventiva e corretiva em veículos, máquinas e equipamentos rodoviários, visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação e Infres-
trutura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: ANTONIO ADAO MARCON & CIA LTDA ME.

Valor global contratado: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Prazo de vigência: 16 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 16 de fevereiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0044/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0044/2012
Pregão nº 0008/2012 (Processo Licitatório nº 0014/2012).

Objeto: Contratação de serviços mecânicos, hidráulicos, elétricos, lanternagem (lataria) e pintura para a manutenção preventiva e corretiva em veículos, máquinas e equipamentos rodoviários, visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação e Infres-
trutura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: LINDONIR RAMPAZZO ME.

Valor global contratado: R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

Prazo de vigência: 16 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 16 de fevereiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0045/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0045/2012
Pregão nº 0008/2012 (Processo Licitatório nº 0014/2012).

Objeto: Contratação de serviços mecânicos, hidráulicos, elétricos, lanternagem (lataria) e pintura para a manutenção preventiva e corretiva em veículos, máquinas e equipamentos rodoviários, visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação e Infraestrutura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: RODRI MAQ MECANICA PESADA LTDA.

Valor global contratado: R\$ 39.798,00 (trinta e nove mil, setecentos e noventa e oito reais).

Prazo de vigência: 16 de fevereiro de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 16 de fevereiro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Errata Decreto N. 05/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

ERRATA

Na Edição nº 925 do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, publicada em 07.02.2012, p.181, Decreto n. 05/2012

Onde se lê:

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 06 de dezembro de 2012.

Leia-se:

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 06 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Errata Decreto N. 06/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

ERRATA

Na Edição nº 925 do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, publicada em 07.02.2012, p.180, Decreto n. 06/2012

Onde se lê:

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 06 de dezembro de 2012.

Leia-se:

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 06 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de edital do Processo Licitatório Nº 21/2012 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2012

- PM

CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 2/2012 - PM

O Município de Chapadão do Lageado através do Fundo Municipal de Saúde torna público aos interessados que estará reunida no dia 01 de março de 2012, às 09:00 afim de receber abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a aquisição de madeira serrada quadrada e madeira serrada em pranchas, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência. As informações poderão ser obtidas pelo fone (47) 3537-0072, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:00 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br

Chapadão do Lageado (SC), 23 de fevereiro de 2012

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Edital do Processo Licitatório Nº 9/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2012 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2012 - FMS

O Município de Chapadão do Lageado através do Fundo Municipal de Saúde torna público aos interessados que estará reunida no dia 06 de março de 2012, às 11:00 afim de receber abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a aquisição de computadores completos e notebook para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência. As informações poderão ser obtidas pelo fone (47) 3537-0072, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:00 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br

Chapadão do Lageado (SC), 23 de fevereiro de 2012

JOSÉ BRAULIO INÁCIO MARCIO MACIEL

Prefeito Municipal Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato nº 12/2012 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 12/2012 - PM

Nº. do Contrato: 12/2012.

Vigência: 08/02/2012 à 30/07/2012.

Processo Licitatório nº 07/2012 - PM

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: ADELMO LEMHKUL E CIA LTDA

Valor: R\$ 27.200,00 (vinte e sete mil e duzentos reais).

Objeto: O Contrato tem por objeto à aquisição de gêneros alimentícios para composição de merenda escolar do Município de Chapadão do Lageado, que deverá ser distribuído/entregue pelo licitante vencedor nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, Creche Municipal e Jardim de Infância.

DATA DA ASSINATURA: 08 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 13/2012 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 13/2012 - PM

Nº. do Contrato: 13/2012.

Vigência: 08/02/2012 à 30/07/2012.

Processo Licitatório nº 07/2012 - PM

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: SEBOLD-COM ÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

Valor: R\$ 21.000,00 (vinte um mil reais).

Objeto: O Contrato tem por objeto à aquisição de gêneros alimentícios para composição de merenda escolar do Município de Chapadão do Lageado, que deverá ser distribuído/entregue pelo licitante vencedor nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, Creche Municipal e Jardim de Infância.

DATA DA ASSINATURA: 08 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 14/2012 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 14/2012 - PM

Nº. do Contrato: 14/2012.

Vigência: 09/02/2012 à 31/12/2012.

Processo Licitatório nº 06/2012 - PM

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: TRANSPORTES RAYMUNDO LTDA ME

Valor: R\$ 73.680,00 (setenta e três mil seiscentos e oitenta reais).

Objeto: O presente contrato tem por objeto à Contratação de empresas especializadas para efetuar serviços de transporte escolar.

DATA DA ASSINATURA: 09 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 15/2012 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 15/2012 - PM

Nº. do Contrato: 15/2012.

Vigência: 09/02/2012 à 31/12/2012.

Processo Licitatório nº 08/2012 - PM

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: TAYNAN TRANSPORTES E TURISMO LTDA

Valor: R\$ 67.152,00 (sessenta e sete mil cento e cinquenta e dois reais)

Objeto: O presente Contrato tem como objeto a contratação de Empresas Especializadas à realização do transporte de passageiros.

DATA DA ASSINATURA: 09 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 16/2012 PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 16/2012 - PM

Nº. do Contrato: 16/2012.

Vigência: 10/02/2012 à 31/12/2012.

Processo Licitatório nº 09/2012 - PM

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA

Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Objeto: O presente contrato tem por objeto a Contratação de serviços de seguro para os veículos da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

DATA DA ASSINATURA: 10 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 17/2012 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 17/2012 - PM

Nº. do Contrato: 17/2012.

Vigência: 13/02/2012 à 31/12/2012.

Processo Licitatório nº 10/2012 - PM

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: ARTNOVA DE FRANCISCO C. SEBOLD ME

Valor: R\$ 62.950,00 (sessenta e dois mil novecentos e cinquenta reais).

Objeto: O Contrato tem por objeto à aquisição de tubos de concreto a serem utilizados nas obras do Município.

DATA DA ASSINATURA: 13 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 18/2012 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 18/2012 - PM

Nº. do Contrato: 18/2012.

Vigência: 13/02/2012 à 31/12/2012.

Processo Licitatório nº 10/2012 - PM

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: TECTUBO INDÚSTRIA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

Valor: R\$ 1.225,00 (um mil duzentos e vinte e cinco reais).

Objeto: O Contrato tem por objeto à aquisição de tubos de concreto a serem utilizados nas obras do Município.

DATA DA ASSINATURA: 13 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 19/2012 -PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 19/2012 - PM

Nº. do Contrato: 19/2012.

Vigência: 30 dias úteis contados a partir de 13/02/2012.

Processo Licitatório nº 18/2012 - PM

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV, da Lei n. 8.666/1993.

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: TAYNAN TRANSPORTES E TURISMO LTDA

Valor: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

Objeto: O presente contrato tem por objeto à Contratação de Empresa Especializada à realização do transporte escolar de alunos. Trajeto de aproximadamente 100 km diários (ida e volta), que inicia-se no Período: Matutino/Vespertino na Localidade de Alto Figueiredo, passando por Rio Saltinho até o Centro Educacional e Esportivo Valdomiro Manoel Chiquio, localizado na Comunidade de Rio Saltinho.

DATA DA ASSINATURA: 13 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 20/2012 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 20/2012 - PM

Nº. do Contrato: 20/2012.

Vigência: 15/02/2012 à 31/12/2012

Processo Licitatório nº 11/2012 - PM

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: TECNO INFORMATICA LTDA ME.

Valor: R\$ 8.330,00 (oito mil trezentos e trinta reais).

Objeto: O presente contrato tem por objeto à aquisição a AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE CARTEIRAS E CADEIRAS ESCOLARES, PARA SEREM UTILIZADOS NA UNIDADE DE ENSINO INFANTIL PROFESSOR VERNY PASSIG.

DATA DA ASSINATURA: 15 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 21/2012 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 21/2012 - PM

Nº. do Contrato: 21/2012.

Vigência: 20/02/2012 à 31/12/2012

Processo Licitatório nº 12/2012 - PM

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: RONDONÁQUINAS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME.

Valor: R\$ 7.862,80 (sete mil oitocentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos).

Objeto: O Contrato tem por objeto à aquisição de peças a serem fornecidas pela Proponente vencedora, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas para uso na Patrula Huber

130.

DATA DA ASSINATURA: 20 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 22/2012 PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 22/2012 - PM

Nº. do Contrato: 22/2012.

Vigência: 20/02/2012 à 31/12/2012

Processo Licitatório nº 12/2012 - PM

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: ROMAQUE MECÂNICA DE MICRO TRATORES LTDA ME.

Valor: R\$ 3.556,50 (três mil quinhentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos).

Objeto: O Contrato tem por objeto à aquisição de peças a serem fornecidas pela Proponente vencedora, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas para uso na TOYOTA BANDEIRANTES PLACA LYU 0700.

DATA DA ASSINATURA: 20 de fevereiro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 1/2012 - FMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2012- FMC

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de Sistema para gerenciamento da Biblioteca Pública Municipal, descritos nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 13/03/2012.

Abertura: dia 14/03/2012, às 14h00min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2162.

Concórdia, SC, 17 de fevereiro de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 22/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2012- PMC

Objeto: Aquisição de uma betoneira, um carrinho de mão para utilização na fábrica de tubos e uma carroceria em madeira para substituição em caminhão de propriedade deste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do Edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 08/03/2012.

Abertura: dia 09/03/2012, às 14h00min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 17 de fevereiro de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato Contrato Nº 1/2012 - FMEC

Contrato Nº: 1/2012

Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA

Contratada: CONCORDIA PISCINA CLUBE

Licitação: Dispensa de Licitação 1/2012

Dotação: 20.001.000.0027.0811.0075.2452.333903910000000.01000000

Objeto: Locação de Imóvel

Vigência: Início: 01/02/2012 Término: 31/12/2012

Valor R\$ 12.606,00(DOZE MIL E SEISCENTOS E SEIS REAIS)

Extrato Contrato Nº 1/2012 - FUMDEMA

Contrato Nº: 1/2012

Contratante: FUNDAÇÃO MUN DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Contratada: IMOBILIARIA COMPASSO LTDA ME

Licitação: Dispensa de Licitação 1/2012

Dotação: 21.001.000.0018.0122.0080.2501.333903910000000.01000000

Objeto: LOCACAO DE IMOVEL DESTINADO AS INSTALACOES DA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - FUMDEMA.

Vigência: Início: 09/02/2012 Término: 08/02/2013

Valor R\$ 9.600,00(NOVE MIL E SEISCENTOS REAIS)

Extrato Contrato Nº 2/2012 - FMEC

Contrato Nº: 2/2012

Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA

Contratada: EMPRESA EDITORA CONCORDIA LTDA

Licitação: Sem Licitação /0000

Objeto: Prestação de serviços de divulgação referente as atividades esportivas promovidas pela FMEC.

Vigência: Início: 02/02/2012 Término: 05/07/2012

Valor R\$ 990,00(NOVECIENTOS E NOVENTA REAIS)

Extrato Contrato Nº 3/2012 - FMEC

Contrato Nº: 3/2012

Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE

CONCORDIA

Contratada: RÁDIO ALIANÇA LTDA

Licitação: Sem Licitação /0000

Objeto: Prestação de serviços de publicidade, chamadas e transmissão radiofônica e outras informações dos jogos do Campeonato Municipal Amador e Eventos Esportivos com a participação do Município em 2012.

Vigência: Início: 02/02/2012 Término: 05/07/2012

Valor R\$ 3.000,00(TRES MIL REAIS)

Extrato Contrato Nº 4/2012 - FMEC

Contrato Nº: 4/2012

Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA

Contratada: CERTA EDITORA DE JORNAIS LTDA ME

Licitação: Sem Licitação /0000

Objeto: Prestação de serviços de divulgação referente as atividades esportivas promovidas pela FMEC.

Vigência: Início: 02/02/2012 Término: 05/07/2012

Valor R\$ 990,00(NOVECIENTOS E NOVENTA REAIS)

Extrato Contrato Nº 5/2012 - FMEC

Contrato Nº: 5/2012

Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA

Contratada: RÁDIO RURAL DE CONCÓRDIA LTDA - ME

Licitação: Sem Licitação /0000

Objeto: Prestação de serviços de divulgação referente as atividades esportivas promovidas pela FMEC.

Vigência: Início: 02/02/2012 Término: 05/07/2012

Valor R\$ 3.000,00(TRES MIL REAIS)

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 2.432

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.432, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012.

Homologa o Contrato de Repasse nº 0336902-14/2010 e o Termo Aditivo, celebrados entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal e o Município de Concórdia.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Contrato de Repasse nº 0336902-14/2010, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal e o Município de Concórdia, em 10 de setembro de 2010.

Parágrafo único. O Contrato tem por finalidade a transferência de recursos financeiros da União para a execução de pavimentação em ruas, no Município de Concórdia.

Art. 2º Fica homologado o Termo Aditivo ao Contrato de Repasse nº 0336902-14/2010, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades - MCIDADES, representada pela Caixa Econômica Federal e o Município de Concórdia, em 17 de junho de 2011.

Parágrafo único. O Termo objetiva alterar a Cláusula Quarta - Do Valor.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 16 de fevereiro de 2012.
LEOCIR DOMINGO ZANELLA
Presidente

ARLAN GULIANI
2º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.433

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.433, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012.
Homologa o Contrato de Repasse nº 761912/2011, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Concórdia, em 27 de dezembro de 2011.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Contrato de Repasse nº 761912/2011, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Concórdia, em 27 de dezembro de 2011.
Parágrafo único. O Contrato tem por finalidade a transferência de recursos financeiros da União para a execução de aquisição de uma retroescavadeira com pá carregadeira, no Município de Concórdia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 16 de fevereiro de 2012.
LEOCIR DOMINGO ZANELLA
Presidente

ARLAN GULIANI
2º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.434

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.434, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012.
Homologa o Contrato de Repasse nº 766822/2011, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Concórdia, em 30 de dezembro de 2011.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Contrato de Repasse nº 766822/2011, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Concórdia, em 30 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Contrato tem por finalidade a transferência de recursos financeiros da União para a execução de reestruturação do Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, no Município de Concórdia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 16 de fevereiro de 2012.
LEOCIR DOMINGO ZANELLA
Presidente

ARLAN GULIANI
2º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.435

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.435, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012.
Homologa o Convênio nº 02/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Suruvi, em 14 de dezembro de 2011.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Convênio nº 02/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Suruvi, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços no sentido de proporcionar aos moradores da localidade de Linha Suruvi e população em geral, a estruturação de local para conscientização bem como a separação de lixo reciclável.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 16 de fevereiro de 2012.
LEOCIR DOMINGO ZANELLA
Presidente

ARLAN GULIANI
2º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.436

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.436, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012.
Homologa o Convênio nº 2/2011, celebrado entre o Município de Concórdia, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Concórdia, em 20 de dezembro de 2011.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Convênio nº 2/2011, celebrado entre o Município de Concórdia, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Concórdia, em 20 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a cooperação técnico-financeira visando à execução dos programas de Proteção Social Especial de Média Complexidade à Pessoa com Deficiência.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 16 de fevereiro de 2012.
LEOCIR DOMINGO ZANELLA
Presidente

ARLAN GULIANI
2º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.437

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.437, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012.
Homologa os Convênios nºs 3/2010, 4/2010 e 5/2010, celebrados entre o Município de Concórdia, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS e a Rede Feminina de Combate ao Câncer; o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai Catarinense - SINTRAF; a Associação dos Aposentados e Pensionistas

de Concórdia - ASPREV.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Convênio nº 3/2010, celebrado entre o Município de Concórdia, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS e a Rede Feminina de Combate ao Câncer, em 28 de setembro de 2010.

Parágrafo único. O Convênio tem por objetivo a conjunção de esforços à continuidade e o incentivo à manutenção da prestação de assistência social oferecida as mulheres de Concórdia pela entidade, proporcionando melhor qualidade de vida.

Art. 2º Fica homologado o Convênio nº 4/2010, celebrado entre o Município de Concórdia, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS e o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai Catarinense - SINTRAF, em 1º de outubro de 2010.

Parágrafo único. O Convênio tem por objetivo a conjunção de esforços à continuidade e o incentivo à manutenção da prestação de assistência social oferecida pela entidade a população de Concórdia.

Art. 3º Fica homologado o Convênio nº 5/2010, celebrado entre o Município de Concórdia, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS e a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Concórdia - ASPREV, em 1º de outubro de 2010.

Parágrafo único. O Convênio tem por objetivo a conjunção de esforços à continuidade e o incentivo à manutenção da prestação de assistência social oferecida pela entidade a população de Concórdia.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 16 de fevereiro de 2012.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

ARLAN GULIANI

2º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.438

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.438, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012. Homologa o Convênio nº 112/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, em 28 de setembro de 2011.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Convênio nº 112/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, em 28 de setembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio objetiva formalizar as condições básicas de realização de estágio de estudantes regularmente matriculados na Universidade, como um mecanismo de profissionalização, em complemento ao processo de ensino-aprendizagem.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 16 de fevereiro de 2012.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

ARLAN GULIANI

2º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.439

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.439, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012. Homologa os Convênios nºs 79/2011, 88/2011, 95/2011, 97/2011, 98/2011, 100/2011, 113/2011, 114/2011, 115/2011, 116/2011, 117/2011, 118/2011, 119/2011, 120/2011, 121/2011, 122/2011, 123/2011, 124/2011, 125/2011, 126/2011, celebrados entre o Município de Concórdia e o Jeep Clube Concórdia; a Associação de Moradores do Bairro Primavera; a Associação de Moradores de São Luiz; a Associação de Moradores do Bairro das Nações; a Associação de Moradores de Sede Brum; o Grupo de Idosos Sagrada Família de Terra Vermelha; o Grêmio Esporte União; o Grêmio Esportivo Lageadense; o Ypiranga Futebol Clube; o Sport Clube Corinthians; o Grupo de Veteranos Nossa Senhora de Lourdes da Vila Itaíba; o Grupo de Idosos São Miguel de Alto Suruvi; a Associação de Moradores de Lageado Guilherme; a Associação de Moradores de Lageado dos Pintos; a Associação de Moradores de Agricultores; a Associação de Moradores da Linha Ipiranga; a Associação de Moradores da Área Urbana de Planalto; a Associação de Moradores da Agricultura de Linha Aparecida; a Associação de Moradores de Linha São Paulo; a Associação Atlético Coqueiros.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Convênio nº 79/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e o Jeep Clube Concórdia, em 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, para incentivo e difusão do esporte automotor, mediante a realização da 5ª Etapa da Copa Oeste Jeep Raid e Passeio Cidade de Concórdia.

Art. 2º Fica homologado o Convênio nº 88/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores do Bairro Primavera, em 1º de julho de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Primavera e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 3º Fica homologado o Convênio nº 95/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de São Luiz, em 17 de agosto de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha São Luiz e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 4º Fica homologado o Convênio nº 97/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores do Bairro das Nações, em 25 de agosto de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro das Nações e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 5º Fica homologado o Convênio nº 98/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Sede Brum, em 6 de setembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Sede Brum e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 6º Fica homologado o Convênio nº 100/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e o Grupo de Idosos Sagrada Família de Terra Vermelha, em 28 de setembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Terra

Vermelha e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 7º Fica homologado o Convênio nº 113/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e o Grêmio Esporte União, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Marchesan e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 8º Fica homologado o Convênio nº 114/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e o Grêmio Esportivo Lageadense, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Lageado Medeiros e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 9º Fica homologado o Convênio nº 115/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e o Ypiranga Futebol Clube, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Presidente Juscelino e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 10. Fica homologado o Convênio nº 116/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e o Sport Clube Corinthians, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Alto Boa Esperança e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 11. Fica homologado o Convênio nº 117/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e o Grupo de Veteranos Nossa Senhora de Lourdes da Vila Itaíba, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Bairro Itaíba e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 12. Fica homologado o Convênio nº 118/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e o Grupo de Idosos São Miguel de Alto Suruvi, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Alto Suruvi e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 13. Fica homologado o Convênio nº 119/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Lageado Guilherme, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Lageado Guilherme e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 14. Fica homologado o Convênio nº 120/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Lageado dos Pintos, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Lageado dos Pintos e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 15. Fica homologado o Convênio nº 121/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Agricultores, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Distrito de Santo Antônio e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 16. Fica homologado o Convênio nº 122/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores da Linha Ipiranga, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Ipiranga e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 17. Fica homologado o Convênio nº 123/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores da Área Urbana de Planalto, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Distrito de Planalto e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 18. Fica homologado o Convênio nº 124/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores da Agricultura de Linha Aparecida, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Aparecida e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 19. Fica homologado o Convênio nº 125/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Linha São Paulo, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha São Paulo e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 20. Fica homologado o Convênio nº 126/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação Atlético Coqueiros, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha dos Coqueiros e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 21. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 16 de fevereiro de 2012.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

ARLAN GULIANI

2º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.440

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.440, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012. Homologa os Convênios nºs 127/2011, 128/2011, 129/2011, 130/2011, 131/2011, 132/2011, 133/2011, 134/2011, 135/2011, 136/2011, 137/2011, 138/2011, 139/2011, 140/2011, 141/2011, 142/2011, 143/2011, 144/2011, 145/2011, 146/2011, celebrados entre o Município de Concórdia e a Associação Comunitária de Alto Periquito; a Associação de Moradores Bairro Jardim; a Sociedade Esportiva e Recreativa Líder; a Sociedade Esportiva Internacional; a Sociedade Esportiva e Recreativa Juventude; a Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural São José; a Sociedade Esportiva e Cultural Lajeano; a Associação de Moradores de Terra Vermelha; a Associação de Moradores de Linha São Geraldo; a Associação de Moradores de Linha Santa Lucia; a Associação de Moradores

de Linha Presidente Castelo; a Associação de Moradores de Linha Guarani; a Associação de Moradores de Linha Gasperini; a Associação de Moradores de Linha dos Gaios; a Associação de Moradores de Linha Caravaggio; a Associação de Turismo Rural do Engenho; o Conselho Comunitário de Barra do Tigre; o Clube de Mães Coração de Amiga; a Associação de Moradores do Bairro Sintrial - Quintino; o Clube de Mães Nossa Senhora da Saúde.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Convênio nº 127/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação Comunitária de Alto Periquito, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Alto Periquito e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 2º Fica homologado o Convênio nº 128/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores Bairro Jardim, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Jardim e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 3º Fica homologado o Convênio nº 129/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Sociedade Esportiva e Recreativa Líder, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra Seca e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 4º Fica homologado o Convênio nº 130/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Sociedade Esportiva Internacional, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Lageado Crescência e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 5º Fica homologado o Convênio nº 131/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Sociedade Esportiva e Recreativa Juventude, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Gomerindo e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 6º Fica homologado o Convênio nº 132/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural São José, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha São José e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 7º Fica homologado o Convênio nº 133/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Sociedade Esportiva e Cultural Lajeano, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Lajeano e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 8º Fica homologado o Convênio nº 134/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Terra Vermelha, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Terra Vermelha e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 9º Fica homologado o Convênio nº 135/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Linha São Geraldo, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha São Geraldo e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 10. Fica homologado o Convênio nº 136/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Linha Santa Lucia, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Santa Lucia e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 11. Fica homologado o Convênio nº 137/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Linha Presidente Castelo, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Presidente Castelo e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 12. Fica homologado o Convênio nº 138/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Linha Guarani, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Guarani e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 13. Fica homologado o Convênio nº 139/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Linha Gasperini, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Gasperini e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 14. Fica homologado o Convênio nº 140/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Linha dos Gaios, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha dos Gaios e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 15. Fica homologado o Convênio nº 141/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Linha Caravaggio, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Caravaggio e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 16. Fica homologado o Convênio nº 142/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Turismo Rural do Engenho, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Distrito de Engenho Velho e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 17. Fica homologado o Convênio nº 143/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e o Conselho Comunitário de Barra do Tigre, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra do Tigre e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 18. Fica homologado o Convênio nº 144/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e o Clube de Mães Coração de Amiga, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha dos Grandos e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 19. Fica homologado o Convênio nº 145/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores do Bairro Sintrial - Quintino, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Sintrial/Quintino e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 20. Fica homologado o Convênio nº 146/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e o Clube de Mães Nossa Senhora da Saúde, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Pinhal Poleta e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 21. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 16 de fevereiro de 2012.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

ARLAN GULIANI

2º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.441

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.441, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012. Homologa os Convênios nºs 147/2011, 148/2011, 149/2011, 150/2011, 151/2011, 152/2011, 153/2011, 154/2011, 155/2011, 156/2011, 157/2011, 158/2011, 159/2011, 160/2011, 161/2011, 162/2011, 163/2011, 164/2011, 165/2011, 166/2011, celebrados entre o Município de Concórdia e o Clube de Mães Princesa de Vargem Bonita; o Clube de Mães Recanto Alegre; o Esporte Clube Palmeiras; o Esporte Clube Ouro Verde; o Clube Esportivo Guajuvira; a Associação de Moradores do Bairro dos Industriários; a Associação de Moradores de Três Barras; a Associação de Moradores do Bairro Guilherme Reich; a Associação de Moradores do Bairro Imigrantes; a Associação de Moradores do Bairro Liberdade; a Associação de Moradores do Bairro Primavera; o Clube de Mães Rosa Mística; a Associação de Moradores do Bairro Santo Angelo; a Associação de Pequenos Agricultores de Pinheiro Preto, Poço Rico, Volta Alegre, Linha Unida e Barra do Jacutinga; o Clube de Mães Vitória Régia; a Associação de Pequenos Agricultores de Rancho Grande; a Associação de Moradores de Barra do Castilho; a Associação de Moradores Fontana; o Clube de Veteranos de Concórdia; a Cidade Nova Esperança.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Convênio nº 147/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e o Clube de Mães Princesa de Vargem

Bonita, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Vargem Bonita e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 2º Fica homologado o Convênio nº 148/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e o Clube de Mães Recanto Alegre, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra do Rancho Grande e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 3º Fica homologado o Convênio nº 149/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e o Esporte Clube Palmeiras, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha de Carli e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 4º Fica homologado o Convênio nº 150/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e o Esporte Clube Ouro Verde, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha São Brás e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 5º Fica homologado o Convênio nº 151/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e o Clube Esportivo Guajuvira, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Guajuvira e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 6º Fica homologado o Convênio nº 152/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores do Bairro dos Industriários, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro dos Industriários e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 7º Fica homologado o Convênio nº 153/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Três Barras, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Três Barras e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 8º Fica homologado o Convênio nº 154/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores do Bairro Guilherme Reich, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Guilherme Reich e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 9º Fica homologado o Convênio nº 155/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores do Bairro Imigrantes, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Imigrantes e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 10. Fica homologado o Convênio nº 156/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores do Bairro Liberdade, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Liberdade e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 11. Fica homologado o Convênio nº 157/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores do Bairro Primavera, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Primavera e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 12. Fica homologado o Convênio nº 158/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e o Clube de Mães Rosa Mística, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Pinhal e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 13. Fica homologado o Convênio nº 159/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores do Bairro Santo Angelo, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Santo Angelo e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 14. Fica homologado o Convênio nº 160/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Pequenos Agricultores de Pinheiro Preto, Poço Rico, Volta Alegre, Linha Unida e Barra do Jacutinga, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Pinheiro Preto, Poço Rico, Volta Alegre, Linha Unida e Barra do Jacutinga e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 15. Fica homologado o Convênio nº 161/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e o Clube de Mães Vitória Régia, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Vitória e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 16. Fica homologado o Convênio nº 162/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Pequenos Agricultores de Rancho Grande, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Rancho Grande e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 17. Fica homologado o Convênio nº 163/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Barra do Castilho, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra do Castilho e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 18. Fica homologado o Convênio nº 164/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores Fontana, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Loteamento Catarina Fontana e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 19. Fica homologado o Convênio nº 165/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e o Clube dos Veteranos de Concórdia,

em 16 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de ampliar a sede da entidade, visando proporcionar ao Clube e população em geral, estruturação de local para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 20. Fica homologado o Convênio nº 166/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Cidade Nova Esperança, em 16 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de auxiliar na edificação da sede própria e manutenção das atividades da instituição.

Art. 21. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 16 de fevereiro de 2012.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

ARLAN GULIANI

2º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.442

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.442, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012. Homologa os Convênios nºs 167/2011, 168/2011, 169/2011, 170/2011, 171/2011, 172/2011, 173/2011, 174/2011, 175/2011, 176/2011, 177/2011, 178/2011, 179/2011, 180/2011, 181/2011, 182/2011, 183/2011, 184/2011, 185/2011, celebrados entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Linha Pinhal; o Clube de Mães Nossa Senhora de Fátima; a Associação de Moradores de Linha Saltinho; a Sociedade Concordeense de Auxílio Fraternal - SCAF; a Associação de Moradores Bairro Jardim; a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Concórdia - APAE; a Associação de Pais e Amigos dos Surdos - APAS; a Águas do Alto Uruguai Convention & Visitors Bureau; a Voluntários da Solidariedade; a Associação Recanto do Idoso de Concórdia - ARIC; a União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia - UMAMC; a Associação de Moradores do Bairro Floresta de Concórdia; a Associação de Moradores da Agricultura de Linha Aparecida; a Associação de Moradores de Linha Maria Goreti; a Associação de Moradores do Loteamento Bom Pastor Bairro Vista Alegre; a Associação Comunitária Renovação para Integração da Família - ACRIF; o Rotary Club de Concórdia; a Câmara de Dirigentes Lojistas de Concórdia - CDL; a Associação Agrícola, de Linha São Paulo.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Convênio nº 167/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Linha Pinhal, em 16 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Pinhal e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 2º Fica homologado o Convênio nº 168/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e o Clube Mães Nossa Senhora de Fátima, em 16 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Santa Terezinha e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 3º Fica homologado o Convênio nº 169/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Linha

Saltinho, em 16 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Saltinho e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 4º Fica homologado o Convênio nº 170/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Sociedade Concordiense de Auxílio Fraterno - SCAF, em 16 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de propiciar atendimento a crianças, quando ausentes do período escolar, reforçando seus valores sociais e culturais, e também, atendimento a idosas e mães, nos grupos de convivência.

Art. 5º Fica homologado o Convênio nº 171/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores Bairro Jardim, em 16 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Jardim e população em geral, estruturação do centro comunitário para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 6º Fica homologado o Convênio nº 172/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Concórdia - APAE, em 16 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de propiciar atendimento da clientela da Rede Municipal de Ensino que necessite de atendimento especial.

Art. 7º Fica homologado o Convênio nº 173/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Pais e Amigos dos Surdos - APAS, em 16 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar a manutenção da entidade, viabilizando atendimento às pessoas surdas, cegas e de baixa visão do Município, reforçando seus valores sociais e culturais.

Art. 8º Fica homologado o Convênio nº 174/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Águas do Alto Uruguai Convention & Visitors Bureau, em 16 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, para incentivo ao desenvolvimento e difusão do turismo no Município de Concórdia, mediante apoio logístico na realização e participação de eventos e desenvolvimento do projeto de roteiro turístico integrado regional: "O Contestado do Alto Uruguai Catarinense".

Art. 9º Fica homologado o Convênio nº 175/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Voluntários da Solidariedade, em 16 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar atendimento a pessoas carentes do Município, a fim de propiciar melhores condições e dignidade aos necessitados.

Art. 10. Fica homologado o Convênio nº 176/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação Recanto do Idoso de Concórdia - ARIC, em 16 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de propiciar atendimento a idosos, na modalidade asilar.

Art. 11. Fica homologado o Convênio nº 177/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia - UMAMC, em 16 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar a manutenção da entidade, visando auxiliar as associações de moradores da área urbana no desenvolvimento de suas atividades.

Art. 12. Fica homologado o Convênio nº 178/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores do Bairro Floresta de Concórdia, em 16 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Floresta

e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 13. Fica homologado o Convênio nº 179/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores da Agricultura de Linha Aparecida, em 16 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Aparecida e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 14. Fica homologado o Convênio nº 180/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Linha Maria Goreti, em 16 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Maria Goreti e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 15. Fica homologado o Convênio nº 181/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores do Loteamento Bom Pastor Bairro Vista Alegre, em 16 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Loteamento Bom Pastor e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 16. Fica homologado o Convênio nº 182/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação Comunitária Renovação para Integração da Família - ACRIF, em 16 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar a manutenção da entidade, possibilitando atendimento a moradores de rua e pessoas que estejam fora de seu domicílio, de passagem pelo Município.

Art. 17. Fica homologado o Convênio nº 183/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e o Rotary Club de Concórdia, em 16 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, para difusão de atividades socioeducativas, com a distribuição de materiais de caráter preventivo, à Comunidade Concordiense, e outras atividades realizadas pelo Clube.

Art. 18. Fica homologado o Convênio nº 184/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Concórdia - CDL, em 20 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, objetivando auxiliar na campanha pertinente ao projeto "Sábado D", no sentido de reforçar a condição do Município como pólo regional de compras e negócios, durante o exercício de 2012, desde que haja convenção coletiva de horários para este fim, celebrado entre as entidades Sindicais, Profissionais e Econômicas do Comércio.

Art. 19. Fica homologado o Convênio nº 185/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação Agrícola, de Linha São Paulo, em 20 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha São Paulo e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 20. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 16 de fevereiro de 2012.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

ARLAN GULIANI

2º Secretário

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal. Em 16.02.2012.

Roberto Kurtz Pereira - Secretário Administrativo

Decreto Legislativo Nº 2.443

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.443, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012. Homologa o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 25/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Beneficência Camiliana do Sul - Hospital São Francisco, em 29 de dezembro de 2011.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 25/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Beneficência Camiliana do Sul - Hospital São Francisco, em 29 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Termo tem por objetivo alterar para R\$ 78,86 (setenta e oito reais e oitenta e seis centavos), o valor mensal, per capita, que a Beneficência deverá repassar ao Município, constante no inciso II da Cláusula Segunda - Das Obrigações da Conveniente. Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 16 de fevereiro de 2012.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

ARLAN GULIANI

2º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.444

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.444, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012. Homologa o Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Autorização de Uso Gratuito nº 25/2009, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Linha Saltinho, em 27 de dezembro de 2011.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Autorização de Uso Gratuito nº 25/2009, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Linha Saltinho, em 27 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Termo objetiva acrescentar inciso IV à Cláusula Primeira - Do Objeto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 16 de fevereiro de 2012.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

ARLAN GULIANI

2º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.445

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.445, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012. Homologa o Terceiro Termo Aditivo ao Convênio nº 49/2009, celebrado entre o Município de Concórdia e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - SDR Concórdia, em 30 de dezembro de 2011.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Terceiro Termo Aditivo ao Convênio nº 49/2009, celebrado entre o Município de Concórdia e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - SDR Concórdia, em 30 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Termo objetiva prorrogar para até 31 de dezembro de 2012, o prazo de vigência constante na Cláusula Segunda - Do Prazo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 16 de fevereiro de 2012.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

ARLAN GULIANI

2º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.446

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.446, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012. Homologa o Termo Aditivo nº 01/2011 ao Convênio nº 505/2011, celebrado entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento e o Município de Concórdia, em 16 de março de 2011.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Termo Aditivo nº 01/2011 ao Convênio nº 505/2011, celebrado entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento e o Município de Concórdia, em 16 de março de 2011.

Parágrafo único. O Termo objetiva alterar a Cláusula Primeira - Do Objeto, a Cláusula Segunda - Do Fundamento Legal e a Cláusula Terceira - Do Valor e Da Despesa.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 16 de fevereiro de 2012.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

ARLAN GULIANI

2º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.447

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.447, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012. Homologa os Termos de Autorização de Uso Gratuito nºs 9/2011 e 10/2011, celebrados entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores Fontana; a Associação de Moradores do Bairro Floresta de Concórdia.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Autorização de Uso Gratuito nº 9/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores Fontana, em 14 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Termo tem por objeto a autorização de uso gratuito, a título precário, à Associação, da área de terras de 1.965,00 m², para regularização da sede.

Art. 2º Fica homologado o Termo de Autorização de Uso Gratuito nº 10/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores do Bairro Floresta de Concórdia, em 16 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Termo tem por objeto a autorização de uso gratuito, a título precário, à Associação, da área de terras de 683,87 m², para regularização da sede.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 16 de fevereiro de 2012.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

ARLAN GULIANI

2º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.448

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.448, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012. Homologa o Termo de Rescisão do Convênio nº 125/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Linha São Paulo, em 20 de dezembro de 2011.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Rescisão do Convênio nº 125/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Linha São Paulo, em 20 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Termo tem por objeto a rescisão do Convênio celebrado em 14 de dezembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 16 de fevereiro de 2012.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

ARLAN GULIANI

2º Secretário

Resolução Nº 356

RESOLUÇÃO Nº 356, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012.

Concede licença ao Vereador Edio Wulff.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratar de assuntos de interesse particular ao Vereador Edio Wulff, de 30 (trinta) dias a partir do dia 1º de março de 2012.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 16 de fevereiro de 2012.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

Corupá

PREFEITURA

Portaria Nº 006/12 - Designa Servidor Para Acompanhar E Fiscalizar A Execução Dos Contratos Da Fundação

PORTARIA Nº 006/12

DESIGNA O SERVIDOR JEAN CARLOS WISZNIEWSKI PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADOS ENTRE A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE, TURISMO, CULTURA E LAZER DE CORUPÁ, DE 01 DE JANEIRO DE 2012 A 31 DE DEZEMBRO DE 2012.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, nomeado presidente da Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer de Corupá, Estado de Santa Catarina, através do Decreto Municipal nº 157/10. E no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VI do Artigo 7º da Lei Complementar nº 006/09 de 30 de junho de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos contratos de fornecimento e prestação de serviços firmados entre a Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer de Corupá, de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012, o senhor JEAN CARLOS WISZNIEWSKI, matrícula funcional nº 10465-01, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Esporte e Lazer.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos contratos, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 02 de janeiro de 2012.

LORIANO ROGÉRIO COSTA

Presidente Da Fundação Municipal De Esportes, Turismo, Cultura E Lazer De Corupá

Pregão Presencial 001_12 - Registro Preços Óleo Diesel

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇOS

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 001/12

OBJETO: Eventuais aquisições de óleo diesel de forma parcelada para veículos e máquinas do Município.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:30 horas do dia 23/02/2012, às 09 horas do dia 06/03/12.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia

06/03/12

TIPO: Menor Preço Unitário.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o edital junto ao Setor de Licitações do Município de Corupá.

Corupá, 22 de Fevereiro de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 027/10 - Quarto Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DO CONTRATO 027/10

QUARTO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 010/10

Modalidade Tomada de Preço nº 001/10

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: PÚBLICA CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.002.464/0001-49, estabelecida na Rua Venezuela, 50 - Bairro Ponta Aguda, Município de Blumenau /SC.

Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica, Para Prestação de Serviços Especializados Na Área de Gestão Tributária, Para Realização de Levantamentos, Elaboração de Relatórios, Proposta de Modelos e Sugestões de Processos Operacionais, Administrativos e Judiciais, Emissão de Diagnóstico E Implementação de Ações, Objetivando a Identificação, Levantamento e Quantificação e Compensação/Restituição dos Valores Referentes Aos Trabalhos: Cobrança do ISSQN das Instituições Cartorárias e Financeiras, Incluindo Serviços Relacionados Ao Arrendamento Mercantil do Município de Corupá-SC.

Cláusula Primeira: Prorroga o prazo de vigência previsto para dia 31 de dezembro de 2011, conforme terceiro termo aditivo ao contrato originário, finalizando o presente no dia 31 de dezembro de 2012.

Data da Assinatura: 02/01/2012

Data da Vigência: 31/12/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Notificação de Receita 01/2012

NOTIFICAÇÃO DE RECEITA 01/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que

recebeu no mês de janeiro de 2012, recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes programas:

Data	Origem	Objeto	Valor
11/01/2012	Federal	IGD - Índice de Gestão Descentralizada - Assistência Social	R\$ 10.887,08
16/01/2012	Federal	PAB - Fixo - Piso de Atenção Básica	R\$ 24.241,00
16/01/2012	Federal	PACS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde	R\$ 21.750,00
16/01/2012	Federal	PSF - Programa Saúde da Família	R\$ 26.800,00
16/01/2012	Federal	PSB - Programa Saúde Bucal	R\$ 2.100,00
16/01/2012	Federal	Ações Básicas de Vigilância Epidemiológica e Ambiental	R\$ 570,60
30/01/2012	Estadual	NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família	R\$ 7.650,00
30/01/2012	Federal	SE - Salário Educação	R\$ 34.539,08
Total			R\$ 128.537,76

Corupá, 01 de fevereiro de 2012.

DILVANE KÜHL KLABUNDE

Gerente Fazendário

LUIZ ALBERTO WIESE

Controlador Interno

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário de Administração e Fazenda

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 30/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2012

O Fundo Municipal de Educação de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de PUBLICAÇÕES DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS NA IMPRENSA ENSCRITA COM VEÍCULAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 13/03/2012,

no Protocolo Central da prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo. .

A partir das 15:00 horas do dia 13/03/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 17 de fevereiro de 2012.

CRISTINA MARIA AGOSTINI MORAES EHRHARDT
Presidente do Fundo

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 58/2012 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2012

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a contratação de revista de edição mensal, para divulgação e orientação aos munícipes das atividades da Administração Pública Municipal, eleição da Rainha e cobertura da Expocentro 2012, conforme anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 16:30 horas do dia 08/03/2012, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 .

A partir das 17:00 horas do dia 08/03/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 17 de Fevereiro de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Forquilha

PREFEITURA

Decreto Nº. 010, de 20 de Fevereiro de 2012.

DECRETO Nº. 010, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2012.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR ENXURRADA.

EU, VANDERLEI ALEXANDRE, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 51, inciso I e XIII e demais dispositivos legais da Lei Orgânica Municipal, pelo disposto no Art. 7º do Decreto Federal no 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil,

CONSIDERANDO QUE:

- A ocorrência de tornado, caracterizado por vento intenso e localizado no dia 19 de fevereiro, atingindo parte do município, conforme Mapa das áreas afetadas, anexo a este Decreto;
- Como consequência deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes no Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;
- A recomendação da Coordenação Municipal de Defesa Civil, que avaliou e qualificou os efeitos do desastre, em acordo com a Resolução nº. 3, do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;
- Concorrem como critérios agravantes da situação a anormalidade, o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e do despreparo da Defesa Civil local frente ao desastre.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como situação de emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, bem como o acesso às entidades federais e estaduais na busca de recursos para minimizar os prejuízos ocorridos pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.
Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 20 de Fevereiro de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 20 de fevereiro de 2012.

DIEGO PASSARELA

Secretário de Governo

Extrato de Contrato PMF Nº 38/2012

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 38/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - JF PAVIMENTAÇÕES LTDA ME

OBJETO - prestação serviços na urbanização da Avenida Professor Eurico Back, com a implantação de passeios e ciclovias no trecho da estaca 66 a estaca 89, com extensão de 480 metros, incluindo o trevo intermediário tipo rotatória.

VALOR - R\$ 130.119,25 (cento e trinta mil cento e dezenove reais e vinte e cinco centavos)

VIGÊNCIA - 180 (cento e oitenta) dias corridos (prazo de execução 90 dias)

DOTAÇÃO - 0702.1033.4490 (105)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 17/PMF/2012

DATA DA ASSINATURA - 06 de fevereiro de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Ata do Edital de Tomada de Preços Nº. 22/PMF/2012

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 22/PMF/2012

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA,

PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 22/PMF/2012, QUE TEM POR OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA EXECUTAR O PROJETO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL DO PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS DO BAIRRO CIDADE ALTA, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, CONFORME PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.

Às dez horas do dia vinte e dois do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão de Licitação do Município de Forquilha para dar continuidade ao julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 22/PMF/2012. Abertos os trabalhos pelo Sr. Presidente, Ademir Brandieli Pedro, o mesmo informou que a empresa CONTEXTO ASSESSORIA LTDA. protocolou tempestivamente Recurso Administrativo quanto a documentação de habilitação da empresa Vieira e Reis Ltda. Deste modo, concede-se a abertura de novo prazo para contra-manifestação, caso exista interesse, conforme legislação vigente. Concomitantemente, a comissão de licitação, juntamente com a Assistente Social do Município, Sra. Roberta Casagrande Gonçalves Pasini, e o Procurador Geral Sr. Ander Luiz Warmling analisarão e comunicarão, em momento oportuno, aos participantes do andamento deste processo, das decisões e, posterior data de abertura das propostas no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem. Forquilha, 22 de fevereiro de 2012.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Presidente da Comissão de Licitação

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Membro da Comissão de Licitação

VALMIR COLOMBO

Membro da Comissão de Licitação

ANDER LUIZ WARMLING ROBERTA CASAGRANDE GONÇALVES PASINI

Procurador Geral Municipal Assistente Social

Fraiburgo

PREFEITURA

Lei 2138/2012

LEI Nº 2138, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012.

AUTORIZA A REVERSÃO DE ÁREA DE IMÓVEIS URBANOS, ALTERA A FINALIDADE DE USO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a proceder à aquisição de áreas de terras urbanas a seguir identificadas, por reversão e revogação dos atos administrativos de compra e venda, através de processo de licitação na modalidade de dispensa, nos termos do artigo 24, X, da Lei 8.666/93:

I - Terreno urbano com área de 360,00m², com benfeitorias, constituído pelo lote 0005, quadra 442, situado na Rua Arpalice Gheller, Bairro São Miguel, Fraiburgo, SC., matriculado sob n. 10.943, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo, SC., sendo legítimos possuidores o Sr. Josmark Mussolin e a Sra. Elaine

Domingues Granemann, inscritos no CPF n. 057.070.119-86 e 071.065.959-85, respectivamente, de acordo com o contrato de compromisso de compra e venda e termo de cessão e transferência realizado com o Município de Fraiburgo.

II - Terreno urbano com área de 360,00m², com benfeitorias, constituído pelo lote 0006, quadra 442, situado na Rua Arpalice Gheller, Bairro São Miguel, Fraiburgo, SC., matriculado sob n. 10.944, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo, SC., sendo legítimos possuidores a Sra. Marilete Strelow e Claudio Ney Mendes, inscritos no CPF n. 938.489.609-82 e 799.794.839-20, respectivamente, de acordo com o contrato de compromisso de compra e venda realizado com o Município de Fraiburgo.

Art. 2º. O valor a ser pago pela reversão do imóvel previsto no inciso I, do artigo 1º, desta Lei, será de R\$ 73.500,00 (setenta e três mil e quinhentos reais), e o valor a ser pago pela reversão do imóvel previsto no inciso II, do artigo 1º, desta Lei, será de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais) de acordo com avaliações imobiliárias e especificações do processo administrativo licitatório na modalidade de dispensa, a ser instaurado.

Art. 3º. Ficam desvinculados de bens públicos patrimoniais para a categoria de bens públicos de uso comum os imóveis especificados no artigo 1º, desta Lei, com as medidas e confrontações constantes das matrículas n. 10.943 e 10.944, do Cartório de Registro de Imóveis de Fraiburgo, visto destinarem-se a implantação de via pública urbana municipal.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 17 de Fevereiro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0047/2012

DECRETO Nº 0047, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012.
SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRAIBURGO - CMAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Nº.1476/99.

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social de Fraiburgo - CMAS os seguintes representantes:

I - Do Governo Municipal:

a) - Representantes da Secretaria de Ação Social:

Titular - Vanderléa de Fátima Juck;

[]

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo (SC), 17 de Fevereiro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0536/2012

PORTARIA N.º 0536 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 03 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo por 22 horas semanais a servidora ADRIANA WISCHNESKI DEBORTOLI, que assumiu o Projeto Avaliação Motora;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MAURICIO FRANCESCATO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 079.188.549-69, na função de PROFESSOR- EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 30 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de Fevereiro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0537/2012

PORTARIA N.º 0537 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 03 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, IBIANI CABRAL BORGES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 064.532.779-48, na função de PROFESSOR- EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 18 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até

01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0538/2012

PORTARIA N.º 0538 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 03 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo por 10 horas semanais a servidora HELEDEANE DE MEDEIROS RIBEIRO, que se encontra afastada em Auxílio Maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, TIAGO ANTONIO VAZ, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 061.475.359-78, na função de PROFESSOR- EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 33 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 14 de maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0539/2012

PORTARIA N.º 0539 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 03 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo por 10 horas semanais a servidora HELEDEANE DE MEDEIROS RIBEIRO, que se encontra

afastada em Auxílio Maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, TIAGO JOSÉ BECHER, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 080.618.689-54, na função de PROFESSOR- EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 28 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 14 de maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0540/2012

PORTARIA N.º 0540 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 03 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, THAÍS MAIRA DE MORAES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 075.588.089-79, na função de PROFESSOR- EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0541/2012

PORTARIA N.º 0541 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 03 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo por 10 horas semanais o servidor VOLNEY SESTREN, que se encontra cedido para o Fórum da Comarca de Fraiburgo;

Considerando que está substituindo por 10 horas semanais o servidor ROBERTO RIVELINO LEMOS, que assumiu a Direção Escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Eurico Pinz;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, CÂNDIDA DE SOUZA BATEZINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 839.102.390-72, na função de PROFESSOR- EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0542/2012

PORTARIA N.º 0542 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 03 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - FILOSOFIA OU TEOLOGIA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ACIR RIBEIRO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 201.869.919-91, na função de PROFESSOR- FILOSOFIA OU TEOLOGIA, com carga horária de 18 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0543/2012

PORTARIA N.º 0543 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º

1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 03 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - FILOSOFIA OU TEOLOGIA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ELIANE PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 904.814.029-34, na função de PROFESSOR- FILOSOFIA OU TEOLOGIA, com carga horária de 28 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0544/2012

PORTARIA N.º 0544 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 03 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - FILOSOFIA OU TEOLOGIA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, LÚCIA MAINARD DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 636.334.429-87, na função de PROFESSOR- FILOSOFIA OU TEOLOGIA, com carga horária de 15 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0545/2012

PORTARIA N.º 0545 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição

Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 03 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - FILOSOFIA OU TEOLOGIA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, JANILDETE LEITE DOS SANTOS, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 662.558.725-72, na função de PROFESSOR- FILOSOFIA OU TEOLOGIA, com carga horária de 15 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0546/2012

PORTARIA N.º 0546 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 03 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - LÍNGUA INGLESA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ALICIANE DE OLIVEIRA MATTEUCCI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 990.610.159-87, na função de PROFESSOR- LÍNGUA INGLESA, com carga horária de 29 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0547/2012

PORTARIA N.º 0547 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas

atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 03 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - LÍNGUA INGLESA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MARIA AUXILIADORA APARECIDA CARNIEL SOTTORIVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 345.621.509-63, na função de PROFESSOR- LÍNGUA INGLESA, com carga horária de 13 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0548/2012

PORTARIA N.º 0548 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 03 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - MATEMÁTICA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, HERICA DOS SANTOS BARCELOS MOREIRA SANTANA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 040.950.489-05, na função de PROFESSOR- MATEMÁTICA, com carga horária de 36 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0549/2012

PORTARIA N.º 0549 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 03 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ARTES, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo por 27 horas semanais a servidora MARIA CRISTINA SILVA, que assumiu a Direção Escolar no Centro Educacional Municipal Dona Zenaide da Costa;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, DELAIR DA COSTA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 601.279.539-49, na função de PROFESSOR- ARTES, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0550/2012

PORTARIA N.º 0550 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 03 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ARTES, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo por 10 horas semanais a servidora ELENICE DE MELLOs, que está cedida para a Ação Social;

Considerando que está substituindo por 10 horas semanais a servidora MICHELI CHRIST, que assumiu a Direção Escolar do PETI São Miguel;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ALVINA ALVES DE SOUZA DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 960.843.329-00, na função de PROFESSOR- ARTES, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0551/2012

PORTARIA N.º 0551 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 03 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ARTES, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo por 10 horas semanais a servidora ELENICE DE MELLOs, que está cedida para a Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MÁRCIA FERREIRA LOSS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 998.362.979-87, na função de PROFESSOR- ARTES, com carga horária de 28 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0552/2012

PORTARIA N.º 0552 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 03 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ARTES, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando o atendimento ao termo de convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Fraiburgo e o Ministério do Desenvolvimento Social no Programa de Erradicação Infantil - PETI, em que uma das obrigações do município é selecionar, capacitar e contratar monitores que trabalharão com crianças e adolescentes na Jornada Ampliada;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, JANAINA ALMEIDA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 070.582.479-94, na função de PROFESSOR- ARTES, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0553/2012

PORTARIA N.º 0553 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 03 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ARTES, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo por 13 horas semanais a servidora MICHELI CHRIST que assumiu a Direção Escolar do PETI São Miguel;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MARIELLI SOARES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 044.915.719-96, na função de PROFESSOR- ARTES, com carga horária de 21 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0554/2012

PORTARIA N.º 0554 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 03 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ARTES, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo por 20 horas semanais a servidora MICHELI CHRIST que assumiu a Direção Escolar do PETI São Miguel;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ROSILENE CAMARGO COVRE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 161.771.358-97, na função de PROFESSOR- ARTES, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0555/2012

PORTARIA N.º 0555 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 03 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ARTES, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, NILCILEI APARECIDA PEREIRA PERDUN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 018.106.469-36, na função de PROFESSOR- ARTES, com carga horária de 30 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0556/2012

PORTARIA N.º 0556 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 03 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ARTES, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, KEIDI MAIELE ANTON, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 062.568.579-25, na função de PROFESSOR- ARTES, com carga horária de 27 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0557/2012

PORTARIA N.º 0557 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 03 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ARTES, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, CLAUDIA MARIA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 072.409.849-66, na função de PROFESSOR- ARTES, com carga horária de 17 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0558/2012

PORTARIA N.º 0558 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 03 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ARTES, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ALINE TAMARA ANTON, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 074.982.899-46, na função de PROFESSOR- ARTES, com carga horária de 28 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0559/2012

PORTARIA N.º 0559 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 03 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ARTES, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ADRIANA OLIVEIRA DE SOUZA GOETTEN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 005.351.359-20, na função de PROFESSOR- ARTES, com carga horária de 34 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0560/2012

PORTARIA N.º 0560 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 03 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ARTES, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, IVONEIDE INÁCIO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 036.595.969-30, na função de PROFESSOR- ARTES, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0561/2012

PORTARIA N.º 0561 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de VALDEVINO BENTO brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 430.245.649-34, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, por 40 horas semanais, a partir de 17 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0562/2012

PORTARIA Nº 0562, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0322/2012, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 24 (vinte e quatro) horas semanais a carga horária do servidor LUIS JULIANO DE ALMEIDA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 025.210.879-55, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR, área de atuação GEOGRAFIA, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0563/2012

PORTARIA Nº 0563, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0321/2012, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes; Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a servidora SIMONE FRANCIELI PEGORARO que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora NILDA APARECIDA ANTUNES DOS ANJOS DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 703.069.409-06, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0564/2012

PORTARIA Nº 0564, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0318/2012, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 24 (vinte e quatro) para 28 (vinte e oito) horas semanais a carga horária da servidora MARCIA APARECIDA CRUZ ANTUNES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 743.749.239-34, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - GEOGRAFIA, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0565/2012

PORTARIA Nº 0565, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0316/2012, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 12 (doze) para 16 (dezesesseis) horas semanais a carga horária da servidora LUCIA FABER, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 041.564.679-02, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - FILOSOFIA OU TEOLOGIA, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0566/2012

PORTARIA Nº 0566, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0304/2012, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 13 (treze) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora LAURA JOCIANE DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 009.606.499-48, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0567/2012

PORTARIA Nº 0567, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0303/2012, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 29 (vinte e nove) para 36 (trinta e seis) horas semanais a carga horária da servidora JOSIÉLE PADILHA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 009.786.789-66, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0568/2012

PORTARIA Nº 0568, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0309/2012, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 31 (trinta e uma) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora VANESSA DA CRUZ SURDI, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 004.788.409-69, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMÁTICA, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0569/2012

PORTARIA Nº 0569, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0319/2012, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 18 (dezoito) para 26 (vinte e seis) horas semanais a carga horária da servidora MIRIAN CARLA RIBEIRO BALESTRIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 022.964.929-75, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação LÍNGUA PORTUGUESA, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0570/2012

PORTARIA Nº 0570, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora TAIZE KEITI LOPES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 040.583.929-40, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL (20h), com carga horária de 20 horas semanais, em 29 de fevereiro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0571/2012

PORTARIA Nº 0571, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Reduz Carga Horária de Servidor.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 2.473 de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 20 (vinte) para 14 (catorze) horas semanais a carga horária da servidora CLEIDIMAR COSTENARO BRANDES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 564.595.489-00, nomeada no cargo de provimento efetivo de MÉDICO, no período de 01 de fevereiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos para 01 de fevereiro de 2012.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0572/2012

PORTARIA Nº 0572, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Concede Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora CLEIDIMAR COSTENARO BRANDES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 564.595.489-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de MÉDICO, com carga horária de 20 horas semanais, Função Gratificada Nível 3, por atendimentos aos pacientes/grupos do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0573/2012

PORTARIA N.º 0573 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0036 de 28 de novembro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo por 40 horas semanais a servidora SOFIA CAROLINA BECKEMBACH MISSEL, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MARGARIDA APARECIDA FERRAZ DE DEUS DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 625.607.279-00, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0574/2012

PORTARIA N.º 0574 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0035 de 11 de novembro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo por 20 horas semanais a servidora ERLETE DOBKOWSKI, que está cedida para o Centro de Educação Infantil São José;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, IRIA LEONI BEAL, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 003.442.279-01, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0575/2012

PORTARIA N.º 0575 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0035 de 11 de novembro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MAGALI DOS SANTOS ROCHA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 907.134.359-68, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 23 de fevereiro de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0576/2012

PORTARIA N.º 0576 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de TAIS CRESTANI brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º. 944.577.949-53, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA, por 27 horas semanais, a partir de 09 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 17 de Fevereiro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Invalidação Tomada de Preços Nº 0003/2012

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
AVISO DE INVALIDAÇÃO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 0003/2012 - PMF

O Prefeito Municipal de Fraiburgo (SC) torna público que no PAL em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para construção de três Pontos de Ônibus, nesta cidade de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), devido ao fato de que na fase da homologação foi constatado que a empresa DOCA-CASA E JARDIM LTDA ME não poderia ter sido HABILITADA, por ter apresentado a Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa vencida em 07/05/2011, e por não ser possível a convalidação ou renovação do ato defeituoso, pelo fato da empresa acima referida estar INABILITADA fica INVALIDADO o presente certame.

Fraiburgo (SC), 22 de fevereiro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0026/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0026/2012 - PMF

Objeto: Aquisição de materiais de higiene, limpeza e outros, para uso nos Centros de Educação Municipais, Infantis, Departamento de Cultura, PETI, Educação de Jovens e Adultos e na Secretaria de Educação, durante os meses de março a agosto de 2012. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 15:30 horas do dia 06/03/2012. Abertura: às 15:30 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 17 de fevereiro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Dispensa de Licitação Nº 0002/2012

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0047/2012 - PMF
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0002/2012-PMF

O Município de Fraiburgo (SC), torna público a Dispensa de Licitação nº 0002/2012, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas capazes de propiciar "a promoção da integração ao mercado de trabalho", e a "formação para o trabalho", de acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008 e com a Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através do estágio, que obrigatório ou não, deverá ser pedagogicamente útil e por isso, de interesse curricular, entendido como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, em favor do CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SC, inscrita no CNPJ sob nº 04.310.564/0001-81, para o período de um ano, no valor de R\$ 49,00 por estudante/mês que estiver realizando o estágio. Fundamento Legal: Art. 24, Inciso XIII da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo (SC), 17 de fevereiro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº26/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 26/2012 Processo nº 024/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Sinasc - Industrial Ltda.; CNPJ: 10.954.989/0001-26; Objeto: Aquisição de sinalização vertical constituídas de chapas de aço e postes de madeira e de ferro; Valor: R\$ 52.576,55 (Cinquenta e Dois Mil, Quinhentos e Setenta e Seis Reais e Cinquenta e Cinco Centavos); Data da Assinatura: 15/02/2012.

Gaspar

PREFEITURA

Lei Nº. 3.403, de 21 de Fevereiro de 2012.

LEI Nº. 3.403, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2012.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 3.385, DE 7 DE DEZEMBRO 2011, QUE CRIA GRATIFICAÇÃO POR ASSIDUIDADE E PERMANÊNCIA PARA OS PROFISSIONAIS MÉDICOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os incisos I e II do artigo 1º da Lei nº 3.385, de 07 de dezembro de 2011, que cria gratificação por assiduidade e permanência para os profissionais médicos que menciona e dá outras providências:

“Art. 1º ()

I - os médicos, ocupantes de emprego público, ou contratados temporariamente, integrantes do Programa Federal ESF - Estratégia Saúde da Família, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, farão jus ao recebimento de valor equivalente a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais); e

II - os médicos clínicos gerais e especialidades médicas, ocupantes de cargo efetivo, ou contratados temporariamente, com carga horária semanal de 10 (dez) horas, farão jus ao recebimento de valor equivalente a R\$ 610,00 (seiscentos e dez reais).

()”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 7 de dezembro de 2011.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 21 de fevereiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Decreto Nº 4.844, de 16 de Fevereiro de 2012.

DECRETO Nº 4.844, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município, e artigo 10 e seguintes, da Lei Municipal nº. 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, os aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme seguem:

NOME	CARGO	C/H	LOTAÇÃO
Silvio Cleffi	Médico Cardiologista	10h	Secretaria de Saúde

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de fevereiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.839, de 14 de Fevereiro de 2012.

DECRETO Nº. 4.839, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2012.

SUPLEMENTA, POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO Gabinete do Prefeito E VICE PREFEITO E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº. 3.381, de 02 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por superávit financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, do Fundo Municipal de Saúde, do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito e da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Órgão: 8 Secretaria Municipal de Transportes e Obras
Unidade: 13 Secretaria Municipal de Transportes e Obras
Funcional Programática: 00015.00452.00014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras
Projeto: 1.100053 Aquisição de Máquinas e Equipamentos
Dotação: 494 - 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 27.000,00

Órgão: 6 Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde
Funcional Programática: 00010.00301.00026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
Projeto: 1.100167 Ampliar a Frota de Veículos do Fundo Municipal de Saúde
Dotação: 148 - 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
Atividade: 2.200126 Ampliar, Manter e Equipar o Programa de Estratégia Saúde da Família
Dotação: 95 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 28.337,53
Dotação: 154 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 55.000,00
Dotação: 156 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 4.700,00
Atividade: 2.200132 Ampliar, Manter e Equipar o CAPS, CAPS AD e CAPSI
Dotação: 78 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 1.346,01
Dotação: 149 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 18.927,20

Dotação: 153 - 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Atividade: 2.200140 Ampliar e Manter Aquisição de Medicamentos
 Conforme Preconiza a NOAS/SUS
 Dotação: 106 - 3.3.3.7.1 Transferências a Consórcios Públicos R\$ 100.000,00
 Dotação: 86 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Dotação: 97 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
 Atividade: 2.200142 Ampliar, Manter e Equipar no Município as Ações do Programa do DST/AIDS
 Dotação: 84 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 24.008,51
 Atividade: 2.200146 Ampliar, Manter e Equipar o Programa de Saúde Bucal
 Dotação: 79 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 3.400,00
 Dotação: 151 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 21.000,00
 Atividade: 2.200148 Ampliar, Manter e Equipar o Centro de Especialidades Odontológicas
 Dotação: 81 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 6.411,72
 Dotação: 98 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 22.804,80
 Dotação: 150 - 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 Atividade: 2.200152 Ampliar, Manter e Equipar o Fundo Municipal de Saúde
 Dotação: 152 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 67.200,69
 Funcional Programática: 00010.00302.00026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
 Projeto: 1.100161 Construção de um Centro de Especialidades em Saúde/Policlínica
 Dotação: 127 - 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 470.735,84
 Atividade: 2.200138 Ampl., Manter e Equip. no Munic. as Ações de Média e Alta Complex. Det.PPI e TFD
 Dotação: 155 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Dotação: 159 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
 Funcional Programática: 00010.00304.00026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
 Atividade: 2.200128 Ampliar, Manter e Equipar as Vigilâncias Sanitárias
 Dotação: 87 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 Dotação: 90 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 12.700,00
 Funcional Programática: 00010.00305.00026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
 Atividade: 2.200130 Ampliar, Manter e Equipar a Vigilância Epidemiológica
 Dotação: 158 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 33.000,00
 Dotação: 157 - 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão: 2 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
 Unidade: 2 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
 Funcional Programática: 00004.00122.00004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas
 Atividade: 2.200018 Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas
 Dotação: 370 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 153.000,00

Órgão: 3 Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 Unidade: 18 Corpo de Bombeiros
 Funcional Programática: 00006.00182.00016 Gestão do Corpo de Bombeiro Militar de Gaspar
 Projeto: 1.100071 Aquisição de Materiais Permanentes
 Dotação: 501 - 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
 Projeto: 1.100303 Aquisição de Veículos
 Dotação: 500 - 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 Atividade: 2.200080 Apoio à Segurança Pública
 Dotação: 400 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de fevereiro de 2012.
 PEDRO CELSO ZUCHI
 Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.840, de 15 de Fevereiro de 2012.

DECRETO Nº. 4.840, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012.

SUBSTITUI MEMBRO ELETIVO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei nº 1.432/1993, alterada pela Lei Municipal nº 2.347/2003, e amparado pela Lei Municipal nº 2.621/2005, posteriormente alterada pela Lei Municipal nº 2.808/2006,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído, a partir de 16 de fevereiro de 2012, o membro efetivo do Conselho Tutelar, conforme composição abaixo relacionada:

Novo Membro Membro Substituído
 Cristina Regina DeschampsAdemir da Luz

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 15 de fevereiro de 2012.
 PEDRO CELSO ZUCHI
 Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.841, de 15 de Fevereiro de 2012.

DECRETO Nº. 4.841, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012.

SUPLEMENTA, POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº. 3.381, de 02 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por superávit financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 3 Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 Unidade: 4 Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 Funcional Programática: 00004.00123.00006 Gestão da Secretaria de Administração e Finanças
 Projeto: 2.200022 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
 Dotação: 401 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Órgão: 8 Secretaria Municipal de Transportes e Obras
 Unidade: 13 Secretaria Municipal de Transportes e Obras
 Funcional Programática: 00015.00451.00014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras
 Projeto: 1.100253 Pavimentação de Ruas
 Dotação: 498 - 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 4.122,75

Órgão: 9 Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
 Unidade: 19 Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
 Funcional Programática: 00015.00451.00019 Constr., Manut. e Melh. na Infraestr. do Munic. por meio da Secret. Munic. de Planej.
 Projeto: 1.100095 Pavimentação de Vias e Corredores
 Dotação: 358 - 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 1.748,77

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de fevereiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.842, de 15 de Fevereiro de 2012.

DECRETO Nº. 4.842, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012.
NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 6º, inciso XVI, e art. 51, parágrafos 1º ao 5º, da Lei Federal nº. 8.666/93 e nas Leis nº. 8.883/94 e nº. 9.648/98,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir desta data, a Comissão Permanente de Licitação, composta dos seguintes membros:

- I - JOSÉ ARTUR BENACI - Agente de Serviços Especializados ASE I;
- II - DIEGO SIEMENTKOWSKI - Digitador;
- III - LUIZ CARLOS SOARES VAL - Engenheiro Civil.

Parágrafo único. Fica o servidor JOSÉ ARTUR BENACI, nomeado Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Art. 2º A Comissão Permanente de Licitação terá incumbência de receber, examinar, apreciar e julgar os documentos e procedimentos relativos às licitações nas modalidades de Tomada de Preço e de Concorrência deste Município, bem como receber, examinar, apreciar e julgar todos os documentos relativos ao cadastramento de licitantes, tudo em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 8.883/94 e Lei Federal nº 9.648/98.

Art. 3º Para as licitações da modalidade de Convite, tendo em vista a exiguidade de pessoal, com fundamento no parágrafo 1º do art. 51, da Lei Federal 8.666/93, fica designado para apreciar e julgar as propostas, o servidor JOSÉ ARTUR BENACI.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 4.398/2011 e demais alterações posteriores.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de fevereiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.846, de 17 de Fevereiro de 2012.

DECRETO Nº. 4.846, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012.
REGULAMENTA O ATENDIMENTO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, EM REGIME DE CARÁTER TEMPORÁRIO, COM ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE GASPAR, JUNTO A UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município, e demais legislação correlata,

CONSIDERANDO que a "saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção,

proteção e recuperação", conforme preconiza o artigo 196 da Carta Magna;

CONSIDERANDO que compete ao Estado regulamentar, fiscalizar e controlar as ações e serviços de saúde, os quais são de relevância pública, diretamente ou por meio de terceiros, conforme disposto no artigo 197 da Carta Magna;

CONSIDERANDO que as diretrizes estabelecidas pelo artigo 198 da Constituição Federal visam dar efetividade as ações e serviços públicos de saúde, que integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (SUS);

CONSIDERANDO que compete ao Administrador zelar pelo bem estar, pela qualidade de vida e pela saúde de sua população, garantido-lhe um acesso humanizado ao atendimento de Urgência e Emergência, por meio de profissionais capacitados, a fim de propiciar ao usuário um atendimento de excelência na prestação do serviço de pronto atendimento;

CONSIDERANDO ainda, o ofício expedido, em data de 17 de fevereiro corrente, pelo Presidente do Conselho de Administração do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - Sr. Celso de Oliveira, e pelo Direto Técnico - Sr. Humberto Martins Fornari, que informam quanto à decisão tomada pela suspensão do atendimento da URGÊNCIA e EMERGÊNCIA a partir de 17/02/2012;

DECRETA,

Art. 1º Fica determinado que o Município, sendo responsável pela gestão básica de saúde, diante da gravidade decorrente do posicionamento assumido pelo Conselho de Administração do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, por meio de sua Secretaria de Saúde, passará a atender na data de 17/02/2012, por excepcional interesse público, em regime de caráter temporário, com atendimento do serviço de emergência em saúde pública no município de Gaspar, prestando atendimento nos serviços ambulatoriais, de clínica médica e pediatria, em plantão 24 horas, junto à Unidade de Saúde Central, situada na rua Vereador Augusto Beduschi, 130, Centro, nessa Cidade.

Art. 2º A fim de dar imediato cumprimento ao disposto no artigo antecedente, em virtude do excepcional caráter temporário, os servidores públicos que atuam na área da saúde, mais especificamente os médicos clínico-gerais, bem como os servidores que atuam na área de limpeza, além dos motoristas, ficam convocados a assumir suas funções quanto ao cumprimento dos serviços de plantão, do qual fizerem parte na escala de sobreaviso, os quais passarão a ter direito de perceber o valor correspondente às horas extraordinárias trabalhadas, desde que sejam devidamente comprovadas.

Art. 3º De acordo com estabelecido no inciso IV, do artigo 24, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada, na vigência deste Decreto, a contratação de profissionais na área da saúde, para atender os serviços municipais de saúde.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de fevereiro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito de Gaspar

Decreto Nº. 4.847, de 21 de Fevereiro de 2012.

DECRETO Nº. 4.847, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2012.
SUBSTITUI MEMBRO PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de

Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 01 de março de 2012, a seguinte servidora para integrar a Comissão de Estágio Probatório:

I - SIBILA HABECK SCHINDLER, ocupante do cargo efetivo de Escriurário ASE III, em substituição a KÊNIA SOUZA DA SILVA ANDRADE;

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados neste Decreto.

Art. 3º Fica revogado parcialmente o Decreto 4.401, de 28 de junho de 2011.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de fevereiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria Nº. 2.712, de 13 de Fevereiro de 2012.

PORTARIA Nº. 2.712, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2012.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº. 08/2011, INSTAURADA PARA APURAR TODAS AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO OFÍCIO 2ªPJ/Nº146/2011, REMETIDO PELA 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE GASPAR, EM VIRTUDE DA INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 06.2011.007563-6.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 24 de fevereiro de 2012, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº. 08/2011, instaurada para apurar todas as informações contidas no Ofício 2ªPJ/Nº146/2011, remetido pela 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gaspar, em virtude da instauração do procedimento preparatório nº 06.2011.007563-6.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de fevereiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria Nº. 2.713, de 13 de Fevereiro de 2012.

PORTARIA Nº. 2.713, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2012.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº. 06/2011, INSTAURADA PARA APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2009.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de

Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91, e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 26 de fevereiro de 2012, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº. 06/2011, instaurada para apurar supostas irregularidades no processo de dispensa de licitação nº 24/2009.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de fevereiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2.711, de 09 de Fevereiro de 2012.

PORTARIA Nº. 2.711, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2012.

DISPENSA A PEDIDO EMPREGADO PÚBLICO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica dispensada de suas atividades, a pedido, a partir de 09 de fevereiro de 2012, a servidora GRASCIELA REINERT DA CUNHA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada com 40 horas semanais na Secretaria de Saúde, a qual foi nomeada pela Portaria nº 1.490/2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de fevereiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2.715, de 14 de Fevereiro de 2012.

PORTARIA Nº. 2.715, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2012.

DISPENSA A PEDIDO EMPREGADO PÚBLICO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica dispensada de suas atividades, a pedido, a partir de 29 de fevereiro de 2012, a servidora ELIENE ALICE BEZERRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada com 30 horas semanais na Secretaria de Saúde, a qual foi nomeada pela Portaria nº 2.070/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de fevereiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 19/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 19/2012

O OBJETO é o Registro de Preços de Estantes de Aço para montagem do almoxarifado da Prefeitura de Gaspar. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até às 9h do dia 05/03/2012 no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 05/03/2012 às 9h30min no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 15 de fevereiro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

SAMAE

Aviso do Pregão Presencial Nº 8/2012 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº.8/2012

OBJETO: Registro de preços para aquisição de calçados para os servidores do SAMAE, visando a implementação de medidas de controle e prevenção de acidentes de trabalho de seus servidores.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 09/03/2012.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 09/03/2012 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 17 de fevereiro de 2012.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Extrato do Contrato nº 001/2012 ao Contrato nº 084/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº. 001/2012 AO CONTRATO Nº. 084/2011. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para pavimentação a lajota sextavada de concreto com fornecimento de material, da continuação da Rua Julião José Teixeira conforme edital, projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR: Fica aditado ao valor do contrato original a quantia de R\$ 25.557,01 (vinte e cinco mil quinhentos e cinquenta e sete reais e um centavo), passando o valor global do contrato a ser de R\$

129.949,56 (cento e vinte e nove mil novecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e seis centavos).

Governador Celso Ramos, 16 de fevereiro de 2012.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.

Prefeito Municipal.

Extrato do termo aditivo nº 001/2012 ao Contrato 082/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº. 001/2012 AO CONTRATO Nº. 082/2011. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para pavimentação a lajota sextavada de concreto com fornecimento de material, da continuação da Ruas São Pedro, José Francisco dos Santos, Deodora Simas Custódio e Praça Miguel Pedro dos Santos conforme edital, projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR: Fica aditado ao valor do contrato original a quantia de R\$ 3.165,34 (três mil cento e sessenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), passando o valor global do contrato a ser de R\$ 102.110,94 (cento e dois mil cento e dez reais e noventa e quatro centavos).

Governador Celso Ramos, 16 de fevereiro de 2012.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.

Prefeito Municipal.

Extrato do termo aditivo nº 001/2012 ao Contrato 081/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº. 001/2012 AO CONTRATO Nº. 081/2011. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para pavimentação a lajota sextavada de concreto com fornecimento de material, da continuação da Rua Manoel Honório Marques conforme edital, projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR: Fica aditado ao valor do contrato original a quantia de R\$ 29.812,01 (vinte e nove mil oitocentos e doze reais e um centavo), passando o valor global do contrato a ser de R\$ 149.377,71 (cento e quarenta e nove mil trezentos e setenta e sete reais e setenta e um centavos).

Governador Celso Ramos, 16 de fevereiro de 2012.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.

Prefeito Municipal.

Extrato do termo aditivo nº 001/2012 ao Contrato 080/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº. 001/2012 AO CONTRATO Nº. 080/2011. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para pavimentação a lajota sextavada de concreto com fornecimento de material, da continuação da Rua do Anogueiro conforme edital, projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR: Fica aditado ao valor do contrato original a quantia de R\$ 9.955,70 (Nove mil novecentos e cinquenta e cinco reais e setenta centavos), passando o valor global do contrato a ser de R\$ 49.841,30 (quarenta e nove mil oitocentos e quarenta e um reais e trinta centavos).

Governador Celso Ramos, 16 de fevereiro de 2012.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.
Prefeito Municipal.

Guaramirim

PREFEITURA

Aviso de Licitação Nº 19/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 19/2012
Tipo : Menor Preço - Por item

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE ROÇADA, PARA SUPRIR NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Entrega dos Envelopes: 07/03/2012 às 14:00h

Abertura dos Envelopes: 07/03/2012 às 14:15h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

Guaramirim-SC, 30/01/2012

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 288/2012

PORTARIA Nº 288/2012

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora MARISETE DA ROSA BOTTEGA (Matr. 3503), a partir de 09 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer a função de Professor de Dança, Nível - 2 - Referência "A", 20 horas semanais, junto à Casa da Cultura, aprovada e classificada em 1º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 289/2012

PORTARIA Nº 289/2012

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora LIVONIR MENDES BALESTRIN (Matr. 3502), a partir de 16 de fevereiro de 2012 até o término do ano letivo ou realização de concurso público, para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 20 horas semanais, Ensino Fundamental, em Escola Municipal, aprovada e classificada em 21º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 290/2012

PORTARIA Nº 290/2012

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 16 de fevereiro de 2012, do servidor RUBENS ANTONIO CORREIA (Matr. 2878), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível - 9, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Fevereiro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 291/2012

PORTARIA Nº 291/2012

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Agente Administrativo - Nível - 9, Referência "A", do Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, à Servidora KELLI CRISTINA WALDRIGUES MOHL (Matr. 2868), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de 03 (três) anos de Estágio Probatório de 17 de Dezembro de 2008 a 16 de Dezembro de 2011, consoante o que determina o Decreto nº 2570 de 12 de Março de 2009, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Fevereiro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 292/2012
PORTARIA Nº 292/2012

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora KEITY MARA GAZZOLA (Matr. 3404), a partir de 17 de fevereiro de 2012, para exercer as funções de Monitor Social, Nível - 4/2/A, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para atuar no Programa de Acolhimento Institucional - ABRIGO, aprovada e classificada em 8º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Fevereiro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 293/2012
PORTARIA Nº. 293/2012

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional de Profissional do Magistério - Progressão por Mérito - Avaliação de Desempenho, à Servidora INEZITA ROSANA DEUERLING BRUNETTO (Matr. 486), nascida aos 14/02/1974, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/E, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 8/A anexo XI, a partir de 14 de fevereiro de 2012, de conformidade com o artigo 22 da Lei Complementar Nº. 286 de 27 de outubro de 2011, Inciso I.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de fevereiro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº CM 074/2012

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste
R E S O L U Ç Ã O Nº CM 074/2012

"Concede férias não gozadas a Funcionário da Câmara Municipal de Vereadores que especifica"

LUIZ ANTONIO FIDELIS, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor:

RESOLVE

Art. 1º Concede 10 (dez) dias de férias não gozadas, conforme Resolução nº 070/2012, ao servidor JEFERSON ALFREDO MENDONÇA, portador da CI nº 11/R- 2.146.524 - SSP-SC, CPF sob nº 780.714.539-00, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível - 5, Referência "A", constante do Anexo VI - Quadro Permanente de Pessoal, referente ao período aquisitivo de 10 de Janeiro de 2011 a 09 de Janeiro de 2012, para serem gozadas a partir de 20 de fevereiro de 2012 a 29 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Os encargos decorrentes desta Resolução correrão à conta de Dotações Orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento vigente.

Art. 3º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste.SC, em 17 de fevereiro de 2012.
LUIZ ANTONIO FIDELIS
Presidente

Imbituba

PREFEITURA

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 10/2012 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SAÚDE
PROCESSO Nº 10/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 06 de março de 2012, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de medicamentos para uso da Secretaria Municipal de Saúde. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 23 de fevereiro de 2012.
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Prorrogação de Pregão Presencial 14/2012 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
COMUNICAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Imbituba através da sua Pregoeira Oficial comunicam que fica prorrogada a abertura do Processo Licitatório 15/2012 - Pregão Presencial 14/2012, para revisão do edital conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte. A data de abertura do certame será no dia 07 de março de 2012 às 15:00 horas..

Imbituba, 23 de fevereiro de 2012.
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA
Pregoeira Oficial

CÂMARA MUNICIPAL

Ato da Presidência Nº 05/12

Ato da Presidência nº 05/12

O PRESIDENTE INTERINO DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 3ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia 22 de fevereiro de 2012 (quarta-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
14	PL nº 4.235/2012	17/02/12	Poder Executivo	Elísio Sgrott	Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Contrato de Cooperação Técnico Financeira com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. para a execução de trabalhos de pesquisa agropecuária e assistência técnica e extensão rural, e dá outras providências..	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	Moção nº 003/2012	13/02/12	Poder Legislativo	Dorlin Nunes Júnior e Jaison Cardoso de Souza	MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO ao estudante ANDRÉ SGROTT, por ter conquistado a primeira colocação geral do Vestibular da UFSC (2012), para o Curso de Engenharia Mecânica, além dos primeiros lugares gerais nos concursos da ACAFE 2012 (Medicina) e da UDESC 2012 (Engenharia do Petróleo).	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 17 de Fevereiro de 2012.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Presidente Interino

LUÍS ANTÔNIO DUTRA
Primeiro-Secretário

THIAGO MACHADO
Segundo-Secretário

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato de Contrato 11/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
CONTRATO Nº 11/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 129/2011 Que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Ivanete Fatima Lerin ME – Brinquedos Paraná. CLÁUSULA PRIMEIRA - Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b e parágrafo 1º., da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Décima Sexta do Contrato nº. 129/2011, fica de comum acordo alterado a quantidade descrita na Cláusula



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Primeira do Contrato nº. 129/2011. CLÁUSULA SEGUNDA - Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 3.815,00 (Três mil oitocentos e quinze reais) conforme abaixo discriminado:

Item	Qtde	Descrição	Unidades Escolares	Valor unitário	Valor total R\$
01	01	<p>Kit de Parque de metal, contendo :</p> <p>01 GIRA GIRA deverá ter 1,70m de diâmetro, tubo galvanizado central na bitola de 2,1/2" com 1 rolamento cônico e 01 bucha de nylon. Cambotas em tubo galvanizados na bitola de 1" x 1,50. Acabamento final: pintura líquida, passado um fundo de praimer e após várias camadas de esmalte sintético</p> <p>01 VAI E VEM estrutura em tubo GALVANIZADO soldado com solda mig , pintura líquida colorida, Comprimento de 1,60x2,40x1,00m estrutura de tubo galvanizado 2"x 2mm, COM 08 pernas em tubo 1.1/2" x 1,50mm, prancha com 04 tubo galvanizado 1"x1,50mm. correntes galvanizada 5,5mm.</p> <p>01 GANGORRA para 08 lugares estrutura em tubo GALVANIZADO soldado com solda mig pintura líquida colorida, medindo 2,00x1,80x0,60m, 04 pranchas, cavalete de tubo GALVANIZADO 2"x 2mm, gangorra em tubo GALVANIZADO 1,1/4"x1,50mm, corrimão e banco em tubo GALVANIZADO 7/8"x1,50mm.largura da prancha 0,30m.</p> <p>01 ESCORREGADOR com estrutura em tubo GALVANIZADO ,soldado com solda mig,pintura líquida colorida, largura de 35cm com dobra sem solda de 4cm x 05cm como proteção lateral, comprimento 3m. em chapa lisa n.16, escada em tubo 1.1/4" parede 1,50mm, degraus em tubo 1" , corrimão em tubo 7/8". Altura do escorregador em relação ao solo 1,80m.</p> <p>Obs: todos os tubos deverão ser Galvanizados.</p> <p>01 BALANÇO balanço com 04 cestas ,estrutura em tubo GALVANIZADO soldado com solda mig, pintura colorida medindo: 4m comp. x 2,20m alt.x 2m de larg. Estrutura de tubo GALVANIZADO 2" x 1,50mm, cadeirinha em tubo GALVANIZADO 7/8"x1,50mm, correntes galvanizadas 5,5mm.</p> <p>01 PASSEIO DE MACACO , 3m comprimento x 2m de altura x 0,45cm de largura, em tubo galvanizado 1,1/2 " x 1,50mm, 1,3/4 x 1,50mm e 1 " x 1,50mm</p> <p>Marca: BRINQUEDOS PARANÁ</p>	01 Unidade para o Núcleo Escolar Presidente Adolfo Konder	3.815,00	3.815,00

CLAUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 05(cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam. Irineópolis (SC), 15 de fevereiro de 2012.

Município de Irineópolis	Ivanete Fatima Lerin ME – Brinquedos Paraná
WANDERLEI LEZAN	IVANETE FATIMA LERIN
Contratante	Contratada

Extrato de Contrato 12/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 12/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis
Contratada: Cimentela - Industria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda.

Objeto: Aquisição de tubos de concreto, com entrega parcelada para o exercício de 2012.

Valor: R\$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais).

Vigência - 15/02/2012 a 31/12/2012

Base Legal - Processo Licitatorio 09/2012 - Pregão Presencial nº. 06/2012

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 13/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 13/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis

Contratada: Pré-Moldados Irineópolis - Artefatos de Cimento e Estruturas Metálicas Ltda - EPP

Objeto: Aquisição de tubos de concreto, com entrega parcelada para o exercício de 2012.

Valor: R\$ 66.340,00 (Sessenta e seis mil trezentos e quarenta reais).

Vigência - 15/02/2012 a 31/12/2012

Base Legal - Processo Licitatorio 09/2012 - Pregão Presencial nº. 06/2012

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Resolução Nº 001, de 16 de Fevereiro 2012.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei nº 1.995/93 de 23.09.93

Av. XV de Novembro, 378 - Fone (49) 3522-3000

Joaçaba - SC

RESOLUÇÃO Nº 001, de 16 de fevereiro 2012.

Dispõe sobre as doações para o

Fundo Municipal da

Infância e Adolescência - FIA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Joaçaba (CMDCA), em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo e controlador das ações da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente no Município de Joaçaba, estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei Municipal nº 1.995, de 23 de setembro de 1993, alterada pelas Leis Municipais nº 158/2007 e nº 2.004/96,

Considerando a alteração dos parâmetros para a criação e funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e Adolescente através da resolução CONANDA nº 137/2010, resolve:

Art.1º As doações provenientes de pessoas físicas e jurídicas ao Fundo de Infância e Adolescência, poderão ser destinadas pelos doadores às entidades registradas neste Conselho, atendendo os seguintes critérios:

I - Será destinada às entidades até 80% (setenta por cento) do valor doado.

II - Serão destinados no mínimo 20% (vinte por cento) às demais políticas públicas da criança e do adolescente, conforme posterior deliberação da plenária do Conselho.

III - É facultada a pessoa física ou jurídica doadora a indicação de entidade beneficiária.

Parágrafo Primeiro - A indicação de entidade beneficiária deve ser feita mediante requerimento protocolado na Secretaria dos Conselhos, sendo que este procedimento não obriga o Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente a destinar o recurso à entidade solicitada caso esta não tenha seus projetos aprovados de acordo com as legislações que normatizam as avaliações da plenária do Conselho.

Parágrafo Segundo - As doações (80%) serão repassadas às entidades receptoras, após aprovação da plenária deste Conselho, mediante edital de cadastramento de projetos voltados ao atendimento de crianças e adolescentes, encaminhados por órgãos governamentais e entidades não governamentais.

Parágrafo Terceiro: Só poderão ser beneficiadas, entidades registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente há mais de um ano, que estejam cumprindo com suas finalidades estatutárias.

Parágrafo Quarto: As Entidades receptoras deverão encaminhar cópia da prestação de contas ao Setor de Contabilidade do Fundo Municipal da Infância e Adolescência a este Conselho e aos doadores, referente os valores doados.

Art. 2º - Fica revogada a Resolução nº 006/2007.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RÚBIA KAREN PROVENSI
Presidente do CMDCA

Resolução Nº. 002/2012

RESOLUÇÃO Nº. 002/2012

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Joaçaba (CMDCA), em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo e controlador das ações da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente no Município de Joaçaba, estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei Municipal nº 1.995, de 23 de setembro de 1993, alterada pelas Leis Municipais nº 158/2007 e nº 2.004/96,

RESOLVE:

Estabelecer Critérios e Procedimentos para o Repasse de Recursos Financeiros do Fundo da Infância e da Adolescência - FIA

Capítulo I

Do Certificado de Autorização para Captação de Recursos Financeiros

Art. 1º - O Certificado de Autorização para Captação de Recursos Financeiros para o Fundo da Infância e da Adolescência (FIA) tem a finalidade de autorizar a captação de recursos junto a pessoas físicas e jurídicas, contribuindo para o financiamento de projetos nos regimes de atendimento de competência e âmbito municipal previstos na Lei 1.995/93, que visem a promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, priorizados e aprovados pelo CMDCA.

Art. 2º - A concessão do Certificado e autorização da liberação de recursos são de competência do CMDCA através de deliberação em plenária. O Certificado será nominativo em favor da Entidade e fará referência ao nome do projeto aprovado, valor, percentual a ser repassado e vigência da autorização.

§ 1º. Os certificados serão fornecidos mediante análise do projeto e parecer da Comissão de Avaliação de Projetos e aprovação da sessão plenária do CMDCA.

§ 2º. Para efeitos legais, o Certificado constitui-se em documento oficial impresso pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA - assinado pelo Presidente deste órgão em conjunto com um membro da Comissão de Avaliação de Projetos.

§ 3º. Após a aprovação do projeto pela Sessão Plenária do CMDCA, será emitido certificado, num prazo máximo de 05 dias úteis.

§ 4º. Em caso de não aprovação do projeto para fins de certificação, o CMDCA encaminhará para a entidade sua decisão.

Art. 3º - A concessão do Certificado deverá ser requerida junto ao CMDCA, podendo cada Entidade ter simultaneamente aprovados até no máximo três projetos por ano, de acordo com edital a ser publicado pelo CMDCA.

Art. 4º - O Certificado terá a validade de até 12 meses para captação de recursos, podendo a liberação e a utilização dos recursos ocorrer até 6 meses após o prazo de encerramento de captação.

Capítulo II

Da inscrição e tramitação do projeto

Art. 5º - As entidades de atendimento e defesa do Direitos da Criança e do Adolescente, deverão atender ao que segue:

I- Adotar como princípios de ação, a promoção da ética, da paz, da cidadania, da democracia e de outros valores universais;

II- Ter em seus quadros pessoas idôneas;

III- Estar regularmente constituída;

IV- Desenvolver Plano de Trabalho compatível com os princípios do ECA; (Art. 91)

Art. 6º - São requisitos para a entidade protocolar projetos:

I - Estar registrada há mais de 01 ano e dispor de regularidade administrativa no CMDCA;

II - Ter inscrição do programa para o qual solicita recursos;

III - Credenciar 01 representante da entidade para participar de eventos, cursos e fóruns promovidos pelo CMDCA.

Art. 7º- O encaminhamento de projetos pelas entidades interessadas, para fins de certificação para a captação de recursos, deverá ser feito mediante ofício ao CMDCA, anexando:

I. Projeto Social (impresso e digitalizado), em papel timbrado, carimbado e assinado pelo responsável da entidade, constando os seguintes itens:

- Dados de identificação
- Apresentação da entidade
- Apresentação do projeto
- Justificativa
- Objetivos gerais e específicos
- Procedimento metodológico, público alvo, metas de atendimento e avaliação.
- Cronograma de atividades
- Três Orçamentos
- Cronograma de desembolso com prazo máximo de 12 meses.

II. Certidão Negativa de Débitos - Municipal, Estadual, Conjunta (Receita Federal e INSS), FGTS e cópia do CNPJ;

III. Cópia da Ata da Posse da Atual Diretoria;

IV. Cópia do RG e CPF do atual Presidente;

V. Ofício endereçado a Presidente do CMDCA (Anexo I);

VI. Declaração de credenciamento de representantes da entidade para participação de eventos promovidos pelo CMDCA (Anexo II).

Art. 8º - O projeto será analisado pela Comissão de Avaliação de Projetos do CMDCA por ordem de protocolo e avaliado em sessão plenária em até 60 dias a partir do protocolo.

Capítulo III

Da aprovação dos projetos

Art. 9º - A aprovação do projeto dependerá de sua relevância em favor de crianças e adolescentes e deverá estar de acordo com as políticas priorizadas pelo CMDCA nos termos do art. 1º, não podendo haver sobreposição de benefícios. Se aprovado, será emitido o Certificado de Autorização para Captação de Recursos Financeiros.

Art. 10 - Na área da saúde não serão aceitos projetos finalísticos com recursos previstos no SUS. Os demais projetos serão aceitos mediante parecer técnico favorável do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 11 - Na área de esportes não serão aceitos projetos voltados ao rendimento com recursos previstos na Fundação Municipal de Esporte e Cultura.

Art. 12 - Não serão aceitos projetos cujas despesas incluam remuneração da diretoria de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS.

Capítulo IV

Da captação de recursos

Art. 13 - Os recursos captados serão depositados pelo contribuinte diretamente na conta do FIA, conforme legislação vigente.

Capítulo V

Da liberação do repasse

Art. 14 - A entidade requererá o repasse dos valores captados, indicando o projeto no qual serão utilizados.

Art. 15 - A Entidade apresentará relatório detalhado do andamento do projeto a cada 06 meses a partir da aprovação e no encerramento do projeto.

Art. 16 - A liberação do repasse será de acordo com o cronograma

de desembolso previsto no projeto e está condicionada às normas do FIA e à aprovação em plenária do CMDCA do relatório de que trata o artigo anterior.

Capítulo VI

Do repasse dos recursos

Art. 17 - Será repassado para a Entidade percentual dos recursos captados, considerando o artigo 1º, I, da Resolução nº 001/2012.

Capítulo VII

Da utilização dos recursos

Art. 18 - Os recursos do FIA oriundos desta Resolução serão aplicados nos programas priorizados e deliberados pelo CMDCA.

Art. 19 - Os recursos do FIA serão destinados a:

I. Desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a 3 (três) anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II. Acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei nº 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

III. Programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV. Programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V. Desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

VI. Ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

VII. Realização de programas e projetos com vistas à proteção e garantia dos direitos expressos no Estatuto da Criança e do Adolescente, notadamente no estabelecido nos artigos 90, 112 e 260, e os demais direitos sociais garantidos na Constituição Federal, priorizando os projetos com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social;

VIII. Capacitação dos Conselheiros do CMDCA, Conselheiros Tutelares e funcionários da Secretária Executiva do CMDCA, bem como profissionais da rede socioassistencial envolvidos na promoção, defesa e atendimento à criança e ao adolescente;

IX. Organização e realização da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de outros eventos de interesse público relacionados aos direitos das crianças e adolescentes;

X. Pagamento de assessorias e consultorias ao Conselho Tutelar e ao Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente;

XI. Programas e projetos de comunicação, divulgação das ações de defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente;

XII. Elaboração de Diagnósticos e estudos relacionados à criança e ao adolescente de Joaçaba;

XIII. Participação em eventos de interesse do CMDCA, relacionados à promoção, defesa e atendimento à criança e ao adolescente;

XIV. Apoiar em caráter de excepcionalidade à aquisição de equipamentos para os Conselhos Tutelares e CMDCA;

XV. Alimentação, limpeza, higiene e gêneros necessários a manutenção e material permanente: gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene, reposição de gás, utensílios de cozinha, mesas, armários, eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos, brinquedos de praça, obras literárias, cd's e dvd's de música e programas para computadores, etc., desde que utilizados diretamente com as crianças e adolescentes;

XVI. Material pedagógico, de expediente e de recreação: papéis, lápis, canetas, cartuchos de tintas, livros e cadernos, etc.;

XVII. Material de alojamento: uniformes, colchões e colchonetes, linhas, botões, etc.;

Art. 20. Os recursos do Fundo da Infância e Adolescência não serão destinados para:

I. Pagamento de pessoal;

II. Pagamento, manutenção e funcionamento dos Conselhos Tutelares;

III. Pagamento do quadro funcional do CMDCA, combustível e conta de telefone;

IV. Taxas e inscrições em federações, ou quaisquer outras despesas provenientes da participação em competições que vise resultado de rendimento;

V. Financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente;

VI. Investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

VII. custos referentes à administração da sede da organização social, tais como: taxa de administração, aluguel de imóvel, gerência, coordenação, contabilidade, luz, água, telefone e IPTU;

VIII. Gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração a integrantes do corpo dirigente e técnico da entidade ou a servidor público federal, estadual ou municipal integrante da administração direta ou indireta;

IX. Pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive aquelas decorrentes de pagamento ou recolhimento fora do prazo;

X. Publicidade salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, nas quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

Capítulo VIII

Dos projetos considerados prioritários

Art. 21. Serão priorizados os projetos que tenham como objetivo:

I - Direito à Convivência Familiar e Comunitária:

a) Projetos que tenham como objetivo a implantação e/ou implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, bem como as regras e princípios relativos à garantia do direito à convivência familiar e Comunitária previstos na Lei Federal 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

II - Acolhimento Institucional ou familiar:

a) Projetos que tenham como objetivo: auxílio, apoio e orientação à família, a criança e ao adolescente (atendimento psicossocial e/ou jurídico) e ações que estimulem e provoquem o desacolhimento e propiciem os encaminhamentos necessários para garantir o direito à convivência familiar natural, ampliada ou substituta e comunitária conforme § 2º do art. 260 do ECA.

III - Implantação de projetos em regiões menos beneficiadas com o atendimento à criança e ao adolescente:

a) Projetos que propiciem a garantia do direito da criança e do adolescente objetivando a redução das desigualdades regionais a serem desenvolvidos nas regiões menos beneficiadas com o atendimento à criança e ao adolescente registrados e/ou inscritos no CMDCA.

Capítulo IX

Do acompanhamento dos projetos

Art. 22 - O CMDCA fará o monitoramento das etapas do projeto por meio de comprovação documental, de visitas no local de execução e de outros procedimentos de avaliação do projeto.

Art. 23 - O FIA expedirá relatório mensal sobre o montante de recursos captados e repassados às entidades.

Capítulo X

Da Comissão de Avaliação de Projetos

Art. 24 - A Comissão de Avaliação de Projetos será composta por quatro conselheiros do CMDCA e um Secretário (a) Executivo (a) disponibilizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 1º - A Comissão elegerá, entre seus membros, um Coordenador e um Relator, cabendo a este último à apresentação dos projetos na plenária do CMDCA.

§ 2º - A (o) Secretário (a) Executivo (a) compete: receber e protocolar os projetos para certificação; conferir toda a documentação exigida; orientar a entidade solicitando a documentação faltante e outras providências cabíveis no ato do recebimento; organizar os projetos e encaminhar à Comissão de Avaliação, onde serão distribuídos aos conselheiros para análise e parecer.

§ 3º - Cada projeto deverá ser analisado por no mínimo dois membros da Comissão de Avaliação de Projetos, no prazo máximo de 15 dias, e submetidos à Sessão Plenária subsequente do CMDCA para apreciação e deliberação.

§ 4º - A análise da Comissão de Avaliação de Projetos será encaminhada por parecer.

§ 5º - A Comissão reunir-se-á, duas por ano, após abertura de edital, e extraordinariamente, sempre que necessário.

Capítulo XI

Disposições gerais e transitórias

Art. 25 - As entidades terão direito aos saldos captados em 2011 após o recebimento do Certificado de Captação de Recursos que trata essa Resolução.

Art. 26 - As entidades ou organizações que receberam recursos financeiros do CMDCA, através do FIA, deverão prestar contas conforme determinações legais, para o setor de contabilidade, com cópia para o CMDCA.

§ 1º - A entidade poderá encaminhar ao CMDCA novos projetos para certificação, até o limite estipulado no edital, desde que esteja com a prestação de contas regularizada.

§ 2º - Caso haja necessidade de alteração no projeto original por já ter realizado determinado investimento previsto, através de outras fontes, ou por não mais se constituir numa prioridade para a entidade, a mesma deverá readequar o projeto e encaminhar ao CMDCA para análise e aprovação da Comissão, antes do repasse do recurso.

Art. 27 - Os casos omissos na presente Resolução serão avaliados pela Comissão de Avaliação de Projetos do CMDCA e submetidos à Sessão Plenária do CMDCA.

Art. 28 - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução nº 01/2011 e demais disposições em contrário.

Joaçaba/SC, 16 de fevereiro de 2012.

Rúbia Karen Provensi
Presidente CMDCA

ANEXO I

* Dados da Instituição com Logomarca

OFÍCIO Nº

Joaçaba, ____ de janeiro de 2012.

Senhora Presidente,

Em consonância com a Resolução 03/2011, solicitamos a Vossa Senhoria o encaminhamento ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, a solicitação para obtenção do CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS da (nome da Entidade).
Em anexo encaminhamos documentos necessários para avaliação por parte do CMDCA.

Atenciosamente,

Presidente

A
Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Joaçaba/SC

ANEXO II

* Dados da Instituição com Logomarca

DECLARAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

Declaro para os devidos fins e para quem interessar possa que a (nome da entidade) oficiará o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente para credenciamento de duas pessoas nos próximos eventos promovidos pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, conforme dispõe o art. 6º, III da Resolução nº 01/2012.

Declaro finalmente que o não comparecimento dessas pessoas ensejará a suspensão dos repasses.

Presidente

ANEXO III - Modelo de Projeto

Identificação

Dados de identificação:

(conter informações como nome da entidade, CNPJ, pessoa responsável, endereço, e informações pertinentes)

Apresentação da entidade:

Título do Projeto:

Apresentação do projeto:

Justificativa:

Objetivos Gerais e específicos:

Público alvo:

Procedimentos metodológicos:

Resultados esperados:

Prazo de Execução:

Acompanhamento e Avaliação:

Plano de Aplicação:

Item Especificação Quant. Valor Unit. Valor Total

01-

02-

03-

04-

05-

06-

07-

08-

09-

10-

11-

12-

Modelo Cronograma de Desembolso

Entidade: Data Base

Projeto: PRAZO PROPOSTO

Local: INÍCIO:

TÉRMINO:

ITEM PRODUTO/SERVIÇO UNIDADE 1ª ETAPA 2ª ETAPA 3ª ETAPA TOTAL

PERÍODO () DIAS PERÍODO () DIAS PERÍODO () DIAS PERÍODO () DIAS PERÍODO () DIAS

Recursos próprios:

Recursos FIA:

TOTAL

Assinatura do Responsável da Entidade
(carimbo)

Extrato Anulação PP 2/2012/PMJ - PL 7/2012/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

NOTA DE ANULAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 7/2012/PMJ

PP Nº 02/2012/PMJ

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença e locação de sistemas de Gestão Pública, com acesso simultâneo para usuários da Administração Municipal, que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e serviços técnicos correlatos, descritos no Anexo I deste Edital.

MOTIVO: Considerando o teor do parecer jurídico emitido pela Procuradoria do Município em 16/02/2012, que sugere a anulação do presente processo a fim de se conferir total lisura à contratação, o Poder Público Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação pertinente, atendendo aos pressupostos da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, resolve:

ANULAR o Processo Licitatório nº 7/2012/PMJ.

Joaçaba (SC), 16 de fevereiro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato CC 4/2012/PMJ - PL 26/2012/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2012/PMJ

CONCORRÊNCIA Nº 4/2012/PMJ

Objeto: CONTRATAÇÃO PARA A OUTORGA DE PERMISSÃO DO MUNICÍPIO PARA ATÉ 04 (QUATRO) EMPRESAS PRIVADAS, PARA

A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LIGADOS À ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE FUNERAIS MEDIANTE COBRANÇA DE TARIFAS. Tipo/Forma de Julgamento: Técnica e Preço. Data da abertura: Dia 10/04/2012, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h30min, do dia 10/04/2012 no Setor de Protocolo da Prefeitura. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, situada na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 17 de fevereiro de 2012.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato Credenciamento 1/2012/FMS - PL 7/2012/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 7/2012/FMS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2012/FMS

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições legais, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, representado por seu Gestor, Sr. VILMAR ZÍLIO, em conformidade com o art. 25 da Lei 8.666/93, bem como, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, torna público que se encontra aberto o CREDENCIAMENTO DE HOSPITAIS CONVENIADOS COM O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) PARA PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS, no período de 23 de fevereiro a 12 de março de 2012, junto a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, SC.

PRAZO E LOCAL PARA CREDENCIAMENTO: a partir de 23 de fevereiro de 2012 até 15 de março de 2012, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Setor de Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, SC, em dias úteis, no horário das 13 às 19 horas.

OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço supracitado, ou no site do Município, www.joacaba.sc.gov.br.

INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos adicionais sobre este Credenciamento poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Setor de Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, SC, ou pelo telefone 049 3527-8828 ou 3527-8805, em dias úteis das 13 horas às 19 horas.

Joaçaba (SC), 17 de fevereiro de 2012.
RAFAEL LASKE
Prefeito

VILMAR ZÍLIO
FMS

Extrato Homologação PL 2 PP 2 FMCE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE DE JOAÇABA - SC
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2012/FMCE

O Prefeito, RAFAEL LASKE e o Superintendente da Fundação de Esportes e Eventos, no uso de suas atribuições, resolvem:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 02/2011/FMCE nos

seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial nº 02/2011/FMCE
Objeto: a contratação de empresas para o fornecimento de combustível (biodiesel comum) e óleo lubrificante, destinados à manutenção do veículo da Fundação Municipal de Cultura e Esportes - FMCE, durante o exercício financeiro de 2012.

- Empresa Vencedora:

POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA

- Valor R\$ 15.639,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 17 de fevereiro de 2012.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato Homologação PL 9 PP 6 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 09/2012/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 09/2012/PMJ,
- Modalidade: PP 06/2012/PMJ.

Objeto: a aquisição de materiais destinados à manutenção das atividades esportivas das escolas da rede municipal de ensino durante o exercício financeiro de 2012.

- Empresa Vencedora:

L.MOHR LTDA

VALOR R\$ 1.113,75

MILRAU COM. DE ARTIGOS PEDAGÓGICOS LTDA

VALOR R\$ 12.009,50

STAUDT & FRANCESQUETT LTDA

VALOR R\$ 15.535,00

VIDELIVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS

VALOR R\$ 8.929,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 16 de fevereiro de 2012.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato Contrato 20/2012 FMCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/2012/FMCE
PL 2/2012/FMCE - PP 2/2012/FMCE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA
CONTRATADA: POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA.

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de combustível (biodiesel comum) e óleo lubrificante, destinado à manutenção do veículo da Fundação Municipal de Cultura e Esportes - FMCE, durante o exercício financeiro de 2012.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 15.639,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

(11) 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas

2.003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

(05) 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 31/12/2012.

DATA DE ASSINATURA: 17/02/2011.

RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato Contrato 897/2012 PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 897/2012/PMJ

PL 12/2011/PMJ - PP 05/2012/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: EXPRESS SERVIÇOS LTDA

OBJETO: objeto a prestação pela CONTRATADA de serviços de portaria (um posto) e de recepcionistas (dois postos) no prédio sede da Prefeitura de Joaçaba (SC).

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 36.300,00

DOTAÇÕES:

2.043 - MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS

150 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações diretas

VIGÊNCIA: 03 (três) meses, contados da data de recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial, podendo ser prorrogado, por períodos iguais e sucessivos até 09 (nove) meses

DATA DE ASSINATURA: 17/02/2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 839/2008 - TA 03

CONTRATO Nº 839/2008 - TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, a seguir denominado simplesmente LOCATÁRIO e a empresa DEYCON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 77.887.412/0001-10, com sede à Av. Adolfo Ziguelli, 1021, neste ato representada pelo Sr. FIORELO PEGORARO, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 098.429.779-00 e RG nº 11/c 362.188, residente e domiciliado na Av. Adolfo Ziguelli, 999, na cidade de Joaçaba(SC), a seguir denominado simplesmente LOCADORA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 839/2008, celebrado em 05 de março de 2008, proveniente do Processo de Licitação nº 19/2008-DL, que tem por objeto a locação de um imóvel localizado na Rua Tiradentes, 170, nesta cidade de Joaçaba(SC), andar térreo com 960,20 m² e sobreloja com 595,70 m², incluindo estacionamento frontal com 14 vagas e área de motocicletas, destinado a instalação e o desenvolvimento de atividades de setores afins da Administração Pública Municipal, onde se adita a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E PAGAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E PAGAMENTO**

O valor do contrato original fica reajustado em 24,98% relativo à variação do INPC no período de 01 de fevereiro de 2008 a 31 de janeiro de 2012, passando para R\$ 16.622,00 (dezesesseis mil e seiscentos e vinte e dois reais), a partir de 01 de fevereiro de 2012, o valor mensal a ser pago à CONTRATADA, em atendimento ao requerimento da mesma, em conformidade com o disposto no artigo 65, II, "d", da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 17 de fevereiro de 2012.

Município De Joaçaba

RAFAEL LASKE

Locatário

DEYCON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

Fiorelo Pegoraro

Edital Nº 001-2012

EDITAL Nº 001-2012

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Joaçaba no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1.995/93, alterada pelas Leis Municipais nº 158/2007 e Nº 2.004/96, torna público que estará disponibilizando recursos oriundos do Fundo Infância e Adolescência - FIA, para a viabilização de projetos voltados ao atendimento de crianças e adolescentes, encaminhados por órgãos governamentais e entidades não governamentais, cujos programas atendam aos seguintes requisitos:

1- APRESENTAÇÃO

O projeto deverá ser apresentado de acordo com o modelo anexo a resolução 001/2012, devendo as páginas serem numeradas sequencialmente, rubricadas e assinadas pelo responsável técnico e presidente da Entidade.

2- REQUISITOS ELIMINATÓRIOS

As Entidades não governamentais deverão apresentar o tempo mínimo de 1 (um) ano de Registro no CMDCA;

3- ENCAMINHAMENTO

Os projetos deverão ser Protocolados na Secretaria dos Conselhos, na Av. XV de novembro, nº 378, Bairro Centro, Joaçaba, junto à Secretaria de Ação Social no horário das 13h às 18:30h, endereçados à Presidente do CMDCA.

4- OBJETIVO GERAL

Disponibilizar recursos para o desenvolvimento de ações que estejam voltadas para a criação e o funcionamento dos serviços e estruturas previstas na Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) e na Lei Municipal nº 1.995/93, alterada pelas Leis Municipais nº 158/2007 e Nº 2.004/96, destinadas ao atendimento de Crianças e Adolescentes e de forma a fortalecer os vínculos familiares, comunitários e sociais, através de programas e projetos que tenham ação enquanto rede de atendimento. Os projetos devem estar de acordo com a Resolução nº 001/2012, a qual estabelece critérios e procedimentos para o repasse dos recursos financeiros do Fundo da Infância e Adolescência - FIA.

5- AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

5.1. Os projetos serão avaliados por uma comissão composta por Conselheiros do CMDCA designados para este fim, conforme os critérios relacionados no item abaixo;

5.2. Serão considerados os seguintes critérios:

- Conformidade com os princípios do ECA;
- Foco, diretrizes, objetivos, usuários, estratégias de atendimento;
- Articulação do Projeto com a rede de atendimento;
- Mérito (intencionalidade do projeto);
- Relevância, abrangência e indicadores (importância do projeto perante a realidade local);
- Impacto social (transformações a que se propõe realizar);
- Previsão de continuidade do projeto sem os recursos do FIA;
- Reordenamento das entidades e órgãos;
- Viabilidade técnica e financeira.

6- CRONOGRAMA**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Ficam estabelecidos os seguintes prazos:

- a) 01 de março de 2012 a 20 de março de 2012 - Protocolo dos projetos na Secretaria dos Conselhos;
- b) 21 a 30 de março de 2012 - Análise e julgamento dos projetos;
- c) 02 de abril de 2012 - Aprovação dos projetos pelo CMDCA;
- d) 04 de abril de 2012 - Entrega dos resultados da análise dos projetos às Entidades;
- e) 10 de abril de 2012 - Devolução ao CMDCA, dos Projetos pelas Entidades, contendo os devidos ajustes;
- f) 11 de abril de 2012 - Encaminhamento dos projetos aprovados para repasse dos recursos;

7- PRESTAÇÃO DE CONTAS

Deverá obedecer às normas do Fundo da Infância e Adolescência - FIA conforme determinações da Resolução 002/2012 e da resolução do Tribunal de Contas de SC nº 016/94 e Lei 4.320/64.

8- MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Todas as Entidades e Órgãos Governamentais e Não Governamentais registrados e inscritos no CMDCA, serão submetidos a monitoramento e avaliação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, aqueles que buscarem recursos ao FIA, serão também monitorados e avaliados no cumprimento do objeto do projeto pelo Órgão Operacionalizador.

9- INFORMAÇÕES GERAIS

9.1. Os prazos aqui estabelecidos são improrrogáveis e o descumprimento das regras definidas neste Edital implicará na exclusão do projeto.

9.2. Mais informações poderão ser obtidas na Sede do CMDCA - Fone (49) 35278855.

Joaçaba/SC, 16 de fevereiro de 2012.

RÚBIA KAREN PROVENSI
Presidente do CMDCA

SIMAE

Ata Licitação Deserta TP 01/2012 - SIMAE

Ata da Tomada de Preços n.º 0001/2012, Procedimento Administrativo n.º 0122/2012 Processo Licitatório 09/2012 - Abertura de Envelope Documentação e Proposta Comercial

Aos dezessete dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, reuniram-se, a partir das 14h, a Comissão de Licitações designada pela Portaria 0093/2011 de vinte de agosto de dois mil e onze, para procederem às atividades pertinentes a Tomada de Preços n.º 0001/2012, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução da Obra Civil do Pré-Tratamento de Esgoto a ser implantado nas Lagoas de Tratamento de Esgoto em Herval do Oeste. Aberta a sessão às 14h, não foi verificada a presença de licitantes, razão pela qual a comissão decidiu conceder uma tolerância de 15 minutos. Às 14h15, sem que houvesse o registro da presença de outros interessados em participar desta Tomada de Preços, a comissão declarou a LICITAÇÃO DESERTA. Nada mais havendo, foi lavrada esta Ata, ressaltando, ainda, que os membros da equipe de apoio, ao assinarem esta ata, atestam sua participação e colaboração no certame.

GIANE MARIA MARQUEZE LECHER
Presidente da Comissão

Membros
ELIANE A CERON VIER
Vogal

VANDERLEI PRATTO
Suplente

Errata

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ERRATA

Na portaria JHL 19/12, publicada em 17/02/12, edição 933, p. 90, fica retificado:

Onde lê-se "no período de 22 de fevereiro de 2012 à 12 de março de 2012", retificar por "no período de 27 de fevereiro de 2012 à 17 de março de 2012".

Joaçaba-SC 22 de Fevereiro de 2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

Resultado Final CC 09-2011 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: CONCORRÊNCIA Nº 09/2011 - SMS

OBJETO: Aquisição de Medicamentos para atender a sentenças judiciais.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:

VENCEDOR: DIVERSOS
VALOR: R\$ 203.084,10

Lages, 03 de fevereiro de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

Edital de Convocação

Lauro Müller, 17 de Fevereiro de 2012.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Sirvo-me do presente para convocar a senhora, MARLETE RODRIGUES DA SILVA, aprovada no Concurso Público nº 001/2010, para a função de Servente, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da publicação do presente Edital de Convocação, para conhecimento da documentação necessária para a contratação e posterior tomada de posse no respectivo cargo. O não comparecimento será entendido como desistência. Sendo o que tinha para o momento, subscrevo-me.

Cordialmente,

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Edital de Convocação

Lauro Müller, 17 de Fevereiro de 2012.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Sirvo-me do presente para convocar a senhora, ISONETH BORGES FIGUEREDO, aprovada no Concurso Público nº 001/2010, para a função de Servente, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da publicação do presente Edital de Convocação, para conhecimento da documentação necessária para a contratação e posterior tomada de posse no respectivo cargo. O não comparecimento será entendido como desistência. Sendo o que tinha para o momento, subscrevo-me.

Cordialmente,

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Edital de Convocação

Lauro Müller, 17 de Fevereiro de 2012.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Sirvo-me do presente para convocar a senhora, MARIA APARECIDA DE SOUZA, aprovada no Concurso Público nº 001/2010, para a função de Servente, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da publicação do presente Edital de Convocação, para conhecimento da documentação necessária para a contratação e posterior tomada de posse no respectivo cargo. O não comparecimento será entendido como desistência. Sendo o que tinha para o momento, subscrevo-me.

Cordialmente,

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Edital de Convocação

Lauro Müller, 17 de Fevereiro de 2012.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Sirvo-me do presente para convocar a senhora, MARIA JOAQUIM DE OLIVEIRA, aprovada no Concurso Público nº 001/2010, para a função de Servente, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da publicação do presente Edital de Convocação, para conhecimento da documentação necessária para a contratação e posterior tomada de posse no respectivo cargo. O não comparecimento será entendido como desistência. Sendo o que tinha para o momento, subscrevo-me.

Cordialmente,

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Edital de Convocação

Lauro Müller, 17 de Fevereiro de 2012.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Sirvo-me do presente para convocar a senhora, CHARLENE CESCONETO, aprovada no Concurso Público nº 001/2010, para a função de Servente, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da publicação do presente Edital de Convocação, para conhecimento da documentação necessária para a contratação e posterior tomada de posse no respectivo cargo. O não comparecimento será entendido como desistência. Sendo o que tinha para o momento, subscrevo-me.

Cordialmente,

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Leoberto Leal

PREFEITURA**Decreto N.º 019/2012**

DECRETO Nº 19 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

"CANCELA RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS, DO EXERCÍCIO DE 2011".

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal/ SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica cancelado o saldo remanescente do empenho abaixo relacionado, referente ao exercício de 2011:

Prefeitura Municipal

Empenho	Saldo	Credor
3406/2011	18.501,68	Mineração Rio do Ouro LTDA

Art. 2º - Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 22 de fevereiro de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Luzerna

PREFEITURA**Extrato de Portaria 012/12**

Portaria nº 012/12 de 01/02/12 - "Altera carga horária de servidoras que especifica" (Dirlei Maria Schneider Boesing, Professora III, na disciplina de Matemática, de 20 horas para 40 horas semanais, Camila Hardt Trevisol, Professora II, na disciplina de Ciências, de 20 horas para 30 horas semanais, Luciana Proner Canale, Professora III, na disciplina de Língua Portuguesa de 20 horas para 40 horas semanais, a partir de 01/02/2012)

Extrato de Portaria 013/12

Portaria nº 013/12 de 01/02/12 - "Promove servidores que especifica" (Promover, por mérito, os servidores: Angelo Brandalise Júnior, Tesoureiro, da Classe "F" para a Classe "G", pelo período de

04/01/2010 a 03/01/2012; Carolina Kirsch, Auxiliar de Contabilidade, da Classe "B" para a Classe "C" pelo período de 15/01/2010 a 14/01/2012; Eloi Krug, Motorista II, da Classe "C" para a Classe "D", pelo período de 04/01/2010 a 03/01/2012; Inês Boesing, Auxiliar de Serviços Gerais, da Classe "F" para a Classe "G", pelo período de 19/01/2010 a 18/01/2012; Jairo Cassol, Motorista II, da Classe "E" para a Classe "F", pelo período de 04/01/2010 a 03/01/2012; Jane E. O. Brandalise, Técnica Administrativa, da Classe "F" para a Classe "G", pelo período de 04/01/2010 a 03/01/2012; Leila Raquel Klotz, Técnica Administrativa, da Classe "F" para a Classe "G", pelo período de 04/01/2010 a 03/01/2012; Mirton José Diehl, Motorista I, da Classe "F" para a Classe "G", pelo período de 04/01/2010 a 03/01/2012; Nilda Pereira da Silva, Auxiliar de Serviços Gerais, da Classe "F" para a Classe "G", pelo período de 04/01/2010 a 03/01/2012; Paulo Mattes, Operador de Máquinas II, da Classe "F" para a Classe "G", pelo período de 04/01/2010 a 03/01/2012; Régis Valter Weiser, Engenheiro Agrônomo, da Classe "F" para a Classe "G", pelo período de 04/01/2010 a 03/01/2012; Sandra M. F. de Souza, Auxiliar de Enfermagem, da Classe "F" para a Classe "G", pelo período de 04/01/2010 a 03/01/2012, a partir de 01/02/2012)

Extrato Pregão fmas.0013/2012 - Brinquedoteca EDITAL

Pregão Presencial nº 0013/2012

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA (SC), por intermédio de seu Gestor, NORIVAL FIORIN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS.

OBJETO: Aquisição de materiais educativos destinados à manutenção das atividades da brinquedoteca itinerante

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 28 de março de 2012.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 28 de março de 2012.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº. 2405 de 16 de Fevereiro de 2012

DECRETO Nº. 2405 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.361.0120.2045- Reforma de Prédios Escolares
0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos-Educação R\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.361.0120.2045 - Reforma de Prédios Escolares
0501 - 44900000 - Aplicações Diretas
0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos-Educação R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 16 de Fevereiro de 2012
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº. 2406 de 16 de Fevereiro de 2012

DECRETO Nº. 2406 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0800 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
0801 - GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO
0801.004.121.0040.2006- Manutenção da Secretaria de Planejamento
0801 - 33900000 - Aplicações Diretas
0801 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 7.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0800 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
0801 - GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO
0801.004.121.0040.2006- Manutenção da Secretaria de Planejamento
0801 - 44900000 - Aplicações Diretas
0801 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 7.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 16 de Fevereiro de 2012
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº. 2407 de 17 de Fevereiro de 2012

DECRETO Nº. 2407 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0402 - GERÊNCIA DE COORDENAÇÃO URBANA

0402.006.181.0060.2015 - Manter a Segurança

0402 - 33900000 - Aplicações Diretas

0402 - 15403 - Convenio Transito - Fumpom R\$ 3.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 17 de Fevereiro de 2012

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Administração e Finanças

Processo Licitatório Nº. 16/2012

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 16/2012

PREGÃO PRESENCIAL - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 03/2012-PMM

A Prefeitura de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial - ATA DE REGISTRO DE PREÇO, com adjudicação por item, objetivando a aquisição de recargas de gás de cozinha para atendimento das necessidades das Escolas de Ensino Fundamental, Pré-Escolares e Centros de Educação Infantil do Município de Massaranduba (SC).

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30h do dia 06/03/2012

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09:00h do dia 06/03/2012. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 17 de Fevereiro de 2012.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº. 16/2012

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 16/2012

PREGÃO PRESENCIAL - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 03/2012-PMM

A Prefeitura de Massaranduba, torna público que de acordo com

a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial - ATA DE REGISTRO DE PREÇO, com adjudicação por item, objetivando a aquisição de recargas de gás de cozinha para atendimento das necessidades das Escolas de Ensino Fundamental, Pré-Escolares e Centros de Educação Infantil do Município de Massaranduba (SC).

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30h do dia 06/03/2012

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09:00h do dia 06/03/2012. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 21 de Fevereiro de 2012.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Contrato EMERGENCIAL de Prestação de Serviços Nº. 4/2012

CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 4/2012

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA

OBJETO: O presente Termo tem como objeto a concessão de uma área de 16 m2 destinada a venda de passagens, localizada no Terminal Rodoviário de Passageiros de Massaranduba, por conta e risco da Concessionária.

Massaranduba, 08 de Fevereiro de 2012.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços Nº. 4/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2012

Processo Licitatório Nº. 1/2012

Pregão Presencial Nº. 2/2012

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos 13 de Fevereiro de 2012, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 1/2012 - Pregão Presencial Nº. 2/2012 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para FORNECIMENTO DE DIVERSOS GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, PRE-ESCOLARES E CENTROS DE EDUCACAO INFANTIL MUNICIPAIS, para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Massaranduba, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo X do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
MERCADO SPEZIA LTDA - EPP, neste ato representado por VANDERLEI SPEZIA	03.916.528/0001-01

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. CONTRATAÇÃO: FORNECIMENTO DE DIVERSOS GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, PRE-ESCOLARES E CENTROS DE EDUCACAO INFANTIL MUNICIPAIS, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Empresa Vencedora

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
00001	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	ABACAXI PEROLA, FIRME, SEM PONTOS DE APODRECIMENTO, CABECAS GRANDES, DE 1 QUALIDADE	UNID	In natura	810,00000	3,9000	3.159,00
00002	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	ACHOCOLATADO INSTANTANEO EM PO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 400 GRAMAS	UNID	Bretzke	2.800,00000	2,8800	8.064,00
00003	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	ACUCAR BRANCO REFINADO DE 1ª QUALIDADE	KG	Barra	2.560,00000	2,4000	6.144,00
00004	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	ACUCAR DE BAUNILHA 100 GRAMAS	UNID	Bretzke	110,00000	3,4000	374,00
00005	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	AGUA MINERAL - 20 LTS	UNID	Vila Nova	2.200,00000	7,5000	16.500,00
00006	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	AIPIM SEM CASCA, CONGELADO, 1ª QUALIDADE	KG	In natura	990,00000	2,9500	2.920,50
00007	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	ALFACE CRESPA, CABECAS GRANDES, FRESCAS, DE 1 QUALIDADE	UNID	In natura	2.060,00000	1,8000	3.708,00
00008	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	ALHO BRANCO, IN NATURA, SEM RESTIA, DE BOA QUALIDADE	KG	In natura	102,00000	10,0000	1.020,00
00009	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	AMIDO DE MILHO, PROPRIO PARA ALIMENTO	KG	Gostoso	105,00000	5,8000	609,00
00010	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	ARROZ PARBOILIZADO, TIPO 1, CLASSE LONGO FINO, EMBALAGEM DE 01 KG	KG	Buriti	3.900,00000	1,4500	5.655,00
00011	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	AVEIA EM FLOCOS, RICOS EM FIBRAS, PROTEINAS E FONTE DE FERRO	KG	Quaker	100,00000	11,8000	1.180,00
00012	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	BANANA BRANCA, IN NATURA, DE 1 QUALIDADE	KG	In natura	800,00000	1,8000	1.440,00
00013	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	BANANA COMUM, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	KG	In natura	8.900,00000	1,4500	12.905,00
00014	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	BATATA DOCE, IN NATURA, DE 1 QUALIDADE	KG	In natura	155,00000	2,4000	372,00
00015	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	BATATA INGLESIA SUJA, TAMANHO MEDIO, DE 1 QUALIDADE	KG	In natura	4.000,00000	1,2000	4.800,00
00016	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	BEBIDA LACTEA FERMENTADA COM POLPA DE FRUTAS, SABOR MORANGO	LTS	In natura	7.200,00000	2,0000	14.400,00
00017	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	BETERRABA, IN NATURA, SEM FOLHAS, 1ª QUALIDADE	KG	In natura	1.020,00000	2,2000	2.244,00
00018	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	BISCOITO TIPO CREAM CRACKER, PACOTE DE 800 GRAMAS	PACOTE	Faville	1.130,00000	5,9000	6.667,00
00019	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	BISCOITO TIPO ROSCA DE LEITE PCTE 335GR	PACOTE	Faville	2.830,00000	2,7000	7.641,00
00020	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	BISTECA	KG	Treze de Maio	930,00000	7,7000	7.161,00
00021	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	BOLACHA DE LEITE SEM RECHEIO - PACOTE DE 800 GRAMAS	PACOTE	Faville	850,00000	6,4000	5.440,00
00022	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	BROCOLIS, IN NATURA, SEM PONTOS DE APODRECIMENTO, CABEÇAS GRANDES, FRESCAS, 1ª. QUALIDADE	UNID.	In natura	1.780,00000	2,9800	5.304,40
00023	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	CAFE EM PO TRADICIONAL, TORRADO E MOIDO, PURO DE 1 QUALIDADE, EMBALADO A VACUO, COM SELO DE PUREZA DA ABIC	KG	Da manhã	330,00000	13,2000	4.356,00
00024	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	CALDO DE PEIXE	KG	Rancho Bom	5.050,00000	7,5000	37.875,00
00025	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	CANELA EM PO - UNIDADE 25 GRAMAS	UNID.	Bretzke	150,00000	1,6500	247,50

00026	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	CEBOLA BRANCA, DE CABECA, COM CASCA PROTETORA, DE 1 QUALIDADE	KG	In Natura	1.820,00000	1,3500	2.457,00
00027	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	CENOURA IN NATURA, SEM FOLHAS, DE PRIMEIRA, TAMANHO MEDIO, UNIFORME, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, TENRAS	KG	In Natura	1.860,00000	2,1000	3.906,00
00028	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	CEREAL MATINAL DE MILHO COM ACUCAR 300 GRAMAS	UNID.	Parati	950,00000	5,3000	5.035,00
00029	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	CHA (CAMOMILA, HORTELA, ERVA-DOCE, LARANJA) UNID.10 GRAMAS	CX	Prenda	700,00000	2,1000	1.470,00
00030	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	CHUCHU IN NATURA, TAMANHO MEDIO, DE PRIMEIRA, INTEIROS, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS	KG	In natura	1.240,00000	1,9900	2.467,60
00031	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	COUVE-FLOR IN NATURA, SEM PONTOS DE APODRECIMENTO, CABEÇAS GRANDES, FRESCAS, 1ª QUALIDADE	KG	In natura	1.590,00000	2,9900	4.754,10
00032	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	DOCE DE LEITE EM PASTA, COM TAMPAS E LACRE DE PROTECAO, POTES DE 400 GRAMAS	UNID.	Tirol	150,00000	3,5000	525,00
00033	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	EXTRATO DE TOMATE - LATA 850 G	UNID.	D" Ajuda	250,00000	4,8000	1.200,00
00034	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	FARINHA DE MANDIOCA SUBGRUPO FINA, CLASSE BRANCA,GRUPO FARINHA SECA, TIPO 1, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 1 QUILO	KG	Aninha	450,00000	2,9000	1.305,00
00035	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	FARINHA DE ARROZ, EMBALAGEM COM 230 GRAMAS (MUCILON)	PACOTE	Nutritional	450,00000	4,8000	2.160,00
00036	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, BRANCA, DE 1 QUALIDADE, EMBALAGEM DE 01 KG	KG	Nordeste	1.980,00000	1,8000	3.564,00
00037	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	FARINHA LACTEA 230 GRAMAS	PACOTE	Nutritional	280,00000	4,9000	1.372,00
00038	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	FEIJAO PRETO, TIPO 1, GRUPO ANAO, ISENTO DE GRAOSARDIDOS, DE 1 QUALIDADE	KG	Campeão	1.400,00000	2,9800	4.172,00
00039	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	FERMENTO DE BOLO TRADICIONAL DE 250 GRAMAS	UNID.	Fleischmann	300,00000	4,4000	1.320,00
00040	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	FILE DE CACAO CONGELADO, ACONDICIONADO EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO.	KG	Estrela mar	1.130,00000	15,5000	17.515,00
00041	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	FLOCOS DE MILHO PRE-COZIDO, PACOTES DE 500 GRAMAS	KG	Sinhá	1.100,00000	3,9000	4.290,00
00042	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	FRANGO INTEIRO CONGELADO, EMBALADO EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DAAGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE (+/- 2,50 KGCADA UNIDADE)	KG	Santa Cruz	820,00000	3,9000	3.198,00
00043	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	LARANJA COMUM, IN NATURA, DE 1 QUALIDADE	KG	In natura	10.950,00000	1,7500	19.162,50
00044	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	LARANJA LIMA, IN NATURA, DE 1 QUALIDADE	KG	In natura	450,00000	2,9900	1.345,50
00045	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	LEITE EM PO INTEGRAL, PACOTES DE 400 GRAMAS, EMBALAGEM TIPO ALMOFADA DE ALUMINIO, ESPECIFICACAO DO PRODUTO E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADO NA EMBALAGEM	UNID.	Aurolat	750,00000	6,9900	5.242,50
00046	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	LEITE INTEGRAL ESTERILIZADO, CAIXA LONGA VIDA	LTS	Tirol	14.000,00000	1,9900	27.860,00
00047	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	LINGUIÇA CALABRESA.	KG	Pamplona	140,00000	13,5000	1.890,00

00048	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	LINGUICA MISTA	KG	Treze de Maio	260,00000	11,9000	3.094,00
00049	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	LOMBO SEM OSSO MOIDO DE 1 QUALIDADE, EMBALADO EM PACO- TE PLASTICO TRANSPARENTE COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	Friboi	2.230,00000	13,5000	30.105,00
00050	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MAÇÃ ARGENTINA, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	KG	In natura	350,00000	5,9800	2.093,00
00051	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MACA GALA, DE 1 QUALIDADE	KG	In natura	3.200,00000	3,6000	11.520,00
00052	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MACARRAO DE SEMOLA COM OVOS, COM FARINHA DE TRIGOSPECIAL, TIPO CABELO DE ANJO	KG	Parati	180,00000	5,9800	1.076,40
00053	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MACARRAO DE SEMOLA COM OVOS, COM FARINHA DE TRIGOSPECIAL, TIPO PARAFUSO	KG	Nordeste	920,00000	5,6000	5.152,00
00054	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MACARRAO DE SEMOLA COM OVOS, COM FARINHA DE TRIGOSPECIAL, TIPO SPAGUETTI, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	KG	Nordeste	300,00000	5,6000	1.680,00
00055	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MAMAO COMUM, IN NATURA, 1ª. QUA- LIDADE, EM PONTO DE MATURACAO PARA CONSUMO	KG	In natura	2.360,00000	2,9800	7.032,80
00056	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MAMAO PAPAYA, DE 1 QUALIDADE	UNID.	In natura	600,00000	1,9500	1.170,00
00057	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MANGA, DE 1 QUALIDADE	KG	In natura	950,00000	1,9900	1.890,50
00058	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MARACUJÁ, IN NATURA, DE 1ª QUALI- DADE	KG	In natura	90,00000	5,9900	539,10
00059	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MARGARINA CREMOSA SEM SAL, COM 60% A 80% DE LIPIDIOS, 0% GORDU- RA TRANS	KG	Delícia	490,00000	6,8000	3.332,00
00060	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MASSA DE PIZZA PRE COZIDA	UNID.	Capelli	840,00000	1,9000	1.596,00
00061	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MELANCIA IN NATURA	KG	In natura	2.490,00000	1,2500	3.112,50
00062	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MELAO IN NATURA	KG	In natura	430,00000	3,7500	1.612,50
00063	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MILHO VERDE, LATA COM 200 GRAMAS	UNID.	Goiás	740,00000	1,3000	962,00
00064	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MINI PAO FRANCES (APROXIMADAMEN- TE 30 GRAMAS CADA)	KG	Bauer	1.220,00000	9,0000	10.980,00
00065	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MOLHO DE TOMATE EM PO ENRIQUE- CIDO COM FERRO, EMBALAGEM 500 GRAMAS	KG	Nutritional	520,00000	9,5000	4.940,00
00066	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MORTADELA DE FRANGO SEM GORDU- RA. O PRODUTO DEVERATER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	Aurora	860,00000	5,9000	5.074,00
00067	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MUSCULO BOVINO, EMBALADO EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	Friboi	350,00000	9,5000	3.325,00
00068	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	OLEO DE SOJA REFINADO, FRASCOS DE 900 ML	UNID.	Purity	1.100,00000	3,3000	3.630,00
00069	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	OREGANO, EMBALAGEM COM 10 GRA- MAS	UNID.	Bretzke	100,00000	0,9900	99,00

00070	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	OVOS VERMELHOS, FRESCOS, TAMANHO GRANDE	DUZIAS	Ronchi	1.380,00000	2,8900	3.988,20
00071	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	PATÊ DE FRANGO - BISGANA	UNID.	Excelsor	1.800,00000	1,6800	3.024,00
00072	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	PÃO DOCE - MASSINHA APROX. 80G A UNIDADE	KG	Bauer	1.745,00000	9,5000	16.577,50
00073	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	PAO FRANCES - 50 GRAMAS	KG	Bauer	2.200,00000	9,0000	19.800,00
00074	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	PAO DE SANDUICHE COM 500 GRAMAS, FATIADO	UNID.	Bauer	2.400,00000	2,9500	7.080,00
00075	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	PATINHO BOVINO (BIFE), EMBALADO EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCADO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	Friboi	1.310,00000	14,8000	19.388,00
00076	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	PEITO DE FRANGO SEM OSSO, EMBALADO EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	Santa Cruz	660,00000	8,5000	5.610,00
00077	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	PEPINO VERDE PARA SALADA, IN NATURA	KG	In natura	330,00000	1,9900	656,70
00078	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	PO PARA PREPARO DE GELATINA, DIVERSOS SABORES	KG	Gostozzo	2.210,00000	7,6000	16.796,00
00079	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	PUDIM (SABORES DIVERSOS)	KG	Gostozzo	460,00000	7,2000	3.312,00
00080	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	PO PARA PUDIM COM LEITE, CAIXA DE 85 GRAMAS. DIVERSIFICAR SABORES: MORANGO, BAUNILHA, COCO, E CHOCOLATE	KG	Nutritional	450,00000	7,2000	3.240,00
00081	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	POLPA DE FRUTA CONGELADA PARA SUCO, SABORES UVA ETANGERINA	KG	Doce mel	760,00000	12,0000	9.120,00
00082	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	POLVILHO DOCE, ACONDICIONAMENTO EM PACOTES DE 1KG	KG	Cassava	320,00000	4,9000	1.568,00
00083	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	PRESUNTO COZIDO	KG	Seara	110,00000	19,0000	2.090,00
00084	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	QUEIJO MUSSARELA FATIADO	KG	Lactovale	500,00000	14,9000	7.450,00
00085	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	REPOLHO IN NATURA, TIPO VERDE, TAMANHO MEDIO, DE PRIMEIRA, CABECAS FECHADAS, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS	UNID.	In natura	710,00000	1,9000	1.349,00
00086	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	REQUEIJAO CREMOSO	KG	Tirol	510,00000	13,0000	6.630,00
00087	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	SAGU TIPO 1, CLASSE PEROLA	KG	Cassava	430,00000	4,9000	2.107,00
00088	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	SAL REFINADO IODADO, EMBALAGEM DE 01 KG	KG	Diana	1.110,00000	1,3000	1.443,00
00089	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	SALSICHA TIPO HOT DOG, DE 1 QUALIDADE, CONGELADA. EMBALAGEM EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	Manah	1.090,00000	5,8000	6.322,00

00090	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	SOBRECOXA DE FRANGO, EMBALADA EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E /OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	Diplomata	910,00000	6,4000	5.824,00
00091	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	TANGERINA COMUM, IN NATURA, DE 1 QUALIDADE	KG	In natura	4.890,00000	3,9900	19.511,10
00092	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	TOMATE DE 1 QUALIDADE, EM PONTO DE MADURACAO PARA CONSUMO	KG	In natura	2.760,00000	2,9900	8.252,40
00093	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	VAGEM, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	KG	In natura	770,00000	4,9000	3.773,00
00094	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	VINAGRE DE ALCOOL, EMBALAGEM INDUSTRIALIZADA, FRASCOS DE 900 ML	UNID.	Heinning	560,00000	0,9000	504,00

Total do Fornecedor: 555.829,30

Total Geral dos Itens: 555.829,30

Fornecedor	Item	Marca	Qtde	Unid	Preço Unitário	Preço Total
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	1	In natura	810,00000	UNID	3,90	3.159,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	2	Bretzke	2.800,00000	UNID	2,88	8.064,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	3	Barra	2.560,00000	KG	2,40	6.144,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	4	Bretzke	110,00000	UNID	3,40	374,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	5	Vila Nova	2.200,00000	UNID	7,50	16.500,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	6	In natura	990,00000	KG	2,95	2.920,50
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	7	In natura	2.060,00000	UNID	1,80	3.708,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	8	In natura	102,00000	KG	10,00	1.020,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	9	Gostoso	105,00000	KG	5,80	609,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	10	Buriti	3.900,00000	KG	1,45	5.655,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	11	Quaker	100,00000	KG	11,80	1.180,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	12	In natura	800,00000	KG	1,80	1.440,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	13	In natura	8.900,00000	KG	1,45	12.905,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	14	In natura	155,00000	KG	2,40	372,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	15	In natura	4.000,00000	KG	1,20	4.800,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	16	In natura	7.200,00000	LTS	2,00	14.400,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	17	In natura	1.020,00000	KG	2,20	2.244,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	18	Faville	1.130,00000	PACOTE	5,90	6.667,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	19	Faville	2.830,00000	Pcte	2,70	7.641,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	20	Treze de Maio	930,00000	KG	7,70	7.161,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	21	Faville	850,00000	Pcte	6,40	5.440,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	22	In natura	1.780,00000	UNID.	2,98	5.304,40
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	23	Da manhã	330,00000	KG	13,20	4.356,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	24	Rancho Bom	5.050,00000	KG	7,50	37.875,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	25	Bretzke	150,00000	UNID.	1,65	247,50
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	26	In Natura	1.820,00000	KG	1,35	2.457,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	27	In Natura	1.860,00000	KG	2,10	3.906,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	28	Parati	950,00000	UNID.	5,30	5.035,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	29	Prenda	700,00000	CX	2,10	1.470,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	30	In natura	1.240,00000	KG	1,99	2.467,60
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	31	In natura	1.590,00000	KG	2,99	4.754,10
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	32	Tirol	150,00000	UNID.	3,50	525,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	33	D" Ajuda	250,00000	UNID.	4,80	1.200,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	34	Aninha	450,00000	KG	2,90	1.305,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	35	Nutritional	450,00000	Pcte	4,80	2.160,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	36	Nordeste	1.980,00000	KG	1,80	3.564,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	37	Nutritional	280,00000	Pcte	4,90	1.372,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	38	Campeão	1.400,00000	KG	2,98	4.172,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	39	Fleischmann	300,00000	UNID.	4,40	1.320,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	40	Estrela mar	1.130,00000	KG	15,50	17.515,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	41	Sinhá	1.100,00000	KG	3,90	4.290,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	42	Santa Cruz	820,00000	KG	3,90	3.198,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	43	In natura	10.950,00000	KG	1,75	19.162,50
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	44	In natura	450,00000	KG	2,99	1.345,50

56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	45	Aurolat	750,00000	UNID.	6,99	5.242,50
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	46	Tirol	14.000,00000	LTS	1,99	27.860,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	47	Pamplona	140,00000	KG	13,50	1.890,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	48	Treze de Maio	260,00000	KG	11,90	3.094,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	49	Friboi	2.230,00000	KG	13,50	30.105,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	50	In natura	350,00000	KG	5,98	2.093,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	51	In natura	3.200,00000	KG	3,60	11.520,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	52	Parati	180,00000	KG	5,98	1.076,40
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	53	Nordeste	920,00000	KG	5,60	5.152,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	54	Nordeste	300,00000	KG	5,60	1.680,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	55	In natura	2.360,00000	KG	2,98	7.032,80
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	56	In natura	600,00000	UNID.	1,95	1.170,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	57	In natura	950,00000	KG	1,99	1.890,50
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	58	In natura	90,00000	KG	5,99	539,10
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	59	Delícia	490,00000	KG	6,80	3.332,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	60	Capelli	840,00000	UNID.	1,90	1.596,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	61	In natura	2.490,00000	KG	1,25	3.112,50
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	62	In natura	430,00000	KG	3,75	1.612,50
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	63	Goiás	740,00000	UNID.	1,30	962,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	64	Bauer	1.220,00000	KG	9,00	10.980,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	65	Nutrimental	520,00000	KG	9,50	4.940,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	66	Aurora	860,00000	KG	5,90	5.074,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	67	Friboi	350,00000	KG	9,50	3.325,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	68	Purity	1.100,00000	UNID.	3,30	3.630,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	69	Bretzke	100,00000	UNID.	0,99	99,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	70	Ronchi	1.380,00000	DUZIA	2,89	3.988,20
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	71	Excelsor	1.800,00000	UNID.	1,68	3.024,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	72	Bauer	1.745,00000	KG	9,50	16.577,50
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	73	Bauer	2.200,00000	KG	9,00	19.800,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	74	Bauer	2.400,00000	UNID.	2,95	7.080,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	75	Friboi	1.310,00000	KG	14,80	19.388,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	76	Santa Cruz	660,00000	KG	8,50	5.610,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	77	In natura	330,00000	KG	1,99	656,70
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	78	Gostozzo	2.210,00000	KG	7,60	16.796,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	79	Gostozzo	460,00000	KG	7,20	3.312,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	80	Nutrimental	450,00000	KG	7,20	3.240,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	81	Doce mel	760,00000	KG	12,00	9.120,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	82	Cassava	320,00000	KG	4,90	1.568,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	83	Seara	110,00000	KG	19,00	2.090,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	84	Lactovalle	500,00000	KG	14,90	7.450,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	85	In natura	710,00000	UNID.	1,90	1.349,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	86	Tirol	510,00000	KG	13,00	6.630,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	87	Cassava	430,00000	KG	4,90	2.107,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	88	Diana	1.110,00000	KG	1,30	1.443,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	89	Manah	1.090,00000	KG	5,80	6.322,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	90	Diplomata	910,00000	KG	6,40	5.824,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	91	In natura	4.890,00000	KG	3,99	19.511,10
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	92	In natura	2.760,00000	KG	2,99	8.252,40
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	93	In natura	770,00000	KG	4,90	3.773,00
56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	94	Heinning	560,00000	UNID.	0,90	504,00
Total Geral ---> 555.829,30						

1.1. CUSTO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ QUINHENTOS E CINQUENTA E CINCO MIL E OITOCENTOS E VINTE E NOVE REAIS E TRINTA CENTAVOS. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.0. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie

às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.0. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Administração, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 1/2012 - Pregão Presencial Nº.

3.2. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 1/2012 - Pregão Presencial Nº. 2/2012 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.0. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestada pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.1. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.
05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

05.01 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

33903007 – Gêneros de Alimentação

2040 – Fornecimento de Merenda Escolar

10000 – Recursos Ordinários

16001 – Transferência Ref. ao PNAE – Ens. Fundamental

36001 – Transferência Ref. ao PNAE – Ens. Fundamental

2050 – Fornecimento de Merenda Escolar Pré-Escola

10000 – Recursos Ordinários

16003 – Transferência Ref. ao PNAE – Pré-Escola

2051 – PROGRAMA MERENDA ESCOLAR - Creches

10000 – Recursos Ordinários

16002 – Transferência Ref. ao PNAE – Creches

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.0. Entrega diária: Nos Centros de Educação Infantil conforme quantidade e data definida no cronograma no horário entre 6:30h e 7:30h

5.1. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.0. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, ao critério da Administração.

6.1. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.1.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1. Advertência;

6.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.5. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.6 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.7. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.8. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.9. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.0. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1. Pela Administração Municipal, quando:

8.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.3. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.4. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Administração, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.2 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.3 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Efetuar a entrega no prazo previsto na Cláusula V, independentemente da quantidade solicitada e do local de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº. 2/2012, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba(SC), 13 de Fevereiro de 2012.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
-------------------------	----------

MERCADO SPEZIA LTDA - EPP, neste ato representado por VANDERLEI SPEZIA

03.916.528/0001-01

MERCADO SPEZIA LTDA - EPP
VANDERLEI SPEZIA
Contratada

Ata de Registro de Preços Nº. 5/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 5/2012

Processo Licitatório Nº. 9/2012

Pregão Presencial Nº. 2 / 2012 - multientidade

VALIDADE: 12 (doze) meses (20-02-2012 a 20-02-2013)

Aos 20 de Fevereiro de 2012, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 9/2012 - Pregão Presencial Nº. 2 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE 300.000 LITROS DE OLEO DIESEL E 46.000 LITROS DE GASOLINA COMUM, PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DO SERVIÇO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Massaranduba, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo X do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
DIBRAPE DISTRIB.BRASILEIRA DE PETROLEO, neste ato representado por GENESIO NEVES PEDRINI	86.910.148/0001-89
DUMASZAK COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA, neste ato representado por LUIZ ANTONIO BOGO	05.872.409/0001-11
MAIOCHI COMBUSTIVEIS LTDA, neste ato representado por VINICIUS JURANDIR MAIOCHI	05.287.643/0001-81
ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO SA, neste ato representado por CLAUDIO LUZ DA ROCHA	01.349.764/0008-26

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO: AQUISIÇÃO DE 300.000 LITROS DE OLEO DIESEL E 46.000 LITROS DE GASOLINA COMUM, PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DO SERVIÇO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Empresa Vencedora							
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
00002	DIBRAPE DISTRIB. BRASILEIRA DE PETROLEO	GASOLINA COMUM	LITRO	DIBRAPE	46.000,00	2,35	108.100,00
Total do Fornecedor: 108.100,00							
00001	DUMASZAK COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	OLEO DIESEL	LITRO	PETROBRAS E IPIRANGA	300.000,00	1,82	546.000,00
Total do Fornecedor: 546.000,00							
Total Geral dos Itens: 654.100,00							

Fornecedor	Item/ Sub	Marca	Qtde	Unid	Preço Unitario	Preço Total
41610 - CASA ROYAL SA IND E COM	1	PETROBRAS	300.000,00000	LITRO	1,83	549.000,00
41610 - CASA ROYAL SA IND E COM	2	PETROBRAS	46.000,00000	LITRO	2,39	109.940,00
43001 - DIBRAPE DISTRIB. BRASILEIRA	2	DIBRAPE	46.000,00000	LITRO	2,35	108.100,00
109584 - DUMASZAK COMERCIO DE DERIVA	1	PETROBRAS E IPIRANGA	300.000,00000	LITRO	1,82	546.000,00
168726 - MAIOCHI COMBUSTIVEIS LTDA	1	SHELL	300.000,00000	LITRO	1,90	570.000,00
168866 - ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE	1		300.000,00000	LITRO	0,00	0,00
168866 - ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE	2		46.000,00000	LITRO	0,00	0,00
Total Geral ---> 1.883.040,00						

1.2. CUSTO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 654.100,00 (SEISCENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL E CEM REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Administração, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 9/2012 - Pregão Presencial Nº.

3.3. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 9/2012 - Pregão Presencial Nº. 2 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão efetuados 10 (dez) dias após a entrega dos materiais, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestada pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota fiscal deverá constar

o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.1. O prazo de entrega será de 48(quarenta e oito) horas após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.2. Local de entrega: Prefeitura Municipal, situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, na cidade de Massaranduba/SC.

5.3. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, ao critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo,

fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência;

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO

DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Administração, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1 Compete ao Órgão Gerenciador:

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Efetuar a entrega no prazo previsto na Cláusula V, independentemente da quantidade solicitada e do local de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº. 2/2012, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para

dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba(SC), 20 de Fevereiro de 2012.

MÁRIO FERNANDO REINKE Prefeitura De Massaranduba Contratante
SUZANE E. F. REINKE Gestora Do Fundo Municipal De Saúde De Massaranduba

CONTRATADA

DIBRAPE DISTRIB.BRASILEIRA DE PETROLEO ROLF BAYERL

DUMASZAK COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA LUIZ ANTONIO BOGO
--

Meleiro

PREFEITURA

Portaria N.º 078/2012

PORTARIA n.º 078/2012
TRATA DA EXONERAÇÃO DE ENFERMEIRA DO PSF.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 809/2000 e suas alterações, Leis Complementares nº 027/2009 e nº 032/2010, RESOLVE:
EXONERAR

Art. 1.º A pedido, a Senhorita PATRICIA EING MARTINS, ocupante do cargo de Enfermeira do Programa de Saúde da Família - PSF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Concurso Público n.º 001/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 17 de Fevereiro de 2012.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 079/2012

PORTARIA n.º 079/2012
TRATA DA VANTAGEM POR NOVA HABILITAÇÃO AOS SERVIDORES QUE RELACIONAM.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Parágrafo 3º do Artigo 30, da Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011,

RESOLVE: ENQUADRAR

Art. 1º Os servidores que relacionam abaixo, por obtenção de Nova Habilitação em formação de Pós-Graduação, nível de especialização, conforme Parágrafo 3º do Artigo 30 e Tabela Salarial do Anexo IV da Lei Complementar nº 034/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/02/2012.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	TEMPO	NÍVEL/ REFERÊNCIA
João André Azevedo dos Santos	Odontólogo	20	01/08/2002	4 J
Silvio Rogério Caldas	Médico	10	01/01/1995	5 E

Meleiro, 17 de Fevereiro de 2012.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

CONVITE

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
CONVITE

Jonnei Zanette, Prefeito Municipal, vem por meio deste convidar Vossa Senhoria para Audiência Pública no dia 28.02.2012, às 18:00 hs, na dependência da Câmara Municipal de Meleiro, para demonstração das metas fiscais do 3º Quadrimestre de 2012, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/00.

Certo de seu comparecimento antecipo agradecimento.

Meleiro (SC), 01 de Fevereiro de 2012.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Justificativa de Dispensa de Licitação N.º 006/2012

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 006/2012
CREDOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS/AMESC
ENDEREÇO: Av. Sete de Setembro, 653 - Cidade Alta - Araranguá/SC
CNPJ: 01.356.308/0001/37

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MELEIRO ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC - CIS/AMESC, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2012, CONFORME RELAÇÃO EM ANEXO.

VALOR: O valor total dos medicamentos será de aproximadamente de R\$ 101.780,55 (cento e um mil setecentos e oitenta reais e cinquenta e cinco centavos).

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso VIII, da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas n.º COG/683/00 de 16/11/00, no processo de consulta n.º COM-00/06009549, que resultou no prejudicado n.º 0944.

JUSTIFICATIVA: POR SER O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, UMA ENTIDADE CONSTITUÍDA SEM FINS LUCRATIVOS,

ENTRE OS MUNICÍPIO QUE COMPÕE A REGIÃO DA AMESC, COM O FIM DE FORNECER SERVIÇOS E PRODUTOS (MEDICAMENTOS) DA ÁREA DA SAÚDE AOS MUNICÍPIO CONSORCIADOS E POR ESTAR OS PREÇOS PRATICADOS PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, NOTORIAMENTE, ABAIXO DOS PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO.

Meleiro, 14 de fevereiro de 2012.
JAQUELINE MARTINS WALNIER
Presidente da comissão de Licitações
Fica homologado o presente processo licitatório.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

Portaria

PORTARIA Nº. 990 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2011 a SR. CLEIDE MARLIANGE RAMOS DOS SANTOS, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 01/03/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 01 de março de 2012.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura Municipal de Navegantes, 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 991 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica

em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2011 a SR. WALDIR CESAR NUNES, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 01/03/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 01 de março de 2012.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

Prefeitura Municipal de Navegantes, 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 992 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ADLINE DA SILVA REBIS, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG NH 001, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no E.M. Profª. Marlene de Souza Couto.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 de Fevereiro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 993 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. DALVA MARIA FLORES, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Marlene de Souza Couto.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 de Fevereiro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 994 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MARLI REGINA PACHECO FAUSTO, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Bernardete Maria Sedrez da Silva.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 de Fevereiro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 995 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. PATRICIA ONDINA COELHO, para exercer a função de Professor de Ensino Fundamental, Anos Finais, na disciplina de Artes, MAG NH 001, com a carga horária de 30 (vinte) horas semanais, para atuar nas unidades escolares E.M. Profª. Maria Tereza Leal, E.M. Profª. Maria de Lourdes Couto Cabral, Maria Hostim da Costa.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 de Fevereiro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 996 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. SHIREY SCHNEIDER SCHREIBER DA COSTA, para exercer a função de Professora do Ensino Fundamental, anos iniciais MAG-02 01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M.Profª. Maria Hostim da Costa.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2011 a 31 de julho de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 23 de fevereiro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE FEVEREIRO DE 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2011.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2011.

Portaria

PORTARIA Nº. 997 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ALESSANDRO ROBERTO FERNANDES, para exercer a função de Professor de Ensino Fundamental, Anos Finais, na disciplina de Educação Física, MAG NH 001, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Elsir Bernardete Gaya Muller.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 de Fevereiro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 999 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ALEXSANDRA FERREIRA DO VALLE, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no E.M. Profª. Marlene de Souza Couto.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 de Fevereiro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 1000 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. KARINA MARCELLOS PEREIRA, para exercer a função de Professora do Ensino Fundamental, anos iniciais, MAG-01 01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.M.E. Profª. Rosemari Moreno Coelho.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2011 a 31 de julho de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE FEVEREIRO DE 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2011.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2011.

Portaria

PORTARIA Nº. 1001 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ANA ROSELI LUDVICHARCK DE SOUZA, para exercer a função de Professora do Ensino Fundamental, anos iniciais, MAG-01 01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.M.E. Profª. Maria Hostim da Costa.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2011 a 31 de julho de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE FEVEREIRO DE 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2011.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2011.

Portaria

PORTARIA Nº. 942 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ANDREA DE CASSIA SILVEIRA, para exercer a função de Professora de Ensino Fundamental, Anos Finais, na disciplina de Língua Portuguesa, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Vilna Correa Pretti.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 de Fevereiro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 1005 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. TÂNIA REGINA GALVEZ, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 01-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no E.M. Profª. Badia de Faria.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 13 de Fevereiro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 13 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 13 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 1006 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. BEATRIZ PERÃO, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no E.M. Profª. Bernardete Maria Sedrez da Silva.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 13 de Fevereiro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 13 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 13 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 1007 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ELISANDRA PEREIRA BENTO COUTO, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no E.M. Profª. Clarinda Maria Gaya.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 13 de Fevereiro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 13 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 13 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 1015 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2011.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. CRISTIANA DE SOUZA D'OLIVEIRA, para exercer a função de Professora do Ensino Fundamental, anos iniciais, MAG 02-01, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na C.M.E. Profª. Maria de Lourdes Couto Cabral.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2011 a 31 de março de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 DE FEVEREIRO DE 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 15 de fevereiro de 2011.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 15 de fevereiro de 2011.

Portaria

PORTARIA Nº. 1016 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2011.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. PATRICIA JACINTO, para

exercer a função de Professora do Ensino Fundamental, anos iniciais, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Maria Hostim da Costa.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2011 a 31 de março de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 DE FEVEREIRO DE 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 15 de fevereiro de 2011.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 15 de fevereiro de 2011.

Portaria

PORTARIA Nº. 1017 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2011.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. FABIANE DALLAGO, para exercer a função de Professora do Ensino Fundamental, anos iniciais, MAG NH 001, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Maria Hostim da Costa.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2011 a 31 de março de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 DE FEVEREIRO DE 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 15 de fevereiro de 2011.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 15 de fevereiro de 2011.

Portaria

PORTARIA Nº. 1018 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2011.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ROSELI CUNHA, para exercer a função de Professora do Ensino Fundamental, anos iniciais, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Adelaide de Souza Pereira.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2011 a 31 de março de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 de Fevereiro de 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 15 de fevereiro de 2011.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 15 de fevereiro de 2011.

Portaria

PORTARIA Nº. 1019 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. FERNANDA MICHAELI DE SOUZA, para exercer a função de Professor de Ensino Fundamental, Anos Finais, na disciplina de Educação Física, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Maria Hostim da Costa.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 de Fevereiro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 15 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 15 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 1020 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. JOICE CARDOSO, para exercer a função de Professor de Ensino Fundamental, Anos Finais, na disciplina de Educação Física, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Giovana Soares da Cunha.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 de Fevereiro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 15 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 15 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 1021 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ANDRE LUIZ TAMANINI, para exercer a função de Professor de Ensino Fundamental, Anos Finais, na Disciplina de Historia MAG 02 01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Neusa Maria Rebello Vieira.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 de Fevereiro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 15 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 15 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 1022 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. FABIO GARDIOLI DE CARVALHO, para exercer a função de Professor de Ensino Fundamental, Anos Finais, na disciplina de Educação Ensino Religioso, MAG NH 001, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Ilka Muller de Mello.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 de Fevereiro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 15 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 15 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 1023 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. GERMOCI VAILATTE DE OLIVEIRA, para exercer a função de Professor de Ensino Fundamental, Anos Finais MAG NH 001, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Rosa Maria Xavier de Araujo.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 de Fevereiro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 15 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 15 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 1024 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. PRISCILA CRISTINA REGIS, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no E.M. Profª. Maria das Neves Emilio.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 de Fevereiro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 15 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 15 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 1025 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. SIRLEI TEREZINHA WOLFART, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no E.M. Profª. Nerozilda Pinheiro Ferreira.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 15 de Fevereiro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 15 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 15 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 946 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ELIETE AMARO, para exercer a função de Professora do Ensino Fundamental, anos iniciais, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Maria Hostim da Costa.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2011 a 31 de março de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 DE FEVEREIRO DE 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2011.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2011.

Portaria

PORTARIA Nº. 904 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, o Sr. CARLOS ALGUSTO MACIEL, para exercer a função de Professor MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Educação Física, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais, para atuar na E.M.Profª.Rosa Maria Xavier de Araújo.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 905 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, o Sr. MAURICIO VALPIR DA SILVA, para exercer a função de Professor MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Matemática, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na E.M.Profª.Izilda Reiser Mafra/ E.M. Profª. Ilka Muller de Mello.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 906 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, o Sr. NIVALDO JOSÉ KLOPPPEL, para exercer a função de Professor MAG 02-01 nos Anos finais na Disciplina de Artes, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais, para atuar na E.M.Profª.Cidade da Criança.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 907 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, o Sr. RODRIGO HOGENDOORN HAIMANN, para exercer a função de Professor MAG-NH 002 nos Anos finais na Disciplina de Ensino Religioso, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na E.M.Profª. Elsir Bernardete Gaya Muller./ C. E. Profª. Maria de Lourdes Couto Cabral.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 908 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, o Sr. PAULO ROBERTO KUSTER, para exercer a função de Professor MAG-NH 002 nos Anos finais na Disciplina de Ensino Religioso, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M.Profª. Vilna Correa Pretti./ E.M. Profª. Maria Ivone Muller dos Santos.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 909 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, o Sr. JOCELINO GONÇALVES, para exercer a função de Professor MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Língua Portuguesa, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no C.E.Profª. Maria de Lourdes Couto Cabral.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 910 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Sr.^a CLAUDETE TEREZINHA DA ROSA, para exercer a função de Professora MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Língua Portuguesa, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar no E.M.Prof^a.Maria Tereza Leal./ E.M. Prof^a. Neusa Maria Rebello Vieira.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 911 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Sr^a. FRANCIELI CAROLINE CABRAL, para exercer a função de Professora MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Educação Física, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.E. Prof^a.Maria de Lourdes Couto Cabral.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 913 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Sr^a. RAFAELA FERNANDA MENDES, para exercer a função de Professora MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Ciências, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.E. Prof^a. Maria de Lourdes Couto Cabral.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 914 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Sr^a. SIMONE BOASTIK, para exercer a função de Professora MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Ciências, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no E.M Prof^a. Vilna Correa Pretti./ E.M. Prof^a. Ilka Muller de Mello.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 915 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, o Srº. FABIANO VIANNA FILARDO, para exercer a função de Professor MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Educação Física, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais, para atuar na E.M. Profª.Cinéria Vieira da Costa.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 916 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ADRIANA NASCIMENTO DOS SANTOS, para exercer a função de Professora MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Geografia, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M.Profª.Maria Hostim da Costa.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 917 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MONICA EVELYN WEIERS, para exercer a função de Professora MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Artes, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M.Profª.Rosa Maria .

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 918 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MONICA EVELYN WEIERS, para exercer a função de Professora MAG-NH 002 nos Anos finais na Disciplina de Ensino Religioso, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais, para atuar na E.M.Profª. Rosa Maria Xavier de Araújo.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 919 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MICHELE BRAZ LOPES, para exercer a função de Professora MAG-NH 002 nos Anos finais na Disciplina de Educação Física, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.E. Profª.Maria de Lourdes Couto Cabral.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 921 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. SHEILA BEATRIZ DE OLIVEIRA BISSOLI, para exercer a função de Professora MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Ciências, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M Profª. Ilka Muller de Mello.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 922 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. GILMARA ROCHA, para exercer a função de Professora MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Ciências, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na E.M Profª. Neusa Maria Rebello Vieira.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 923 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. GISELE DE FÁTIMA BALDO BISPO, para exercer a função de Professora MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Língua Inglesa, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.E.Profª.Maria de Lourdes Couto Cabral.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições

em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 924 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, o Srº. RENAN DA SILVA DO VALE, para exercer a função de Professor MAG-NH 002 nos Anos finais na Disciplina de História, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.E.Profª.Maria de Lourdes Couto Cabral.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 925 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MIRELA CRISTINA LEITE SAMPAIO, para exercer a função de Professora MAG-NH 002 nos Anos finais na Disciplina de História, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M.Profª. Rosa Maria Xavier de Araújo.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 926 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MIRELA CRISTINA LEITE SAMPAIO, para exercer a função de Professora MAG-NH 002 nos Anos finais na Disciplina de Língua Inglesa, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.E.Profª.Maria de Lourdes Couto Cabral.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 927 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. HELENA LOHMANN

AMARANTE, para exercer a função de Professora MAG-NH 002 nos Anos finais na Disciplina de Língua Inglesa, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no E.M.Profª. Rosa Maria Xavier de Araújo.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 928 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, o Srº. MARCIO ROBERTO DE OLIVEIRA, para exercer a função de Professor MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de História, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na E.M.Profª.Elsir Bernardete Gaya Muller.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 928 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes,

no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, o Srº. MARCIO ROBERTO DE OLIVEIRA, para exercer a função de Professor MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de História, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na E.M.Profª.Elsir Bernardete Gaya Muller.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 929 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ELIANE DA SILVA, para exercer a função de Professora MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de História, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M.Profª. Ilka Muller de Mello.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 930 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. CINTIA SOARES, para exercer a função de Professora MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de História, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na E.M.ProfªMaria Tereza Leal./ E.M. Profª. Izilda Reiser Mafra .

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 931 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, o Srº. WILLIAM STERCHELE BARCELLOS, para exercer a função de Professor MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de História, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M.Profª. Ilka Muller de Mello./ E.M. Profª. Rosa Maria Xavier de Araújo.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 932 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, o Srº. MARCIANO KRAEMER DOS SANTOS, para exercer a função de Professor MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de História, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M.Profª. Idília Machado Ferreira.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 933 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. CAROLLINNE BATALHA LEITE BOE, para exercer a função de Professora MAG-NH 002 nos Anos finais na Disciplina de Língua Inglesa, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais, para atuar no E.M.Profª. Idília Machado Ferreira.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 934 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, o Srº. HADWIG VOSS, para exercer a função de Professor MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Ciências, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M.Profª.Maria de Lourdes Couto Cabral.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 935 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MARCIA ANDREA GERVASIO, para exercer a função de Professora MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Geografia, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M.Profª.Vilna Correa Pretti.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 936 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª ADRIANA DAMBROS MARCHETTI, para exercer a função de Professora MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Língua Portuguesa, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar no E.M.Profª.Elsir Bernardete Gaya Muller.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 937 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, o Sr. JUNIOMAR NASCIMENTO DA SILVA, para exercer a função de Professor MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Matemática, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M.Profª.Maria Ivone Muller dos Santos.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições

em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 938 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário , a Srª. MARINICE COELHO DA SILVA, para exercer a função de Professora MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Matemática, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M.Profª.Maria Hostim da Costa.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 939 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário , o Sr. SIDNEY RICARDO LICK-FELD, para exercer a função de Professor MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Matemática, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M.Profª.Maria de Lourdes Couto Cabral.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 940 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário,o Sr. EDSON FABRICIO DE SOUZA, para exercer a função de Professor MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Língua Portuguesa, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M.Profª.Vilna Correa Pretti.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística
Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 1036 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MARIA APARECIDA

INÁCIO, para exercer a função de Professora de Ensino Fundamental de Anos Iniciais MAG -01 01 com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C. E. Profª. Maria de Lourdes Couto Cabral.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 17 de Fevereiro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 17 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 1036 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MARIA APARECIDA INÁCIO, para exercer a função de Professora de Ensino Fundamental de Anos Iniciais MAG -01 01 com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C. E. Profª. Maria de Lourdes Couto Cabral.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 17 de Fevereiro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 17 de fevereiro de 2012.

Portaria

PORTARIA Nº. 1036 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes,

no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MARIA APARECIDA INÁCIO, para exercer a função de Professora de Ensino Fundamental de Anos Iniciais MAG -01 01 com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C. E. Profª. Maria de Lourdes Couto Cabral.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 17 de Fevereiro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 17 de fevereiro de 2012.

portugues

PORTARIA Nº. 1004 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2012.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. PRISCILA ANGIOLETTI, para exercer a função de Professora de Ensino Fundamental, Anos Finais, na disciplina de Língua Portuguesa, MAG NH 001, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Maria de Lourdes Couto Cabral.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 10 de Fevereiro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 10 de fevereiro de 2012.

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato Contratual Nº 022/2012

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contrato Nº.: 022/2012
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada : TATIANE COMUNELLO ME
Valor : R\$ 16.400,00 (Dezesseis mil, e quatrocentos reais)
Vigência : Início: 17/02/2012 Término: 17/04/2012
Licitação : Dispensa de Licitação Nº.: 4/2012
Recursos: Dotação: 50.02-1.011.136.20.544.0015.4.4.90.00 -
Gestão de Recursos Hídricos e Ambiental

Objeto : O objeto da presente Licitação é a Contratação de Empresa, para prestação de Serviço de Horas de Retroescavadeira, para uso na abertura de fontes e depósitos de água nas propriedades dos agricultores do Município de Novo Horizonte, com recursos do Convênio Nº 00.128/2012-7, firmado com o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - SDR de São Lourenço d'Oeste, para o "Combate à Estiagem".
NOVO HORIZONTE, 17 de Fevereiro de 2012

Extrato Contratual Nº 023/2012

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contrato Nº.: 023/2012
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada : D. G. LAZARIN ME
Valor : R\$ 4.320,00 (Quatro mil, trezentos e vinte reais).
Vigência : Início: 22/02/2012 Término: 31/12/2012
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 05/2011
Recursos: 30.01-2.003-012-04.122.0003-3.3.90.00 - Manutenção da Administração Geral
40.01.2.011-135-12.361.0005-3.3.90.00 - Manutenção Central da Secretaria de Educação

Objeto : O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa prestadora dos serviços de informática para manutenção corretiva em equipamentos de informática, com fornecimento de peças, para os vários Departamentos da Prefeitura Municipal e Escolas Municipais do Município, de acordo com as exigências, quantitativos e especificações constantes do Edital
NOVO HORIZONTE, 22 de Fevereiro de 2012

Paial

PREFEITURA

Convite 08/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL
AVISO DE LICITAÇÃO

1.1 O Município de PAIAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade CARTA CONVITE, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo processamento

e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Convite 08/2012.

DADOS DO PROCESSO LICITATÓRIO:

Processo de Licitação 19/2012 - Convite 08/2012

JULGAMENTO MENOR PREÇO GLOBAL.

Objeto: Aquisição de Peças e Serviços para recuperação da Retro Escavadeira JCB do Município

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA:

Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 13h45min do dia 24 fevereiro de 2012, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início às 14 horas do mesmo dia.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal.

Município de Paial - SC em 17 de fevereiro de 2012.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Palhoça

IPPA

Portaria nº 04

PORTARIA Nº 004/2012

Concede a aposentadoria por invalidez, em caráter integral, nos termos do §1º, inciso I do art. 40 da Constituição da República, observada a modificação determinada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, do art. 27, inciso I da Lei municipal nº 1320/01 e do art. 1º da Lei Federal nº 10887/04 e declara a vacância do cargo público da servidora ZENIR PIERRI MARTINS.

RONÉRIO HEIDERSHEIDT, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, §1º inciso I da Constituição da República, observada a modificação determinada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, a servidora ZENIR PIERRI MARTINS, detentora da matrícula funcional nº 800371, inscrita no CPF sob o Nº 837.462.939-87 e no PIS/PASEP sob o nº 1.706.177.354-3, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral ao tempo de contribuição, nos termos do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, cor-respondente a 100,00% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição calculada, em conformidade com o disposto no art. 1º e seus parágrafos da Lei Federal Nº 10887/04, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único. A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85, da Lei Complementar nº 096/2010

- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 29/02/2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do De-creto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 15 de fevereiro de 2012
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ALBERTO PRIM
Diretor Executivo do IPPA

ANDREA MARA HARGER LUCKMANN PLÉTICOS
Assistente Administrativo
Matrícula 300169

Palmitos

PREFEITURA

Processo Licitatório 015/2012

PREFEITURA DE PALMITOS

Processo Licitatório nº015/12 Modalidade: Tomada de Preço nº02/12. Contrato: 56/2012. Objeto: locação de máquina retro-escavadeira para recuperação das estradas vicinais do Município de Palmitos. Contratada: Jandir Polis ME. Valor: 37.130,00. Prazo: 14/06/2012. Palmitos 14/02/2012.

NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito Municipal.

Processo Licitatório 14/2012

PREFEITURA DE PALMITOS

Processo Licitatório nº014/12 Modalidade: Convite nº06/12. Contrato: 18/2012. Objeto: Execução de serviços de drenagem fluvial nas Ruas Júlio Schilke e Câmara Junior. Contratada: Jandir Polis ME. Valor: 26.174,14. Prazo: 01/04/2012. Palmitos 01/02/2012.

NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito Municipal.

Processo Licitatório 17/2012

PREFEITURA DE PALMITOS

Processo Licitatório nº017/12 Modalidade: Tomada de Preço nº03/12. Contrato: 55/2012. Objeto: contratação de terraplanagem, drenagem pluvial, meio fio, sinalização e calçamento na Comunidade da Linha do Meio, trecho - II, com uma área total de 3.030,00 m². Contratada: Jandir Polis ME. Valor: 70.404,43. Prazo: 14/10/2012. Palmitos 14/02/2012.

NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito Municipal.

Porto Belo

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 019/2012 - Educação

Extrato de Contrato Nº 019/2012 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina
Município de Porto Belo
Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 007/2012

Objeto: Contratação de empresa(s) pelo sistema de Registro de Preços para aquisição de Gêneros Alimentícios, perecíveis e Materiais de Limpeza para as Escolas e Creches Municipais durante o ano letivo de 2012, o registro dos preços do objeto do edital de licitação origem, para fornecimento a Administração Pública Municipal, conforme descrições, marcas e preços propostos, relacionados no subitem 2.1, desta ata, segundo as conveniências da administração direta e indireta, autarquias, sociedade de economia mista, e se for o caso, as fundações, fundos especiais e demais entidades controladas diretas ou indiretamente pela Administração, ao longo da validade do registro de preço.

Contratado: COMERCIAL STORINNY LTDA-ME

Prazo de vigência: O prazo de validade deste registro de preço será de 12 meses, contado da assinatura da ata de registro, prorrogável por igual período, desde que o interesse público predomine.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 282.097,04 (duzentos e oitenta e dois mil e noventa e sete reais e quatro centavos).

Data e assinatura do contrato: 15 de fevereiro de 2012.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 020/2012 - Educação

Extrato de Contrato Nº 020/2012 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina
Município de Porto Belo
Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 007/2012

Objeto: Contratação de empresa(s) pelo sistema de Registro de Preços para aquisição de Gêneros Alimentícios, perecíveis e Materiais de Limpeza para as Escolas e Creches Municipais durante o ano letivo de 2012, o registro dos preços do objeto do edital de licitação origem, para fornecimento a Administração Pública Municipal, conforme descrições, marcas e preços propostos, relacionados no subitem 2.1, desta ata, segundo as conveniências da administração direta e indireta, autarquias, sociedade de economia mista, e se for o caso, as fundações, fundos especiais e demais entidades controladas diretas ou indiretamente pela Administração, ao longo da validade do registro de preço.

Contratado: DJONAS CIDCLEI FERNANDES-ME

Prazo de vigência: O prazo de validade deste registro de preço será de 12 meses, contado da assinatura da ata de registro, prorrogável por igual período, desde que o interesse público predomine.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 183.618,45 (cento e oitenta e três mil seiscentos e dezoito reais e quarenta e cinco centavos).

Data e assinatura do contrato: 15 de fevereiro de 2012.

ALBERT STADLER
Prefeito

Porto União

PREFEITURA

Decreto Nº 747/2012

DECRETO Nº 747, de 15 de fevereiro de 2012.
Dispõe sobre nomeação.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA BRUNO VITURINO DA SILVA, para o cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Iluminação Pública, Símbolo AS, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto Nº 748/2012

DECRETO Nº 748, de 17 de fevereiro de 2012.
Dispõe sobre nomeação.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA LUIZ ALBERTO PASQUALIN, sem ônus para o Executivo, para o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Articulação da Política de Governo, Símbolo DS, previsto no Anexo III da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, o qual opta pelo recebimento de remuneração da Câmara Municipal, conforme o Parágrafo 3º do artigo 37, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

DECLARAÇÃO

Eu, LUIZ ALBERTO PASQUALIN, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Articulação da Política de Governo, declaro formalmente que opto pela remuneração da Câmara de Vereadores, conforme disposto no Art. 37, § 3º da Lei Orgânica Municipal.

Por ser esta a expressão da verdade, firmamos o presente.

Porto União (SC), 17 de fevereiro de 2012.

LUIZ ALBERTO PASQUALIN

Portaria N.º 140/2012 - RH

PORTARIA Nº 140, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pelos Esportes, de 30% (trinta por cento), ao servidor efetivo Juvenio Portela da Luz, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 141/2012 - RH

PORTARIA Nº 141, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 31 de janeiro a 23 de julho 2012, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Eva Aparecida da Silva, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011, em substituição à servidora efetiva Elizabete Volkman, que se encontra em Licença Maternidade até 24 de abril de 2012 e posteriormente Licença Prêmio de 90 (noventa) dias.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Moranguinho, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 31 de janeiro de 2012.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 142/2012 - RH

PORTARIA Nº 142, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente da servidora efetiva Isabela de Fátima Machado, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 143/2012 - RH

PORTARIA Nº 143, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente da servidora efetiva Ivone Oroski de Souza Kuritza, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 144/2012 - RH

PORTARIA Nº 144, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II,

Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente da servidora efetiva Mônica Langa, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 145/2012 - RH

PORTARIA Nº 145, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente da servidora efetiva Cecília Clarette Kopko Tidre, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 146/2012 - RH

PORTARIA Nº 146, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente da servidora efetiva Maristela Zonta, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 147/2012 - RH

PORTARIA Nº 147, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente da servidora efetiva Edi Aparecida de Lima Mitzko, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 148/2012 - RH

PORTARIA Nº 148, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Berçário Maria Luiza Waldruff da servidora efetiva Luciana dos Santos Leite, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do

Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 149/2012 - RH

PORTARIA Nº 149, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Berçário Maria Luiza Waldruff da servidora efetiva Edna Aparecida Andrade Pacheco, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 150/2012 - RH

PORTARIA Nº 150, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Berçário Maria Luiza Waldruff da servidora efetiva Kelly Cristina Soares da Silva, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 151/2012 - RH

PORTARIA Nº 151, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz, da servidora efetiva Sonia Viero Stacechen, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 152/2012 - RH

PORTARIA Nº 152, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz, da servidora efetiva Danieli Katchoroski, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 153/2012 - RH

PORTARIA Nº 153, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz, da servidora efetiva Maria Elisabeth Hemm, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 154/2012 - RH

PORTARIA Nº 154, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz, da servidora efetiva Carmen Cristine Scheramp, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 155/2012 - RH

PORTARIA Nº 155, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz, da servidora efetiva Rosane de Fátima Holowaty Oliveira, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 156/2012 - RH

PORTARIA Nº 156, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz, da servidora efetiva Salete Terezinha Húpalo Budniak, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 157/2012 - RH

PORTARIA Nº 157, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Castelo

Encantado, da servidora efetiva Tatiane Gulecz, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 158/2012 - RH

PORTARIA Nº 158, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Castelo Encantado, da servidora efetiva Danielli Suski, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 159/2012 - RH

PORTARIA Nº 159, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Castelo Encantado, da servidora efetiva Caroline Moyses de Souza, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 160/2012 - RH

PORTARIA Nº 160, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Castelo Encantado, da servidora efetiva Márcia Aparecida Simplicio de Souza, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 161/2012 - RH

PORTARIA Nº 161, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Castelo Encantado, da servidora efetiva Cleide Maria Rosa Gregório, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 162/2012 - RH

PORTARIA Nº 162, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Arco Íris, da servidora efetiva Juliana Base, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 163/2012 - RH

PORTARIA Nº 163, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Arco Íris, da servidora efetiva Fernanda Padilha Vaz, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 164/2012 - RH

PORTARIA Nº 164, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Arco Íris, da servidora efetiva Vilma Aparecida Volkman, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 165/2012 - RH

PORTARIA Nº 165, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Arco Íris, da servidora efetiva Tânia Aparecida Fuck Lenartowicz, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 166/2012 - RH

PORTARIA Nº 166, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Arco

Íris, da servidora efetiva Joseane Cristina Jung Bereza, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 167/2012 - RH

PORTARIA Nº 167, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Arco Íris, da servidora efetiva Clara Krassowski Rosa, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 168/2012 - RH

PORTARIA Nº 168, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Arco Íris, da servidora efetiva Diva Soares dos Santos de Souza, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 169/2012 - RH

PORTARIA Nº 169, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Arco Íris, da servidora efetiva Viviane Aparecida Pereira, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 170/2012 - RH

PORTARIA Nº 170, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Arco Íris, da servidora efetiva Sandra Aparecida dos Santos Mello, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 171/2012 - RH

PORTARIA Nº 171, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Balão Mágico, da servidora efetiva Deisy Jaqueline Tandler, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 172/2012 - RH

PORTARIA Nº 172, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Balão Mágico, da servidora efetiva Rita de Cássia do Nascimento Pecharke, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 173/2012 - RH

PORTARIA Nº 173, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Balão Mágico, da servidora efetiva Simone de Fátima Húpalo, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 174/2012 - RH

PORTARIA Nº 174, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Balão Mágico, da servidora efetiva Kaline Marisa Cabral, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 175/2012 - RH

PORTARIA Nº 175, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Balão

Mágico, da servidora efetiva Deisi Viviane Schier Kosloski, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 176/2012 - RH

PORTARIA Nº 176, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Balão Mágico, da servidora efetiva Lidiane Regina Schreiner, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 177/2012 - RH

PORTARIA Nº 177, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Comezinho da Vida, da servidora efetiva Luciane Cristina Kaminski Vaudan, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 178/2012 - RH

PORTARIA Nº 178, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Comecinho da Vida, da servidora efetiva Janemar Aparecida Dalfovo Miskievicz, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 179/2012 - RH

PORTARIA Nº 179, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Comecinho da Vida, da servidora efetiva Silmara de Fátima Amarante Bueno, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 180/2012 - RH

PORTARIA Nº 180, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Comecinho da Vida, da servidora efetiva Elizabeth Aparecida Mazeika, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 181/2012 - RH

PORTARIA Nº 181, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Moranguinho, da servidora efetiva Telma Cristina Zakaliak, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 182/2012 - RH

PORTARIA Nº 182, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Moranguinho, da servidora efetiva Elizabete Volkman, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 183/2012 - RH

PORTARIA Nº 183, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Moranguinho, da servidora efetiva Elaine Pressendo, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 184/2012 - RH

PORTARIA Nº 184, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil

Moranguinho, da servidora efetiva Eliane Hoff Trentin, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 185/2012 - RH

PORTARIA Nº 185, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Moranguinho, da servidora efetiva Ivonete de Fátima Húpalo, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 186/2012 - RH

PORTARIA Nº 186, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Trem da Alegria, da servidora efetiva Agnes Margareth Muller, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 187/2012 - RH

PORTARIA Nº 187, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Trem da Alegria, da servidora efetiva Franciele Cristina Bajuka Alves, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 188/2012 - RH

PORTARIA Nº 188, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Trem da Alegria, da servidora efetiva Marlene Ivone Bolting Kucla, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 189/2012 - RH

PORTARIA Nº 189, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Trem da Alegria, da servidora efetiva Dulcimar Neide Sonnestrahl, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 190/2012 - RH

PORTARIA Nº 190, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Trem da Alegria, da servidora efetiva Giceli Aparecida Gonçalves, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 191/2012 - RH

PORTARIA Nº 191, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Albertina Brauchner, da servidora efetiva Cristiane Patrícia Briski, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 192/2012 - RH

PORTARIA Nº 192, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Albertina Brauchner, da servidora efetiva Aline Cristina Colita, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 193/2012 - RH

PORTARIA Nº 193, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Albertina

Brauchner, da servidora efetiva Franciele Galvão dos Santos, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PÓRTARIA N.º 194/2012 - RH

PORTARIA Nº 194, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Albertina Brauchner, da servidora efetiva Karin Daiane Barth, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 195/2012 - RH

PORTARIA Nº 195, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Albertina Brauchner, da servidora efetiva Elizabet Carmen Pannen, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 196/2012 - RH

PORTARIA Nº 196, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Lina Sander, da servidora efetiva Mara Clarice Schorr Jung, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 197/2012 - RH

PORTARIA Nº 197, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Lina Sander, da servidora efetiva Jane Regina Barth Brixner, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 198/2012 - RH

PORTARIA Nº 198, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, da servidora efetiva Ana Rosa Maria de Agostinho, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 199/2012 - RH

PORTARIA Nº 199, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, da servidora efetiva Andréia Aparecida Claus Costek, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 199/2012 - RH

PORTARIA Nº 199, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, da servidora efetiva Andréia Aparecida Claus Costek, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 200/2012 - RH

PORTARIA Nº 200, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional da Lança, da servidora efetiva Claudete Schelbauer Minatti, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 201/2012 - RH

PORTARIA Nº 201, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Frei Deodato, da

servidora efetiva Sirlene Raquel Zamboni Freisleben, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 202/2012 a 307/2012 - RH

PORTARIA Nº 202, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Maristela da Aparecida Moyses Marcante, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Português), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 203, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Vilma Terezinha Bulek, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Português), com carga horária de 30 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 204, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Jornalista Herminio Milis, da servidora efetiva Walterlin Forostecki Kotarski, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Português), com carga horária de 30 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 205, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Frei Deodato, da servidora efetiva Alaize Franciele Pogogelski Dolinski, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Português), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 206, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de

22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Soraya Bakri, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Matemática), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 207, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Celma de Fátima Oleksyszzen, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Matemática), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 208, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, do servidor efetivo Cláudio Augusto Busch, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Matemática), com carga horária de 10 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 209, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, do servidor efetivo Cristiano Damaceno, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Matemática), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 210, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, da servidora efetiva Luiza Carolina Petla, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Matemática), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 211, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Frei Deodato, da servidora efetiva Emília da Conceição Banaszkeski Skubisz, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Matemática), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 212, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Neide Inês Giacomini Dalgallo, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Ciências), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 213, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, do servidor efetivo Alfredo Oscar Koch, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Ciências), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 214, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, da servidora efetiva Márcia Regina Stratmann Cordeiro, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Ciências), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 215, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Frei Deodato, da servidora efetiva Denise Angélica Busch, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Ciências), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 216, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II,

Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Rosecler Zipperer, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Inglês), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 217, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Rúbia Cristina Braz de Oliveira, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Inglês), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 218, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, da servidora efetiva Eliane Lídia Córscico Tomal, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Inglês), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de

Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PORTARIA Nº 219, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Frei Deodato/Legru, da servidora efetiva Jamile Pastuchaki, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Inglês), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PORTARIA Nº 220, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Isabel Caznok, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (História), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PORTARIA Nº 221, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Suely Aparecida Pofahl, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (História), com carga horária de 30 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PORTARIA Nº 222, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Jornalista Herminio Milis, da servidora efetiva Ivete Aparecida Pereira dos Santos, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (História), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PORTARIA Nº 223, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Jornalista Herminio Milis, da servidora efetiva Ana Daniele Holovaty Amaral, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais

(História), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 224, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Frei Deodato e Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Ilza Terezinha Reinbold Andrade, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (História), com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 225, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Raquel Dias Barbosa, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Geografia), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 226, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Neusa Jarentchuk Marangoni, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Geografia), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 227, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Lindarci Kobroski Wolf, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Geografia), com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 228, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Jornalista Herminio Milis, da servidora efetiva Marta Magdal, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Geografia), com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 229, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Frei Deodato, da servidora efetiva Ivanir Scheibe Savi, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Geografia), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 230, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Cladian Reisdorfer, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Artes), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 231, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Cristiane Sabatke, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Artes), com carga horária de 30 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 232, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Jornalista Herminio Milis, da servidora efetiva Jóis da Trindade Viana, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Artes), com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 233, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional São Pedro do Timbó e Núcleo Educacional da Lança, do servidor efetivo Flavio Michel Doudera Zavaski, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Artes), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 234, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, do servidor efetivo Tiago Metzler de Brito, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 235, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Ciane Gianini Drosdoski Mohr, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 30 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 236, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Jornalista Herminio Milis, da servidora efetiva Moira de Cássia Ferreira, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 237, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Frei Deodato, do servidor efetivo Valter Buennemeyer, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 238, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, da servidora efetiva Ana Paula Souza Coelho Testi, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 30 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 239, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional São Pedro do Timbó, da servidora efetiva Josiane Grossl Froelich, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 240, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional do Legru, do servidor efetivo Giuvan Mauri Bianco, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 241, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO nos Núcleos de Educação Infantil do Município, da servidora efetiva Dione dos Santos Reisdorfer, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 242, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Jangada do Sul e Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Mílís, da servidora efetiva Patrícia Araújo Peon, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 243, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, do servidor efetivo Marcos Aurélio Ariatti, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Informática), com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PORTARIA Nº 244, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, do servidor efetivo Everton Back, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Informática), com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PORTARIA Nº 245, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Frei Deodato, da servidora efetiva Cleunice Regina Kerecz Lisboa, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Informática), com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PORTARIA Nº 246, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, do servidor efetivo Tiago Antonio Gomes, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Informática), com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PORTARIA Nº 247, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional da Lança e Núcleo Educacional São Pedro do Timbó, do servidor efetivo Marcelo Amaro, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Informática), com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PORTARIA Nº 248, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina,

usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional do Legru, do servidor efetivo Cleiton César Schaefer, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Informática), com carga horária de 10 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PORTARIA Nº 249, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Mariana Bona Grim Kreling, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PORTARIA Nº 250, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Fabiola da Silva, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho

de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PORTARIA Nº 251, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO nos Núcleos de Educação Infantil do Município, da servidora efetiva Elaine dos Santos, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais, (Educação Física) com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PORTARIA Nº 252, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Giane Adriana Bormann Lenchiski, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PORTARIA Nº 253, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Solange Mª Conceição de Araújo Zonta, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 254, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Maristela da Aparecida Moysés Marcante, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 255, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Cristiane Ruschel Zago, ocupante

do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 256, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Dóris Margareth Zonta, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 257, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Neusa Jarentchuk Marangoni, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 258, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Neide Inês Giacomini Dalgallo, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 259, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Isabel Caznok, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 260, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Raquel Dias Barbosa, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 261, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, da servidora efetiva Neusa Íris Giacomini Deringer, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 262, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, da servidora efetiva Roseli de Fátima Drapalski, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 263, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, da servidora efetiva Leonilda Blaskowski, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 264, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, da servidora efetiva Joseane Cristina Jung Berez, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 265, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, da servidora efetiva Andressa Cristina Weiller, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 266, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, da servidora efetiva Eroni Natalia Guiimarães de Brito, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 267, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, da servidora efetiva Cláudia Reisdorfer Schorr, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 268, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, da servidora efetiva Cláudia Regina de Souza, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 269, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, da servidora efetiva Marilene Turella, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 270, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, da servidora efetiva Jonnhy Isabel Silveira, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 271, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, da servidora efetiva Jane Aparecida Ferreira Rodrigues, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 272, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, da servidora efetiva Leila de Fátima Longo Ruaro, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 274, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, da servidora efetiva Elisiane de Paula França, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 275, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, da servidora efetiva Eliane Bradoski dos Santos, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 276, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de

dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, da servidora efetiva Denise Angélica Missau, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 277, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, da servidora efetiva Arlete Dorotéia Surminski de Lima, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 278, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, da servidora efetiva Rosangela Walek, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 279, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Frei Deodato, da servidora efetiva Liliane de Fátima Camargo, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 280, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Frei Deodato, da servidora efetiva Silmara Bueno de Camargo, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 281, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de

22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Frei Deodato, da servidora efetiva Sirlei Helena Krysiak Schor, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 282, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional da Lança, da servidora efetiva Zilda Leoni Farber, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 283, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional da Lança, da servidora efetiva Agueda Krebs Heimann, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 284, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional da Lança, da servidora efetiva Adriane Sander Grossl, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 285, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional São Pedro do Timbó, da servidora efetiva Zilda Leoni Farber, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 286, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional São Pedro do Timbó, da servidora efetiva Agueda Krebs Heimann, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 287, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional São Pedro do Timbó, da servidora efetiva Adriane Sander Grossl, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 288, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional São Pedro do Timbó, da servidora efetiva Márcia Isabel Ludke Brixner, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PORTARIA Nº 289, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional do Legru, da servidora efetiva Annelore Wilke Cendron, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PORTARIA Nº 290, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional do Legru, da servidora efetiva Kelly Cordeiro Ribeiro, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PORTARIA Nº 291, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina,

usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional do Legru, da servidora efetiva Karin Daiane Barth, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PORTARIA Nº 292, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional do Legru, da servidora efetiva Irineu Bilinieć, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PORTARIA Nº 293, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional do Legru, da servidora efetiva Kátia Cordeiro Ribeiro, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho

de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 294, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional do Legru, da servidora efetiva Sílvia Aparecida Roiek Correa, ocupante do cargo de Professor Pedagogo, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 295, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Rosemarie Aparecida Kuhn Scarton, ocupante do cargo de Professor Pedagogo, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 296, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Eloisa Bradoski Wojciechowski, ocupante do cargo de Professor Pedagogo, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 297, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Maria de Lourdes Furkim dos Santos, ocupante do cargo de Professor Pedagogo, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 298, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, da servidora efetiva Berenice Aparecida Guerellus

Gonçalves, ocupante do cargo de Professor Pedagogo, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 299, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, da servidora efetiva Elena Koch, ocupante do cargo de Professor Pedagogo, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 300, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, da servidora efetiva Jane Maria Woeltje, ocupante do cargo de Professor Pedagogo, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 301, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, da servidora efetiva Gisele Casagrande, ocupante do cargo de Professor Pedagogo, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 302, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Frei Deodato, da servidora efetiva Salete Aparecida Jarentchuk Vogel, ocupante do cargo de Professor Pedagogo, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 303, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Frei Deodato, da servidora efetiva Rosani Ester Schroh de Camargo, ocupante do cargo de Professor Pedagogo, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 304, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, da servidora efetiva Maria Estela Flenik Santos, ocupante do cargo de Professor Pedagogo, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 305, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, da servidora efetiva Arlete Tabaca Cardoso, ocupante do cargo de Professor Pedagogo, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 306, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, da servidora efetiva Sandra Mara Pfleger Sass, ocupante do cargo de Professor Pedagogo, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura
PORTARIA Nº 307, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, da servidora efetiva Eliane Regina Karpowicz Stringhini, ocupante do cargo de Professor Pedagogo, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 308/2012 - RH

PORTARIA Nº 308, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de

22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz e Núcleo de Educação Infantil Arco Íris, da servidora efetiva Marilene Cotrim da Silva Buch, ocupante do cargo de Professor Pedagogo, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 309/2012 - RH

PORTARIA Nº 309, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente e Berçário Maria Luiza Waldruff, da servidora efetiva Célia Regina Plautz Buch, ocupante do cargo de Professor Pedagogo, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 310/2012 - RH

PORTARIA Nº 310, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Moranguinho e Núcleo de Educação Infantil Comecinho da Vida, da

servidora efetiva Rute dos Santos Renner, ocupante do cargo de Professor Pedagogo, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 311/2012 - RH

PORTARIA Nº 311, de 01 de fevereiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 a 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;
CONSIDERANDO o Edital para a escolha de vaga, de 01 de dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo de Educação Infantil Trem da Alegria e Núcleo de Educação Infantil Albertina Brauchner, da servidora efetiva Adriana Mary Correa Stacechen, ocupante do cargo de Professor Pedagogo, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de fevereiro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Edital N.º 001/2012 - RH

EDITAL 001/2012, de 16 de fevereiro de 2012.

O Prefeito do Município de Porto União, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA, em última chamada:

1 - Todos os servidores Municipais efetivos, exceto os Servidores do Magistério (Professores), a apresentar junto ao setor de Recursos Humanos desta Prefeitura, até o dia 02 DE MARÇO DE 2012 COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE, para fins de enquadramento no cargo que atualmente ocupa, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.934 de 21/11/2011.

2 - O comprovante de escolaridade deverá ser apresentado juntamente com uma cópia, o qual será conferido e assinado por um funcionario do Setor de Recursos Humanos. O servidor deverá apresentar somente o ultimo Comprovante de Nível de Escolaridade de que possui.

3 - Considera-se COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE:

- Certificado de conclusão da 4ª série do Ensino Fundamental;

- Certificado de conclusão do Ensino Fundamental;
- Certificado de conclusão do Ensino Médio completo e/ou ou Técnico;
- Certificado de conclusão do Ensino Superior;
- Certificado de conclusão do Ensino de Pós-Graduação - Especialização;
- Certificado de conclusão do Ensino de Pós-Graduação - Mestrado;
- Certificado de conclusão do Ensino de Pós-Graduação - Doutorado;
- Certificado de conclusão do Ensino de Pós-Graduação- Pos-Doutorado.

4 - Ressaltamos que a não apresentação do comprovante de escolaridade pelo servidor no prazo acima mencionado acarretará o atraso no enquadramento do mesmo, sendo que novo edital será lançado tão somente no final do exercício de 2012, valendo informar que o recebimento dos valores, nestes casos, serão computados tão somente a partir do exercício seguinte.

5 - Todas e quaisquer dúvidas em relação aos comprovantes de Escolaridade ou enquadramento funcional, poderão ser esclarecidos pelo Setor de Recursos Humanos.

Porto União (SC), em 16 de fevereiro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Contrato Administrativo 436 /2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 436/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA FRANCYELE SOUZA portador(a) do CPF nº 047.176.549-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Peroba, 220, Bairro Jardim Alexander, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Titio Karan, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato,

numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
CARLA FRANCYELE SOUZA
Prefeito Municipal
Contratado (a)

Portaria N. 0070/RH PORTARIA N. 0070/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Ordenar o afastamento preventivo da servidora pública municipal GISLENE LUZIA GOETTEN ZELINDRO, matrícula n. 21962/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo, com fundamento no Art. 189 da Lei complementar n. 207/2010, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir de 24 de fevereiro de 2012 com término em 23 de abril de 2012, sem prejuízo da remuneração, em face da instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 002/2012.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal de Rio do Sul
Lsos

Portaria N. 0074/RH PORTARIA N. 0074/RH PORTARIA N. 0074/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 37, inciso II, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa n. 001/2012, em caráter sigiloso, para apurar os fatos constantes no Memorando n. 013/2012, expedido pela Procuradoria Geral do Município em 21/02/2012 e demais documentos em anexo.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0664/RH, de 10 de outubro de 2.011, publicada em 20/10/2011 para apurar as supostas irregularidades.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de fevereiro de 2012

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Lsos

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 37, inciso II, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa n. 001/2012, em caráter sigiloso, para apurar os fatos constantes no Memorando n. 013/2012, expedido pela Procuradoria Geral do Município em 21/02/2012 e demais documentos em anexo.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0664/RH, de 10 de outubro de 2.011, publicada em 20/10/2011 para apurar as supostas irregularidades.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de fevereiro de 2012

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Lsos

Portaria Nº 0010/RH

PORTARIA Nº 0010/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 01/01/2012 a 30/03/2012, concedida através da Portaria n. 0736/RH de 21/11/2011, ao servidor municipal PAULO ROBERTO VISENTAINER, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, classe E.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Janeiro de 2012

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Tas

Portaria Nº 0011/RH

PORTARIA Nº 0011/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 12/12/2011 a 10/03/2012, a servidora municipal ISOLDE WEHMUTH, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de

Serviços Gerais Feminino, classe A.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Janeiro de 2012

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Tas

Portaria Nº 0012/RH

PORTARIA Nº 0012/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 25/12/2011 a 21/06/2012, concedida através da Portaria n.0703/RH de 01/11/2011, ao servidor municipal VAL-DEMIRO POFFO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível IV, classe C.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Janeiro de 2012

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Tas

Portaria Nº 0013/RH

PORTARIA Nº 0013/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 15/01/2012 a 13/04/2012, concedida através da Portaria nº 0694/RH de 26/10/2011, ao servidor municipal ALDO FELAU, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedreiro, nível D.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Janeiro de 2012

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Tas

Portaria Nº 0035/RH

PORTARIA Nº 0035/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 22/01/2012 a 20/04/2012, concedida através da Portaria n. 0701/RH de 01/11/2011, a servidora municipal MARLENE ISRAEL FRONZA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe D.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Fevereiro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal de Rio do Sul
TAS

Portaria Nº 0050/RH
PORTARIA Nº 0050/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207 de 28/09/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 30/01/2012 a 29/03/2012, concedida através da Portaria nº 0773/RH de 12/12/2011, a servidora municipal ELOIR TEREZINHA DOS SANTOS SOARES, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível A, do quadro de servidores da Fundação Cultural.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Fevereiro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal de Rio do Sul

VANIR MARIA CÍRICO RAIZER
Superintendente da FCRS
TAS

Portaria Nº 0060/2012
PORTARIA Nº. 0060/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art..1º Exonerar, a partir de 18/02/2011, a servidora DANIELA REUTER KOPP, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, da função em comissão de Diretora do Departamento de Meio Ambiente da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de Fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal de Rio do Sul
Vf

Portaria Nº 0061/2012
PORTARIA Nº. 0061/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art..1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, ao servidor RUBENS AUGUSTO SCHWARZ MENSLIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS, conforme certidão de nascimento n.º 0039838 94 do cartório de registro civil do município e comarca de Rio do Sul - SC, onde encontra-se o assento de BERNARDO MENEL MENSLIN.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de Fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal de Rio do Sul
Vf

Portaria Nº 0062/2012
PORTARIA Nº. 0062/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art..1º Conceder Licença Paternidade, durante o período de 31/01/2012 a 06/02/2012, de acordo com o Art. 253, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, ao servidor RUBENS AUGUSTO SCHWARZ MENSLIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS, conforme certidão de nascimento n.º 0039838 94 do cartório de registro civil do município e comarca de Rio do Sul - SC, onde encontra-se o assento de BERNARDO MENEL MENSLIN.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de Fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal de Rio do Sul
Vf

Portaria Nº 0063/RH
PORTARIA Nº 0063/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Gestante, no período de 03/02/2012 a 01/06/2012, a servidora municipal CHEILA SIMONE NIEHUES, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe A.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de Fevereiro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal de Rio do Sul
TAS

Portaria Nº 0068/2012

PORTARIA Nº. 0068/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar a pedido, a partir de 15/02/2012 o(a) servidor(a) municipal CARLOS ALBERTO DOS ANJOS, do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE, de acordo com Art. 39 da Lei Complementar Nº 207 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de Fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal de Rio do Sul

Vf

Portaria Nº 0073/2012

PORTARIA Nº. 0073/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a partir de 08/02/2012 a 09/03/2012, a servidora ROSANE ZANIS, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "B", para atuar como Diretora da Unidade Educacional de Pequeno Porte da Rede Pública Municipal (CEI Pinguinho de Gente), em substituição da titular devido gozo de 30 dias de férias. E pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 30% do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de Fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal de Rio do Sul

Vf

Portaria Nº. 0059/RH

PORTARIA Nº. 0059/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar a pedido, a partir de 01/02/2012 o(a) servidor(a) municipal ANDERSON PATZLAFF, do cargo de provimento efetivo de Professor, de acordo com Art. 39 da Lei Complementar Nº 207 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de Fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal de Rio do Sul

Csvf

PORTARIA Nº. 0059/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar a pedido, a partir de 01/02/2012 o(a) servidor(a) municipal ANDERSON PATZLAFF, do cargo de provimento efetivo de Professor, de acordo com Art. 39 da Lei Complementar Nº 207 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de Fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal de Rio do Sul

Csvf

Portaria Nº. 0069/2012

PORTARIA Nº. 0069/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, a partir de 15/02/2012, o cargo de provimento efetivo Eletricista, ocupado pelo servidor ADE-NIR CAVA, matrícula nº 890701, em virtude de sua aposentadoria por tempo de contribuição, conforme Decreto nº 2.383 de 10 de fevereiro de 2012.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal de Rio do Sul

Jhc

Edital de Alteração do Pregão Presencial 016/2012

EDITAL DE ALTERAÇÃO

O Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. Milton Hobus, comunicam aos interessados que fica alterado a redação dos itens 01 - PREÂMBULO e 2 - o OBJETO ITENS 01, 02, 03 e 04 do Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2012, que passa a ter a redação abaixo, permanecendo inalteradas os demais itens:

"

1.1 - ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 05/03/2012, às 10:00h.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:30h do dia 05/03/2012.

2 - OBJETO

2.1 - Este edital refere-se à aquisição pela Prefeitura Municipal de Rio do Sul de móveis para a Secretaria de Educação, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as quantidades e especificações seguintes:

Item	Qte.	Especificações
01	24 Un.	Mesa delta, medidas de 1500 x 1500 x 740 x 60mm, tampo em MDP 25mm de espessura, pés de metal com passagem para fiação, coluna central com encaixe para tomadas, na cor cinza claro.

02	20 Un.	Divisórias para estação de trabalho, medidas 1500 x 60mm, em MDP 25mm espessura, 01 lado curvo, na cor cinza claro.
03	24 Un.	Gaveteiro fixo 03 gavetas corrediças metálicas, com chave, na cor cinza claro.
04	04 Un..	Mesas reta, medidas 1800 x 700mm, tampo em MDP 25mm espessura, pés de metal com passagem para fiação, com gaveteiro com 3 gavetas, corrediças metálicas, com chave, na cor cinza claro.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Pregão Presencial 033/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 033/2012

OBJETO: Registro de preço para aquisição de emulsão asfáltica RM 1C, para operação tapa buracos em diversas ruas do Município.
REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 06/03/2012, às 14:00h., no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 14:30h do dia 06/03/2012. , no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 22 de fevereiro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Aditivo 301/2012 FMS

TERMO ADITIVO Nº 301 FMS - DO PROCESSO DE LICITAÇÃO 46/2009, REFERENTE PRESTAÇÃO DE APOSSORIA TÉCNICA EM ATIVIDADES RELACIONADAS ÀS ÁREAS DE PROCESSAMENTO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO AMBULATORIAL E HOSPITALAR (SIA/SUS e SIH/SUS), QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL E O SR. JOACIR PANDINI.

Ao 1º (primeiro) dia do mês de fevereiro de 2012, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, sediado na Rua Tuiuti, 154, Centro, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Srª Sueli Terezinha de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado o Sr. Joacir Pandini, inscrito no CPF sob o nº 481.281.129-53, portador do RG nº 1.224.305, com endereço Beco Francisco de Souza, nº 374, bairro Canoas, na cidade de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, daqui em diante denominada de CONTRATADO, resolvem, nos termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Carta Convite nº 46/2009, de 21/07/2009, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se

no inciso II, do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante no contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 06 (seis) meses, com o seu término em 31 de julho de 2012.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio do Sul, 01 de fevereiro de 2012.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

JOACIR PANDINI
Contratado

Testemunhas:
Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Contrato 03/2012 DVCAA

CONTRATO Nº. 003/2012, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO ROBERTA SOTOPIETRA SEDREZ, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS EM CONSULTAS MÉDICAS, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO, PROCESSO Nº 17/2011.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sueli Teresinha de Oliveira, com sede nesta cidade, na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, ROBERTA SOTOPIETRA SEDREZ, inscrita no CPF sob nº 058.145.909-12, CRM/SC nº 17.338, residente no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, de serviço técnico especializado em CONSULTAS/ATENDIMENTOS EM CONSULTAS CLÍNICA MÉDICA, conforme detalhamento abaixo, aos usuários do Sistema Único de Saúde, de acordo com os princípios e normas gerais do Ministério da Saúde que delas necessitem e dentro dos limites fixados pelo MUNICÍPIO.

Descrição	Consultas Mês	Valor Unitário
Clínica Médica (geral)	400	18,00

Parágrafo Único - O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional

conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico profissional referido na Cláusula Primeira, será executado pela profissional ROBERTA SOTOPIETRA SEDREZ, inscrita no CPF sob nº 058.145.909-12, com registro no conselho respectivo sob nº CRM/SC nº 17.338, a desempenhar suas atividades em Unidades Básicas de Saúde e Policlínica da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, sito a rua Tuiuti nº 154 - Centro.

CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional e equipamento necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único - O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

I - Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico;

II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;

IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

CLAUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS não incluem nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente prestados/realizadas por ele durante o mês, ao valor unitário de R\$ 18,00 (DEZOITO REAIS).

Parágrafo Único - A alteração do limite financeiro poderá ser efetuada, em apenas e tão somente por comum acordo entres as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato, correrão no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.095 - BLATB - PAB FIXO - AÇÕES BÁSICAS

Parágrafo Primeiro - O Ministério da Saúde, de acordo com a Portaria Ministerial nº 2.801/98 e Portaria Ministerial nº 1.286/93 é o órgão interveniente pagador responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato, correspondentes aos procedimentos e valores incluídos na tabela de remuneração do Ministério da Saúde - SIA/SUS.

Parágrafo Segundo - Nos exercícios futuros, as despesas correrão a conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I - O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/ Divisão de Controle e Avaliação até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;

II - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III - As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV - O pagamento será feito mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste, bem como os respectivos cálculos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas

e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo - A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto - Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito a multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro - O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo - Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro - Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo a população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DURAÇÃO

O prazo do presente contrato é de 12 (doze) meses. A partir de então, a renovação será anual, desde que haja interesse e manifestação das partes, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos

administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios -DOM/SC, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 09 de fevereiro de 2012.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Saúde

ROBERTA SOTOPIETRA SEDREZ

Profissional Médica CRM 17.338

Testemunhas:

1)

2)

Contrato 04/2012 DVCAA

CONTRATO Nº. 004/2012, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO O DR. GUSTAVO MANTOVANI PAZIAN, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS EM CONSULTAS MÉDICAS, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO, PROCESSO Nº 17/2011.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sueli Teresinha de Oliveira, com sede nesta cidade, na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, GUSTAVO MANTOVANI PAZIAN, inscrito no CPF sob nº 005.005.849-58, CRM/SC nº 15437, residente no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, de serviço técnico especializado em CONSULTAS/ATENDIMENTOS EM CONSULTAS CLÍNICA MÉDICA, conforme detalhamento abaixo, aos usuários do Sistema Único de Saúde, de acordo com os princípios e normas gerais do Ministério da Saúde que delas necessitem e dentro dos limites fixados pelo MUNICÍPIO.

Descrição	Consultas Mês	Valor Unitário
Clínica Médica (geral)	400	18,00

Parágrafo Único - O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico profissional referido na Cláusula Primeira, será executado pelo profissional GUSTAVO MANTOVANI PAZIAN,

inscrito (a) no CPF nº 005.005.849-58, com registro no conselho respectivo sob o nº CRM-SC 15437, a desempenhar suas atividades em Unidades de Saúde/ Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, sito a rua Tuiuti nº 154 - Centro.

CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional e equipamento necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único - O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

I - Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico;

II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;

IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

CLAUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente prestados/realizados por ele durante o mês, ao valor unitário de R\$ 18,00 (DEZOITO REAIS).

Parágrafo Único - A alteração do limite financeiro poderá ser efetuada, em apenas e tão somente por comum acordo entres as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato, correrão no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de

Saúde:

Órgão: 40 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.095 - BLATB - PAB FIXO - AÇÕES BÁSICAS

Parágrafo Primeiro - O Ministério da Saúde, de acordo com a Portaria Ministerial nº 2.801/98 e Portaria Ministerial nº 1.286/93 é o órgão interveniente pagador responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato, correspondentes aos procedimentos e valores incluídos na tabela de remuneração do Ministério da Saúde - SIA/SUS.

Parágrafo Segundo - Nos exercícios futuros, as despesas correrão a conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I - O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/ Divisão de Controle e Avaliação até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;

II - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III - As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV - O pagamento será feito mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste, bem como os respectivos cálculos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo - A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da

sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto - Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito a multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro - O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo - Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro - Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo a população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DURAÇÃO

O prazo do presente contrato é de 12 (doze) meses. A partir de então, a renovação será anual, desde que haja interesse e manifestação das partes, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios -DOM/SC, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 22 de fevereiro de 2012.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

GUSTAVO MANTOVANI PAZIAN
Profissional Médico CRM 15437

Testemunhas:

- 1)
- 2)

Contrato Administrativo 278/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 278/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) IVANA CATARINA FISCHER portador(a) do CPF nº 812.522.699-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua 25 de Julho, 208, Bairro Centro, Aurora - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Pedagogo (nível III), com jornada de 40 horas semanais, na Escola de Tempo Integral Arvino Walter Gaertner, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 06/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias

próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

IVANA CATARINA FISCHER
Contratado (a)

Contrato Administrativo 218/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 218/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELZA NASATO portador(a) do CPF nº 194.083.079-68, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Francisco Zucatelli, 28, Bairro Centro, Lontras - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Anos Iniciais, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Willy Schleumer, em substituição a Edelise Lippel, designada para ocupar cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação

do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ELZA NASATO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 230/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 230/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) EDIO SCHNEIDER portador(a) do CPF nº 601.167.739-87, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Nivaldo Pickler, 200, Bairro Progresso, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Física, com jornada de 40 horas semanais, no CE Guilherme Butzke, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

EDIO SCHNEIDER
Contratado (a)

Contrato Administrativo 277/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 277/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do

Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIANA KRUSCINSCK DE OLIVEIRA portador(a) do CPF nº 506.258.619-49, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Madre Paulina, 140, Bairro Albertina, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Coral, com jornada de 40 horas semanais, na Escola de Tempo Integral Arvino Walter Gaertner, para atender a programas temporários decorrentes de convênio ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1,703,30 (mil setecentos e três reais e trinta centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ELIANA KRUSCINSCK DE OLIVEIRA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 309/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 309/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELAINE DEMETRIO portador(a) do CPF nº 041.603.109-90, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) no Beco Samuel, 43, Bairro Barragem, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Ilse Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com

a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ELAINE DEMETRIO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 373/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 373/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIZETE MARTENDAL DOLSAN portador(a) do CPF nº 970.103.839-87, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Alfredo Vibrantz, 228, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Dr. Romão Trauczynski, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ELIZETE MARTENDAL DOLSAN
Contratado (a)

Contrato Administrativo 212/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 212/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ALANDERSON DE AVILA CHECHI portador(a) do CPF nº 000.187.929-44, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Alameda Bela Aliança, 788 Ap 102, Bairro Jardim América, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 30 horas semanais, a serem desenvolvidas no Centro de Educação Ricardo Marchi, em substituição a Arlete de Souza designada para exercer mandato eletivo no SINSURS.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.560,97 (mil quinhentos e sessenta reais e noventa e sete centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento

inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ALANDERSON DE AVILA CHECHI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 219/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 219/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANA LOSI DEMARCHI portador(a) do CPF nº 029.395.109-89, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Valmor Pasqualini, 461, Bairro Canta Galo, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Artes,

com jornada de 30 horas semanais, no Centro de Educação Willy Schleumer, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.405,22 (mil quatrocentos e cinco reais e vinte e dois centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

CRISTIANA LOSI DEMARCHI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 234/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 234/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ALANA MARQUEZ CAPRISTANO portador(a) do CPF nº 060.066.939-41, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua XV de Novembro, Ap 104 Res. Odete Catarina, Bairro Centro, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Física, com jornada de 40 horas semanais, no Escola de Tempo Integral Arvino Walter Gaetner, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

ALANA MARQUEZ CAPRISTANO

Contratado (a)

Contrato Administrativo 259/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 259/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JEANE FERREIRA portador(a) do CPF nº 043.207.779-05, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Samuel Deucher, 189, Vila Nova, Ituporanga - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Aníbal de Barba, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 06/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do

Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho

de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JEANE FERREIRA

Contratado (a)

Contrato Administrativo 270/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 270/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) EDELTRAUT ARAGÃO portador(a) do CPF nº 478.357.969-53, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Presidente Getúlio Vargas, 36, Bairro Centro, Lontras- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Tia Bea, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012,

podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

EDELTRAUT ARAGÃO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 275/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 275/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) KATIWRSSULA MARIA DE ALBUQUERQUE portador(a) do CPF nº 870.087.263-68, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Radia. Nilton Novaes , 35 , Bairro Jardim América - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Pedagogo (nível III) , com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Guilherme Butzke, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um

reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

KATIWRSSULA MARIA DE ALBUQUERQUE
Contratado (a)

Contrato Administrativo 291/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº291 /2011

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a)

ATAIL PATRICIO MARTINS portador(a) do CPF nº 477.910.129-87 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Oscar Strey, 540 Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no Centro de Educação Infantil Titio Karan, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público, até a realização de novo concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 675.83 (seiscentos e setenta e cinco reais e oitenta e três centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 07/02/2012 e encerrando-se em 04/05/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 06 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ATAIL PATRICIO MARTINS
Contratado (a)

Contrato Administrativo 297/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 297/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARCIA PERFOLL portador(a) do CPF nº 733.913.529-49 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Pernambuco, 199, Bairro Boa Vista, Rio do Sul- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Português, com jornada de 20 horas semanais, no Centro de Educação Ricardo Marchi, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.040,64 (mil e quarenta reais e sessenta e quatro centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARCIA PERFOLL
Contratado (a)

Contrato Administrativo 316/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 316/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELENIR HOLLER portador(a) do CPF nº 791.573.609-44, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Arthur Siewert, 347, Bairro Budag, Rio do Sul- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (III), Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Tia Bea, em substituição a Deise Montibeler, designada para ocupar cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do

Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de Fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ELENIR HOLLER
Contratado (a)

Contrato Administrativo 318/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 318/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) EDA TEREZINHA LOSI DE JESUS portador(a) do CPF nº 543.186.539-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua 07 Setembro, 475 , Bairro Centro , Laurentino- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Luis Adelar Soldatelli , em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº .

3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

EDA TEREZINHA LOSI DE JESUS
Contratado (a)

Contrato Administrativo 341/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 341/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA ELISABETE AMORIM HOEPERS portador(a) do CPF nº 529.164.219-04, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Venezuela, 140, Bairro Sumaré, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Prefeito Luis Adelar Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora

pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ANA ELISABETE AMORIM HOEPERS
Contratado (a)

Contrato Administrativo 347/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 347/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) KETRIN BOSCO portador(a) do CPF nº 062.012.449-05, na qualidade de

Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Estrada Acre, 530, Bairro Laranjeiras, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Shirley Doloires Sedrez, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

KETRIN BOSCO

Contratado (a)

Contrato Administrativo 409/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 409/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ALDEVANIA KUHL CAETANO portador(a) do CPF nº 048.297.739-60, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Estrada Serra Tomio, S/N, Bairro Serra Tomio, Laurentino - SC , celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Padre Ângelo Moser, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade

do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ALDEVANIA KUHL CAETANO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 434/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 434/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANI BECKER portador(a) do CPF nº048.323.799-09, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Vereador Luiz Valiatti, 121, Bairro Barragem, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Maria José Stramoski, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do

presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

CRISTIANI BECKER
Contratado (a)

Contrato Administrativo 439/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 439/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DAIANA RAMOS DA SILVA portador(a) do CPF nº 046.711.619-90, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Espírito Santo, 114, Bairro Boa Vista, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Cinderela, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é

admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

DAIANA RAMOS DA SILVA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 442 /2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 442/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA LUCIA KAMMERS DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 701.357.549-68, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Pedro Moretto, 440, Bairro Laranjeiras, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de

Educação Infantil Aquarela, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ANA LUCIA KAMMERS DOS SANTOS
Contratado (a)

Contrato Administrativo 480/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 480/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) ANGELA APARECIDA SILVA portador(a) do CPF nº 045.639.119-33 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Estrada Geral Braça Aurora ,S/N, Bairro Braço Aurora, Aurora - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Adelaide Ledra, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1,703,30 (mil setecentos e três reais e trinta centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 17/02/2012 e encerrando-se em 15/05/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 16 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ANGELA APARECIDA SILVA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 488/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 488/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) DIRLEI DE FÁTIMA CORDEIRO portador(a) do CPF nº 043.057.669-22 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Tangara ,55 Ap 48, Bairro Barragem, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Pref. Luiz Adelar Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.419,42 (mil quatrocentos e dezenove reais e quarenta e dois centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 16/02/2012 e encerrando-se em 15/05/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do

Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 15 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

DIRLEI DE FÁTIMA CORDEIRO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 164/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 164/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LEANE MARINEI SANT'ANA TASCHNER portador(a) do CPF nº777.385.279-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Estrada Augusto Bublitz, Bairro Salto Pilão - Lontras - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores,

desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

LEANE MARINEI SANT'ANA TASCHNER
Contratado (a)

Contrato Administrativo 213/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 213 /2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a)ARLETE MERIZ portador(a) do CPF nº 493.931.039-68 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Navegantes, 3110 Bairro Navegantes, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no Centro de Educação Infantil Navegantes, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público, até a realização de novo concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 675.83 (seiscentos e setenta e cinco

reais e oitenta e três centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ARLETE MERIZ
Contratado (a)

Contrato Administrativo 214/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 214/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SAYONARA CHIQUETTI portador(a) do CPF nº 650.767.709-44, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Alameda Aristilano Ramos, 1720 , Bairro Centro, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, suprimindo as necessidades de substituição aos afastamentos de professores decorrentes das licenças

de concessão obrigatória, durante o ano letivo de 2012. O contratado ficará à disposição da Secretaria Municipal de Educação que definirá local de trabalho, de acordo com as necessidades surgidas.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SAYONARA CHIQUETTI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 216 /2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 216/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ASTA HEIBER portador(a) do CPF nº 379.333.889-49, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Estrada do Redentor, 802, Bairro Canta Galo, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Anos Iniciais, com jornada de 20 horas semanais, no Centro de Educação Daniel Maschio, em virtude de existência de vaga não ocupada m concurso público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.040,64 (mil e quarenta reais e sessenta e quatro centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ASTA HEIBER
Contratado (a)

Contrato Administrativo 217/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 217/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ALCIRES DE OLIVEIRA ZABEL portador(a) do CPF nº 437.280.149-15, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Gustavo Stadinick, 96, Bairro Canta Galo, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Anos Iniciais, com jornada de 20 horas semanais, no Centro de Educação Prof. Luiz Adelar Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada m concurso público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.040,64 (mil e quarenta reais e sessenta e quatro centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do

Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ALCIRES DE OLIVEIRA ZABEL
Contratado (a)

Contrato Administrativo 221/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 221/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MONICA DE SOUZA portador(a) do CPF nº 988.556.979-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Trombudo Central, 136, Bairro Budag, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Geografia, com jornada de 40 horas semanais, suprimindo as necessidades de substituição aos afastamentos de professores decorrentes das licenças de concessão obrigatória, durante o ano letivo de 2012. O contratado ficará à disposição da Secretaria Municipal de Educação que definirá local de trabalho, de acordo com as necessidades surgidas

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MONICA DE SOUZA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 222/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 222/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANGELA PAULA DE MORAES portador(a) do CPF nº 034.233.779-33, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Wenceslau Borini, 2125, Bairro Canta Galo, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, suprimindo as necessidades de substituição aos afastamentos de professores decorrentes das licenças de concessão obrigatória, durante o ano letivo de 2012. O contratado ficará à disposição da Secretaria

Municipal de Educação que definirá local de trabalho, de acordo com as necessidades surgidas

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
ANGELA PAULA DE MORAES
Prefeito Municipal
Contratado (a)

Contrato Administrativo 223/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 223/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) NEIVA WEISS portador(a) do CPF nº 988.573.209-87, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Bahia, 188, Bairro Eugênio Schneider, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II), com jornada de 40 horas semanais, no CE Prefeito Matheus Alves Conceição, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 08/03/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

NEIVA WEISS
Contratado (a)

Contrato Administrativo 224/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 224/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SUSANNE MACEDO REIKDAL portador(a) do CPF nº 010.264.035-10, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Estrada Blumenau, 2749, Cond. Auxiliadora Bairro Brehmer, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no CE Prefeito Matheus Alves Conceição, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SUSANNE MACEDO REIKDAL
Contratado (a)

Contrato Administrativo 225/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 225/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSANE ELIZABETH SCHUTZE portador(a) do CPF nº 746.741.709-82, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Gabriel Bianchetti, 240, Bairro Taboão, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Inglês, com jornada de 10 horas semanais, no Centro de Educação Ribeirão Cobras Norte, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 403,03 (quatrocentos e três reais e três centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em

decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ROSANE ELIZABETH SCHUTZE
Contratado (a)

Contrato Administrativo 227/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 227/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) MARLENE GERALDA KLEHM GASTÃO portador(a) do CPF nº 719.112.439-34, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Albertina, 5800, Bairro Albertina, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no CEI Raio de Luz, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei

complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARLENE GERALDA KLEHM GASTÃO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 228/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 228/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) ANTONIO JANUARIO DA SILVA SOBRINHO portador(a) do CPF nº 772.644.013-91, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Guanabara, 1021, Bairro Boa Vista, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art.

2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Matemática, com jornada de 40 horas semanais, suprimindo as necessidades de substituição aos afastamentos de professores decorrentes das licenças de concessão obrigatória, durante o ano letivo de 2012. O contratado ficará à disposição da Secretaria Municipal de Educação que definirá local de trabalho, de acordo com as necessidade surgidas.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ANTONIO JANUARIO DA SILVA SOBRINHO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 229/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 229/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLI MAKOSKI portador(a) do CPF nº 704.018.610-15, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Aldo Bechtold, 195, Bairro Brehmer, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no CEI Déa Bornhausen, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARLI MAKOSKI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 231/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 231/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JANICE POCKSZEVNICKI portador(a) do CPF nº 041.383.799-83, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Ladeira Adolf Frischnecht, 68, Bairro Centro, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Ambiental e alimentar, com jornada de 20 horas semanais, no Escola de Tempo Integral Arvino Walter Gaetner, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.040,64 (mil e quarenta reais e sessenta e quatro centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante

do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JANICE POCKSZEVNICKI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 232/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 232/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) NADIA FATIMA STOLF portador(a) do CPF nº 419.596.399-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua João Ledra ,493, Bairro Taboão, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Ciências, com jornada de 40 horas semanais, no CE Roberto Machado, em substituição a Valdemiro Poffo (afastado para tratamento de saúde).

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 21/06/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam

contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

NADIA FATIMA STOLF
Contratado (a)

Contrato Administrativo 233/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 233/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JOSÉ AIRES DE BARROS portador(a) do CPF nº 742.448.099-53, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Professor João Conrado Stoll, 522 Fundos, Bairro Budag, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Pedagogo (nível III) , com jornada de 40 horas semanais, na Escola de Tempo Integral Arvino Walter Gaetner, em virtude de existência de vaga aberta para concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do

valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOSÉ AIRES DE BARROS
Contratado (a)

Contrato Administrativo 235/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 235/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA CRISTIANE IATZAC portador(a) do CPF nº 891.490.179-34, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Tocantins, 74 , Bairro Brehmer, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato

de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Ciências, com jornada de 40 horas semanais, suprimindo as necessidades de substituição aos afastamentos de professores decorrentes das licenças de concessão obrigatória, durante o ano letivo de 2012. O contratado ficará à disposição da Secretaria Municipal de Educação que definirá local de trabalho, de acordo com as necessidade surgidas.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SANDRA CRISTIANE IATZAC
Contratado (a)

Contrato Administrativo 236/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 236/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIANE JAROSZ portador(a) do CPF nº 050.786.949-43, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Beco Ernesto Michelson, 709 , Bairro Bela Aliança, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Inglês, com jornada de 40 horas semanais, suprimindo as necessidades de substituição aos afastamentos de professores decorrentes das licenças de concessão obrigatória, durante o ano letivo de 2012. O contratado ficará à disposição da Secretaria Municipal de Educação que definirá local de trabalho, de acordo com as necessidade surgidas.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do

Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ELIANE JAROSZ
Contratado (a)

Contrato Administrativo 237/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 237/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) RAMON FRANCO SEZERINO portador(a) do CPF nº 048.705.899-23, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Manoel José Teixeira ,59, Bairro Santana , Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Música , com jornada de 10 horas semanais, no Escola de Tempo Integral Arvino Walter Gaetner, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 473,03(quatrocentos e setenta e três reais e três centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao

vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RAMON FRANCO SEZERINO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 241/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 241/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLENE FATIMA DE OLIVEIRA DA ROSA portador(a) do CPF nº544.968.610-20, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Celestino Marcelino, 372, Bairro Europiso, Lontras - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no CEI Déa Bornhausen, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1,703,30 (mil setecentos e três reais e trinta centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância

mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARLENE FATIMA DE OLIVEIRA DA ROSA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 242/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 242/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELAINI DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 030.724.639-64, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Ademar Ohf, 80, Bairro Progresso, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações

posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Series Iniciais, com jornada de 40 horas semanais, suprimindo as necessidades de substituição aos afastamentos de professores decorrentes das licenças de concessão obrigatória, durante o ano letivo de 2012. O contratado ficará à disposição da Secretaria Municipal de Educação que definirá local de trabalho, de acordo com as necessidades surgidas.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ELAINI DOS SANTOS
Contratado (a)

Contrato Administrativo 244/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 244/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DANÚBIA KASSALLA TOMASONI GIACOMOZZI portador(a) do CPF nº 067.407.349-50, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Peroba, Ap 1, Jardim Alexandro, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no CEI Ilse Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

DANÚBIA KASSALLA TOMASONI GIACOMOZZI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 245/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 245/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) RODRIGO SALVALAGIO portador(a) do CPF nº 047.976.069-16, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Leopoldo Alberto Vaiss, 34, Bairro Brehmer, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Informática, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante

do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RODRIGO SALVALAGIO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 246/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 246/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MICHELE DALU LEDRA portador(a) do CPF nº 003.849.909-67, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Rodrigues Alves , 139, Santana, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no CEI Adelaide Ledra, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MICHELE DALU LEDRA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 246/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 246/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MICHELE DALU LEDRA portador(a) do CPF nº 003.849.909-67, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Rodrigues Alves , 139, Santana, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no CEI Adelaide Ledra, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MICHELE DALU LEDRA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 246/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 246/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MICHELE DALU LEDRA portador(a) do CPF nº 003.849.909-67, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Rodrigues Alves, 139, Santana, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no CEI Adelaide Ledra, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MICHELE DALU LEDRA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 247/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 247/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARILEA LUMKE portador(a) do CPF nº 824.410.229-20, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Estrada Geral Concórdia, 218, Concórdia, Lontras - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no CEI Ilse Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARILEA LUMKE
Contratado (a)

Contrato Administrativo 248/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 248/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MYRIAN HOLLER KNAESEL portador(a) do CPF nº 936.166.949-49, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Estrada Boa Esperança, 2666, Fundo Canoas, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no CEI Dr. Romão Trauczynski, em substituição Angela Maria Weiss Vieira, designada para ocupar cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante

do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MYRIAN HOLLER KNAESEL
Contratado (a)

Contrato Administrativo 249/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 249/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) RODRIGO CENSI portador(a) do CPF nº 058.409.809-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Augusta Deeke, 79, Bairro Budag, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Física, com jornada de 10 horas semanais, na Escola de Tempo Integral Arvino Walter Gaetner, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 473,03 (quatrocentos e setenta e três reais e três centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam

contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RODRIGO CENSI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 250/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 250/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) RAQUEL DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 048.440.049-56, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na AV. Eduardo Will, 218, Bairro São João, Agrolândia- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Física, com jornada de 30 horas semanais, no CE Daniel Maschio, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.560,97 (mil quinhentos e sessenta reais e noventa e sete centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos

profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RAQUEL DOS SANTOS
Contratado (a)

Contrato Administrativo 251/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 225/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSANE ELIZABETH SCHUTZE portador(a) do CPF nº 746.741.709-82, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Gabriel Bianchetti, 240, Bairro Taboão, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas

partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Inglês, com jornada de 10 horas semanais, no Centro de Educação Ribeirão Cobras Norte, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 403,03 (quatrocentos e três reais e três centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ROSANE ELIZABETH SCHUTZE
Contratado (a)

Contrato Administrativo 252/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 252/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JOSIANE KRIEGER portador(a) do CPF nº 004.565.319-47, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) no Beco Nicolau Humberto Selhorst, 60, BoaVista, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no CEI Cinderela, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOSIANE KRIEGER
Contratado (a)

Contrato Administrativo 253/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 253/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) GISELE MARA POSSAMAI JASPER portador(a) do CPF nº 941.972.619-34, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Augusto Sofka, 210, Bairro Fundos Canoas, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Teatro, com jornada de 40 horas semanais, no Escola de Tempo Integral Arvino Walter Gaetner, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1,703,30 (mil setecentos e três reais e trinta centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante

do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

GISELE MARA POSSAMAI JASPER
Contratado (a)

Contrato Administrativo 254/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 254/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LACI PEREIRA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 614.734.059-04, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Prefeito Wenceslau Borini, Rio Do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no CE Padre Angelo Moser, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam

contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

LACI PEREIRA DA SILVA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 255/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 255/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MATEUS MARCO BRANDL portador(a) do CPF nº 556.754.849-49, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Plácido Valeriano de Souza, 137 , Bairro Centro, Leoberto Leal - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, suprimindo as necessidades de substituição aos afastamentos de professores decorrentes das licenças de concessão obrigatória, durante o ano letivo de 2012. O contratado ficará à disposição da Secretaria Municipal de Educação que definirá local de trabalho, de acordo com as necessidade surgidas.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora

pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MATEUS MARCO BRANDL
Contratado (a)

Contrato Administrativo 260/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 260/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) MARILÉ APARECIDA DA COSTA DOS SANTOS portador(a) do CPF

nº 007.611.999-85, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Rui Barbosa , 2871, Sumaré, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Shirley Doloires Sedrez, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARILÉ APARECIDA DA COSTA DOS SANTOS
Contratado (a)

Contrato Administrativo 260/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 260/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARILÉ APARECIDA DA COSTA DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 007.611.999-85, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Rui Barbosa , 2871, Sumaré, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Shirley Dolores Sedrez, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato,

numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARILÉ APARECIDA DA COSTA DOS SANTOS
Contratado (a)

Contrato Administrativo 261/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 261/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) REGIANE APARECIDA ESPINDOLA portador(a) do CPF nº 852.361.879-15, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Estrada das Madeiras , 2023, Barra do Trombudo, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Anos Iniciais, com jornada de 40 horas semanais, na Escola de Tempo Integral Arvino Walter Gaertner, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

REGIANE APARECIDA ESPINDOLA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 261/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 276/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA portador(a) do CPF nº 247.562.029-34, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Madre Paulina, 140, Bairro Albertina, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Coral, com jornada de 40 horas semanais, na Escola de Tempo Integral Arvino Walter Gaertner, para atender a programas temporários decorrentes de convênio ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1,703,30 (mil setecentos e três reais e trinta centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento

inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 262/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 262/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) INES FORNARA DALL'OGGIO portador(a) do CPF nº 824.284.099-72, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua José Cimardi, 40, Bairro Taboão, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Anos

Iniciais, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Prefeito Luis Adelar Soldatelli , em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

INES FORNARA DALL'OGGIO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 264/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 264/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARISOL CORREIA MALHEIROS portador(a) do CPF nº 077.954.849-30, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Caetano Ce , 238, Bairro Santana, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Artes, com jornada de 30 horas semanais, no Centro de Educação Guilherme Butzke , em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.277,48 (mil duzentos e setenta e sete reais e quarenta e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARISSOL CORREIA MALHEIROS
Contratado (a)

Contrato Administrativo 265/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 265/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SIMONE APARECIDA COELHO CHAVES portador(a) do CPF nº 846.078.589-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Príncipe, 100, Bairro Taboão, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Artes, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Ricardo Marchi, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante

do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SIMONE APARECIDA COELHO CHAVES
Contratado (a)

Contrato Administrativo 266/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 266/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCILENE RIBEIRO DE ARAÚJO portador(a) do CPF nº 956.566.000-25, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Veriador Juracir Ismael Dalfovo, 283, Bairro Budag, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Ambial, com jornada de 40 horas semanais, no Escola de Tempo Integral Arvino Walter Gaetner, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam

contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

LUCILENE RIBEIRO DE ARAÚJO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 267/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 267/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSÉLES MARIA GONÇALVES portador(a) do CPF nº 969.920.269-68, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) no Beco Liberdade, 76, Bairro Canta Galo, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - História, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Prefeito Luís Adelar Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do

valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ROSÉLES MARIA GONÇALVES
Contratado (a)

Contrato Administrativo 268/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 268/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JUCÉLIA SALES HEESCH portador(a) do CPF nº 701.360.339-20, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Francisco Alexandre Duarte, 69, Bairro Budag, Rio do Sul - SC, celebram o

Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Prefeito Luís Adelar Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
JUCELIA SALES HEESCH

Prefeito Municipal
Contratado (a)

Contrato Administrativo 269/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 269/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JOICE MARA SCHMITZ portador(a) do CPF nº 066.080.189-24, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Narciso Fachini, S/N , Bairro Km 04 Margem Esquerda, Laurentino - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Ilse Soldatelli , em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOICE MARA SCHMITZ
Contratado (a)

Contrato Administrativo 271/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 271/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) JOELMA FELBER LEANDRO portador(a) do CPF nº 891.708.909-78, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Carmela Stolf, 36, Bairro Taboão, Rio do Sul- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Canta Galo, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOELMA FELBER LEANDRO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 272/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 272/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) SUELY CRISTINA FIGUEREDO portador(a) do CPF nº 901.619.049-04, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Botânico Kuhlman, 345, Bairro Eugênio Schneider, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Espanhol, com jornada de 10 horas semanais, no Escola de Tempo Integral Arvino Walter Gaetner, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 520,32 (quinhentos e vinte reais e trinta e dois centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SUELY CRISTINA FIGUEREDO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 273/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 273/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JANE FRONZA portador(a) do CPF nº 831.523.509-53, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Estrada João Ledra, S/N, Bairro Taboão, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Inglês, com jornada de 10 horas semanais, no Centro de Educação Ulrich Hübsch, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 520,32(quinhetos e vinte reais e trinta e dois centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JANE FRONZA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 274/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 274/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do

Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JANDIRA TERESINHA POSSAMAI portador(a) do CPF nº 016.392.149-09, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Etoze Losi, 115, Bairro Centro, Laurentino- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Pedagogo (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Aníbal de Barba, em substituição a Marilse Eliane Mattos Pompílio, designada para ocupar cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JANDIRA TERESINHA POSSAMAI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 279/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 279/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JOCEMARA BILL DE SOUZA portador(a) do CPF nº 005.067.219-30, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Ilídio Bertoldi Bairro Universitário, Taió - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Prefeito Luís Adelar Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com

a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOCEMARA BILL DE SOUZA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 281/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 281/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) NIELSON ADEMIR FERREIRA portador(a) do CPF nº 047.956.299-78, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua XV de Novembro, 2541, Bairro Laranjeiras, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Física, com jornada de 30 horas semanais, na Escola de Tempo Integral Arvino Walter Gaertner, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.560,97 (mil quinhentos e sessenta reais e noventa e sete centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

NIELSON ADEMIR FERREIRA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 282/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 282/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) RENATO STEINKE STIEBE portador(a) do CPF nº 008.629.809-76, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Cecílio da Silva, 60, Bairro Centro, Imbuia - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Física, com jornada de 40 horas semanais, na Escola de Tempo Integral Arvino Walter Gaertner, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância

mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RENATO STEINKE STIEBE
Contratado (a)

Contrato Administrativo 284/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 284/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) JEISON ROBERTO LONGO portador(a) do CPF nº 056.892.789-39, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Miguel Gutjar , 120, Bairro Laranjeiras, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações

posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Física, com jornada de 30 horas semanais, na Escola de Tempo Integral Arvino Walter Gaertner, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.419,09 (mil quatrocentos e dezanove reais e nove centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JEISON ROBERTO LONGO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 286/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 286/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JACQUES FARIAS portador(a) do CPF nº 024.364.049-84, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Leonardo Eyng ,S/N, Bairro Gabiroba, Ituporanga - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Artes, com jornada de 40 horas semanais, na Escola de Tempo Integral Arvino Walter Gaertner, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JACQUES FARIAS
Contratado (a)

Contrato Administrativo 288/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 288/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA AVANCINI portador(a) do CPF nº 891.703.269-91, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Adolfo Buhr, 418, Bairro Eugênio Schneider, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Informática, com jornada de 40 horas semanais, na Escola de Tempo Integral Arvino Walter Gaertner, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do

Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

PATRICIA AVANCINI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 289/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 289/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JOSEANY RODRIGUES BRASIL portador(a) do CPF nº 049.840.349-12, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) no Beco Augusto Sofka, 167, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Teatro, com jornada de 40 horas semanais, na Escola de Tempo Integral Arvino Walter Gaertner, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1,703,30 (mil setecentos e três reais e trinta centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº .

3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOSEANY RODRIGUES BRASIL
Contratado (a)

Contrato Administrativo 290/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 290/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSELETE AURORA MARHOLD portador(a) do CPF nº 383.844.779-49, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Leopoldo Kurth, 1065, Bairro Rainha, Rio do Sul- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.419,42 (mil quatrocentos e dezenove reais e quarenta e dois centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver

reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 07/02/2012 e encerrando-se em 08/03/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ROSELETE AURORA MARHOLD
Contratado (a)

Contrato Administrativo 292/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 292/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) PRISCILA PAULA SCHNEIDER MACAHADO DA SILVA portador(a) do CPF nº 063.542.649-88, na qualidade de Contratado(a), residente e

domiciliado(a) na Rua Dona augusta Deecke, 251, Bairro Budag, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Artesanato, com jornada de 40 horas semanais, na Escola de Tempo Integral Arvino Walter Gaertner, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

PRISCILA PAULA SCHNEIDER MACAHADO DA SILVA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 293/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 293/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANO GONÇALVES portador(a) do CPF nº 015.601.429-79, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Eng. Odebrech, 469, Bairro Budag, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Música Instrumental, com jornada de 40 horas semanais, na Escola de Tempo Integral Arvino Walter Gaertner, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.261,38 (mil duzentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

LUCIANO GONÇALVES
Contratado (a)

Contrato Administrativo 294/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 294/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) FRANCIELE GRACIANE FRANÇA portador(a) do CPF nº 059.331.789-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Estrada da Madeira, 2655, Bairro Barragem, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Física, com jornada de 40 horas semanais, na Escola de Tempo Integral Arvino Walter Gaertner, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

FRANCIELE GRACIANE FRANÇA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 295/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 295/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JANAINA APARECIDA DA SILVA portador(a) do CPF nº 000.597.359-70, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua João Krieger, 417, Bairro Valada São Paulo, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Guilherme Butzke, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JANAINA APARECIDA DA SILVA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 296/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 296/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARCOS ADRIANO HANG portador(a) do CPF nº 003.617.249-93, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Marechal Dutra, 160, Bairro Centro, Lontras - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Ciências, com jornada de 20 horas semanais, no Centro de Educação Daniel Maschio, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1,040,64 (mil e quarenta reais e sessenta e quatro centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARCOS ADRIANO HANG
Contratado (a)

Contrato Administrativo 299/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 299/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do

Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SUSANA MARIA FERREIRA portador(a) do CPF nº 005.820.929-81, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Emilio Ferrari, 97, Bairro Canta Galo, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Daniel Maschio, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SUSANA MARIA FERREIRA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 300/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 300/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANI SCHMITZ portador(a) do CPF nº 003.698.669-08, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua 15 de Novembro, 335, Bairro Centro, Aurora - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Português, com jornada de 40 horas semanais, suprimindo as necessidades de substituição aos afastamentos de professores decorrentes das licenças de concessão obrigatória, durante o ano letivo de 2012. O contratado ficará à disposição da Secretaria Municipal de Educação que definirá local de trabalho, de acordo com as necessidade surgidas.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

CRISTIANI SCHMITZ
Contratado (a)

Contrato Administrativo 302/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 302/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SABRINA COELHO portador(a) do CPF nº 041.079.929-77, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Henrique, 305 , Bairro Jardim Alexander, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Cobras , em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SABRINA COELHO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 303/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 303/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) EDILSON MACHADO portador(a) do CPF nº 824.312.649-04, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Luis Valle, 127, Bairro Centro, Laurentino - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Anos Iniciais, com jornada de 20 horas semanais, no Centro de Educação Cobras Norte, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.040,64 (mil e quarenta reais e sessenta e quatro centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 07/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

EDILSON MACHADO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 304/52012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 304/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) EDINEIA ROHLING NEUMANN portador(a) do CPF nº 048.941.309-98, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Albertina Ignês Erckmann, 320 Ap. 204, Bairro Barragem, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor, com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.419,42 (mil quatrocentos e dezanove reais e quarenta e dois centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 08/03/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

EDINEIA ROHLING NEUMANN
Contratado (a)

Contrato Administrativo 305/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 305/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA CARME MERINI portador(a) do CPF nº 792.081.349-20, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Engenheiro Odebrech, 38, Bairro Budag, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Cobras, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

MARIA CARME MERINI

Contratado (a)

Contrato Administrativo 306/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 306/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DANUSA APARECIDA CORREIA portador(a) do CPF nº 036.150.189-74, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Caetano CE, 220 , Bairro Santana, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Artes, com jornada de 40 horas semanais, suprimindo as necessidades de substituição aos afastamentos de professores decorrentes das licenças de concessão obrigatória, durante o ano letivo de 2012. O contratado ficará à disposição da Secretaria Municipal de Educação que definirá local de trabalho, de acordo com as necessidade surgidas.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1,703,30 (mil setecentos e três reais e trinta centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente

contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho

de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

DANUSA APARECIDA CORREIA

Contratado (a)

Contrato Administrativo 307/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 307/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA portador(a) do CPF nº 007.040.149-71, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Oscar Strey, 888 , Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Titio Karam , em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo

determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 308/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 308/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ADELINE SCHAFFER NAU portador(a) do CPF nº 046.938.749-14, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Oscar Strey, 888 , Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Sebastião Back, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ADELINE SCHAFFER NAU
Contratado (a)

Contrato Administrativo 310/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 310/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do

Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) FABIANA FACHINI SCHEIDT portador(a) do CPF nº 027.711.179-08, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua 7 de setembro, 651, Bairro Centro, Laurentino- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Pref. Luis Adelar Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

FABIANA FACHINI SCHEIDT
Contratado (a)

Contrato Administrativo 311/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 311/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SOLANGE APARECIDA DEMÉTRIO portador(a) do CPF nº 003.779.999-11, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Leopoldo Cardoso, 191, Bairro Brehmer, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil Adelaide Ledra, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com

a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SOLANGE APARECIDA DEMÉTRIO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 312/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 312/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JANAINA SENS EICHHOLZ portador(a) do CPF nº 059.354.379-93, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Helmut Keske, 73, Bairro Barragem, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Prefeito Matheus Alves Conceição, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JANAINA SENS EICHHOLZ
Contratado (a)

Contrato Administrativo 313/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 313/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSELY TEREZINHA HAHNE BRANDT portador(a) do CPF nº 821.641.009-30, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Chile, s/n, Bairro Salto Pilão, Lontras - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Maria José Stramosk, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento

inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ROSELY TEREZINHA HAHNE BRANDT
Contratado (a)

Contrato Administrativo 314/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 314/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ALESSANDRA OSTERNA portador(a) do CPF nº 005.074.989-76, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua XV de Novembro, s/n, Bairro Centro, Agronômica - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação

Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Prefeito Luis Adelar Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ALESSANDRA OSTERNA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 315/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 315/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) BERNADETE CANDIDO NUNES portador(a) do CPF nº 674.365.529-53, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Jorge Schultz, 214, Bairro Canoas, Rio do Sul- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (II), Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Padre Angelo Moser, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de Fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

BERNADETE CANDIDO NUNES
Contratado (a)

Contrato Administrativo 317/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 317/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) KELLY DA SILVA portador(a) do CPF nº 053.881.749-31, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Gabriel Bianchet, 179, Bairro Taboão, Rio do Sul- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do

Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

KELLY DA SILVA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 319/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 319/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) ROSANE VANESSA VANDRESEN portador(a) do CPF nº 066.327.439-78, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) no Beco dos Metalúrgicos, 63, Bairro Budag, Rio do Sul- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (III), Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Cantinho de Amor I, em decorrência de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº .

3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de Fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ROSANE VANESSA VANDRESEN
Contratado (a)

Contrato Administrativo 320/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 320/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) PATRICIA SOARES portador(a) do CPF nº 007.049.299-96, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Decio Giovane Schlater, S/N, Bairro Barragem, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Prefeito Danilo Lourival Schmidt , em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora

pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

PATRICIA SOARES
Contratado (a)

Contrato Administrativo 321/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 322/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LEANE MARINEI SANT'ANA TASCHNER portador(a) do

CPF nº 777.385.279-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Augusto Bublitz, 1573, Bairro Salto Pilão, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Prof. Luis Adelar Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

LEANE MARINEI SANT'ANA TASCHNER

Contratado (a)

Contrato Administrativo 322/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 322/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) LEANE MARINEI SANT'ANA TASCHNER portador(a) do CPF nº 777.385.279-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Estrada Augusto Bublitz, Bairro Salto Pilão - Lontras - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II), com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

LEANE MARINEI SANT'ANA TASCHNER

Contratado (a)

Contrato Administrativo 323/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 323/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) MICHELE MARCELINO HARBS portador(a) do CPF nº 035.322.379-46, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua do Escultor , 323, Bairro Navegantes, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Navegantes , em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.



CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MICHELE MARCELINO HARBS
Contratado (a)

Contrato Administrativo 324/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 324/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) RUBIA TAMIRES CAMPESTRINI portador(a) do CPF nº 047.975.579-58, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Mário Ferrari, 670, Bairro Caçador, Laurentino- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Ilse Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RUBIA TAMIRES CAMPESTRINI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 325 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 325/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANGELA MARIA RECH portador(a) do CPF nº 056.398.709-07, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Comunidade de Santa Tereza, S/N, Bairro Santa Tereza Aurora - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Prof. Danilo Lourival Schmidt, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ANGELA MARIA RECH
Contratado (a)

Contrato Administrativo 326/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 326/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica

do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) AMARILDA HAMES portador(a) do CPF nº 792.082.239-49, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Rodovia SC 302, S/N, Bairro Albertina, Rio do Sul- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Augusto Bosco, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

AMARILDA HAMES
Contratado (a)

Contrato Administrativo 327/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 327/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DANIELA PAUL portador(a) do CPF nº 053.459.459-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Carmela Stolf, S/N, Bairro Taboão, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III), com jornada de 40 horas semanais, suprimindo as necessidades de substituição aos afastamentos de professores decorrentes das licenças de concessão obrigatória, durante o ano letivo de 2012. O contratado ficará à disposição da Secretaria Municipal de Educação que definirá local de trabalho, de acordo com as necessidade surgidas.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante

iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

DANIELA PAUL
Contratado (a)

Contrato Administrativo 328/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 328/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANDREZA DE OLIVEIRA portador(a) do CPF nº 018.997.139-80, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Botanico Kuhlmann, 1065 AP. 001, Bairro Laranjeiras, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II), com jornada de 40 horas semanais, suprimindo as necessidades de substituição aos afastamentos de professores decorrentes das licenças de concessão obrigatória, durante o ano letivo de 2012. O contratado ficará à disposição da Secretaria Municipal de Educação que definirá local de trabalho, de acordo com as necessidade surgidas.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 27 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ANDREZA DE OLIVEIRA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 329/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 329/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) ROSANA MARIA KORB portador(a) do CPF nº 037.005.049-50, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Artur Siewert, 371, Bairro Budag, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II), com jornada de 40 horas semanais, suprimindo as necessidades de substituição aos afastamentos de professores decorrentes das licenças de concessão obrigatória, durante o ano letivo de 2012. O contratado ficará à disposição da Secretaria Municipal de Educação que definirá local de trabalho, de acordo com as necessidade surgidas.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do

valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ROSANA MARIA KORB
Contratado (a)

Contrato Administrativo 330/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 330/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) IVONE INES SAWICKI portador(a) do CPF nº 917.357.850-91, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Leopoldo Alberto Vaiss, 34 Ap 26, Bairro Brehmer Rio do Sul - SC, celebram

o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Canta Galo, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

IVONE INES SAWICKI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 331/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 331/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DAIANE DA CUNHA MORAIS portador(a) do CPF nº 036.179.509-22, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Emanuel Kunt, S/N, Bairro Budag, Rio do Sul- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Ilse Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

DAIANE DA CUNHA MORAIS
Contratado (a)

Contrato Administrativo 332/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 332/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) GISHLAINE APOLINÁRIO KISSNER portador(a) do CPF nº 004.328.729-81, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Humaita, 1059, Bairro Boa Vista, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Titio Karan, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

GISHLAINE APOLINÁRIO KISSNER
Contratado (a)

Contrato Administrativo 333/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 333/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JOCELIA APARECIDA PATRICIO STEDILE portador(a) do CPF nº 639.503.919-91, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua dos Vereadores, 1557, Bairro Itoupava, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Aníbal de Barba, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOCELIA APARECIDA PATRICIO STEDILE
Contratado (a)

Contrato Administrativo 335/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 335/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSANE DUMKE MARCIANO portador(a) do CPF nº 831.531.449-15, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Estrada da Penha, 1045, Bairro Rainha - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Navegantes, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ROSANE DUMKE MARCIANO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 336/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 336/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do

Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARISETE LOOZ portador(a) do CPF nº 932.044.779-91, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rodovia SC 302a, 1316 , Bairro Albertina - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Titio Karan , em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARISETE LOOZ
Contratado (a)

Contrato Administrativo 337/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 337/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DIUVANIA CONCEIÇÃO STEFFENS SCHULA portador(a) do CPF nº 044.169.639-20, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rodovia SC 302 Km 8, 1122 , Bairro Centro, Aurora - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Infantil Ilse Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 09/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com

a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

DIUVANIA CONCEIÇÃO STEFFENS SCHULA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 338/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 338/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ALEXANDRA BERRI SCHULTZ portador(a) do CPF nº 005.905.619-36, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Estrada da Madeira, 685, Bairro Budag - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Pref. Danilo Lourival Schmidt, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ALEXANDRA BERRI SCHULTZ
Contratado (a)

Contrato Administrativo 339/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 339/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIENE BARTH ERRATH portador(a) do CPF nº 068.815.507-31, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Benedito Novo, 440, Bairro Progresso - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Titio Karan, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento

inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

LUCIENE BARTH ERRATH
Contratado (a)

Contrato Administrativo 340/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 340/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIA FERREIRA portador(a) do CPF nº 715.522.609-25, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Harnoldo Lucas, 357, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Ciências,

com jornada de 30 horas semanais, no Centro de Educação Willy Scheleumer, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.560,97 (mil quinhentos e sessenta reais e noventa e sete centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

LUCIA FERREIRA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 342/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 342/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JOSEANE GÓES portador(a) do CPF nº 003.534.089-48, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Antoni José Poleza, 707, Bairro Brehmer Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOSEANE GÓES
Contratado (a)

Contrato Administrativo 344/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 344/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) REGINA DUMKE VERLICK portador(a) do CPF nº 889.993.009-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Estrada Geral Penha, 1045, Bairro Rainha, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Ricardo Marchi, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/01/2012 e encerrando-se em 07/02/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do

Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

REGINA DUMKE VERLICK
Contratado (a)

Contrato Administrativo 346/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 346/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARILISE SCHWARTZ portador(a) do CPF nº 022.824.589-60, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Estrada da Floresta, S/N, Bairro Progresso, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Padres Ângelo Moser, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 08/03/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº .

3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARILISE SCHWARTZ
Contratado (a)

Contrato Administrativo 346/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 346/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARILISE SCHWARTZ portador(a) do CPF nº 022.824.589-60, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Estrada da Floresta, S/N, Bairro Progresso, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Padres Ângelo Moser, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (Dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado,

ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 08/03/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARILISE SCHWARTZ
Contratado (a)

Contrato Administrativo 348/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 348/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JANAINA ZANIS portador(a) do CPF nº 048.235.669-39, na qualidade de

Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Ribeirão Basílio, 109, Bairro Ribeirão Basílio, Laurentino - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Guilherme Butzke, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JANAINA ZANIS

Contratado (a)

Contrato Administrativo 349/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 349/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) NOELI STEINHEUSER portador(a) do CPF nº 033.116.289-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Localidade de Itaqua SC 429, S/N, Bairro Itaqua, Presidente Nereu - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Guilherme Butzke, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade

do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

NOELI STEINHEUSER

Contratado (a)

Contrato Administrativo 350 /2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 350/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DELCI APARECIDA MEURER MARCHI portador(a) do CPF nº 683.823.839-04, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua dos Vereadores, 3738, Bairro Itoupava, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Cantinho de Amor I, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do

presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

DELCE APARECIDA MEURER MARCHI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 352/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 352/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) MARCIA BOLL CARDOSO portador(a) do CPF nº 006.449.959-63, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Santa Cruz, 150, Bairro Auto Progresso, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Padre Ângelo Moser, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é

admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARCIA BOLL CARDOSO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 353/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 353/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) ROSINHA SOARES portador(a) do CPF nº 044.656.739-65, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Porto Seguro, 200, Bairro Laranjeiras, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de

Educação Infantil Augusto Bosco, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ROSINHA SOARES
Contratado (a)

Contrato Administrativo 354/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 354/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIETE LESSA portador(a) do CPF nº 846.062.401-30, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Canoinhas, 76 , Bairro Canta Galo, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Aníbal de Barba, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ELIETE LESSA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 355/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 355/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARY LEIDE KAMMER portador(a) do CPF nº 036.883.719-09, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Republica Argentina, 220, Bairro Salto Pílo, Lontas - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Ricardo Marchi, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do

Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARY LEIDE KAMMER
Contratado (a)

Contrato Administrativo 357/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 357/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARILEIA APARECIDA DA COSTA SANTOS portador(a) do CPF nº 007.611.999-85, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) no Beco Advogado Guino Reiter, 24, Bairro Taboão, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Shirley Dolores Sedrez, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº .

3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARILEIA APARECIDA DA COSTA SANTOS
Contratado (a)

Contrato Administrativo 358/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 358/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) PAMELA SELHORST portador(a) do CPF nº 062.732.929-22, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rodovia SC 302 - Km 263, 463 Bairro Centro, Aurora- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, Centro de Educação Infantil Prefeito Danilo Lourival Schmidt, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora

pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

PAMELA SELHORST
Contratado (a)

Contrato Administrativo 359/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 359/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRÍCIA MELLO SORDI portador(a) do CPF nº 009.317.099-89,

na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua André Largura, 347, Bairro Taboão, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (II) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Prefeito Danilo Lourival Schmdt, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

PATRÍCIA MELLO SORDI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 360/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 360/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) MARILÉIA CUSTÓDIO DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 717.322.419-53, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Bahia, 139, Bairro Eugênio Schneider, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Prefeito Luis Adelar Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade

do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARILÉIA CUSTÓDIO DOS SANTOS
Contratado (a)

Contrato Administrativo 361/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 361/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCINÉIA VANDERLINDE GOEDERT portador(a) do CPF nº 030.573.299-42, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Orquídeas, 75, Bairro Taboão - Rio do sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Nível (III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Prefeito Matheus Alves Conceição, em virtude de existência de vaga aberta para concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do

presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

LUCINÉIA VANDERLINDE GOEDERT
Contratado (a)

Contrato Administrativo 362/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 362/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CATIA FORSTER portador(a) do CPF nº 004.149.659-06, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Erminio Stolf, 161 Bairro Taboão, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Prefeito Matheus Alves Conceição, em virtude de existência de vaga.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é

admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 08/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

CATIA FORSTER
Contratado (a)

Contrato Administrativo 363/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 363/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) ANA CAROLINA MEES portador(a) do CPF nº 009.943.479-28, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua XV de Novembro, 23 Ap 102, Bairro Centro, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro

de Educação Infantil Sebastião Back, em virtude de existência de vaga aberta para concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ANA CAROLINA MEES
Contratado (a)

Contrato Administrativo 364/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 364/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JARDEL GORES portador(a) do CPF nº 046.907.549-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua dos Quintinos, 621, Bairro Brehmer, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - História, com jornada de 20 horas semanais, no Centro de Educação Guilherme Butzke, em virtude de existência de vaga aberta para concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.040,64 (mil e quarenta reais e sessenta e quatro centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JARDEL GORES
Contratado (a)

Contrato Administrativo 365/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 365/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA PILZ DE SOUZA portador(a) do CPF nº 029.596.199-60, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Urubici, 374, Bairro Sumaré, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Ruth Schroeder Ohf, em virtude de existência de vaga aberta para concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do

Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ANA PAULA PILZ DE SOUZA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 366/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 366/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JANE PEREIRA MAGNANI portador(a) do CPF nº 901.599.009-30, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Alberto Bonfanti, S/N, Bairro Santa Rita, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Ricard Marchi, em virtude de existência de vaga aberta para concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº .

3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JANE PEREIRA MAGNANI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 368/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 368/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JOSELAINE MARIA PATERNO RENZI portador(a) do CPF nº 060.058.209-40, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Mario Ferrari, S/N, Bairro Caçador, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Egídio Dalmarco, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado,

ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOSELAINE MARIA PATERNO RENZI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 374/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 374/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JANETE ANA BUZZI POSSAMAI portador(a) do CPF nº581.736.339-91, na

qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua La- ges, 518, Bairro Laranjeiras, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Augusto Boscoi, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JANETE ANA BUZZI POSSAMAI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 375/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 375/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DANIELE CRISTINE LEHMANN portador(a) do CPF nº057.800.689-84, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Emílio Trevisani, 200, Bairro Barra da Itoupava, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Navegantes, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade

do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

DANIELE CRISTINE LEHMANN
Contratado (a)

Contrato Administrativo 377/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 377/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLI TERESINHA FRONZA SOARES portador(a) do CPF nº 891.489.409-68, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Carolina Ferrari, 148, Bairro Centro, Laurentino - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Egídeo Dalmarco, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do

presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARLI TERESINHA FRONZA SOARES
Contratado (a)

Contrato Administrativo 378/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 378/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DILVA NAZARI FRANCO portador(a) do CPF nº 988.911.549-20, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Tocantins, 98, Bairro Brehmer, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Francisco Fleisner, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é

admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

DILVA NAZARI FRANCO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 379/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 379/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MERI TERESINHA MANTOANELLI portador(a) do CPF nº 675.246.999-72, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Etori Losi, 77, Bairro Centro, Laurentino - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de

Educação Infantil Ilse Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MERI TEREZINHA MANTOANELLI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 380/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 380/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) EIME DAS GRAÇAS OLIVEIRA GOEDERT portador(a) do CPF nº 767.169.459-20, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Alameda Aristiliano Ramos, 817, Bairro Centro- Petrolândia - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Ilse Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

EIME DAS GRAÇAS OLIVEIRA GOEDERT

Contratado (a)

Contrato Administrativo 381/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 381/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) FRANCIANE KNOPF portador(a) do CPF nº 030.309.179-75, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua XV de Novembro, 520, Bairro Centro - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Maria José Stramoski, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do

Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho

de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

FRANCIANE KNOPF

Contratado (a)

Contrato Administrativo 382/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 382/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSELITA MARIA SEBOLD portador(a) do CPF nº 763.433.169-49, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua XV de Novembro, 632, Bairro Centro - Aurora - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Cinderela, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº .

3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ROSELITA MARIA SEBOLD
Contratado (a)

Contrato Administrativo 384/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 384/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CINEIDE MARILEIA MOSER portador(a) do CPF nº 041.464.969-93, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Ernesto Ferrari, 77, Bairro Eugenio Schneider - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Cinderela, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado,

ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

CINEIDE MARILEIA MOSER
Contratado (a)

Contrato Administrativo 386/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 386/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) RUBIANA MUTSCHLER portador(a) do CPF nº 068.907.669-03, na qualidade

de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Eugênio Marchi, 320, Bairro Santa Rita - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Ricardo Marchi, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RUBIANA MUTSCHLER

Contratado (a)

Contrato Administrativo 387/ 2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 387/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CLARINDA KUSTER SOARES portador(a) do CPF nº 050.695.819-10, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Celesta Fronza, 240, Bairro Taboão - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade

do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

CLARINDA KUSTER SOARES
Contratado (a)

Contrato Administrativo 388/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 388/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ADELAINÉ SOARES portador(a) do CPF nº 042.210.469-88, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Dico Sardá, 87, Bairro Barragem, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, suprimindo as necessidades de substituição aos afastamentos de professores decorrentes das licenças de concessão obrigatória, durante o ano letivo de 2012. O contratado ficará à disposição da Secretaria Municipal de Educação que definirá local de trabalho, de acordo com as necessidade surgidas.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao

vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ADELAINE SOARES
Contratado (a)

Contrato Administrativo 389/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 389/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SORAIA FERRARI portador(a) do CPF nº 021.125.599-82, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Valderedo Bastos, 91, Bairro Santa Galo, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Ricardo Marchi, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei

complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SORAIA FERRARI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 390/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 390/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSEMARY LEHMKUHL portador(a) do CPF nº 963.560.659-15, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Waschington Luiz, 270, Bairro Santana, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no

Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Shirley Doloires Sedrez, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ROSEMARY LEHMKUHL
Contratado (a)

Contrato Administrativo 391/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 391/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) FÁTIMA AUGUSTA MARLOCH portador(a) do CPF nº 715.923.859-15, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Gustavo Koepp, 255, Bairro Boa Vista, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Cinderela, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

FÁTIMA AUGUSTA MARLOCH
Contratado (a)

Contrato Administrativo 392/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 392/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIARA JULIA AVI portador(a) do CPF nº 007.405.149-03, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Videira, 44, Bairro Barragem, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Prefeito Luis Adelar Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do

Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

LUCIARA JULIA AVI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 393/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 393/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SIMONE APARECIDA MENDES portador(a) do CPF nº 072.612.349-82, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Primeiro de Maio nº 50 Ap 201, 98, Bairro Jardim América, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.419,42 (mil quatrocentos e dezenove reais e quarenta e dois centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 13/02/2012 e encerrando-se em 08/03/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores,

desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 10 de Fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SIMONE APARECIDA MENDES
Contratado (a)

Contrato Administrativo 394/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 394/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MONICA RITA TONET portador(a) do CPF nº 003.481.569-44, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Ivo Badziak, 140, Laurentino, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, suprimindo as necessidades de substituição aos afastamentos de professores decorrentes das licenças de concessão obrigatória, durante o ano letivo de 2012. O contratado ficará à disposição da Secretaria Municipal de Educação que definirá local de trabalho, de acordo com as necessidades surgidas

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 08/05/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de Fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MONICA RITA TONET
Contratado (a)

Contrato Administrativo 395 /2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 395/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do

Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANDIARA MARCHIORO portador(a) do CPF nº 037.016.729-54, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Estrada Geral Boa Esperança, S/N, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Dr. Romão Trauczynski, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 13/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ANDIARA MARCHIORO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 396/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 396/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA BLUNING portador(a) do CPF nº 048.271.349-60, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Nova Trento, 920, Bairro Santana, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Shirley Dolores Sedrez, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 13/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com

a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JULIANA BLUNING
Contratado (a)

Contrato Administrativo 397/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 397/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DAIARA RUBIA VANUNCCI portador(a) do CPF nº 079.588.669-17, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Localidade de Areado, S/N, Bairro Areado, Agrônoma - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Cantinho do Amor II, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 13/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

DAIARA RUBIA VANUNCCI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 399/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 399/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SANTILIA DOS ANJOS portador(a) do CPF nº 898.453.409-97, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Rui Barbosa, 788, Bairro Sumaré, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Cantinho do Amor II, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento

inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 13/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SANTILIA DOS ANJOS
Contratado (a)

Contrato Administrativo 400/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 400/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SUELI DE OLIVEIRA COSTA SUTIL portador(a) do CPF nº 708.069.669-20, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Getúlio Vargas, 610, Bairro Centro, Agrolândia - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Saúde e

Qualidade de Vida, com jornada de 20 horas semanais, na Escola de Tempo Integral Arvino Walter Gaertner, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 946,06 (novecentos e quarenta e seis centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 13/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 10 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SUELI DE OLIVEIRA COSTA SUTIL
Contratado (a)

Contrato Administrativo 401/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 401/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) GISLAINE CAPISTRANO HUNTEMANN portador(a) do CPF nº052.623.319-20, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Virgílio Cristofolini, S/N, Bairro Taboão, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

GISLAINE CAPISTRANO HUNTEMANN

Contratado (a)

Contrato Administrativo 402/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 402/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SOLANGE REGINA ROSSETTI MERIZ portador(a) do CPF nº 006.462.199-52, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Treze de Agosto, 190, Bairro Navegantes, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Navegantes, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do

Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho

de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

SOLANGE REGINA ROSSETTI MERIZ

Contratado (a)

Contrato Administrativo 403/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 403/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA DA SILVA RODRIGUES portador(a) do CPF nº 003.792.609-80, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rod. SC 302 KM 4, 3726, Bairro Centro, Laurentino - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Ilse Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº .

3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JULIANA DA SILVA RODRIGUES
Contratado (a)

Contrato Administrativo 404/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 404/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DANIELLE CRISTINA FRONZA DA ROCHA portador(a) do CPF nº 007.798.389-04, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Vicente José Barcelos ,246, Bairro Laranjeiras, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Filosofia, com jornada de 40 horas semanais, na Escola De Tempo Integral Arvino Walter Gaertner, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1,703,30 (mil setecentos e três reais e trinta centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado,

ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

DANIELLE CRISTINA FRONZA DA ROCHA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 405/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 405/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SCHARLENE LORUANA SCHLEMPER portador(a) do CPF nº 028.364.909-77,

na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Regina Pasqualini, 326, Bairro Santa Galo, Rio do Sul- SC , celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Dr. Romão Trauczynski, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 13/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 09 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

SCHARLENE LORUANA SCHLEMPER
Contratado (a)

Contrato Administrativo 406/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 406/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CINTIA LUSIA BATISTI portador(a) do CPF nº 058.324.269-32, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Antônio Dolzani, 25, Bairro Valada São Paulo, Rio do Sul- SC , celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Cobras, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade

do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 01 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

CINTIA LUSIA BATISTI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 407/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 407/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA SCOTINI portador(a) do CPF nº 049.330.499-12, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Querino Pessatti, 556, Bairro Gabiroba, Rio do Sul- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Prefeito Luis Adelar Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do

presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ANA PAULA SCOTINI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 408/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 408/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SIDIANE LAURETE KNEIDL portador(a) do CPF nº 891.676.009-72, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Intendente Pedro Claudino dos Santos, 111, Bairro Budag, Rio do Sul- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Ilse Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é

admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SIDIANE LAURETE KNEIDL
Contratado (a)

Contrato Administrativo 410/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 410/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANE ELIAS CORREA portador(a) do CPF nº 831.633.529-87, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Abílio Eleuterio Gonçalves, 501, Bairro Gabiroba, Rio do Oeste - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de

Educação Infantil Ilse Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

LUCIANE ELIAS CORREA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 412/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 412/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANA DE MATOS portador(a) do CPF nº 009.522.329-01, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua João Nascheweng, 301, Bairro Brehmer, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Francisco Fleisner, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 14/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 13 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

LUCIANA DE MATOS
Contratado (a)

Contrato Administrativo 413/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 413/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SILVIA FERREIRA portador(a) do CPF nº 891.672.799-53, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Trombudo Central, 337, Bairro Budag - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Pedagogo (nível III), com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Prefeito Luis Adelar Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do

Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SILVIA FERREIRA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 414/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 414/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSEMILDA APARECIDA PERRARO NILSEN portador(a) do CPF nº 988.570.969-04, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Mario Dalponte, 34, Bairro Budag, Rio do Oeste - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº .

3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ROSEMILDA APARECIDA PERRARO NILSEN
Contratado (a)

Contrato Administrativo 415/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 415/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a)ÉDNA KOCH SCHOWAMBACH portador(a) do CPF nº 026.198.369-56, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Antônio Tonon, 430, Bairro Barragem, Rio do Oeste - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora

pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ÉDNA KOCH SCHOWAMBACH
Contratado (a)

Contrato Administrativo 416/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 416/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA KURTZ portador(a) do CPF nº 059.592.239-29, na qualidade de

Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Estrada Blumenau, 2193, Bairro Brehmer, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Egídeo Dalmarco, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS



Prefeito Municipal

JULIANA KURTZ
Contratado (a)

Contrato Administrativo 417/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 417/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSELENE BAGATOLI portador(a) do CPF nº 399.351.759-87, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Visconde Mauá, 406, Bairro Santana, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no período de férias dos professores que atuam na Educação Infantil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.419,42 (mil quatrocentos e dezenove reais e quarenta e dois centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 14/02/2012 e encerrando-se em 08/03/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 13 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ROSELENE BAGATOLI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 418/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 418/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELENICE DE JESUS portador(a) do CPF nº 007.731.019-50, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Nova Trento, S/N, Bairro Santana, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Shirley Dolores Sedrez, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ELENICE DE JESUS
Contratado (a)

Contrato Administrativo 421/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 421/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JANIA CARLA DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 897.778.599-53, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua 15 de Novembro, S/N, Bairro Centro, Agrônômica - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Padre Ângelo Moser, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 01 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JANIA CARLA DOS SANTOS
Contratado (a)

Contrato Administrativo 422/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 422/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JOICE BUZZI SUCHARA portador(a) do CPF nº 008.551.849-22, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Leopoldo Buzzzi, 89, Bairro Centro, Lontras - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil Navegantes, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 01 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOICE BUZZI SUCHARA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 423/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 423/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do

Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELAINE PATRICIA SILVA portador(a) do CPF nº 017.757.119-51, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua José Marchi, 131, Bairro Barra da Itoupava Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, suprimindo as necessidades de substituição aos afastamentos de professores decorrentes das licenças de concessão obrigatória, durante o ano letivo de 2012. O contratado ficará à disposição da Secretaria Municipal de Educação que definirá local de trabalho, de acordo com as necessidade surgidas

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul

(SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 01 de Fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ELAINE PATRICIA SILVA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 424/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 424/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIANE FRANCISCA DA SILVA portador(a) do CPF nº 004.635.959-12, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Alfredo Schwaroski, 780, Bairro Bela Aliança, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Déa Bornhausen, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ELIANE FRANCISCA DA SILVA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 425/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 425/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JANAINA APARECIDA DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 050.826.049-37, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua 15 de Novembro, 1012, Bairro Centro, Agrônômica - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Padre Ângelo Moser, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 01 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JANAINA APARECIDA DOS SANTOS
Contratado (a)

Contrato Administrativo 426/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 426/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARCIA TEREZINHA DELA JUSTINA portador(a) do CPF nº 833.570.689-15, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua José Finardi, 286, Bairro Centro, Agronômica - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Ilse Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARCIA TEREZINHA DELA JUSTINA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 427 /2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 427/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) AUGUSTA APARECIDA DA SILVA CORDOVA GARBIN portador(a) do CPF nº 948.634.079-04, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Cerejeira, 76, Bairro Jardim Alexandro, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Egídeo Dalmarco, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

AUGUSTA APARECIDA DA SILVA CORDOVA GARBIN
Contratado (a)

Contrato Administrativo 428/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 428/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CELIA MARIA DE OLIVEIRA DE DREHER portador(a) do CPF nº 038.977.919-94, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Localidade Fundos Aurora, S/N, Bairro Fundos Aurora, Aurora - SC , celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Cantinho de Amor II, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

CELIA MARIA DE OLIVEIRA DE DREHER

Contratado (a)

Contrato Administrativo 429/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 429/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA APARECIDA COELHO portador(a) do CPF nº 278.196.228-73, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Nova Trento, 707, Bairro Santana, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Shirley Dolores Sedrez, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do

Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho

de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

CARLA APARECIDA COELHO

Contratado (a)

Contrato Administrativo 430/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 430/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DENISE DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 936.178.529-04, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Hilario Buzarello, 67, Bairro Centro, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Prefeito Matheus Alves Conceição, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº .

3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

DENISE DOS SANTOS
Contratado (a)

Contrato Administrativo 431/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 431/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DAIANA PATRICIA DE OLIVEIRA SALDANHA portador(a) do CPF nº 042.144.009-09, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Wiland kurth , 333, Bairro Rainha, Rio do Sul - SC , celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Ricardo Marchi, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora

pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

DAIANA PATRICIA DE OLIVEIRA SALDANHA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 432/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 432/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) IRIA RITA MONTAGNA DEPINÉ portador(a) do CPF nº 767.794.409-49,

na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Possamai, 578, Bairro Centro, Laurentino - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Ilse Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

IRIA RITA MONTAGNA DEPINÉ
Contratado (a)

Contrato Administrativo 435/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 435/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANELITA KNAUL portador(a) do CPF nº 579.617.519-04, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Emílio Graubner, 300, Bairro Vila Nova, Trombudo Central- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Ilse Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade

do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ANELITA KNAUL
Contratado (a)

Contrato Administrativo 437/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 437/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SIMONE STOCK portador(a) do CPF nº 059.542.569-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rodovia SC 302, 365, Bairro Centro, Aurora - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Pref. Danilo Lourival Schmidt, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do

presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SIMONE STOCK
Contratado (a)

Contrato Administrativo 438/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 438/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DAIANE GOEDERT DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 066.195.789-69, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Wille Schroeder, 2371, Bairro Centro, Lontras - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Pref. Danilo Lourival Schmidt, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é

admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

DAIANE GOEDERT DOS SANTOS
Contratado (a)

Contrato Administrativo 440/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 440/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JOACIRA TEREZINHA ATAIDE MAGNANI portador(a) do CPF nº 003.656.929-13, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Ribeirão do Salto, 1706, Bairro Salto Pilão, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de

Educação Ricardo Marchi, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOACIRA TEREZINHA ATAIDE MAGNANI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 441/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 441/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) FABRICIA APARECIDA HINCKEL portador(a) do CPF nº 047.274.769-08, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Eugênio Marchi, 665, Bairro Santa Rita, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Ricardo Marchi, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

FABRICIA APARECIDA HINCKEL
Contratado (a)

Contrato Administrativo 443/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 443/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SALETI ALVES portador(a) do CPF nº 052.589.249-47, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Nereu Ramos, 2237, Bairro Vila Nova, Trombudo Central - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Ilse Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do

Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SALETI ALVES
Contratado (a)

Contrato Administrativo 446/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 446/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DARCIELE BUSCOSKY PERKOVSKI portador(a) do CPF nº 019.854.860-59 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Raulino Dolzan , 37 Bairro Jardim América - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Educador Social, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.351,68 (mil trezentos e cinquenta e um reais e sessenta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 13/02/2012 e encerrando-se em 11/05/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 13 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

DARCIELE BUSCOSKY PERKOVSKI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 447/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 447/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JAMILE DE OLIVEIRA portador(a) do CPF nº 049.256.669-08, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Vereador Luiz Valiatti , S/N, Bairro Barragem, Rio do Sul - SC , celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Maria José Stramoski, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo

determinado, tendo início em 15/02/2012 e encerrando-se em 11/05/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 14 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JAMILE DE OLIVEIRA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 448/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 448/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA SALETE ALEXANDRE ANTUNES portador(a) do CPF nº 293.061.808-61, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Jardim América, 50 Ap 203, Bairro Jardim América, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Adelaide Ledra, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1,703,30 (mil setecentos e três reais e trinta centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 15/02/2012 e encerrando-se em 11/05/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 14 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARIA SALETE ALEXANDRE ANTUNES
Contratado (a)

Contrato Administrativo 449/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 449/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do

Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DANIELA CARLA STAPPAZZOLI portador(a) do CPF nº 831.637.519-20 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Daniel Bertoldi, 221, Bairro Gabiroba, Rio do Oeste - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Prefeito Luís Adelar Soldatelli Conceição, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

DANIELA CARLA STAPPAZZOLI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 450/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 450/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MIRIAN BRODWOLF PADILHA portador(a) do CPF nº 692.385.379-68 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Pedro Frankemberg, S/N, Bairro Bela Aliança, Rio do Oeste - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil Fleisner, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com

a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MIRIAN BRODWOLF PADILHA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 451/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 451/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. **MILTON HOBUS**, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) **LUCINÉIA VANDERLINDE GOEDERT** portador(a) do CPF nº030.573.299-42 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Das Orquídeas, 75, Bairro Taboão, Rio do Oeste - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Prefeito Matheus Alves Conceição, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

LUCINÉIA VANDERLINDE GOEDERT
Contratado (a)

Contrato Administrativo 452/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 452/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. **MILTON HOBUS**, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) **LUCIANA MACHADO** portador(a) do CPF nº 008.803.589-12 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Florentino Porto, 401, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Titio Karan, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento

inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

LUCIANA MACHADO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 453/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 453/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SINTIA LUCIANO portador(a) do CPF nº 056.355.559-93 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Estrada Bom Fim, 98, Bairro Sumaré, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação

Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Ruth Schroeder Ohf, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SINTIA LUCIANO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 454/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 454/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CAMILA HELENA SANDRI MEDEIROS portador(a) do CPF nº 009.441.259-64 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Lages, 736, Bairro Laranjeiras, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Prefeito Danilo Lourival Schmidt, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

CAMILA HELENA SANDRI MEDEIROS
Contratado (a)

Contrato Administrativo 455/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 455/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA FELICIANO portador(a) do CPF nº 027.902.199-23 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua João Ledra, 1369, Bairro Taboão, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do

Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JULIANA FELICIANO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 457/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 457/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARILÉIA RENZI portador(a) do CPF nº 052.664.619-50 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Av. Colombo Machado Sales ,1302, Bairro Centro, Laurentino - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Ilse Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº .

3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARILÉIA RENZI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 458/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 458/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIANE MARIA GARCIA RAUSCH portador(a) do CPF nº 920.653.929-91 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Estrada Navegantes ,2117, Bairro Navegantes, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Navegantes, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora

pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ELIANE MARIA GARCIA RAUSCH
Contratado (a)

Contrato Administrativo 459/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 459/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) EDITE CARDOSO portador(a) do CPF nº 049.454.089-39 na qualidade

de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua João Nunes ,25, Bairro Santa Rita, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Canta Galo, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

EDITE CARDOSO

Contratado (a)

Contrato Administrativo 461/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 461/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) ÉRIKA RIBEIRO SCHMOEGEL DE ALCANTARA portador(a) do CPF nº 834.664.791-34 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Euclides Ataídes da Costa, 238, Bairro Santana, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Déa Bornhausen, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato,

numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

ÉRIKA RIBEIRO SCHMOEGEL DE ALCANTARA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 462/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 462/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) ROSANGELA DA SILVA portador(a) do CPF nº 048.886.529-88 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Ernesto Prada, 164, Bairro Vila Nova, Trombudo Central - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, suprimindo as necessidades de substituição aos afastamentos de professores decorrentes das licenças de concessão obrigatória, durante o ano letivo de 2012. O contratado ficará à disposição da Secretaria Municipal de Educação que definirá local de trabalho, de acordo com as necessidades surgidas.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em

decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ROSANGELA DA SILVA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 463/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 463/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) IDAIR SCHULZ portador(a) do CPF nº 019.021.759-64, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Itaipu, 185, Bairro Canta Galo, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Gestão Empresarial, com jornada de 30 horas semanais, na Escola de Tempo Integral Arvino Walter Gaertner, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.277,48 (mil duzentos e setenta e sete reais e quarenta e oito), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

IDAIR SCHULZ
Contratado (a)

Contrato Administrativo 468/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 464/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ISABEL SCHRAMM BRITO portador(a) do CPF nº 569.413.159-20 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Belem, 177, Bairro Eugênio Schneider, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Sebastião Back, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ISABEL SCHRAMM BRITO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 469/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 469/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) GEANE KÜSTER PEREIRA portador(a) do CPF nº 054.613.189-16 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Vereador Luís Valiatti, 177, Bairro Barragem, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Prefeito Luis Adelar Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 16/02/2012 e encerrando-se em 15/05/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 15 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

GEANE KÜSTER PEREIRA

Contratado (a)

Contrato Administrativo 471/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 471/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROZENILDA APARECIDA BOEIRA ZANIZ portador(a) do CPF nº 003.776.339-33 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua 13 de Agosto, 238, Bairro Navegantes, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Guilherme Butzke, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 16/02/2012 e encerrando-se em 15/05/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do

Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho

de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 15 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

ROZENILDA APARECIDA BOEIRA ZANIZ

Contratado (a)

Contrato Administrativo 472/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 472/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) FERNANDA BARATO, portador(a) do CPF nº 036.915.559-93 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Vila Santa Terezinha, s/n, Rural, Concórdia, SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Enfermeira, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas na Secretaria Municipal de Saúde para atuar no ESF (Estratégia de Saúde da Família), em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.041,28 (três mil, quarenta e um reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 16/02/2012 e encerrando-se em 16/05/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 15 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

FERNANDA BARATO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 473/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 473/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLI TATIANE KANTOVICK portador(a) do CPF nº047.445.329-42 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Euclides Ataídes da Costa ,369, Bairro Brhmer, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Ulrich Hübsch, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1,703,30 (mil setecentos e três reais e trinta centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo

determinado, tendo início em 16/02/2012 e encerrando-se em 15/05/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 15 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARLI TATIANE KANTOVICK
Contratado (a)

Contrato Administrativo 474/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 474/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CHARLENE RASSWEILER PINHEIRO portador(a) do CPF nº 039.373.179-02 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Carlos Knappmann ,64, Bairro Budag, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Pref. Danilo Lourival Schmidt, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.419,42 (mil quatrocentos e dezenove reais e quarenta e dois centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 16/02/2012 e encerrando-se em 15/05/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 15 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

CHARLENE RASSWEILER PINHEIRO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 475/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 475/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica

do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA DIECKMANN portador(a) do CPF nº 067.012.599-79 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Bom Sucesso ,227, Bairro Santana, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Tia Béa, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.419,42 (mil quatrocentos e dezenove reais e quarenta e dois centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 16/02/2012 e encerrando-se em 15/05/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 15 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ANA PAULA DIECKMANN
Contratado (a)

Contrato Administrativo 476/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 476/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA WEHMUTH portador(a) do CPF nº 080.558.029-80, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Pedro Moretto ,175, Bairro Laranjeiras, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Artes, com jornada de 30 horas semanais, no Centro de Educação Aníbal de Barba, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.277,48 (mil duzentos e setenta e sete reais e quarenta e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 16/02/2012 e encerrando-se em 15/05/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato,

numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 15 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JULIANA WEHMUTH
Contratado (a)

Contrato Administrativo 477/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 477/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JESSICA MAZZINI portador(a) do CPF nº 073.275.319-80 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Cnso. Willy Hering ,647, Bairro Bela Aliança, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Sebastião Back, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1,703,30 (mil setecentos e três reais e trinta centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 16/02/2012 e encerrando-se em 15/05/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 15 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JESSICA MAZZINI
Contratado (a)

Contrato Administrativo 481/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 481/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) NATANAEL COSTA SPINDOLA portador(a) do CPF nº 988.587.939-00 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Academico Nilo Marchi ,239, Bairro Centro, Rio do Sul- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - (nível II) Matemática, com jornada de 30 horas semanais, a serem desenvolvidas no Centro de Educação Ricardo Marchi e Centro de Educação Guilherme Butzke, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.419,09 (mil quatrocentos e dezanove reais e nove centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância

mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 16/02/2012 e encerrando-se em 15/05/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 16 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

NATANAEL COSTA SPINDOLA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 482/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 482/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) RAFAEL CARLOS PARMA portador(a) do CPF nº 007.447.649-12 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Prefeito Wenceslau Borini, 2965, Bairro Santa Galo - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações

posteriores, prestará serviços de Educador Social, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.351,68 (mil trezentos e cinquenta e um reais e sessenta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 13/02/2012 e encerrando-se em 11/05/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 13 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RAFAEL CARLOS PARMA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 484/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 484/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) FLAVIO JOSE PACHECO CORDEIRO portador(a) do CPF nº 020.365.919-81, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Erich Millnitz, 146, Bairro Centro, Lontas - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível I) - Música, com jornada de 30 horas semanais, no Escola de Tempo Integral Arvino Walter Gaetner, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 946,04 (novecentos e quarenta e seis reais e quatro centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 17/02/2012 e encerrando-se em 15/05/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 16 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

FLAVIO JOSE PACHECO CORDEIRO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 485/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 485/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARGARETH CREUTZBERG portador(a) do CPF nº 664.838.839-00 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua XV de Novembro, 253, Bairro Centro, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Cantinho de Amor II, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARGARETH CREUTZBERG
Contratado (a)

Contrato Administrativo 486/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 486/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA NAHRING WERNKE portador(a) do CPF nº 915.769.549-00, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Loc. Ribeirão Strey, S/N , Bairro Ribeirão Strey, Ribeirão - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Pedagogo (nível III) , com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas na Escola de Tempo Integral Arvino Walter Gaertner, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do

Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

PATRICIA NAHRING WERNKE
Contratado (a)

Contrato Administrativo 489/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº489 /2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) VANDINA CONACO portador(a) do CPF nº075.730.829-59 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Ladeira Brasília, 750 Bairro Laranjeiras, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no Centro de Infantil Aquarela, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público, até a realização de novo concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 675.83 (seiscentos e setenta e cinco reais e oitenta e três centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 22/02/2012 e encerrando-se em 21/05/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 21 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

VANDINA CONACO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 491/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 491/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELAINE PROCHNOW portador(a) do CPF nº986.166.339-87, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua 31 de Agosto, 172 , Bairro Centro, Agrolândia - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - História, com jornada de 40 horas semanais, suprimindo as necessidades de substituição aos afastamentos de professores decorrentes das licenças de concessão obrigatória, durante o ano letivo de 2012. O contratado ficará à disposição da Secretaria Municipal de Educação que definirá local de trabalho, de acordo com as necessidade surgidas.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é

admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ELAINE PROCHNOW
Contratado (a)

Contrato Administrativo 492/2012 **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 492/2012**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA REGINA DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 792.087.899-34, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua José Stadnik, 10, Bairro Budag, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível III) - Anos Iniciais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas

no Centro de Educação Roberto Machado, em substituição a Andresa Martins Dolzan (afastada por motivo de licença para tratamento de saúde e Licença maternidade)

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2081,28 (dois mil e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SANDRA REGINA DOS SANTOS
Contratado (a)

Contrato Administrativo 280/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 280/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LEANDRO LEDRA portador(a) do CPF nº 054.405.019-32, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Leopoldo Ledra, 342 Bairro Santana, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Física, com jornada de 40 horas semanais, na Escola de Tempo Integral Arvino Walter Gaertner, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 01/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de janeiro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

LEANDRO LEDRA
Contratado (a)

Contrato Administrativo 433/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 433/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. MILTON HOBUS, na qualidade de Prefeito Municipal, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CLAUDETE APARECIDA ROSA FARIAS portador(a) do CPF nº 938.509.059-34, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua 1º de Maio, 333, Bairro Jardim América, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor (nível II) - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Shirley Dolores Sedrez, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.892,12 (mil oitocentos e noventa e dois reais e doze centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/02/2012 e encerrando-se em 30/04/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do

Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

CLAUDETE APARECIDA ROSA FARIAS
Contratado (a)

Ensalamento e Convocação Prova Concurso Publico N. 001/2012

DECRETO Nº 2399, de 21 de fevereiro de 2012
" ENSALAMENTO E CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO PROVAS DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 01/2012."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao Edital de Concurso Público 01/2012,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam CONVOCADOS todos os candidatos às vagas e Cadastro de Reserva para os cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, com inscrições homologadas a comparecerem para a realização das provas escritas, no dia 26 de fevereiro de 2012 no seguintes local e horários:

a) Local das Provas:

UNIDAVI CENTRO
UNIV. PARA DESENV. DO ALTO DO VALE DO ITAJAÍ
ENDEREÇO: A DR. GUILHERME GEMBALLA,13
BAIRRO: JARDIM AMÉRICA
CIDADE/UF: RIO DO SUL - SC

b) Horário das provas:

Escolaridade	Fechamento dos Portões	Início da Prova	Término	Liberação do Caderno de Provas
Ensino Fundamental Completo	08h15min.	08h30min	11h30min	11h00min.

1.1 O candidato deverá chegar ao local da prova com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de fechamento dos portões, para localizar sua sala e assinar a lista de presença.

1.2. Quinze (15) minutos antes do horário de início das provas os portões serão fechados e não será permitida a entrada de nenhum

candidato após este horário, ficando, automaticamente, excluído do certame. O candidato terá o tempo de 15 minutos para localizar sua sala, ir ao banheiro ou tomar água, e deverá estar em sala de provas até as 8h30 minutos.

1.3 A identificação correta do local da prova e o comparecimento no horário determinado será de inteira responsabilidade do candidato.

1.4. O candidato deverá comparecer ao local de prova munido de documento original de identidade, sempre oficial e com fotografia, sem o qual não poderá realizar a prova, comprovante de inscrição e de 02 (duas) canetas esferográficas de tinta azul ou preta de tubo transparente.

Não serão fornecidas canetas no local.

Art. 2º - A distribuição dos candidatos por cargo e por sala (ensalamento), encontra-se no anexo I deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
21 de fevereiro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ANEXO I ENSALAMENTO

SALA 204

Seq.	Candidato	Data Nascimento
Cargo - 01-Agente Comunitário de Saúde - Taboão		
1.	0028	ADRINA REGINA MAZZI
2.	0136	ANDREIA FABIOLA SANTOS MOREIRA
3.	0137	BIANCA SOARES
4.	0304	DARCI NETO
5.	0027	ELIZETE DE FÁTIMA BARBOSA
6.	0045	GYZELE DO ROCIO FIRMINO SAMPAIO
7.	0243	JOANA SCHNEIDER
8.	0310	LUCIANA PARMA
9.	0204	PRISCILA KLEHM
10.	0203	RITA DE CACIA KLEHM

Cargo - 02- Agente Comunitário de Saúde -Barra do Trombudo		
11.	0164	CARLA HAMILTON SCHIESTL
12.	0213	CATIE TEREZINHA CORREA
13.	0035	CLEUSA SILVA MARTINEZ
14.	0271	DEBORA MARIANE DE OLIVEIRA
15.	0256	EDER EDSON HARGER
16.	0041	EVANILDA BORGES
17.	0057	INDIANARA APARECIDA DA SILVA
18.	0146	JANAINA AMADO DE ANDRADE
19.	0135	JANAINA ANTONIA TAVARES
20.	0006	JOÃO LUIS SUPPI RODRIGUES
21.	0005	KÁTIA APARECIDA SUPPI
22.	0265	KESLI CAROLINE MENDES LIMA
23.	0287	LUCIANA DOS SANTOS
24.	0244	MARIA DE FATIMA RIBEIRO DE OLIVEIRA ANDRADE

25.	0239	MARIA NADIR DE MOURA	28/07/1971
26.	0102	MARINALVA WACHOL	11/08/1986
27.	0272	MIRIAM MARIAN DE OLIVEIRA	26/12/1963
28.	0161	RAINILDES APARECIDA GUCKERT	07/01/1966
29.	0174	SINEIDE APARECIDA LOURENÇO	29/08/1982

Cargo: - 04- Agente Comunitário de Saúde -Barragem

30.	0280	ALINE DOS SANTOS	07/09/1991
31.	0235	ALINE PARECIDA BRANGER	04/10/1990
32.	0087	ANA LUCIA FLOR SILVA TONON	17/06/1959
33.	0020	ANDRÉIA DA SILVA LONGEN	04/09/1979
34.	0307	EVANIR CUNHA	27/03/1947
35.	0129	GRAZIELE APARECIDA SABINO	23/03/1985
36.	0302	HONORIO GILZ	23/05/1950
37.	0108	KARLA KELLY VOSS	08/07/1993
38.	0159	LIZETE MARTINS RENGEL	17/12/1968
39.	0312	MARCIA DE FATIMA WES-TPHAL	07/01/1964
40.	0175	ODENICE BLONCKOWSKI	03/07/1984
41.	0268	RAQUEL CORREA DE MELLO DE SOUZA	26/09/1979
42.	0279	SOLANGE RASSWEILER	08/01/1977
43.	0051	TATIANA DE SALLES	26/03/1987
44.	0179	WILLIAN GUILHERME DOS SANTOS NOLLI	12/05/1993
45.	0206	ZULEICA METZGER	07/11/1977

SALA 205

Cargo - 03- Agente Comunitário de Saúde -Boa Vista

1.	0215	ALESSANDRA GRAZZIOTIN WALTER	23/08/1983
2.	0084	ARIANE DOS SANTOS	11/12/1990
3.	0232	CLAUDIA VERGINA HERMANN	05/12/1979
4.	0025	CLEUSA SCHMUELLER	10/02/1974
5.	0298	CRISTIANE DA ROZA MACHADO PEREIRA	28/08/1990
6.	0023	DIJANAN HENN FONTANIVE	13/06/1983
7.	0262	EDUARDO MIRANDA	04/02/1989
8.	0259	EULITA DOS SANTOS SOARES	14/09/1961
9.	0112	EVA GOMES DO AMARAL	25/05/1982
10.	0061	ÉDINA VICENTE	15/11/1990
11.	0172	FABRICIA HAMES	09/07/1993
12.	0048	GIANFRANCO HOFFMANN	01/09/1982
13.	0284	JANETE TERESINHA BEZERRA TRISTAO	09/06/1972
14.	0300	JENIFER EMANUELE DE ABREU	29/10/1989
15.	0050	JESSICA FRANCIELY ELIAS	27/03/1991
16.	0223	JUSSELIA APARECIDA KEMFNER DA SILVA	01/11/1976
17.	0116	LENITA APARECIDA JOCHEM	26/12/1977
18.	0241	LUCIA DINACIR CARDOZO	29/12/1958
19.	0018	MARIA APARECIDA AMARAL	13/08/1980
20.	0182	MARILENE BARROS DA COSTA ROSA	06/08/1980
21.	0130	MICHELE APARECIDA PREIS SCHOTTEN	17/11/1989
22.	0171	MORGANA REDEL	04/02/1994
23.	0275	NAIR KREUSCH	27/02/1979
24.	0184	PATRICIA BATISTA	07/03/1979
25.	0162	RICARDO FILAGRANA	03/03/1992
26.	0085	ROBERTO FILAGRANA	02/07/1989

27.	0098	ROSANA ALINE FARIAS	06/02/1992
28.	0210	SANDRA DA SILVA	04/10/1985
29.	0090	SIRLEI TEREZINHA SENS	00/00/0000
30.	0152	SUELY KEINER CORREIA	15/11/1965
31.	0217	TERESINHA APARECIDA BATISTA	27/12/1977

Cargo: - 09- Agente Comunitário de Saúde -Pamplona

32.	0309	ARLETE NAFFIN	24/03/1964
33.	0143	EDNEIA WESSLER	23/03/1982
34.	0292	JAISON HILLESHEIN	14/03/1987
35.	0088	JORGE BATISTA DA SILVA	22/06/1953
36.	0288	LUIS ROQUE FANTON	24/07/2012
37.	0069	SONIA MARIA JORGE POSTAE	14/12/1966
38.	0044	VIVIANE APARECIDA DE CARVALHO	06/10/1982

Cargo: - 10- Agente Comunitário de Saúde - Budag

39.	0155	ALEXANDRA SILVESTREIM NIGRO	31/12/1981
40.	0196	CARINA SCHMITZ DELA JUSTINA	20/08/1987
41.	0221	ELIANE SILVINO	05/07/1982
42.	0308	ELIETE CRUZ	11/09/1980
43.	0286	ELISIANA GUTJAHR GARLINI	13/01/1979
44.	0306	MAISA TATIANA DE SOUZA ALBINO	10/03/1988

SALA 206

Cargo: 05- Agente Comunitário de Saúde -Fundo Canoas

1.	0126	ANA PAULA MORAES DE OLIVEIRA	25/09/1983
2.	0297	ANDRESSA EVELYN SCHNAIDER	31/10/1989
3.	0145	BEATRIZ GRANZA	09/06/1979
4.	0086	CRISTINA RAMOS DE ANDRADE	13/06/1979
5.	0187	GIANI VIEIRA	18/07/1978
6.	0313	IOLY APARECIDA DOS SANTOS	04/11/1965
7.	0314	IRENE SALETE ADAMI PEREIRA	18/09/1948
8.	0267	JOCIANA MARCHI BRUGNAGO	19/04/1982
9.	0200	JOICE SCHMITZ	14/01/1987
10.	0127	JOSELAINE GOULART VARELA	02/08/1987
11.	0078	JOSIMERI STEL BRUSQUE	18/05/1981
12.	0047	KEIMY IVILLY CARNEIRO RODRIGUES	21/08/1992
13.	0258	MAICON RODRIGO HADLICH LEDRA	12/07/1989
14.	0201	MARIA EDINEIDE SANTOS SOARES	18/05/1976
15.	0128	MARIA SOLANGE CLAUDIANO	27/08/1960
16.	0022	MÁRCIO DE OLIVEIRA VIEIRA	08/07/1973
17.	0263	REGINA APARECIDA DA SILVA	17/03/1989
18.	0081	SANDRA APARECIDA DEMETRIO WEISS	24/10/1977
19.	0234	SIRLEI APARECIDA DE OLIVEIRA	31/05/1977
20.	0219	SONIA MARIA LEAL	22/11/1963
21.	0073	WAGNER GIOVANI DA SILVA OLIVEIRA	18/09/1993

Cargo: 06- Agente Comunitário de Saúde -Bela Aliança

22.	0183	ALVINA BORGES PATERNO	15/08/1970
-----	------	-----------------------	------------

23.	0295	ANDREZA MACHADO FERNANDES	07/04/1976
24.	0105	ANGELITA KRAUS DIHL	26/01/1972
25.	0089	CINTIA SCHRODER MORAIS MALKOWSKI	13/02/1978
26.	0065	CLAUDIA MULLER SANGALETTI	14/04/1980
27.	0303	DJENANE SCHNEIDER	12/09/1973
28.	0037	FRANCILENE FERNANDES DA SILVA	02/04/1963
29.	0274	ISOLETE PROBST MACHADO	09/12/1966
30.	0291	JAMILIE JENNRICH	02/09/1985
31.	0024	JOZELIA DA SILVA FELETI SCHREIBER	02/11/1988
32.	0160	MARILEUSA APARECIDA CORRÊA	28/03/1972
33.	0299	MARISA ALVES SUCHARA	27/04/1981
34.	0038	MIRIAN TEREZINHA REINERT MENEGHELLI	13/11/1967
35.	0134	ROSANE MALKOWSKI CERUTTI	15/08/1971
36.	0049	ROSELETE AURORA MARHOLD	31/07/1964
37.	0109	SANDRA APARECIDA DE BORBA MILIORINI	16/05/1969
38.	0242	SOLANGE APARECIDA ANDRADE	27/07/1964

Cargo: - 16- Agente Comunitário de Saúde - Itoupava

39.	0062	ADRIANA ROCHA KOVALSKI	29/01/1976
40.	0238	ANDERSON FEIFARECH	05/10/1985
41.	0237	DRIELE VALIATI FEIFARECH	29/10/1991
42.	0240	EVANDRO KIEPER	30/06/1980
43.	0119	JAMILE FATIMA MAZZINI DOS SANTOS	18/04/1990
44.	0169	SIDELMA SIMAO ARSENO	20/05/1981

SALA 207

Cargo: 07- Agente Comunitário de Saúde - Santa Galo

1.	0096	CARIN SCHENKEL	10/05/1973
2.	0042	DULCEMERE MACHADO NASCIMENTO	12/07/1976
3.	0227	ELIZANDRA FRANCIELI MAUL	10/04/1981
4.	0079	IRACEMA ANGELA VOLTOLINI	26/04/1949
5.	0080	JANAINA SILVA CAMARGO	27/03/1988
6.	0194	JOAO PAULO WESTPHAL MOJE	06/09/1983
7.	0131	JUCELI DA SILVA	01/02/1983
8.	0067	LEONITA DA SILVA BRIZOLA	18/08/1975
9.	0138	MARCIA AVILA DE MATOS	28/09/1980
10.	0091	MARIA BORGES	08/04/1966
11.	0094	MARIA LUCIA OZORIO LAURENTINO	14/10/1963
12.	0251	MARILUCIA DE SOUZA	24/08/1982
13.	0142	NAIR BALDO	12/10/1962
14.	0296	RICARDO AUGUSTO KUSTNER	24/07/1985
15.	0211	ROSECLEIA CORDEIRO NAZARI	26/07/1966
16.	0198	RUBIA APARECIDA VARELLA	24/04/1990
17.	0289	VERA LUCIA DOLSAN BEBER	03/02/2012

Cargo: 08- Agente Comunitário de Saúde -Santana

18.	0167	ANDREIA CORREA	05/01/1979
19.	0285	CARLA VIRGINIA RODRIGUES	15/05/1989
20.	0076	CARME APARECIDA BONESSI MICHALUTI	19/01/1966
21.	0016	CAROLINE KIESER	06/03/1986
22.	0316	CRISTIANE HINTEMANN	31/01/1986

23.	0114	CRISTIANI ZUNINO RODRIGUES	19/08/1973
24.	0157	DARICI BRIDI	17/04/1975
25.	0260	FABIANA LÚCIA WOLLINGER	03/04/1964
26.	0192	FERNANDA OLIVEIRA LOPES	23/09/1987
27.	0043	GABRIELA DE SOUZA	23/08/1988
28.	0250	IVONETE DE SOUZA	21/04/1983
29.	0193	NEUSA MARIA DA ROSA	13/10/1962
30.	0151	RENAN NORBERTO DA SILVA	19/02/1987
31.	0046	ROSELENE BAGATOLI	16/09/1998
32.	0226	ROSELI DE ANDRADE RAINARDT	04/09/1987
33.	0150	SILVANA DA SILVA ROCHA NORBERTO	31/03/1986
34.	0301	SUELI CLAUDINO MACHADO MIRANDA	28/02/1963
35.	0255	SUELLEN CORREIA DE SOUZA	14/03/1985
36.	0249	VANDA MARIA RETKE	11/12/1966

Cargo: - 12- Agente Comunitário de Saúde - Santa Rita

37.	0264	ALEXANDRA MENDES	03/03/1981
38.	0099	GREICI ELOANGE FURTADO MARTINS	02/07/1986

Cargo: - 13- Agente Comunitário de Saúde - Brehmer

39.	0252	ADRIANA APARECIDA PACHECO HONORATO	16/04/1981
40.	0156	CECILIA PEREIRA	08/10/1955
41.	0095	CÉSAR FÉLIS BALDO	24/03/1982
42.	0021	GLORIA BEATRIZ BORGES MATUCHESKI	11/04/1976
43.	0247	RITA DE CASSIA PATRICIO	29/08/1984
44.	0199	RODRIGO FERNANDES	13/01/1993

SALA 208

Cargo: - 11- Agente Comunitário de Saúde - Laranjeiras

1.	0305	ALEXANDRA BARBOSA	30/04/1989
2.	0214	ALINE MOREIRA	21/12/1986
3.	0177	CELIA EGER DOS SANTOS	12/11/1975
4.	0144	ESTI HADLICH FRANZ	08/04/1958
5.	0253	GIANY CARLA GARCIA	02/09/1979
6.	0254	KELLY BERTOLINA GARCIA	05/06/1990
7.	0083	LUDGERO VINICIUS PONTEL ALBERTON	08/05/1992
8.	0224	MARLENE BONI NEVES	18/05/1963
9.	0188	ROSEMARA DE SOUZA SANTOS	01/03/1989
10.	0117	ROZANE GARCIA	23/03/1979
11.	0009	VALDETE SCHLEMPER DOS SANTOS	27/07/1966

Cargo: - 14- Agente Comunitário de Saúde -Canoas

12.	0269	ANGELA MELO DA SILVA	14/10/1974
13.	0229	EVA EMMANUELLE LUZ	07/01/1979
14.	0148	FRANCIANE FERRARI	22/08/1976
15.	0261	IVANIR MARIA CONTI	18/08/1961
16.	0266	LUANA CRISTINI LINDEMANN	15/07/1993
17.	0180	LUCIANA SILVA DOS SANTOS	15/05/1977
18.	0207	MARIA SALETE STRELOW TRUPPEL	30/04/1959
19.	0231	MICHELLE DE FATIMA LUZ	21/12/1982
20.	0293	SANDRA PEREIRA DA SILVA	02/02/1984
21.	0202	VALERIA ANDRADE SANTOS	12/09/1974

Cargo: 15- Agente Comunitário de Saúde - Sumaré

22.	0008	ANDREIA STEGEMANN	10/02/1984
-----	------	-------------------	------------

23.	0133	ANDRESSA APARECIDA DOS SANTOS	23/06/1994
24.	0236	CARLA MUNSFELD DUWE	12/01/1982
25.	0257	CATIA ESKELSEN	10/01/1968
26.	0055	CATIERE APARECIDA MACHADO	09/07/1979
27.	0147	CRISTIANE CONCEIÇÃO ROSA	14/11/1982
28.	0225	DOUGLAS DIEGO PIVA	00/00/0000
29.	0100	JENIFER CORREA GUTZ	04/05/1992
30.	0283	LILIAN REGINA ANGELO	26/06/1981
31.	0186	LUCINEIA ZANCANARO	19/10/1982
32.	0158	MAITE PRISCILA DE AMORIM	06/04/1985
33.	0106	MARCOS STRELOW MAAS	25/10/1994
34.	0034	VELCI PEREIRA XAVIER	24/06/1962

Cargo: - 17- Agente de Combate às Endemias

35.	0097	ALEX JUNIOR SCHMUELLER	08/09/1990
36.	0273	CLEINICE APARECIDA MORAES	30/10/1978
37.	0168	ELMAR OZÓRIO BORGES	08/06/1955
38.	0233	EUNICE R MARCHI	05/09/1960
39.	0246	GABRIEL AUGUSTO GUTJAHN	08/02/1992
40.	0222	IVANILDE DE OLIVEIRA	18/08/1965
41.	0311	JAILSON MARCELO DOMINGOS	13/08/1977
42.	0277	LIGIANE ANGELO	12/09/1989
43.	0245	NANCI MILLENA SCHELTER	01/10/1985
44.	0290	RAFAELA PAULA ZUCATELLI	09/05/1991
45.	0209	SUELEN LUCHTENBERG	06/09/1984
46.	0216	VANESSA REGINA JUNCES	14/12/1985
47.	0195	VOLNEI PATRICIO MARTINS	16/10/1983

Inscrições Indeferidas e Homologadas Concurso Público 001/2012

DECRETO Nº 2.397, de 21 de fevereiro de 2012

"DIVULGA INSCRIÇÕES INDEFERIDAS E HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DEFERIDAS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, juntamente com a Comissão Especial de Concurso Público, nomeada pelo Decreto n.º 1.942, de 27 de junho de 2011, e de acordo com o Edital de concurso público n. 001/2012, tornam público o que segue:

Art.1º - Ficam DEFERIDAS e HOMOLOGADAS, as inscrições dos candidatos às vagas e Cadastro de Reserva para os cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, listados em ordem de cargo conforme anexo I deste decreto.

Art.2º - Ficam INDEFERIDAS as inscrições abaixo relacionadas, por falta de confirmação do pagamento da taxa de inscrição.

0001	0002	0003	0004	0007	0010	0 0 1 1
0012	0013	0014	0015	0017	0019	0 0 2 6
0029	0030	0031	0032	0033	0036	0 0 3 9
0040	0052	0053	0054	0056	0058	0 0 5 9
0060	0063	0064	0066	0068	0070	0 0 7 1
0072	0074	0075	0077	0082	0092	0 0 9 3
0101	0103	0104	0107	0110	0111	0 1 1 3
0115	0118	0120	0121	0122	0123	0 1 2 4
0125	0132	0139	0140	0141	0149	0 1 5 3
0154	0163	0165	0166	0170	0173	0 1 7 6
0178	0181	0185	0189	0190	0191	0 1 9 7
0205	0208	0212	0218	0220	0228	0 2 3 0
0248	0270	0276	0278	0281	0282	0 2 9 4
0315	0317					

Art.3º - Os recursos contra o indeferimento das inscrições poderão ser impetrados nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2012, conforme edital.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

21 de fevereiro de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

ANEXO I DO DECRETO Nº 2.397/2012 INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Seq.	Candidato	Data Nascimento
Cargo - 01-Agente Comunitário de Saúde - Taboão		
1	0028 ADRINA REGINA MAZZI	05/06/1984
2	0136 ANDREIA FABIOLA SANTOS MOREIRA	17/06/1990
3	0137 BIANCA SOARES	08/02/1993
4	0304 DARCI NETO	06/11/1974
5	0027 ELIZETE DE FÁTIMA BARBOSA	25/04/1974
6	0045 GYZELE DO RÓCIO FIRMINO SAMPAIO	08/07/1980
7	0243 JOANA SCHNEIDER	17/05/1994
8	0310 LUCIANA PARMA	28/07/1980
9	0204 PRISCILA KLEHM	09/08/1987
10	0203 RITA DE CÁCIA KLEHM	30/06/1959

Cargo - 02- Agente Comunitário de Saúde - Barra do Trombudo

1	0164 CARLA HAMILTON SCHIESTL	27/06/1982
2	0213 CATIE TEREZINHA CORREA	25/11/1983
3	0035 CLEUSA SILVA MARTINEZ	21/11/1960
4	0271 DEBORA MARIANE DE OLIVEIRA	28/04/1986
5	0256 EDER EDSON HARGER	17/02/1993
6	0041 EVANILDA BORGES	28/05/1986
7	0057 INDIANARA APARECIDA DA SILVA	11/12/1993
8	0146 JANAINA AMADO DE ANDRADE	13/10/1986
9	0135 JANAINA ANTONIA TAVARES	26/08/1984
10	0006 JOÃO LUIS SUPPI RODRIGUES	20/04/1990
11	0005 KÁTIA APARECIDA SUPPI	10/10/1961
12	0265 KESLI CAROLINE MENDES LIMA	26/06/1985
13	0287 LUCIANA DOS SANTOS	22/06/1983
14	0244 MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DE OLIVEIRA ANDRADE	31/08/1957
15	0239 MARIA NADIR DE MOURA	28/07/1971
16	0102 MARINALVA WACHOL	11/08/1986
17	0272 MIRIAM MARIAN DE OLIVEIRA	26/12/1963
18	0161 RAINILDES APARECIDA GUCKERT	07/01/1966
19	0174 SINEIDE APARECIDA LOURENÇO	29/08/1982

Cargo - 03- Agente Comunitário de Saúde - Boa Vista

1	0215 ALESSANDRA GRAZZIOTIN WALTER	23/08/1983
2	0084 ARIANE DOS SANTOS	11/12/1990
3	0232 CLAUDIA VERGINA HERMANN	05/12/1979
4	0025 CLEUSA SCHMUELLER	10/02/1974
5	0298 CRISTIANE DA ROZA MACHADO PEREIRA	28/08/1990
6	0023 DJANAN HENN FONTANIVE	13/06/1983
7	0262 EDUARDO MIRANDA	04/02/1989
8	0259 EULITA DOS SANTOS SOARES	14/09/1961
9	0112 EVA GOMES DO AMARAL	25/05/1982
10	0061 ÉDINA VICENTE	15/11/1990
11	0172 FABRICIA HAMES	09/07/1993



12	0048	GIANFRANCO HOFFMANN	01/09/1982
13	0284	JANETE TERESINHA BEZERRA TRISTAO	09/06/1972
14	0300	JENIFER EMANUELE DE ABREU	29/10/1989
15	0050	JESSICA FRANCIELY ELIAS	27/03/1991
16	0223	JUSSELIA APARECIDA KEMFNER DA SILVA	01/11/1976
17	0116	LENITA APARECIDA JOCHEM	26/12/1977
18	0241	LUCIA DINACIR CARDOZO	29/12/1958
19	0018	MARIA APARECIDA AMARAL	13/08/1980
20	0182	MARILENE BARROS DA COSTA ROSA	06/08/1980
21	0130	MICHELE APARECIDA PREIS SCHOTTEN	17/11/1989
22	0171	MORGANA REDEL	04/02/1994
23	0275	NAIR KREUSCH	27/02/1979
24	0184	PATRICIA BATISTA	07/03/1979
25	0162	RICARDO FILAGRANA	03/03/1992
26	0085	ROBERTO FILAGRANA	02/07/1989
27	0098	ROSANA ALINE FARIAS	06/02/1992
28	0210	SANDRA DA SILVA	04/10/1985
29	0090	SIRLEI TEREZINHA SENS	00/00/0000
30	0152	SUELY KEINER CORREIA	15/11/1965
31	0217	TERESINHA APARECIDA BATISTA	27/12/1977

Cargo: - 04- Agente Comunitário de Saúde -Barragem

1	0280	ALINE DOS SANTOS	07/09/1991
2	0235	ALINE PARECIDA BRANGER	04/10/1990
3	0087	ANA LUCIA FLOR SILVA TONON	17/06/1959
4	0020	ANDRÉIA DA SILVA LONGEN	04/09/1979
5	0307	EVANIR CUNHA	27/03/1947
6	0129	GRAZIELE APARECIDA SABINO	23/03/1985
7	0302	HONORIO GILZ	23/05/1950
8	0108	KARLA KELLY VOSS	08/07/1993
9	0159	LIZETE MARTINS RENGEL	17/12/1968
10	0312	MARCIA DE FATIMA WESTPHAL	07/01/1964
11	0175	ODENICE BLONCKOWSKI	03/07/1984
12	0268	RAQUEL CORREA DE MELLO DE SOUZA	26/09/1979
13	0279	SOLANGE RASSWEILER	08/01/1977
14	0051	TATIANA DE SALLES	26/03/1987
15	0179	WILLIAN GUILHERME DOS SANTOS NOLLI	12/05/1993
16	0206	ZULEICA METZGER	07/11/1977

I			
Cargo: 05- Agente Comunitário de Saúde -Fundo Canoas			
1	0126	ANA PAULA MORAES DE OLIVEIRA	25/09/1983
2	0297	ANDRESSA EVELYN SCHNAIDER	31/10/1989
3	0145	BEATRIZ GRANZA	09/06/1979
4	0086	CRISTINA RAMOS DE ANDRADE	13/06/1979
5	0187	GIANI VIEIRA	18/07/1978
6	0313	IOLY APARECIDA DOS SANTOS	04/11/1965
7	0314	IRENE SALETE ADAMI PEREIRA	18/09/1948
8	0267	JOCIANA MARCHI BRUGNAGO	19/04/1982
9	0200	JOICE SCHMITZ	14/01/1987
10	0127	JOSELAINE GOULART VARELA	02/08/1987
11	0078	JOSIMERI STEL BRUSQUE	18/05/1981
12	0047	KEIMY IVILLY CARNEIRO RODRIGUES	21/08/1992
13	0258	MAICON RODRIGO HADLICH LEDRA	12/07/1989
14	0201	MARIA EDINEIDE SANTOS SOARES	18/05/1976
15	0128	MARIA SOLANGE CLAUDIANO	27/08/1960
16	0022	MÁRCIO DE OLIVEIRA VIEIRA	08/07/1973

17	0263	REGINA APARECIDA DA SILVA	17/03/1989
18	0081	SANDRA APARECIDA DEMETRIO WEISS	24/10/1977
19	0234	SIRLEI APARECIDA DE OLIVEIRA	31/05/1977
20	0219	SONIA MARIA LEAL	22/11/1963
21	0073	WAGNER GIOVANI DA SILVA OLIVEIRA	18/09/1993

Cargo: 06- Agente Comunitário de Saúde -Bela Aliança

1	0183	ALVINA BORGES PATERNO	15/08/1970
2	0295	ANDREZA MACHADO FERNANDES	07/04/1976
3	0105	ANGELITA KRAUS DIHL	26/01/1972
4	0089	CINTIA SCHRODER MORAIS MALKOWSKI	13/02/1978
5	0065	CLAUDIA MULLER SANGALETI	14/04/1980
6	0303	DJENANE SCHNEIDER	12/09/1973
7	0037	FRANCILENE FERNANDES DA SILVA	02/04/1963
8	0274	ISOLETE PROBST MACHADO	09/12/1966
9	0291	JAMILIE JENNRICH	02/09/1985
10	0024	JOZELIA DA SILVA FELETI SCHREIBER	02/11/1988
11	0160	MARILEUSA APARECIDA CORRÊA	28/03/1972
12	0299	MARISA ALVES SUCHARA	27/04/1981
13	0038	MIRIAN TEREZINHA REINERT MENEGHELLI	13/11/1967
14	0134	ROSANE MALKOWSKI CERUTTI	15/08/1971
15	0049	ROSELETE AURORA MARHOLD	31/07/1964
16	0109	SANDRA APARECIDA DE BORBA MILIORINI	16/05/1969
17	0242	SOLANGE APARECIDA ANDRADE	27/07/1964

Cargo: 07- Agente Comunitário de Saúde - Canta Galo

1	0096	CARIN SCHENKEL	10/05/1973
2	0042	DULCEMERE MACHADO NASCIMENTO	12/07/1976
3	0227	ELIZANDRA FRANCIELI MAUL	10/04/1981
4	0079	IRACEMA ANGELA VOLTOLINI	26/04/1949
5	0080	JANAINA SILVA CAMARGO	27/03/1988
6	0194	JOAO PAULO WESTPHAL MOJE	06/09/1983
7	0131	JUCELI DA SILVA	01/02/1983
8	0067	LEONITA DA SILVA BRIZOLA	18/08/1975
9	0138	MARCIA AVILA DE MATOS	28/09/1980
10	0091	MARIA BORGES	08/04/1966
11	0094	MARIA LUCIA OZORIO LAURENTINO	14/10/1963
12	0251	MARILUCIA DE SOUZA	24/08/1982
13	0142	NAIR BALDO	12/10/1962
14	0296	RICARDO AUGUSTO KUSTNER	24/07/1985
15	0211	ROSECLEIA CORDEIRO NAZARI	26/07/1966
16	0198	RUBIA APARECIDA VARELLA	24/04/1990
17	0289	VERA LUCIA DOLSAN BEBER	03/02/2012

Cargo: 08- Agente Comunitário de Saúde -Santana

1	0167	ANDREIA CORREA	05/01/1979
2	0285	CARLA VIRGINIA RODRIGUES	15/05/1989
3	0076	CARME APARECIDA BONESSI MICHALUTI	19/01/1966
4	0016	CAROLINE KIESER	06/03/1986
5	0316	CRISTIANE HINTEMANN	31/01/1986
6	0114	CRISTIANI ZUNINO RODRIGUES	19/08/1973
7	0157	DARICI BRIDI	17/04/1975
8	0260	FABIANA LÚCIA WOLLINGER	03/04/1964
9	0192	FERNANDA OLIVEIRA LOPES	23/09/1987
10	0043	GABRIELA DE SOUZA	23/08/1988
11	0250	IVONETE DE SOUZA	21/04/1983

12	0193	NEUSA MARIA DA ROSA	13/10/1962
13	0151	RENAN NORBERTO DA SILVA	19/02/1987
14	0046	ROSELENE BAGATOLI	16/09/1998
15	0226	ROSELI DE ANDRADE RAINARDT	04/09/1987
16	0150	SILVANA DA SILVA ROCHA NORBERTO	31/03/1986
17	0301	SUELI CLAUDINO MACHADO MIRANDA	28/02/1963
18	0255	SUELLEN CORREIA DE SOUZA	14/03/1985
19	0249	VANDA MARIA RETKE	11/12/1966

Cargo: - 09- Agente Comunitário de Saúde - Pampulona

1	0309	ARLETE NAFFIN	24/03/1964
2	0143	EDNEIA WESSLER	23/03/1982
3	0292	JAISON HILLESHEIN	14/03/1987
4	0088	JORGE BATISTA DA SILVA	22/06/1953
5	0288	LUIS ROQUE FANTON	24/07/2012
6	0069	SONIA MARIA JORGE POSTAE	14/12/1966
7	0044	VIVIANE APARECIDA DE CARVALHO	06/10/1982

Cargo: - 10- Agente Comunitário de Saúde - Budag

1	0155	ALEXANDRA SILVESTRE NIGRO	31/12/1981
2	0196	CARINA SCHMITZ DELA JUSTINA	20/08/1987
3	0221	ELIANE SILVINO	05/07/1982
4	0308	ELIETE CRUZ	11/09/1980
5	0286	ELISIANA GUTJAHR GARLINI	13/01/1979
6	0306	MAISA TATIANA DE SOUZA ALBINO	10/03/1988

Cargo: - 11- Agente Comunitário de Saúde - Laranjeiras

1	0305	ALEXANDRA BARBOSA	30/04/1989
2	0214	ALINE MOREIRA	21/12/1986
3	0177	CELIA EGER DOS SANTOS	12/11/1975
4	0144	ESTI HADLICH FRANZ	08/04/1958
5	0253	GIAN Y CARLA GARCIA	02/09/1979
6	0254	KELLY BERTOLINA GARCIA	05/06/1990
7	0083	LUDGERO VINICIUS PONTEL ALBERTON	08/05/1992
8	0224	MARLENE BONI NEVES	18/05/1963
9	0188	ROSEMARA DE SOUZA SANTOS	01/03/1989
10	0117	ROZANE GARCIA	23/03/1979
11	0009	VALDETE SCHLEMPER DOS SANTOS	27/07/1966

Cargo: - 12- Agente Comunitário de Saúde - Santa Rita

1	0264	ALEXANDRA MENDES	03/03/1981
2	0099	GREICI ELOANGE FURTADO MARTINS	02/07/1986

Cargo: - 13- Agente Comunitário de Saúde - Brehmer

1	0252	ADRIANA APARECIDA PACHECO HONORATO	16/04/1981
2	0156	CECILIA PEREIRA	08/10/1955
3	0095	CÉSAR FÉLIS BALDO	24/03/1982
4	0021	GLORIA BEATRIZ BORGES MATUCHESKI	11/04/1976
5	0247	RITA DE CASSIA PATRICIO	29/08/1984
6	0199	RODRIGO FERNANDES	13/01/1993

Cargo: - 14- Agente Comunitário de Saúde - Canoas

1	0269	ANGELA MELO DA SILVA	14/10/1974
2	0229	EVA EMMANUELLE LUZ	07/01/1979
3	0148	FRANCIANE FERRARI	22/08/1976
4	0261	IVANIR MARIA CONTI	18/08/1961
5	0266	LUANA CRISTINI LINDEMANN	15/07/1993
6	0180	LUCIANA SILVA DOS SANTOS	15/05/1977

7	0207	MARIA SALETE STRELOW TRUPPEL	30/04/1959
8	0231	MICHELLE DE FATIMA LUZ	21/12/1982
9	0293	SANDRA PEREIRA DA SILVA	02/02/1984
10	0202	VALERIA ANDRADE SANTOS	12/09/1974

Cargo: 15- Agente Comunitário de Saúde - Sumaré

1	0008	ANDREIA STEGEMANN	10/02/1984
2	0133	ANDRESSA APARECIDA DOS SANTOS	23/06/1994
3	0236	CARLA MUNSFELD DUWE	12/01/1982
4	0257	CATIA ESKELSEN	10/01/1968
5	0055	CATIERE APARECIDA MACHADO	09/07/1979
6	0147	CRISTIANE CONCEIÇÃO ROSA	14/11/1982
7	0225	DOUGLAS DIEGO PIVA	00/00/0000
8	0100	JENIFER CORREA GUTZ	04/05/1992
9	0283	LILIAN REGINA ANGELO	26/06/1981
10	0186	LUCINEIA ZANCANARO	19/10/1982
11	0158	MAITE PRISCILA DE AMORIM	06/04/1985
12	0106	MARCOS STRELOW MAAS	25/10/1994
13	0034	VELCI PEREIRA XAVIER	24/06/1962

Cargo: - 16- Agente Comunitário de Saúde - Itoupava

1	0062	ADRIANA ROCHA KOVALSKI	29/01/1976
2	0238	ANDERSON FEIFARECH	05/10/1985
3	0237	DRIELE VALIATI FEIFARECH	29/10/1991
4	0240	EVANDRO KIEPER	30/06/1980
5	0119	JAMILE FATIMA MAZZINI DOS SANTOS	18/04/1990
6	0169	SIDELMA SIMAO ARSENO	20/05/1981

Cargo: - 17- Agente de Combate às Endemias

1	0097	ALEX JUNIOR SCHMUELLER	08/09/1990
2	0273	CLEINICE APARECIDA MORAES	30/10/1978
3	0168	ELMAR OZÓRIO BORGES	08/06/1955
4	0233	EUNICE R MARCHI	05/09/1960
5	0246	GABRIEL AUGUSTO GUTJAHR	08/02/1992
6	0222	IVANILDE DE OLIVEIRA	18/08/1965
7	0311	JAILSON MARCELO DOMINGOS	13/08/1977
8	0277	LIGIANE ANGELO	12/09/1989
9	0245	NANCI MILLENA SCHELTER	01/10/1985
10	0290	RAFAELA PAULA ZUCATELLI	09/05/1991
11	0209	SUELEN LUCHTENBERG	06/09/1984
12	0216	VANESSA REGINA JUNCES	14/12/1985
13	0195	VOLNEI PATRICIO MARTINS	16/10/1983

Rio do Sul, 21 de Fevereiro de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Edital Interno de Avaliação para Progressão Funcional N. 001/2012

EDITAL Interno de Avaliação para Progressão Funcional n. 001/2012

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO aos servidores do Magistério Municipal, a prorrogação do período de entrega dos certificados para pontuação no item Qualificação Profissional, nos termos do Decreto n. 2.323 de 30 de dezembro de 2011, que altera o Decreto n. 446 de 29 de outubro de 2004.

FAÇO PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, a PRORROGAÇÃO o período de entrega dos certificados para pontuação no item Qualificação Profissional, alterando os itens 3.1 e 3.5, constantes do Edital Interno de Avaliação para Progressão Funcional n. 001/2012, que passam a vigorar com a seguinte redação:

3.1. O período para a entrega de cópia dos certificados de cursos de qualificação profissional será de 01/02/2012 a 24/02/2012.

3.5. Após o prazo da inscrição, dia 29/02/2012, será publicada a classificação final no site indicado no subitem 3.2 em ordem alfabética.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Retificação do Edital Interno de Avaliação de Progressão Funcional N. 001/2012

RETIFICAÇÃO do Edital Interno de Avaliação de Progressão Funcional n. 001/2012

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais torna público a Retificação do Anexo I, parte integrante do Edital Interno de Avaliação de Progressão Funcional n. 001/2012 para os servidores do Magistério Municipal, publicado em 01 de fevereiro de 2012.

I - Fica retificada a relação nominal dos professores da Rede Pública Municipal, aptos a participar da Prova de Qualificação .

Anexo I

ADRIANA CLAUDINO MACHADO SALLA
ADRIANA MAISA NECKEL WETZSTEIN
ALAIDE FERNANDES
ALCIONE CERONI RUCKERT
ANELORE BUZZI
ANGELA CRISTINA HAMMANN
ARLETE APARECIDA GEISER
CASSIA CRISTINA DE SOUZA WESTPHAL
CHEILA SIMONE NIEHUES
CIMARA BENTA DA SILVA
CINTIA ROLING MENDONÇA
CRISTIANA DALPIAZ GIRARDI
CRISTIANE LESSA CORREA
CRISTIANE RASSINI
DAIZE GIOVANELLA
DALILA MARCHI ROSSETTI
DEBORA OSSEMER SCHLUP
DEISE FERREIRA
DEISE MONTIBELER
DENISE COSTA
DILZA BROERING
DINALVA MARIA SEMEONI
DINI CRISTINA WORDELL BECKER
DOMINANDA APARECIDA DOS SANTOS
DULCE BINI TINTI
DULCE SAUTNER DESTRO
EDOLAR PAVANELLO
ELENICE FLOR SORA
ELIANA VIRGINIA PHILIPPI
ELIANE LEA VICENTE TESTONI
ELISIANA KNOPF
ERIVONETE COSTA LUCIO
EVELISE SUCATELLI MATE
FABIOLA REGINA HINCKEL DE JESUS
FERNANDA KRIESER

FERNANDA PONTES ROSSI FACHINI
FERNANDA STRINGARI
FLAVIA CIRLEI CERCAL
FLORENTINA STUPP SILVA
FRANCISCA AURICELIA ALVES DE MATOS
GENIR CEOLA
GLAUCE GISELE MACIANO
GLAUCEMARA BONACOLSI
GLORIA JANAINA MERIZ
GREICE APARECIDA DA CONCEICAO
GRETÍ ELAINE DOS SANTOS ERN
IRACI ROSA OSTERNO TONET
IRIS HERWEG HEINRICH
IRIS WESSLING ROMANIO
IVO RENATO MERIZI
JANAINA DA SILVA
JANARA ELIANA DOEGE
JANE LAURENTINO SEZERINO
JANETE SCHMIDT HOELLER
JENIANA BECHTOLD BRUNING
JOANA ALVES DE OLIVEIRA SANTOS
JUREMA MENDONCA
KARLA KARDAUKE
LEILA DENISE GUCKERT LOSI
LEILA MARA AMORIM KRAJESKI
LEISE CRISTINA LUIZ
LEOCADIA SBORZ
LILIAM DA LUZ TONETI
LILIAN RODE BARBOSA
LUCIANA GOEDERT WEHMUTH
LUCIANE KIRCHNER
LUCIANO DIAS
MARA RUBIA ERNST
MARCIA CATARINA SIQUEIRA FACHINI
MARCIA WESSNER VINOTTI
MARGARET ODEBRECHT
MARIA APARECIDA DE LINO DAY
MARIA DE LOURDES TONON TILLMANN
MARIA ROSELI DOS SANTOS
MARIA SALETE CAVALCANTE CENSI
MARILENE BACK ESPINDOLA
MARILENE RIZZI
MARILSE ELIANE MATTOS POMPÍLIO
MERES APARECIDA DE ANDRADE
MERI ADRIANA BAADE BECKER
MICHELE KNOPF
MIRIAM GARCIA
NEUZA MARGARETE GIACOMOZZI SCHLUP
NEVANIR CORREIA MALHEIROS
NILZA COELHO
NILZA MINATTI
NOELI TEREZINHA MARCELINO SCHWEITZER
RAQUEL HAFERMANN CONSTANTE
REGINA BAZZANI KRETZER
ROMI KUSTERKO
ROSA FERREIRA DE MATOS
ROSANE ZANIS
RUBIANA CARLA SLOMP
SANDRA MARA SCHONS XAVIER
SANDRA FIGUEREDO
SELIA SEIDE
SENELI FERREIRA DA SILVA ZONTA
SILENE SCHMITZ CONTEZINI
SILVANA DO NASCIMENTO
SILVIA VIGNOLA
SIMONE APARECIDA PEREIRA MULLER
SIRLEI APARECIDA SCHMITT
SOLANGE BRANGER
SONIA EGER CENSI

SUELI HENN ZABEL
TAISA ADAM ERN
TANIA BAASCH BREMER
VALQUIRIA MONTAGNA
VANESSA PAULI UNFRIED
WILMARA ADRIANA STADNIK BUBLITZ
YARA DINORA NECKEL

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

Termo de Rescisão do Contrato Nº 024/2010

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 024/2010

DA ESPÉCIE: Fica rescindido o Contrato de Prestação de Serviços de Publicações Oficiais em Âmbito Estadual de: Editais de Licitação, Editais de Concursos Públicos, Editais de Convocação, Resultados de Concursos, Comunicações Abandono de Cargo e Emprego bem como outros atos administrativos da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde, que se fizerem necessários, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa RBS ZERO HORA EDITORA - JORNAL DIÁRIO CATARINENSE, a partir de 30 de novembro de 2011.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2011.

Ass: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

EDUARDO BARBOSA e LUCIANA LUZ APRIGLIANO, pela Empresa Contratada.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Lei Nº 1.992, de 17 de Fevereiro de 2012.

LEI Nº 1.992, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012.

Autoriza o Município de São Lourenço do Oeste a receber em doação bem imóvel de propriedade do Sr. Velocindo Poggere, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação, do Sr. Velocindo Poggere, parte da chácara nº 22 (vinte e dois), com área de 2.258,47m² (dois mil, duzentos e cinquenta e oito virgula quarenta e sete metros quadrados), sem benfeitorias, situada no Bloco "A", neste Município de São Lourenço do Oeste - SC, conforme memorial descritivo, constantes do Anexo I desta Lei.

§ 1º. O imóvel descrito no caput deste artigo fica destinado a integrar a Faixa de Domínio do Acesso Sul do Município de São Lourenço do Oeste.

§ 2º. O imóvel descrito no caput foi avaliado em R\$ 67.700,00 (sessenta e sete mil e setecentos reais), conforme laudo de avaliação constante do Anexo II desta Lei.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o registro do bem, descrito no art. 1º desta Lei, para o patrimônio do Município.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei serão utilizados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 17 de fevereiro de 2012.

JOÃO CARLOS ECKER

Prefeito Municipal em exercício

Decreto Nº 4.377, de 17 de Fevereiro de 2012.

DECRETO Nº 4.377, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012.

Altera o Decreto nº 4.376, de 16 de fevereiro de 2012, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o poder-dever da Administração de rever seus atos, na presença de possíveis equívocos ou de ocorrências que não se coadunem com os princípios constitucionais expressos no caput, do art. 37, da Constituição Federal;

DECRETA:

Art. 1º O Anexo Único do Decreto nº 4.376, de 16 de fevereiro de 2012, que "dispõe sobre a homologação do resultado do Processo Seletivo nº 002/2012", passa a vigorar com a redação constante do Anexo Único deste decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de fevereiro de 2012.

JOÃO CARLOS ECKER

Prefeito Municipal, em exercício

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 4.377, de 17 de fevereiro de 2012)

RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2012

EDUCADOR SOCIAL I

CLAS-SIFICA-ÇÃO	Nº INSC.	CANDI-DATO	PON-TOS CURSO ESPE-CIALI-ZAÇÃO	PON-TOS CURSO ESPC. MES-TRADO	PON-TOS APERF. ÁREA	PON-TOS TEMPO DE SER-VIÇO REDE ENSINO	PON-TOS TEMPO DE SER-VIÇO REDE SOCIAL	TOTAL DE PON-TOS
001	005	IRACY TERE-ZINHA CELLA	100	-	8	203	150	461
002	006	NILSA MARTIG-NAGO KOLLING	100	-	41	235	-	376
003	003	SONIA TERE-ZINHA COSTA	100	-	14	185	-	299

004	001	EVELI- ZE DE CEZARO VALEN- TINI	100	-	43	39	88	270
005	002	FRAN- CIELI GONÇAL- VES DO NASCI- MENTO	-	-	25	17	-	42

EDUCADOR SOCIAL II

CLAS- SIFICA- ÇÃO	Nº INSC.	CANDI- DATO	PON- TOS CURSO ESPE- CIALI- ZAÇÃO	PON- TOS CURSO ESPC. MES- TRADO	PON- TOS APERF. ÁREA	PON- TOS TEMPO DE SER- VIÇO REDE ENSINO	PON- TOS TEMPO DE SER- VIÇO REDE SOCIAL	TOTAL DE PON- TOS
001	009	PATRI- CIA TEIXEI- RA	100	-	14	30	-	144
002	007	MAR- CIA DE ABREU CAMAR- GO	100	-	14	16	-	130

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de fevereiro de 2012.

JOÃO CARLOS ECKER

Prefeito Municipal, em exercício

**Notificação de Recebimento de Recursos Federais -
16/02/2012****ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 16/02/2012 até 16/02/2012

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		187.091,30
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	70,97
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	70,97
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	70,97
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota Parte do ITR 60%	42,58
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota Parte do ITR 25%	17,74
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota Parte do ITR 15%	10,65
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	187.034,52
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	187.034,52
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	112.220,71
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	74.813,81
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução de Receita	-14,19
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-14,19
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - ITR	-14,19

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 22/02/2012

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

NORIVAL JOÃO CENCI
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Schroeder

PREFEITURA

Portaria No4.387/2012, de 17 de Fevereiro de 2012
PORTARIA No4.387/2012, de 17 de fevereiro de 2012
NOMEIA RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora Senhora Letícia Gazola, Engenheira Ambiental, inscrita no CPF sob o nº047.566.749-25, portadora da Carteira de Identidade nº4.126.328, CREA/SC nº098468-8, como responsável pela fiscalização do Contrato nº15/2008-PMS, Processo de Licitação nº130/2007-PMS - modalidade Tomada de Preços nº05/2007-PMS - contratação de empresa especializada em serviços de limpeza pública, ramo de engenharia sanitária, execução da gestão dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais produzidos no município de Schroeder, compreendendo: a coleta dos resíduos, o transbordo, o transporte e destinação final dos resíduos em aterro sanitário licenciado pela FATMA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 17 de fevereiro de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

DENILSON WEISS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº. 4.298/2012, de 23 de Janeiro de 2012.
PORTARIA Nº. 4.298/2012, de 23 de janeiro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Gelson Stein, para exercer o cargo de Auxiliar de Expediente, percebendo o nível salarial nº. 021 - Administração, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de janeiro de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.383/2012, de 15 de Fevereiro de 2012.

PORTARIA Nº. 4.383/2012, de 15 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o afastamento por Licença Maternidade para a funcionária, Sra. Marieli Janke Lange, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 15 de fevereiro de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.

DENILSON WEISS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº. 4.384/2012, de 16 de Fevereiro de 2012
PORTARIA Nº. 4.384/2012, de 16 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o término de contrato de trabalho de vários profissionais durante o mês de dezembro de 2011;

Considerando a lista classificatória do Processo Seletivo nº 002/2011/SECEL/PMS, homologada através do Decreto nº 2.377/2011, de 22/12/2011;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pético e inalienável, e que as demandas auxiliares à atividade docente são fundamentais para a garantia da qualidade do serviço prestado;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Lenir Buhl Luft, para exercer o cargo de Servente, percebendo o nível salarial nº 007, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, e contrato assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

DENILSON WEISS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº. 4.385/2012, de 16 de Fevereiro de 2012.

PORTARIA Nº. 4.385/2012, de 16 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da funcionária Sra. Viviane Maria Soares Ricardo, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

DENILSON WEISS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº. 4.386/2012, de 17 de Fevereiro de 2012.

PORTARIA Nº. 4.386/2012, de 17 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2010/GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.221/2011, de 08/02/2011, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Karolline Lins de Carvalho, para exercer o cargo de Professora A, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2010/GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

DENILSON WEISS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº. 4.388/2012, de 21 de Fevereiro de 2012.

PORTARIA Nº. 4.388/2012, de 21 de fevereiro de 2012.

LUIS APARICIO RIBAS, Prefeito Municipal de Schroeder, em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho da funcionária, Sra. Amélia Pellis, em virtude de seu óbito, adquirindo efeitos retroativos a partir de 20 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 21 de fevereiro de 2012.

LUIS APARICIO RIBAS

Prefeito Municipal e.e.

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER

Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.389/2012, de 21 de Fevereiro de 2012.

PORTARIA Nº. 4.389/2012, de 21 de fevereiro de 2012.

LUIS APARICIO RIBAS, Prefeito Municipal de Schroeder, em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, con-substanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2010/GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.221/2011, de 08/02/2011, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Ana Maria Cordeiro, para exercer o cargo de Professora A, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2010/GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 21 de fevereiro de 2012.

LUIS APARICIO RIBAS
Prefeito Municipal e.e.

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.390/2012, de 22 de Fevereiro de 2012.

PORTARIA Nº. 4.390/2012, de 22 de fevereiro de 2012.

LUIS APARICIO RIBAS, Prefeito Municipal de Schroeder, em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, con-substanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 1.805/2010, de 09 de julho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade por 60 (sessenta) dias para a funcionária, Sra. Andreia Richter Wermeier, a partir desta data, conforme art.1º da Lei Municipal nº 1.805/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de fevereiro de 2012.

LUIS APARICIO RIBAS
Prefeito Municipal e.e.

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.391/2012, de 22 de Fevereiro de 2012.

PORTARIA Nº. 4.391/2012, de 22 de fevereiro de 2012.

LUIS APARICIO RIBAS, Prefeito Municipal de Schroeder, em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, con-substanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão do funcionário, Sr. Rodrigues Rudiger, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de fevereiro de 2012.

LUIS APARICIO RIBAS
Prefeito Municipal e.e.

LEONOR JACOBI

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.392/2012, de 22 de Fevereiro de 2012.

PORTARIA Nº. 4.392/2012, de 22 de fevereiro de 2012.

LUIS APARICIO RIBAS, Prefeito Municipal de Schroeder, em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, con-substanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2010/GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.221/2011, de 08/02/2011, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Cristiane Kienen, para exercer o cargo de Professora A, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2010/GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de fevereiro de 2012.

LUIS APARICIO RIBAS
Prefeito Municipal e.e.

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

LUIS APARICIO RIBAS, Prefeito Municipal de Schroeder, em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, substanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2010/GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.221/2011, de 08/02/2011, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Cristiane Kienen, para exercer o cargo de Professora A, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2010/GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de fevereiro de 2012.

LUIS APARICIO RIBAS
Prefeito Municipal e.e.

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.393/2012, de 22 de Fevereiro de 2012.

PORTARIA Nº. 4.393/2012, de 22 de fevereiro de 2012.

LUIS APARICIO RIBAS, Prefeito Municipal de Schroeder, em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, substanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o término de contrato de trabalho de vários profissionais durante o mês de dezembro de 2011;

Considerando a lista classificatória do Processo Seletivo nº 002/2011/SECEL/PMS, homologada através do Decreto nº 2.377/2011, de 22/12/2011;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável, e que as demandas auxiliares à atividade docente são fundamentais para a garantia da qualidade do serviço prestado;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Luzinei Rodrigues, para exercer o cargo de Servente, percebendo o nível salarial nº 007, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, com

carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, e contrato assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de fevereiro de 2012.

LUIS APARICIO RIBAS
Prefeito Municipal e.e.

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.394/2012, de 22 de Fevereiro de 2012.

PORTARIA Nº. 4.394/2012, de 22 de fevereiro de 2012.

LUIS APARICIO RIBAS, Prefeito Municipal de Schroeder, em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, substanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o término de contrato de trabalho de vários profissionais durante o mês de dezembro de 2011;

Considerando a lista classificatória do Processo Seletivo nº 002/2011/SECEL/PMS, homologada através do Decreto nº 2.377/2011, de 22/12/2011;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável, e que as demandas auxiliares à atividade docente são fundamentais para a garantia da qualidade do serviço prestado;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Karine Góes Ataíde, para exercer o cargo de Servente, percebendo o nível salarial nº 007, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, e contrato assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de fevereiro de 2012.

LUIS APARICIO RIBAS
Prefeito Municipal e.e.

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Aviso de Licitação Tomada de Preços PARA OBRAS e Serviços de ENGENHARIA Nº. 04/2012 - PMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 04/2012 - PMS
PROCESSO LICITATORIO Nº. 16/2012-PMS - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), de estrutura metálica na Escola Rui Barbosa, com área total de 292m², localizada na Rua 23 de março, no município de Schroeder/SC, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do Instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 13 de março de 2012 às 08h45min.

Abertura do Processo: 13 de março de 2012 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 23 de fevereiro de 2012.

LUÍS APARÍCIO RIBAS

Prefeito Municipal em exercício

Decisão referente ao Pregão Presencial N.º 03/2012-PMS

Processo Administrativo Licitação n.º 008/2012-PMS

Pregão Presencial n.º 03/2012-PMS

Objeto: Seleção de propostas visando aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado para suprir as necessidades de diversas Secretarias do Município de Schroeder.

Decisão

Considerando o teor do Parecer n.º 008/2012-PROJUR, que indica o recebimento e não-provimento da impugnação ao edital apresentada por Super-AR, que requer a inserção de itens no referido edital, DECIDO pelo recebimento da impugnação apresentada, e pelo seu não-provimento, nos termos e pelas razões expostas no Parecer n.º 08/2012-PROJUR, nos autos do Processo Administrativo n.º 008/2012-PMS / Pregão Presencial n.º 03/2012-PMS, mantendo-se os itens do edital impugnado.

Publique-se. Intimem-se os interessados. Cumpra-se.

Schroeder(SC), 17 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Dispensa Nº 02/2012-PMS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 2/2012 - DL**

Processo Nr.: 17/2012
Data: 21/02/2012

Folha: 1/2

Fornecedor: **AVANTE LTDA**
Endereço: RUA ANA TEREZA DA SILVA COLACO, Nº 10
Cidade: JARAGUA DO SUL - SC
CNPJ: 13.180.703/0001-90

Código: 11989

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: ACESSORIA DE IMPRENSA ESCRITA/ SITE/ FOTOS DO 19º TORNEIO DE VERÃO ABERTO DE FUTSAL - SCHROEDER 2012

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: ACESSORIA DE IMPRENSA ESCRITA/ SITE/ FOTOS DO 19º TORNEIO DE VERÃO ABERTO DE FUTSAL - SCHROEDER 2012 "□ Acompanhamento direto de todos detalhes gerais e técnicos que envolvem as equipes e seus agregados "□ Redação e Envio de releases de todas as rodadas/ congresso técnico e finais para a imprensa local e regional "□ Entrevistas em áudio realizadas no andamento de todo o evento "□ Cobertura fotográfica durante todo o evento inclusive no congresso técnico e premiação, sendo de no mínimo 100 fotos registradas e arquivadas referentes ao evento. "□ Atualização do hotsite e divulgação via Internet.	UN	2.000,00	2.000,00

JUSTIFICATIVA:**Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas do mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

TEXTO

Sendo o 19º Torneio de Verão Aberto de Futsal - Schroeder 2012 um evento de veiculação regional, com a presença maciça da população, ocorre a necessidade de realizar-se uma cobertura fotográfica esportiva específica ao evento, atualização de hotsite e principalmente divulgação pela Internet. A contratação deste serviço é de suma importância e valoriza amplamente o evento acima citado e é somente neste que é realizada a contratação do serviço. Comunico ainda que em anexo se encontra somente um orçamento, isto ocorre pois para atender as nossas necessidades em tempo hábil buscou-se uma empresa especializada na prestação deste serviço e com esta devida personalização; Ressaltamos que em nossa regional não se encontram demais empresas que possui o perfil necessário para este serviço.

SCHROEDER, 21 de Fevereiro de 2012

LUIS APARÍCIO RIBAS
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO****Nr.: 2/2012 - DL****Processo Nr.: 17/2012****Data: 21/02/2012**

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 16 de Fevereiro de 2012

Valor da Despesa: 2.000,00 (dois mil reais)**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 06/2012-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/2012-FMS

PROCESSO Nº. 08/2012-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica e Especial da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses.

Credenciamento e entrega dos envelopes até: 12 de março de 2012 às 08h45min.

Abertura das propostas: 12 de março de 2012 às 09h.

Etapas de lance: será marcada após parecer técnico da Secretária de Saúde e Assistência Social sobre as propostas.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 23 de fevereiro de 2012.

LUÍS APARÍCIO RIBAS

Prefeito Municipal em exercício

Extrato de Contrato Nº. 01/2012-HABITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 01/2012-HABITAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº. 01/2012-HABITAÇÃO

Processo nº. 01/2012-HABITAÇÃO

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA, doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, 134, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, CEP: 88801-530, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027..

Objeto: contratação de empresa especializada para informatização do Fundo Municipal de Habitação de Schroeder para 01 usuário simultâneo, com Sistema de Contabilidade, Compras e Licitações com alterações legais e manutenções corretivas se houverem.

Item	Descrição	Unidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	informatização do Fundo Municipal de Habitação de Schroeder para 01 usuário simultâneo, com Sistema de Contabilidade, Compras e Licitações com alterações legais e manutenções corretivas se houverem.	Mês	160,11	1.761,21
Total R\$				1.761,21

Valor do contrato: R\$ 1.761,21 (mil setecentos e sessenta e um reais e vinte e um centavos).

Data da Assinatura: 17/01/2012 - Vigência: 31/12/2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 04/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 04/2012-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 02/2012-PMS - Processo nº. 06/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PASQUALI TERRAPLANAGEM E SERVIÇOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.072.441.0001/97, estabelecida na Rua Jorge Lacerda, nº. 256, Galpão B, Centro Norte, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de máquinas para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	Serviço de hora máquina trator esteira peso mínimo 10.000 kg., ano da máquina superior a 2001 em excelente estado de conservação. (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local da execução do serviço)	400	Horas	119,00	47.600,00

04	Serviço de hora máquina escavadeira hidráulica peso mínimo 13.000 kg, ano da máquina superior a 2001 em excelente estado de conservação. (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local da execução do serviço)	500	Horas	129,00	64.500,00
VALOR R\$ TOTAL				112.100,00	

Valor do contrato: R\$ 112.100,00 (Cento e doze mil e cem reais).
Data da Assinatura: 21/02/2012 – Vigência: 21/02/2013

LUIS APARÍCIO RIBAS
Prefeito Municipal em exercício

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 05/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 05/2012-PMS
Pregão Presencial Registro de Preço nº. 02/2012-PMS - Processo nº. 06/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: TIJOTELHAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PISOS LTDA, CNPJ nº 72.483.787/0001-09, estabelecida na Rua Helena Koplin, nº53, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de máquinas para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comercio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Serviço de hora máquina Retroescavadeira 4 X 4, ano da máquina superior a 2001 em excelente estado de conservação. (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local da execução do serviço).	800	Horas	58,50	46.800,00

03	Serviço de hora máquina trator esteira peso mínimo 7.000 até 9.999 kg, ano da máquina superior a 1985 em excelente estado de conservação (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local da execução do serviço).	500	Horas	96,50	48.250,00
06	Horas de transporte de máquinas - capacidade do caminhão prancha de transporte, acima de 23.000 Kg	300	Horas	119,00	35.700,00
VALOR R\$ TOTAL				130.750,00	

Valor do contrato: R\$ 130.750,00 (Cento e trinta mil e setecentos e cinquenta reais).
Data da Assinatura: 21/02/2012 – Vigência: 21/02/2013

LUIS APARÍCIO RIBAS
Prefeito Municipal em exercício

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 06/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 06/2012-PMS
Pregão Presencial Registro de Preço nº. 02/2012-PMS - Processo nº. 06/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: TRANSTEB TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 03.727.747/0001-34, estabelecida na Rua Expedicionário Cabo Harry Hadlich, n 469, Centro, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-380.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de máquinas para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comercio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
05	Transporte de 10.000 (metros cúbicos) de saibro ou seixo, no município de Schroeder, num trajeto não superior a 12 Km.	10.000	m³	5.95	59.500,00

VALOR R\$ TOTAL	59.500,00
-----------------	-----------

Valor do contrato: R\$ 59.500,00 (cinquenta e nove mil e quinhentos reais).

Data da Assinatura: 21/02/2012 - Vigência: 21/02/2013

LUIS APARÍCIO RIBAS

Prefeito Municipal em exercício

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 07/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 07/2012-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 02/2012-PMS - Processo nº. 06/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: VITOR ZANELLA ME, inscrita no CNPJ sob nº. 07.706.329/0001-11, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco, nº 850, Duas Mamas, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de máquinas para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
07	Serviço de hora máquina mini escavadeira hidráulica, esteira emborrachada, peso mínimo 2.788 e profundidade de escavação máxima 2,5 metros. Concha 30 cm largura, concha 40 cm de largura e concha de 60 cm largura, ano da máquina superior a 2001 e excelente estado de conservação. (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local do serviço)	800	Horas	85,00	68.000,00
VALOR R\$ TOTAL					68.000,00

Valor do contrato: R\$ 68.00,00 (Sessenta e oito mil reais).

Data da Assinatura: 21/02/2012 - Vigência: 21/02/2013

LUIS APARÍCIO RIBAS

Prefeito Municipal em exercício

Termo Aditivo Nº. A01/2012 - FMS

TERMO ADITIVO Nº. A01/2012 – FMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 59/2011 –FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal em exercício o Senhor Luis Aparício Ribas.

CONTRATADA: NUTRIFAR NUTRIÇÃO E FARMACÊUTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.755.580/0001-39, estabelecida na Rua Frei Gaspar Madre de Deus, nº 830, B 16, Novo Mundo, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 81050-590, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pela Senhorita Aline Todesco, inscrita no CPF sob o nº. 060.375.639-50, portadora da Carteira de Identidade nº. 7.831.429-0-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 59/2011-FMS, celebrado em 06 de outubro de 2011, proveniente do Processo de licitação nº. 20/2011–FMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 10/2011–FMS, para o REGISTRO DE PREÇO aquisição de suplemento nutricional para adultos e crianças para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Saúde e Assistência Social, do aditivo de 30 unidades, no item 07, totalizando o valor de R\$ 183,00 (Cento e oitenta e três reais) e o 22 latas para o item 09, totalizando o valor de R\$ 631,18 (Seiscentos e trinta e um reais e dezoito centavos).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição) no item 07, a quantidade de 30 unidades, no valor unitário de R\$ 6,10 (seis reais e dez centavos) e no item 09, a quantidade de 22 latas, no valor unitário de R\$ 28,69 (Vinte e oito reais e sessenta e nove centavos), totalizando o valor em R\$ 814,18 (oitocentos e quatorze reais e dezoito centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR R\$ LICITADO	UNID.	QTDE. ADITIVADA	VALOR R\$ ADITIVADO
07	IMUNIDADE BAIXA: Módulo de glutamina em pó, destinado a pacientes com estresse metabólico, distúrbios gastrintestinais, oncologia, imunodeprimidos e transplantados. Ingredientes: glutamina (100%). Não deve conter glúten. Sabor: natural. Embalagem: caixa com 40 envelopes de 10g cada.	120	6,10	Unid.	30	183,00
09	SUPLEMENTO NUTRICIONAL PARA CRIANÇAS DESTINADO A RECUPERAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL. Fórmula em pó destinadas a crianças a partir de 1 ano de idade. Valor nutricional dos principais macro e micronutrientes (em 100g) contidos na fórmula: Valor energético: 493 Kcal; Carboidratos: 61 gramas, sendo maltodextrina 75%, sacarose 16% e outros 9% do total de carboidratos. Proteínas: 11 gramas (caseinato de cálcio 100%). Gorduras totais: 23 gramas (óleos vegetais – palma, girassol, canola e semente de colza) Fibra alimentar: 0 (zero) grama; Sódio: 222 mg; Relação w6: w3 = 5:1; Relação Kcal não protéicas/ gN = 248/; Osmolalidade: 505 mOsm/ Kg H2O. Não contem glúten; Isento de lactose; Sabor: neutro; Embalagem: lata com 400g.	90	28,69	Lata	22	631,18
VALOR TOTAL R\$						814,18

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 59/2011-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 21 de fevereiro de 2012.

Contratada:

NUTRIFAR NUTRIÇÃO E FARMACÊUTICA LTDA

Aline Todesco

CPF no 060.375.639-50

Contratante:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Luis Aparício Ribas

Prefeito Municipal em exercício

T E S T E M U N H A S:

1ª Nome: Orlando Tecilla

CPF nº. 311.753.079-34

2ª Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-000

Termo Aditivo Nº. A11/2012 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A11/2012 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 73/2011 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado

pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: MECANICA LERFEI LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o no 95.844.593/0001-89, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco, nº. 982, Bairro Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Leandro Douglas Crutzsch Zanella, inscrito no CPF sob o no 821.190.159-53, portador da Carteira de Identidade no 19/R.2.445.663.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 73/2011-PMS, celebrado em 25 de abril de 2011, proveniente do Processo de licitação nº. 56/2011 – PMS, Pregão Presencial Registro de Preço nº. 26/2011 – PMS, para o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC compreendendo: mecânica, elétrica e lanternagem em geral, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria e pintura, com fornecimento não-exclusivo de peças genuínas, originais ou outras peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro mecânico (guincho), conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos, ao longo de 12 (doze) meses, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 65, § 1º, I da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, de aditivo de 250 horas, totalizando o valor em R\$ 11.050,00 (Onze mil e cinquenta reais), e R\$ 12.375,00 (doze mil,

trezentos e setenta e cinco reais) em peças, referente ao LOTE nº 02 do contrato nº 73/2011-PMS, para quantidades não previstas inicialmente.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição) no lote nº 02, aditivada a quantidade de 250 horas, no valor de R\$ 44,20 (quarenta e quatro reais e vinte centavos), totalizando o valor em R\$ 11.050,00 (Onze mil e cinquenta reais), e R\$ 12.375,00 (doze mil, trezentos e setenta e cinco reais) em peças, totalizando o valor de R\$ 23.425,00 (vinte e três mil, quatrocentos e vinte e cinco reais), sendo:

LOTE	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR R\$ LICITADO	UNID.	VALOR DE PEÇAS	QTDE. ADITIVADA	VALOR R\$ ADITIVADO
02	Serviços de mão de obra mecânica em geral e molas, para caminhões, ônibus e microônibus da Prefeitura Municipal, conforme lotes II e III anexo. Com o fornecimento de peças. Serviços de: revisão geral. Suspensão, freios, embreagem, câmbio, embuchamento, mangueiras hidráulicas, bombas hidráulicas, caixa de direção, retífica de motores, mola, pinos centro, grampas, jumelos e parafusos. Instalação de peças e acessórios, manutenções em geral. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	1000	44,20	Horas	12.375,00	250	11.050,00
VALOR TOTAL R\$							23.425,00

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 73/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 17 de fevereiro de 2012.

Contratada:

MECANICA LERFEI LTDA ME

Leandro Douglas Crutzsch Zanella

CPF nº 821.190.159-53

Contratante:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Felipe Voigt

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª Nome: Orlando Tecilla

CPF nº. 311.753.079-34

2ª Nome: Marilene Busch

CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A12/2012 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A12/2012 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 76/2011 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado

pelo Ilmo. Prefeito Municipal em exercício o Senhor Luis Aparício Ribas.

CONTRATADA: CRISTIANO JOSÉ ROSA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.389.011/0001-21, estabelecida na Rua Wolf Heinz Antonius, nº 50, Bairro Amizade, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Cristiano Jose Rosa,, inscrito no CPF sob o nº 773.882.249-04, portador da carteira de identidade nº. 19/R-2.764.959-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 76/2011-PMS, celebrado em 25 de abril de 2011, proveniente do Processo de licitação nº. 56/2011 - PMS, Pregão Presencial Registro de Preço nº. 26/2011 - PMS, para o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC compreendendo: mecânica, elétrica e lanternagem em geral, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria e pintura, com fornecimento não-exclusivo de peças genuínas, originais ou outras peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro mecânico (guincho), conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos, ao longo de 12 (doze) meses, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 65, § 1º, I da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e

Serviços Urbanos, de aditivo de 200 horas, totalizando o valor em R\$ 3.712,50 (Três mil, setecentos e doze reais e cinquenta centavos) em peças, referente ao LOTE nº 01 do contrato nº 76/2011-PMS, para quantidades não previstas inicialmente.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição) no lote nº 02, aditivada a quantidade de 200 horas, no valor de R\$ 39,00 (trinta e nove reais), totalizando o valor em R\$ 3.712,50 (Três mil, setecentos e doze reais e cinquenta centavos) em peças, sendo:

LOTE	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR R\$ LICITADO	UNID.	QTDE. ADITIVADA	VALOR DE PEÇAS
01	Serviços de mão de obra mecânica em geral com fornecimento de peças para a frota de veículos leves da Prefeitura Municipal, conforme lote IV em anexo. Serviços como: revisão geral, suspensão, freio, embreagem, mangueiras hidráulicas, embuchamentos, câmbio, caixa de direção, afinação e retífica de motores e demais acertos nos motores, instalação de peças e acessórios, etc. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	800,00	39,00	Horas	200	3.712,50

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 76/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 21 de fevereiro de 2012.

Contratada:

CRISTIANO JOSÉ ROSA -ME

Cristiano Jose Rosa

CPF no 773.882.249-04

Contratante:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

LUIS APARÍCIO RIBAS

Prefeito Municipal em exercício

T E S T E M U N H A S:

1ª Nome: Orlando Tecilla

CPF nº. 311.753.079-34

2ª Nome: Marilene Busch

CPF nº. 037.813.699-27

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS - Maycon Darci Ogliari

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. MAYCON DARCI OGLIARI, inscrito no CPF sob nº. 043.697.669-23, aprovado em 8º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE CONTABILIDADE, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia

22 de março de 2012, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 17 de fevereiro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Ata de Registro de Preço Pregão Presencial Nº 2/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2012

Número do Registro de Preços: 1/2012 Data do Registro: 21/02/2012 Válido até: 21/02/2013 Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de máquinas para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviço de hora máquina Retroescavadeira 4 X 4, ano da máquina superior a 2001 em excelente estado de conservação. (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local da execução do serviço).	H	TIJOTELHAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PISOS LTDA ME (9037)		0	58,5000	1
			PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922)		0	59,0000	2
			D&Z CONSTRUÇÃO CIVIL E LOCAÇÃO DE MAOD E OBRA, MAQ (11854)		0	70,0000	3
			RENATO TOMELIM EPP (10680)		0	85,0000	4
2	Serviço de hora máquina trator esteira peso mínimo 10.000 kg., ano da máquina superior a 1990 em excelente estado de conservação. (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local da execução do serviço)	H	PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922)		0	119,0000	1
			TIJOTELHAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PISOS LTDA ME (9037)		0	120,0000	2
			RENATO TOMELIM EPP (10680)		0	138,0000	3
3	Serviço de hora máquina trator esteira peso mínimo 7.000 até 9.999 kg, ano da máquina superior a 1980 em excelente estado de conservação (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local da execução do serviço).	H	TIJOTELHAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PISOS LTDA ME (9037)		0	96,5000	1
			RENATO TOMELIM EPP (10680)		0	97,0000	2
			PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922)		0	99,0000	3
4	Serviço de hora máquina escavadeira hidráulica peso mínimo 13.000 kg, ano da máquina superior a 2001 em excelente estado de conservação. (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local da execução do serviço)	H	PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922)		0	129,0000	1
			TIJOTELHAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PISOS LTDA ME (9037)		0	130,0000	2
			RENATO TOMELIM EPP (10680)		0	138,0000	3
5	Transporte de 10.000 (metros cúbicos) de saibro ou seixo, no município de Schroeder, num trajeto não superior a 12 Km.	M3	TRANSTEB TRANSPORTES LTDA (12262)		0	5,9500	1
			PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922)		0	6,0000	2
			TIJOTELHAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PISOS LTDA ME (9037)		0	6,2000	3
6	Horas de transporte de máquinas - capacidade do caminhão prancha de transporte, acima de 23.000 Kg	H	TIJOTELHAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PISOS LTDA ME (9037)		0	119,0000	1
			RENATO TOMELIM EPP (10680)		0	120,0000	2
7	Serviço de hora máquina mini escavadeira hidráulica, esteira emborrachada, peso mínimo 2.788 e profundidade de escavação máxima 2,5 metros. Concha 30 cm largura, concha 40 cm de largura e concha de 60 cm largura, ano da máquina superior a 2001 e excelente estado de conservação. (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local do serviço)	H	VITOR ZANELLA ME (10092)		0	85,0000	1
			PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922)		0	86,0000	2
			TRANSTEB TRANSPORTES LTDA (12262)		0	88,0000	3
			D&Z CONSTRUÇÃO CIVIL E LOCAÇÃO DE MAOD E OBRA, MAQ (11854)		0	90,0000	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2012**Número do Registro de Preços: 1/2012****Data do Registro: 21/02/2012****Válido até: 21/02/2013**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de máquinas para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RENATO TOMELIM EPP (10680)		0	90,0000	5

SCHROEDER, 21 de Fevereiro de 2012.

Timbó

PREFEITURA

Dispensa de Licitação Nº 31/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2012

CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó

CONTRATADO: Cooperativa Mista Agrícola de Piscicultores - Coomapeixe

OBJETO: Dispensa de licitação para aquisição de gêneros alimentícios (peixes de água doce), destinados à alimentação escolar conforme lei 11.947/2009.

VALOR TOTAL: R\$ 14.000,00 (catorze mil reais).

Timbó, 22 de fevereiro de 2012.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 13 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2012

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Contratação de serviços de retroescavadeira traçada com disposição de operador para serviços diversos destinados à Secretaria de Obras durante o período anual de 2012.

EMPRESA FORNECEDORA: Terrabase Terraplanagem e Transportes Ltda ME.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

VALIDADE DA ATA: 20/02/2013.

ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Secretaria de Obras da Prefeitura de Timbó

Timbó, 20/02/2012

LAERCIO SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Extrato da Ata de Registro de Preços N.º 12 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL n.º 12/2012

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Registro de preços para publicação leis, atos administrativos e demais divulgações de interesse do executivo.

EMPRESA FORNECEDORA: Editora Jornal do Médio Vale Ltda.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 129.480,00 (cento e vinte e nove mil, quatrocentos e oitenta reais).

VALIDADE DA ATA: 31/12/2012

ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Prefeitura de Timbó

Timbó, 13/02/2012

THOMAZ H.N. CAMPREGHER

Diretor de Administração

Extrato da Ata de Registro de Preços N.º 15 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 15/2012

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Contratação de empresa especializada para confecção e

instalação de placas de lona com impressão digital.

EMPRESA FORNECEDORA: SPR Placas e Painéis.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 13.450,00 (Treze mil quatrocentos e cinquenta reais).

VALIDADE DA ATA: 17/02/2013.

ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Assessoria Institucional de Comunicação Social

Timbó, 17/02/2012

THOMAZ H.N. CAMPREGHER

Diretor de Administração

Extrato Contrato 51/2012

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/51

CONTRATANTE: Município de Timbó

CONTRATADO: Rádio Cultura de Timbó Ltda

OBJETO: Contratação de espaços publicitários em rádio AM e rádio FM para divulgação das ações da prefeitura à população.

VALOR TOTAL: R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais).

PRAZO: 15/02/2012 a 30/06/2012.

Data da Assinatura: 15/02/2012.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR

Prefeito de Timbó

Extrato Contrato 52/2012

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/52

CONTRATANTE: Município de Timbó

CONTRATADO: Rádio Timbó Ltda

OBJETO: Contratação de espaços publicitários em rádio AM e rádio FM para divulgação das ações da prefeitura à população.

VALOR TOTAL: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

PRAZO: 15/02/2012 a 30/06/2012.

Data da Assinatura: 15/02/2012.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR

Prefeito de Timbó

CÂMARA MUNICIPAL

Inexigibilidade de Licitação Nº 01/2012

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2012

CAUSA ENSEJADORA:

Inexigibilidade de licitação, com base no artigo 25 da Lei 8.666/93.

JUSTIFICAÇÃO:

Usado deste expediente por serem empresas locais e únicas no Município com maior audiência pelos munícipes, atingindo assim os objetivos da Administração, além de outras emissoras sintonizáveis no município de Timbó não terem manifestado interesse na divulgação dos Programas Institucionais da Câmara Municipal de Timbó, quando da publicação do Edital de Credenciamento 01/2012, inviabilizando a competição.

RAZÃO DA ESCOLHA:

Inviabilidade de competição. Dar à população local conhecimento dos atos do Poder Legislativo Municipal com maior abrangência

possível nos limites do município.

JUSTIFICAÇÃO DO PREÇO:

Compatível com os praticados no mercado.

OBJETO DO CONTRATO:

Prestação de serviços de veiculação de Programa Institucional da Câmara Municipal de Timbó, transmitidos durante a programação de segunda a sexta-feira, com 04 (quatro) inserções diárias de 30 segundos cada, das 08:00 às 12:00 horas, tendo um boletim semanal de 10 (dez) minutos, toda quinta-feira, entre 08:00 e 09:00 horas.

CONTRATADAS:

RADIO CULTURA DE TIMBÓ LTDA. (AM)

RÁDIO TIMBÓ LTDA. (FM)

VALOR:

O valor de cada contrato é de R\$2.285,00 (dois mil e duzentos e oitenta e cinco reais) mensais, totalizando R\$4.570,00 (quatro mil e quinhentos e setenta reais) mensais.

Timbó(SC), 21 de Fevereiro de 2012.

WIEGOLD STARKE

Presidente

SAMAE

Aviso Pregão Presencial 00014-2012 Contratação De Serviços De Leitura De Hidrometros E Impressão De Faturas No Local

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SAMAE -SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO Nº 000014/2012

O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93, que fará realizar Pregão do tipo por itens, menor preço, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO D E SERVIÇOS DE LEITURA DE HIDROMETROS E IMPRESSÃO D E FATURAS NO LOCAL .

O edital encontra-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações, Rua Duque de Caxias, 56 - Centro, Timbó/SC das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, disponível também na Internet, no seguinte endereço www.timbo.sc.gov.br ou poderão ser solicitados para o e-mail bea-tris@samaetimbo.com.br.

Os envelopes (Habilitação e Propostas) serão recebidos até às 08:50 horas do dia 08 de março de 2012 na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Timbó, no Departamento de Compras sala nº 1, na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro, com participação aberta às proponentes e ao público.

TIMBO (SC), 22/02/2012.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Aviso Pregão Presencial 00015-2012 Aquisição De Filtros E Elásticos

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SAMAE -SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO Nº 000015/2012

O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93, que fará realizar Pregão do tipo menor preço, por itens, objetivando a AQUISIÇÃO DE ELÁSTICO E FITILHO DESTINADOS A EMBALAGEM E AMARRAÇÃO DE FARDOS DA COLETA SELETIVA .

O edital encontra-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações, Rua Duque de Caxias, 56 - Centro, Timbó/SC das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, disponível também na Internet, no seguinte endereço www.timbo.sc.gov.br ou poderão ser solicitados para o e-mail bea-tris@samaetimbo.com.br.

Os envelopes (Habilitação e Propostas) serão recebidos até às 08:50 horas do dia 06 de março de 2012 na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Timbó, no Departamento de Compras sala nº 1, na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro, com participação aberta às proponentes e ao público.

TIMBO (SC), 22/02/2012.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Extrato APOSTILAMENTO Processo de Licitação 00063-2011

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SAMAE SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO PROCESSO DE LICITAÇÃO 63/2011

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

FORNECEDOR: MDM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUÍNAS (ORIGINAIS) E A MÃO DE OBRA PARA MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO MOTOR DE TRATOR CATERPILLAR 3116 - D6MXL.

VALOR TOTAL: R\$ 7.422,00 (sete mil quatrocentos e vinte e dois reais)

Timbó, 06 De Fevereiro De 2012.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Três Barras

PREFEITURA

Ata de Registro de Preço 07 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 07/2012.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 07/2012.

Interessado: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Aos 13 dias do mês de fevereiro do ano de 2012, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA, CNPJ nº. 03.409.551/0001-00, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
------	------	------	-------------	-------------	-----------



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

005	380,00000	QUIL	3,6500	1.387,00	FEIJAO PRETO TIPO 1, NOVO, EMBALAGEM PLASTICA, PACOTE 01 KG. DATA DE VALIDADE MINIMA DE 04 MESES
Marca: 0001 CALDAO					
006	80,00000	PACO	1,4000	112,00	QUIRERINHA (PCT DE 500G)
Marca: 0001 SINHA					
010	150,00000	PACO	8,6500	1.297,50	CEREAL MATINAL DE FLOCOS DE MILHO
Marca: 0001 ALCA FOODS					
017	150,00000	PACO	2,4400	366,00	SUCO (PCT DE 500gr) DIVERSOS SABORES
Marca: 0001 APTI					
019	30,00000	QUIL	4,0500	121,50	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO (para massa salgada - pão) EMBALAGEM DE APROXIMADAMENTE 500 GR. VALIDADE MINIMA DE 6 MESES - COTAR PRODUTO EM KG
Marca: 0001 FLESCHMANN					
020	80,00000	LITR	1,1700	93,60	VINAGRE DE ALCOOL BRANCO (FRASCO 900 ML)
Marca: 0001 CHEMIM					
023	100,00000	PACO	1,4800	148,00	MILHO PARA CANJICA BRANCO (PCT. 500 GR)
Marca: 0001 PINDUCA					
024	100,00000	PACO	1,7000	170,00	SAGU (PCT. 500 GR)
Marca: 0001 NEVE					
025	40,00000	PACO	1,6500	66,00	FUBA DE MILHO FINO, EMBALAGEM PLASTICA 01 KG. DATA DE FABRICACAO MAXIMA DE 30 DIAS.
Marca: 0001 SINHA					

029	80,00000	PACO	1,8700	149,60	FLOCOS DE MILHO PRÉ-COZIDO
Marca: 0001 SINHA					
030	40,00000	POTE	1,3600	54,40	PIMENTA EM PO
Marca: 0001 SALETE					
031	30,00000	POTE	1,2500	37,50	CANELA EM PO (POTE 25 GR.)
Marca: 0001 SALETE					
032	40,00000	POTE	11,0700	442,80	OREGANO (PACOTE APROX. 100 GR)
Marca: 0001 SALETE					
037	3.200,00000	CAIX	2,6700	8.544,00	LEITE INTEGRAL EM EMBALAGENS TETRA-PACK PRAZO DE FABRICACAO MAXIMA DE 30(TRINTA) DIAS
Marca: 0001 SANTA CLARA					
041	1.400,00000	QUIL	12,3500	17.290,00	CARNE BOVINA DE 2a. FRESCA, TIPO MOIDA. (POUCA GORDURA).
Marca: 0001 DO VALE					
Total FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA				30.279,90	Julgamento: MEN. PREÇO

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 07/2012 – Procedimento Administrativo nº. 07/2012, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço registrado: Os preços cotados poderão ser reduzidos ou majorados em observância à Legislação Federal pertinente, com o compromisso de informar por escrito, e comprovar mediante nota fiscal do produto, as alterações de preço que vierem a ocorrer durante a vigência do Contrato. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 13 de fevereiro de 2012.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA CNPJ nº. 03.409.551/0001-00 CONTRATADA
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS

2 JACY DE FÁTIMA ABUDA

Registro de Preço 07

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 07/2012.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 07/2012.

Interessado: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Aos 13 dias do mês de fevereiro do ano de 2012, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA, CNPJ nº. 02.672.502/0001-94, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
004	100,00000	LATA	1,6800	168,00	FERMENTO PARA DOCE (LATA DE 100 GRS)
Marca: 0001 APTI					
007	150,00000	PACO	4,2700	640,50	FARINHA DE MILHO TIPO BIJU, BRANCA, EMBALAGEM PLASTICA DE 01 KG. VALIDADE MINIMA DE 06(SEIS) MESES
Marca: 0001 CAMPO MAGRO					
013	250,00000	POTE	2,8200	705,00	MARGARINA (POTE 500 GR)
Marca: 0001 PRIME					
014	80,00000	PACO	2,5300	202,40	CHA PRETO PARA INFUSAO (ENTREGAR PACOTES DE 500gr)-COTAR O PRODUTO EM QUILO.
Marca: 0001 MATEX					
021	200,00000	POTE	4,7000	940,00	DOCE DE LEITE EM PASTA POTE DE 400 GR.
Marca: 0001 DA PROVINCIA					
026	150,00000	PACO	5,6500	847,50	BISCOITO DO TIPO AGUA E SAL - EMBALAGEM PLASTICA DE APROX. 400 GRAMAS.
Marca: 0001 CANARIO					

027	150,00000	PACO	2,9500	442,50	BISCOITO DOCE SORTIDO (PACT COM NO MINIMO 400 GR).
Marca: 0001 CANARIO					
033	250,00000	PACO	6,6000	1.650,00	CAFÉ EM PÓ - pacote de 500 gr
Marca: 0001 PIZZOLI					
034	250,00000	CAIX	1,1400	285,00	CALDO DE GALINHA (CX. C/4 UNIDADES)
Marca: 0001 ORIENTE					
040	2.500,00000	QUIL	5,5400	13.850,00	FRANGO CONGELADO
Marca: 0001 DIPLOMATA					
043	150,00000	QUIL	7,4900	1.123,50	BUCHO
Marca: 0001 DO VALLE					
057	300,00000	QUIL	5,1800	1.554,00	SALSICHA GRANEL
Marca: 0001 PEPERI					
058	120,00000	QUIL	8,8000	1.056,00	FIGADO BOVINO EM FATIAS (PARA BIFE)
Marca: 0001 DO VALLE					
062	160,00000	QUIL	8,9000	1.424,00	PAO PARA CACHORRO QUENTE
Marca: 0001 TRES IRMAOS					
Total JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA				24.888,40	Julgamento: MEN. PREÇO

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 07/2012 – Procedimento Administrativo nº. 07/2012, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço registrado: Os preços cotados poderão ser reduzidos ou majorados em observância à Legislação Federal pertinente, com o compromisso de informar por escrito, e comprovar mediante nota fiscal do produto, as alterações de preço que vierem a ocorrer durante a vigência do Contrato.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 13 de fevereiro de 2012.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA CNPJ nº. 02.672.502/0001-94 CONTRATADA
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS

2 JACY DE FÁTIMA ABUDA

Registro de Preço 07

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 07/2012.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 07/2012.

Interessado: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Aos 13 dias do mês de fevereiro do ano de 2012, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa TIAGO STEIDEL ME, CNPJ nº. 12.080.116/0001-67, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

TIAGO STEIDEL ME

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
001	1.500,00000	QUIL	2,4500	3.675,00	ACUCAR REFINADO, EMBALAGEM PLASTICA, DATA DE FABRICACAO MAXIMA DE 30 DIAS. UMIDADE MAXIMA 0,30%. COTAR O PRODUTO EM KG. (ENTREGAR EM PACOTES DE 05KG).
Marca: 0001 CARAVELAS					
002	3.250,00000	QUIL	1,6400	5.330,00	ARROZ PARBOILIZADO, TIPO I, LONGO, FINO, EMBALAGEM PLASTICA, COTAR O PRODUTO EM KG. ENTREGAR EM PACOTE DE 5 KG.
Marca: 0001 KIKA					

003	4.000,00000	QUIL	1,6500	6.600,00	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, EMBALAGENS PLASTICA, DATA DE FABRICACAO MAXIMA DE 30 DIAS. (ENTREGAR EM PACOTES COM 05 KG). COTAR O PRODUTO EM KG
Marca: 0001 REALTA					
008	400,00000	FRAS	3,3500	1.340,00	OLEO DE SOJA REFINADO 100% NATURAL (LATA 900 ML) SEM COLESTEROL
Marca: 0001 LIZA					
009	60,00000	PACO	0,8900	53,40	SAL IODADO REFINADO, EMBALAGEM PLASTICA, PACOTE COM 01 KG. DATA DE FABRICACAO MAXIMA DE 30 DIAS
Marca: 0001 MARLIM					
018	20,00000	PACO	3,8400	76,80	AMIDO DE MILHO (COTAR O PRODUTO EM KG - ENTREGAR EM EMBALAGENS DE 500 G).
Marca: 0001 BOA SAFRA					
036	25,00000	QUIL	6,7300	168,25	ALHO TIPO ESPECIAL, GRUPO NOBRE, SUB-GRUPO ROXO, CLASSE 4 MEDIO DE 13 CM. DE CIRCUNFERENCIA MINIMA (BOA QUALIDADE)
Marca: 0001 CEASA					

038	1.000,00000	LITR	2,0800	2.080,00	IOGURTE INTEGRAL, EMBALAGEM PLASTICA DE UM LITRO, SABORES DIVERSOS.
Marca: 0001 CARLITOS					
044	800,00000	QUIL	1,3800	1.104,00	BATA TIPO INGLESA DE 45 A 85 MM. DE DIAMETRO TRANSVERSAL, IN NATURA (BOA QUALIDADE)
Marca: 0001 CEASA					
045	180,00000	QUIL	1,6400	295,20	CENOURA TIPO AA, IN NATURA, DE 100 A 200 MM. DE DIAMETRO (BOA QUALIDADE)
Marca: 0001 CEASA					
046	200,00000	QUIL	2,8900	578,00	TOMATE TIPO PERA, DE 45 A 75 MM. DE DIAMETRO TRANSVERSAL, IN NATURA, SEMI MADURO (BOA QUALIDADE)
Marca: 0001 CEASA					
047	180,00000	QUIL	2,1900	394,20	CEBOLA MEDIA DE BOA QUALIDADE
Marca: 0001 CEASA					
048	100,00000	UNID	0,8800	88,00	REPOLHO, QUALIDADE VERDE IN NATURA (BOA QUALIDADE)
Marca: 0001 CEASA					
049	80,00000	QUIL	1,1400	91,20	ABOBRINHA
Marca: 0001 CEASA					
050	80,00000	MACO	1,3800	110,40	BROCOLIS
Marca: 0001 CEASA					
051	60,00000	QUIL	2,6900	161,40	PIMENTÃO
Marca: 0001 CEASA					
052	120,00000	UNID	1,9800	237,60	COUVE FLOR

Marca: 0001 CEASA					
053	180,00000	MACO	1,3600	244,80	ALFACE
Marca: 0001 CEASA					
054	180,00000	QUIL	1,9400	349,20	PEPINO IN NATURA
Marca: 0001 CEASA					
055	100,00000	QUIL	1,3800	138,00	BETERRABA (COM FOLHAS FRESCAS)
Marca: 0001 CEASA					
056	300,00000	DUZI	2,6900	807,00	OVOS DE GALINHA
Marca: 0001 HOWIAMA					
059	900,00000	QUIL	0,9700	873,00	BANANA TIPO CATURRA, DE 150 A 200 MM. IN NATURA, SEMI MADURA (BOA QUALIDADE)
Marca: 0001 CEASA					
060	800,00000	QUIL	1,4300	1.144,00	LARANJA TIPO PERA, DE 60 A 80 MM. DE DIAMETRO TRANSVERSAL, IN NATURA (BOA QUALIDADE)
Marca: 0001 CEASA					
061	200,00000	QUIL	2,0700	414,00	MAMAO TIPO FORMOSA, IN NATURA, SEMI MADURO (BOA QUALIDADE)
Marca: 0001 CEASA					
063	300,00000	QUIL	6,7400	2.022,00	AIPIM, lavado, descascado e embalado em embalagens plasticas.
Marca: 0001 AMARAU					
064	900,00000	QUIL	2,7400	2.466,00	MACA TIPO GALA, DE 65 A 80 MM. DE DIAMETRO TRANSVERSAL, IN NATURA (BOA QUALIDADE)
Marca: 0001 CEASA					
Total TIAGO STEIDEL ME			30.841,45 Julgamento: MEN. PREÇO		

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 07/2012 – Procedimento Administrativo nº. 07/2012, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço registrado: Os preços cotados poderão ser reduzidos ou majorados em observância à Legislação Federal pertinente, com o compromisso de informar por escrito, e comprovar mediante nota fiscal do produto, as alterações de preço que vierem a ocorrer durante a vigência do Contrato.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 13 de fevereiro de 2012.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	TIAGO STEIDEL ME CNPJ nº. 12.080.116/0001-67 CONTRATADA
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS 2 JACY DE FÁTIMA ABUDA

Tomada Registro de Preço 07

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 07/2012.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 07/2012.

Interessado: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Aos 13 dias do mês de fevereiro do ano de 2012, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa EUGENIO STEIDEL & CIA LTDA, CNPJ nº. 83.193.433/0001-38, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

EUGENIO STEIDEL - SUPERMERCADO					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
011	120,00000	PACO	5,3000	636,00	M A C A R - RAO COM OVOS (PA- COTE 01 KG) Mar- ca: 0001 NINFA
012	100,00000	LATA	5,1900	519,00	E X T R A - TO DE T O M A T E LATA DE A P R O X . 340 GR. M a r c a : 0001 IN- COTRIL

015	200,00000	CAIX	0,9600	192,00	P U D I M (PACOTE 40 GRS) SABORES V A R I A - DOS Mar- ca: 0001 BRETZKE
016	200,00000	CAIX	1,1600	232,00	GELATINA (CAIXA DE 45 GRS) SABORES V A R I A - DOS Mar- ca: 0001 BRETZKE
022	80,00000	PACO	2,9600	236,80	B A N H A (PCT 500 G) Marca: 0001 PAM- PLONA
028	150,00000	QUIL	6,9700	1.045,50	ACHOCO- LATADO EM PO (EMBALA- GEM DE 01 KG) M a r c a : 0001 LEO
035	250,00000	LATA	2,6400	660,00	S A R D I - NHA EM OLEO CO- MESTIVEL (LATA 125 GR) Mar- ca: 0001 BURGUE- SA Marca: 0001 PAM- PLONA
039	400,00000	QUIL	7,2300	2.892,00	CARNE DE PORCO
042	1.500,00000	QUIL	10,5600	15.840,00	C A R N E DE GADO PARA PI- C A D I - NHO DE 2a. (SEM O S S O) M a r c a : 0001 PAM- PLONA
Total EUGENIO STEIDEL - SUPERMERCADO 22.253,30 Julgamen- to: MEN. PREÇO					

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 07/2012 - Procedimento Administrativo nº. 07/2012, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço registrado: Os preços cotados poderão ser reduzidos ou majorados em observância à Legislação Federal pertinente, com o compromisso de informar por escrito, e comprovar

mediante nota fiscal do produto, as alterações de preço que vierem a ocorrer durante a vigência do Contrato.
Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 13 de fevereiro de 2012.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

EUGENIO STEIDEL & CIA LTDA

CNPJ nº. 83.193.433/0001-38

CONTRATADA

Testemunhas:

1 Nilton Avanir Hurmus 2 Jacy de Fátima Abuda

Tunápolis

PREFEITURA

Contrato De Locação E Manutenção De Software N°19/2012.

CONTRATO DE LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE N°19/2012.

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua Joao Castilho, 111, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Enoi Scherer residente e domiciliado na cidade de Tunápolis/SC, portador do CPF nº 656.321.769-91, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa Betha Sistemas Ltda pessoa jurídica, estabelecida na Rua João Pessoa, na cidade de Criciúma/SC inscrita no CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67 neste ato representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Júnior portador da Cédula de Identidade n.º 4.109.423 SSP/SC denominado para este instrumento particular simplesmente de CONTRATADA, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, firmam o presente, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

O presente Contrato tem por objeto o Licenciamento de sistemas de informática para gestão educacional, conforme especificações constantes do ANEXO I - PROJETO BÁSICO, parte integrante do referido Edital, bem como sua conversão, instalação, conversão, implantação, treinamento e suporte técnico nesses sistemas.

Subcláusula Primeira - Faz parte integrante deste Contrato, independente de sua transcrição, as peças constantes do Processo Licitatório nº05/2012 - Tomada de Preços nº 03/2012.

Subcláusula Segunda - Para realização do objeto, deverão ser observados:

I. Os serviços de instalação, implantação e treinamento deverão ser realizados de forma ininterrupta até a conclusão dos trabalhos dentro de no máximo 120 (cento e vinte) dias.

II. O serviço de suporte técnico deverá ser realizado sempre que solicitado, na sede da Prefeitura Municipal de Tunápolis, em dias úteis, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou no horário de expediente da Prefeitura, observando-se o limite da jornada diária de cada profissional;

III. Os sistemas deverão rodar nos equipamentos disponibilizados pela Prefeitura Municipal e/ou em ambiente web;

IV. A CONTRATADA e os membros da equipe guardarão sigilo

absoluto sobre os detalhes e dados do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no Contrato, respondendo contratual e legalmente pela inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária Funcional Programática:

Unidade Orçamentária Descrição

Órgão 04 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Projeto/Atividade 2.011 Manutenção do Ensino Fundamental Dotação 44

3.3.90.00.00.00.00.00.0105

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

Pelo objeto descrito na Cláusula Terceira deste Contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor total de R\$ 13.082,00(Treze mil oitenta e dois reais) sendo:

I. R\$ 282,00(duzentos e oitenta dois reais) pela locação mensal dos sistemas;

II. R\$ 4.129,00(quatro mil cento e vinte nove reais) pelos serviços de instalação, implantação e treinamento dos sistemas;

III. R\$ 69,33 (sessenta e nove reais e trinta e três centavos) por (trinta) horas de suporte técnico, não coberto pela manutenção, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 0,69 (sessenta e nove centavos) o KM rodado, mais despesas de estadia no valor de R\$115,55 (cento e quinze reais e cinquenta e cinco centavos) ao dia, apurado em solicitação de serviço, quando exigir a presença do técnico.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE

Os valores CONTRATADOS somente serão reajustados, em caso de prorrogação, após o primeiro ano contratual, com base no índice IGP-M (FGV) apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DURAÇÃO DO CONTRATO

O prazo para início da execução dos serviços é de até 5 (cinco) dias e para a conclusão é de até 15 (quinze) dias, ambos contados a partir da data de assinatura deste contrato.

Parágrafo único. Este contrato terá duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por mais 03 (três) período iguais, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A CONTRATADA se obriga a reparar ou refazer os serviços que se apresentarem com vício de qualidade, sem qualquer custo adicional aos valores contratados.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO:

Para liberação dos pagamentos da contra prestação dos serviços contratados, a contratada deverá fornecer mensalmente a relação dos empregados que trabalharam de forma direta ou indireta na execução dos serviços contratados, comprovado através da ficha de registro; deverá anexar também a GFIP - Guia de FGTS e Informações a Previdência Social, contendo a relação dos empregados com prova de recolhimento de todos os encargos; copia dos cartões de controle do horário de trabalho; e prova de pagamento dos salários dos empregados.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

O pagamento pela locação dos sistemas será efetuado mensalmente até o quinto dia útil do mês subsequente, mediante apresentação da nota fiscal.

Parágrafo primeiro O pagamento dos serviços de conversão, instalação, implantação e treinamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da respectiva nota fiscal, em 3 (três) parcelas, sendo 30% (trinta por cento) na conferência da base de dados convertida, 30% (trinta por cento) após o treinamento e 40% (quarenta por cento) na conclusão da implantação, devidamente liquidada pelo setor competente. A liquidação

ocorrerá isoladamente para cada módulo implantado.

Parágrafo segundo O pagamento dos serviços de suporte técnico, após a implantação, será realizado em até 15 (quinze) dias contados do recebimento da respectiva nota fiscal, que poderá ser emitida imediatamente após a sua conclusão, condicionado ao recebimento e aceite dos serviços pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo terceiro Quando do pagamento será efetuada a retenção de valores referente ao ISS, na forma da legislação, se for o caso.

CLÁUSULA NONA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Se a CONTRATANTE não efetuar o pagamento no prazo previsto na Cláusula Nona e tendo a CONTRATADA, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização das obrigações tributárias para com este município.

CLÁUSULA DÉCIMA- DAS ALTERAÇÕES

As alterações deste contrato serão processadas nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

- I. Modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;
- II. Rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- III. Fiscalizar-lhe a execução;
- IV. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do contrato estará a CONTRATADA sujeito às seguintes sanções:

- I. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o a uma multa de 10% do valor da proposta, sem prejuízo de perdas e danos.

- II. O descumprimento total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:

1. Advertência;

2. Multa:

a) No caso de não cumprimento do prazo de entrega do objeto, será aplicável à CONTRATADA multa de valor equivalente a 2% do valor contratual;

b) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura do Município de Tunápolis, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo nº 87 da Lei nº 8.666/93, sendo que no caso de multa esta corresponderá a 10% sobre o valor total do contrato.

III. Suspensão do direito de participar em licitações/contratos de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até 2 (dois) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer à suspensão, e se for o caso, descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Município de Tunápolis, pelo prazo de 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com órgãos da administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

V. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo;

VI. Na aplicação de penalidades financeiras, fica facultado ao Município proceder ao desconto da mesma de eventuais créditos que a contratada disponha a administração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

I. Manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, durante toda a execução do Contrato;

II. Dispor, instalar e treinar pessoal em todos os sistemas e todas as funcionalidades indicadas no projeto básico deste edital no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias a contar da assinatura do presente contrato

III. Executar o objeto diretamente, sendo vedada a subcontratação;

IV. Em caso de rescisão do Contrato o CONTRATADA fica obrigado a fornecer os layouts do sistema ao Contratante;

V. Sempre que necessário ou solicitado pela CONTRATANTE, atualizar e/ou melhorar os sistemas locados, de forma a atender a legislação ou aperfeiçoamento gerencial.

VI. Dar fiel execução ao objeto do Contrato, bem como, providenciar às suas expensas e a contento do CONTRATANTE, todas as substituições e correções que se fizerem necessárias.

VII. Atender os chamados técnicos no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas úteis, contados da solicitação.

VIII. Tratar como confidenciais, informações e dados contidos nos sistemas locados, guardando total sigilo perante terceiros.

IX. O trabalho operacional de levantamento dos dados cadastrais que for necessário a implantação efetiva dos sistemas é de responsabilidade da CONTRATANTE sob orientação e suporte da CONTRATADA. A conversão e o aproveitamento dos dados cadastrais informatizados, porventura já existentes são de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

I. Realizar o pagamento na forma estipulada neste Contrato.

II. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

III. Notificar o CONTRATADA por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função da execução dos serviços.

IV. Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao cumprimento das suas responsabilidades.

V. Manter backup adequado da operação de cada sistema locado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação da massa de dados em caso de falha da máquina.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, conforme o prazo estabelecido na notificação, a inexecução, total ou parcial do contrato e/ou o descumprimento das normas contratuais ou editalícias, sujeitará a aplicação, isolada ou conjuntamente, das seguintes penalidades ao adjudicatário:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por um período de 1 (ano) anos, no caso de reiteração em descumprimento das normas contratuais ou editalícias, causando dano reparável;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no caso de inexecução total ou parcial do contrato, que enseje sua rescisão a bem do interesse público.

Parágrafo primeiro: A posterior verificação, pelo Município, de que ao final do prazo de implantação os sistemas propostos não atenderam às exigências do edital, caracterizará inexecução total do contrato, sujeitando o infrator ao pagamento de multa equivalente a 15% (quinze por cento) do valor total do contrato e à devolução de todo e qualquer valor pago, sem prejuízo da imediata rescisão contratual e da convocação das demais proponentes, segundo a ordem de classificação.

Parágrafo segundo: Rescindido ou distratado o contrato, a empresa contratada deverá disponibilizar, em formato txt., cópia de toda a base de dados produzida e armazenada durante o período de vigência contratual, acompanhada dos layouts e demais informações pertinentes e necessárias à conversão de dados, tudo isto sem prejuízo da obrigação de manter a base produzida arquivada por no mínimo 180 (cento e oitenta) dias contados do trânsito em julgado do processo administrativo que determinou a extinção do vínculo contratual. Em paralelo, ficará a contratada obrigada a prestar, mediante justa remuneração, todo e qualquer serviço necessário à condução da máquina administrativa, evitando-se a paralisação total ou parcial de setores essenciais da administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO TREINAMENTO

O treinamento para o usuário operacionalizar o sistema deverá ser realizado dentro do prazo de implantação e obedecerá aos seguintes critérios:

I. A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados, sendo não mais do que dois usuários por sistema locado.

II. A CONTRATANTE indicará dois usuários aos quais o treinamento será realizado com características de possibilidade de suporte ao usuário posteriormente.

III. Definida a equipe de treinamento, a CONTRATADA realizará o treinamento, em uma única etapa, sem obrigação de repetir.

IV. O treinamento constará de apresentação geral do sistema e acompanhamento de toda a documentação em nível de usuário.

V. O treinamento prático deverá possibilitar todas as operações de inclusão, alteração, exclusão e consulta, referente a cada tela, bem como a emissão de relatórios e sua respectiva análise.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA MANUTENÇÃO NOS SISTEMAS

I. As modificações de cunho legal impostas pelos órgãos federais e estaduais, serão introduzidas nos sistemas, durante a vigência do contrato, sem ônus para a CONTRATANTE e em prazos compatíveis com a legislação.

II. Caso não haja tempo hábil para implementar as modificações legais entre a divulgação e o início da vigência das mesmas, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais, até a atualização dos sistemas.

III. As implementações específicas da CONTRATANTE serão objeto de negociação.

IV. As melhorias e novas funções introduzidas nos sistemas originalmente licenciados são distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir. Cabe a CONTRATANTE adotar a última versão no prazo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento. Após este prazo a CONTRATADA não mais estará obrigada a fornecer suporte a versão antiga.

V. As atualizações dos sistemas deverão ser disponibilizadas em site da CONTRATADA ou enviadas, pelo correio, desde que solicitada, para o endereço pactuado da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO SUPORTE TÉCNICO

I. O suporte técnico, após-implantação dos sistemas, deverá ser efetuado por técnico habilitado com o objetivo de:

a) Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas.

b) Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança.

c) Treinar funcionários da CONTRATANTE na operacionalização do sistema em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc.

d) Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos sistemas, como: gerar/validar arquivos para Órgão Governamental, Instituição Bancária, Gráfica, Tribunal de Contas, alteração de fórmulas de cálculo, desenvolver novos relatórios e documentos, que não estejam nos sistemas CONTRATADOS e sejam específicos da CONTRATANTE, entre outros.

II. Este atendimento poderá ser realizado por telefone, fac-símile, internet através de serviços de suporte remoto, ou no ambiente da CONTRATADA, sempre que as alternativas anteriores não resultarem em solução satisfatória.

III. O suporte por telefone ou remoto deverá ser atendido pela CONTRATADA quando feito por funcionários que possuam habilitação para a operação do sistema, do equipamento, do sistema operacional e utilitários.

IV. As solicitações de alteração no sistema serão cadastradas pelo usuário da CONTRATANTE, e serão acompanhadas de documentação que caracterize o serviço a ser efetuado. Após execução do serviço a CONTRATADA deverá disponibilizar em seu site ou enviar o programa alterado via internet ou pelo correio.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA LICENÇA DE USO

I. O aplicativo é de propriedade da CONTRATADA, que concede à CONTRATANTE o direito de uso das licenças dos sistemas, objeto deste contrato, instalada em computadores conectados em rede.

II. É vedada a cópia dos sistemas, exceto para fazer backup. Os sistemas estão protegidos pela lei nº. 9.609/98, que prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção e pela lei nº.9.610/98, cuja indenização pode chegar ao valor de 3.000 (três mil) cópias, para cada cópia instalada ilegalmente.

III. É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do(s) software(s) CONTRATADA a outro usuário, assim como também é a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) sistema(s).

IV. Responsabilidade por danos indiretos: Em nenhuma hipótese a CONTRATADA será responsável por qualquer dano decorrente do uso indevido ou da impossibilidade de usar os referidos Sistemas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA DO FORO

Fica Eleito o Foro da Comarca de Itapiranga/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas e será arquivado na Secretaria Geral da Administração da Prefeitura Municipal de Tunápolis, conforme dispõe o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Tunápolis/SC, em 08 de fevereiro de 2012.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

BETHA SISTEMAS LTDA

Contratada

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JÚNIOR

Procurador

CPF: 004.770.259-19

Testemunhas:

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER EIDT

CPF: 020.226.259.60

Assessoria Jurídica

Contrato Nº 20/2012

CONTRATO Nº 20/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Enoi Scherer, portador do Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e



domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa José Gilvane Lauer, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNP sob o nº 10.617.404/0001-82, estabelecida na Rua Santa Cruz, s/n-Centro, no Município de São João do Oeste/SC, neste ato representado pelo sócio administrador Sr. José Gilvane Lauer, considerado doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, Processo Licitatório nº 13/2012 e Edital Tomada de Preços 05/2012, com seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O Presente contrato tem por objeto a Contratação de Empresa para o desenvolvimento de serviços com os alunos das Escolas Esportivas, de acordo com as normas definidas pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em horários e locais pré-definidos mais especificamente na área de Futsal, Futebol de Campo e Voleibol, objetivando o desenvolvimento das atividades dos alunos inscritos nas referidas modalidades, com acompanhamento das equipes quando representam o Município nos diversos eventos esportivos da região, totalizando 60 horas semanais para o desenvolvimento dos trabalhos nas áreas elencadas, conforme especificações e condições estabelecidas na proposta acima declarada vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO/ FORMA DE PAGAMENTO:

2.1 O contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 4.256,00 (quatro mil duzentos e cinquenta e seis reais) mensais, pagos até o dia 10 do mês subsequente aos serviços prestados, mediante entrega da nota fiscal e do relatório de atividades desenvolvidas durante o mês, considerando que no mês de fevereiro de 2012 o pagamento será proporcional aos dias de serviços prestados neste mês, ou seja o equivalente ao valor de R\$ 2.128,00 (dois mil cento e vinte oito reais). O valor total do contrato será de R\$ 44.688,00 (quarenta e quatro mil e seiscentos e oitenta e oito reais).

2.2 Os pagamentos serão efetuados mediante Ordem Bancária em conta da CONTRATADA, em moeda corrente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

3.1 O Município obriga-se a oferecer todas as condições necessárias como materiais esportivos para o desenvolvimento das atividades com os alunos das escolas esportivas do Município, dentro das normas estabelecidas no Edital TP 05/2012 que originou este contrato e nas cláusulas estabelecidas neste contrato. As despesas com transporte diárias, hospedagem ficam a cargo da contratada conforme item 4.3 abaixo.

3.2 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADA:

4.1 A CONTRATADA obriga-se ao fiel e bom cumprimento por seus sócios, a fornecer e prestar os serviços, objeto deste contrato, durante o desenvolvimento dos trabalhos.

4.2. Efetuar, durante o desenvolvimento dos trabalhos, quando necessário, alterações para as devidas adequações de acordo com a Comissão Municipal de Esportes;

4.3 Arcar com todas as despesas com transporte, hospedagem, diárias e outras que porventura vierem a ocorrer;

4.4 Realizar os serviços de que trata o presente objeto nos prazos

estipulados e apresentar os documentos solicitados, nos prazos previamente notificados;

4.5 Manter equipe técnica compatível em quantidade e qualidade suficientes para garantir a perfeita e ininterrupta execução dos serviços contratados, não sendo aceitável atraso sob a justificativa de férias, descanso semanal, licenças em geral, falta ao serviço, demissão e outros análogos;

4.6 Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

4.7 Acatar todas as orientações e o gerenciamento dos trabalhos por parte da Secretaria Municipal da Educação e Comissão Municipal de Esportes.

4.8 Comunicar imediatamente, por intermédio da equipe técnica da Comissão Municipal de Esportes, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste objeto;

4.9 Não caucionar nem utilizar este contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da contratante, sob pena de rescisão contratual;

4.10 Arcar com todos os encargos diretos e indiretos que incidirem sobre esta contratação, inclusive os trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, devendo apresentar, sempre que solicitada pelo gestor do contrato, a documentação comprobatória dos recolhimentos devidos, bem como qualquer documento que comprove o cumprimento das obrigações trabalhistas;

4.11 Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multa previstas neste instrumento e que lhe sejam aplicadas por meio de procedimento administrativo, decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais;

4.12 Acatar a fiscalização, a orientação e o gerenciamento dos trabalhos por parte da equipe técnica da contratante;

4.13 Comunicar imediatamente, por intermédio da equipe técnica da contratante, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste contrato;

4.14 A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as solicitações de consultoria feitas pelo CONTRATANTE, contidas no objeto contratado, de maneira a atender as necessidades dos serviços públicos municipais.

4.15 A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666,

de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

4.16 A CONTRATADA assume responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados a CONTRATANTE e/ou a terceiros.

4.17 A CONTRATADA é responsável em formar o quadro de pessoal necessário e habilitado à execução dos serviços contratados, bem como eventual substituição de pessoas que se fizerem necessárias.

CLAUSULA QUINTA - REGIME DE EXECUÇÃO:

5.1. A prestação dos serviços do objeto licitado deverá ser efetivada de forma parcelada, conforme calendário de datas elaborado pela Secretaria de Educação e Comissão Municipal de Esportes.

5.2. Os serviços deverão ser prestados no local Indicado pela Secretaria de Educação do Município de Tunápolis e Comissão Municipal de Esportes.

5.3 - Os serviços deverão ser executados por Profissionais habilitados junto ao CREF, de acordo com a proposta apresentada, obedecidas às normas técnicas.

5.4 Nenhuma alteração contratual, quer seja do cronograma, do prazo de vigência, será efetuada sem autorização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS, FONTES DOS RECURSOS:

6.1 As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta das seguintes despesas previstas no orçamento de 2012:

Orgão 04 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Projeto/Atividade 2.022 (dotação 94) recursos próprios
3.1.90.00.00.00.00.0104 - Manutenção das Atividades Esportivas

CLÁUSULA SETIMA - PRAZO:

7.1 O presente contrato tem sua vigência até 31 de dezembro de 2012, após a assinatura do contrato, conforme cronograma de trabalho da Comissão Municipal dos Esportes, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/935.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL:

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido: a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES:

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III - declaração de inidoneidade;

IV - multa de 5% (cinco) por cento sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DECIMA - FORO COMPETENTE:

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, Estado de Santa Catarina, aos 14 de fevereiro de 2012.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

JOSÉ GILVANE LAUER

Contratada

JOSÉ GILVANE LAUER

Sócio administrador

CPF: 033.086.199-97

Testemunhas:

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER EIDT

CPF: 020.226.259.60

Edital de Processo Seletivo 001/2012 - Estagiários

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

EDITAL Nº. 001/2012

ABRE INSCRIÇÕES E NORMATIZA O PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA EXERCÍCIO 2012/2013.

ENOI SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, no uso de suas atribuições, resolve baixar normas para a realização do processo seletivo para a contratação de Estagiários para o exercício de 2012/2013, para a Prefeitura Municipal de Tunápolis - Estado de Santa Catarina, de acordo com a Lei nº. 810/2006 de 16 de agosto de 2006 e demais normas vigentes.

1. DAS INSCRIÇÕES:

1.1 LOCAL

As inscrições para a seleção dos estagiários (as) deverão ser realizadas junto a Prefeitura Municipal de Tunápolis, sito à Rua João Castilho, 111, centro de Tunápolis.

1.2 PERÍODO E HORÁRIO:

As inscrições ocorrerão nos dias 20, 22, 23 e 24 de Fevereiro 2012 das 8:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 16:00 horas.

2. REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO:

a) Ser Brasileiro (a);

b) Possuir idade mínima de 16 anos completos;

c) Estar cursando Administração, Contábeis ou Direito para o item 6.2; e, cursando pedagogia para o item 6.1;

3. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

3.1 - Documentação Pessoal (Fotocópia - acompanhada de Original)

a) Carteira de Identidade;

b) CPF

c) Título de eleitor, com comprovante da última eleição;

d) Certificado de reservista (sexo masculino se tiver)

e) Inscrição do PIS/PASEP (caso tiver)

f) Número da carteira de trabalho (caso tiver);

g) Comprovante de frequência no curso superior.

4. DA PROVA PARA CLASSIFICAÇÃO

4.1 - Todos os Candidatos inscritos deverão prestar prova escrita composta de 15 questões, assim distribuídas:

4.1.1 - 5 (cinco) questões objetivas de português;

4.1.2 - 5 (cinco) questões objetivas de matemática;

4.1.3 - 5 (cinco) questões específicas, sobre lei orgânica, princípios básicos da Administração Pública e atos administrativos;

4.2 - As provas serão aplicadas por uma Comissão específica nomeada pelo Executivo Municipal, no dia 27 de Fevereiro de 2012, numa sala da Comissão Municipal de Esportes, junto ao Ginásio Municipal sito à Rua Santa Cruz - Centro de Tunápolis, com início as 14:00 horas.

4.3 - Para a realização da prova os candidatos deverão comparecer munidos da Carteira de identidade e caneta esferográfica azul ou preta.

5 - DA CLASSIFICAÇÃO:

5.1 - A Correção das provas e a classificação dos candidatos serão procedidas pela Comissão nomeada pelo Executivo Municipal, composta por um integrante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo e dois integrantes da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

5.2 - A classificação obedecerá ao disposto no artigo 6º da Lei Municipal 810/2.006 de 16 de agosto de 2.006

5.3 - O resultado da Classificação será divulgado dia 28 de Fevereiro de 2012 a partir das 16:00 horas no mural público da Prefeitura Municipal.

6 - DAS VAGAS.



Serão oferecidas na seguinte distribuição:

- 6.1 - 01 (uma) vaga para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.
6.2 - 01 (uma) vaga para a Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento;
6.3 - Os demais classificados ficarão em cadastro de reserva, até surgir a necessidade da Administração Municipal;

7 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 - Os casos omissos a este edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo; e, Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

7.2 - Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, afixe-se nos murais da Prefeitura Municipal.

Prefeitura Municipal de Tunápolis, em 17 de Fevereiro de 2012.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUIS HAMMERSCHMIDT

Secr. Mun.Educ.Cult.Esp.

JACKSON SCHERER

Secr. Mun. Adm. Planej. Finanças.

Turvo

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 06/12, de 01 de Fevereiro de 2012.

PORTARIA Nº 06/12, de 01 de fevereiro de 2012.

Dispõe sobre a nomeação de cargo de Provimento em Comissão na Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Complementar nº. 011/11, de 28 de setembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, ELISÂNGELA DANDOLINI, CPF nº. 023.489.689-24, OAB/SC nº. 13.983, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessora Jurídica PC - 020, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, com direito à remuneração estabelecida no Anexo II da Lei Complementar nº. 011/11, de 28 de setembro de 2011.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica concedida gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos na função que trata o artigo 1º desta Portaria, conforme parágrafo único do artigo 8º da Lei Complementar nº. 11/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo, em 01 de fevereiro de 2012.

VEREADOR ÉSIO SIMÃO

Presidente da Câmara

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, na data Supra.

VEREADOR ADAIR CONSTANTE

Primeiro Secretário

Vargeão

PREFEITURA

Edital de Pregão Nº 0010/2012

EDITAL DE PREGÃO Nº 0010/2012

O Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei n.º 8.666/93 e o Decreto Municipal n.º 048/2005, de 06 de setembro de 2005, realizará no dia 08 de Março de 2012 às 09h30min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item para a divulgação de atos oficiais e publicidades em geral de interesse da Administração Municipal para o Exercício 2012; através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão nº 0010/2012.

Outras informações sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax(49) 3434-0148.

Vargeão, SC, 22 de fevereiro de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Portaria Nº 0155/12

PORTARIA nº 0155/12

Designa Elis Regina Bruschi para exercer Função Gratificada que especifica.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Designar ELIS REGINA BRUSCHI, Atendente de Creche, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Secretária Escolar II, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 132/12.

Videira, 15 de fevereiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0156/12

PORTARIA nº 0156/12

Admite Leonardo Eloi Altenhofen para exercer o cargo de Provisamento Efetivo de Profissional de Educação Física - Musculação

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e considerando a Portaria de Nomeação nº 784/11, de 20 de setembro de 2011 e o Termo de Posse nº 002/2012,

RESOLVE

Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município, LEONARDO ELOI ALTENHOFEN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2011, para exercer o cargo de provimento efetivo de Profissional de Educação Física - Musculação, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de fevereiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0157/12

PORTARIA nº 0157/12

Exonera, a pedido, Servidor Público

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 1957/2012,

RESOLVE

Exonerar, a pedido, CLAUDIA MEDEIROS, do emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde, admitida pela Portaria nº 0532/11.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de fevereiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0158/12

PORTARIA nº 0158/12

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 1755/2012,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a VERÔNICA MARIA FIORELLI GIAZZONI, Zeladora, de 02 de abril de 2012 até 02 de julho de 2012, referente ao quinquênio de 02 de maio de 2005 até 1º de maio de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de abril de 2012.

Videira, 17 de fevereiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0159/12

PORTARIA nº 0159/12

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 1620/2012,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a MÁRCIA BEATRIZ BUSS BALBINOT, Auxiliar de Serviços Gerais, de 02 de julho de 2012 até 02 de outubro de 2012, referente ao quinquênio de 05 de junho de 2006 até 04 de junho de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de julho de 2012.

Videira, 17 de fevereiro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0160/12

PORTARIA nº 0160/12

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 1621/2012,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a VERA LUCIA CARDOSO, Atendente de Creche, de 02 de julho de 2012 até 02 de outubro de 2012, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de junho de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de julho de 2012.

Videira, 17 de fevereiro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0161/12

PORTARIA nº 0161/12
Nomeia Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 2042/12,

RESOLVE
Designar ALTIVIR DENARDI, MARILDA GERALDINA BELLOZUPKO e TERESINHA GUZI EYNG, para comporem Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis, a fim de avaliarem, no prazo de 10 (dez) dias, os bens constantes da relação do Processo Administrativo nº 2042/2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de fevereiro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0162/12

PORTARIA nº 0162/12
Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do Parecer Jurídico nº 10/2012,

RESOLVE
Conceder Progressão por Merecimento, a servidora LURDES RUBINI HEEMANN, Zelador - Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02M para o nível CE02N, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 20 de fevereiro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de fevereiro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Inexigibilidade de Licitação Nº 03/2012 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2012 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2012 - PMV
HOMOLOGAÇÃO: 20/02/2012

CONTRATADA: XYZ LIVE COMUNICAÇÃO E EVENTOS LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM CHITÃOZINHO & XORORÓ, NO DIA 01 DE MARÇO DE 2012, NO ESTÁDIO MUNICIPAL LUIZ LEONI, VIDEIRA/SC.

VALOR DA DESPESA: R\$ 167.265,00 (cento e sessenta e sete mil, duzentos e sessenta e cinco reais).

FUNDAMENTO: Art. 25, III da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 20 de Fevereiro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Inexigibilidade N. 04/2012 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2012 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2012 - PMV
HOMOLOGAÇÃO: 20/02/2012

CONTRATADA: MARIANA POMERENING STEFANES ME.
OBJETO: REALIZAÇÃO DE ASSINATURA DE REVISTAS ENTRE OS MESES DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2012, PARA O GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO, SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, ASSESSORIA DE IMPRENSA, BIBLIOTECA EUCLIDES DA CUNHA, 19 CEMEIS E AS BIBLIOTECAS DAS OITO ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, TOTALIZANDO 480 REVISTAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.720,00 (seis mil setecentos e vinte reais).

FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 20 de Fevereiro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

Decreto Nº 011/2012

DECRETO N. 11, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012.

ANULA AS PROVAS DO CONCURSO PÚBLICO N. 01/2011, REALIZADA EM 28 DE JANEIRO DE 2012 E DETERMINA A REALIZAÇÃO DE NOVAS PROVAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, usando de suas atribuições legais,

Considerando a recomendação do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, expedido pela Promotora de Justiça, Dra. Cristhiane Michelle Tambosi Fiamoncini Ferrari em 16 de fevereiro de 2012;

Considerando a reunião realizada junto à Promotoria de Justiça da Comarca de Presidente Getúlio, na data de 13 de fevereiro de 2012, oportunidade em que a Promotora de Justiça expôs as irregularidades praticadas na realização da prova objetiva;

Considerando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal;

Considerando que a Administração Pública, com fundamento no princípio da autotutela, poderá rever e invalidar seus próprios atos administrativos, tendo em conta o estatuído nas súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas as provas objetiva e prática do Concurso Público n. 01/2011, do Município de Vitor Meireles, realizadas na data de 28 de janeiro de 2012, aplicadas pela empresa Ética Cursos e Concursos.

Art. 2º - A empresa Ética Cursos e Concursos deverá realizar novas provas objetiva e prática, com questões diversas das já formuladas, respeitando-se um prazo razoável para agendamento da data, com ampla divulgação.

Art. 3º - Na aplicação da prova objetiva e prática, deverão ser observadas as regras previstas no edital, em especial os itens 5.4 e 5.6 (identificação por documento e apresentação do boleto para ingresso na sala da prova); 8.2 (horário de acesso aos locais das provas e fechamento dos portões); e 8.9 (existência de sala de coordenação no local da aplicação da prova).

Art. 4º - Deverão ser cumpridas as datas e horários agendados para realização das provas, devendo ser providenciada a adequada identificação dos fiscais das provas e membros da empresa contratada, os quais deverão chegar ao local com antecedência.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 17 de fevereiro de 2012.
IVANOR BOING
Prefeito Municipal de Vitor Meireles

PUBLICADO E REGISTRADO NA DATA
VITOR MEIRELES, 17/02/2012.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011

Portaria Nº 049/2012 P O R T A R I A Nº 049/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
CONCEDER:

de acordo com a Lei Orgânica, Lei Municipal Complementar n.º 049, de 23/12/2009 e suas alterações,

Nome: PAULO RICARDO NUNES DE MELLO
Cargo: ENFERMEIRO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura

Municipal de Vitor Meireles/SC, Função de Confiança FC, para exercer a Responsabilidade Técnica do Centro de Saúde e a função de Coordenador do ESF - Estratégia da Saúde da Família, dentro da Secretaria de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de março de 2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 22 DE FEVEREIRO DE 2012.

IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Consórcios

AGIR

Extrato Contrato de Rateio Nº 005/2011 - AGIR

- EXTRATO CONTRATO DE RATEIO / 2011

Número do contrato: 005/2011

Data vigência: 01/01/2012

Data vencimento: 31/12/2012

Consórcio: Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR

CNPJ do consórcio: 11.762.843/0001-41

Consortiado: Município de ASCURRA

CNPJ do consorciado: 83.102.772/0001-61.

Objeto: Rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades da AGIR no exercício de 2012.

Cota mensal: R\$ 487,49 (quatrocentos e oitenta e sete reais, quarenta e nove centavos).

Cota anual: R\$ 5.849,88 (cinco mil, oitocentos e quarenta e nove reais, oitenta e oito centavos).

Blumenau (SC), em 23 de setembro de 2011.

VANESSA FERNANDA SCHMITT
Diretora Administrativa da AGIR

Extrato Contrato de Rateio Nº 007/2011 - AGIR

- EXTRATO CONTRATO DE RATEIO / 2011

Número do contrato: 007/2011

Data vigência: 01/01/2012

Data vencimento: 31/12/2012

Consórcio: Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR

CNPJ do consórcio: 11.762.843/0001-41

Consortiado: Município de BLUMENAU

CNPJ do consorciado: 83.108.357/0001-15.

Objeto: Rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades da AGIR no exercício de 2012.

Cota mensal: R\$ 20.317,94 (vinte mil, trezentos e dezessete reais, noventa e quatro centavos).

Cota anual: R\$ 243.815,24 (duzentos e quarenta e três mil,

oitocentos e quinze reais, vinte e quatro centavos).

Blumenau (SC), em 23 de setembro de 2011.
VANESSA FERNANDA SCHMITT
Diretora Administrativa da AGIR

Extrato Contrato de Rateio Nº 008/2011 - AGIR
- EXTRATO CONTRATO DE RATEIO / 2011

Número do contrato: 008/2011
Data vigência: 01/01/2012
Data vencimento: 31/12/2012
Consórcio: Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR
CNPJ do consórcio: 11.762.843/0001-41
Consortiado: Município de BOTUVERÁ
CNPJ do consorciado: 83.102.350/0001-96.

Objeto: Rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades da AGIR no exercício de 2012.
Cota mensal: R\$ 293,59 (duzentos e noventa e três reais, cinquenta e nove centavos).
Cota anual: R\$ 3.523,02 (três mil, quinhentos e vinte e três reais, dois centavos).

Blumenau (SC), em 23 de setembro de 2011.
VANESSA FERNANDA SCHMITT
Diretora Administrativa da AGIR

Extrato Contrato de Rateio Nº 011/2011 - AGIR
- EXTRATO CONTRATO DE RATEIO / 2011

Número do contrato: 011/2011
Data vigência: 01/01/2012
Data vencimento: 31/12/2012
Consórcio: Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR
CNPJ do consórcio: 11.762.843/0001-41
Consortiado: Município de GUABIRUBA
CNPJ do consorciado: 83.102.368/0001-98.

Objeto: Rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades da AGIR no exercício de 2012.
Cota mensal: R\$ 1.211,20 (um mil, duzentos e onze reais, vinte centavos).
Cota anual: R\$ 14.534,42 (quatorze mil, quinhentos e trinta e quatro reais, quarenta e dois centavos).

Blumenau (SC), em 23 de setembro de 2011.
VANESSA FERNANDA SCHMITT
Diretora Administrativa da AGIR

Extrato Contrato de Rateio Nº 013/2011 - AGIR
- EXTRATO CONTRATO DE RATEIO / 2011

Número do contrato: 013/2011
Data vigência: 01/01/2012
Data vencimento: 31/12/2012
Consórcio: Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR
CNPJ do consórcio: 11.762.843/0001-41
Consortiado: Município de POMERODE

CNPJ do consorciado: 83.102.251/0001-04.

Objeto: Rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades da AGIR no exercício de 2012.
Cota mensal: R\$ 1.824,85 (um mil, oitocentos e vinte e quatro reais, oitenta e cinco centavos).
Cota anual: R\$ 21.898,22 (vinte e um mil, oitocentos e noventa e oito reais, vinte e dois centavos).

Blumenau (SC), em 23 de setembro de 2011.
VANESSA FERNANDA SCHMITT
Diretora Administrativa da AGIR

Extrato Contrato de Rateio Nº 014/2011 - AGIR
- EXTRATO CONTRATO DE RATEIO / 2011

Número do contrato: 014/2011
Data vigência: 01/01/2012
Data vencimento: 31/12/2012
Consórcio: Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR
CNPJ do consórcio: 11.762.843/0001-41
Consortiado: Município de RIO DOS CEDROS
CNPJ do consorciado: 83.102.806/0001-18.

Objeto: Rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades da AGIR no exercício de 2012.
Cota mensal: R\$ 675,48 (seiscentos e setenta e cinco reais, quarenta e oito centavos).
Cota anual: R\$ 8.105,78 (oito mil, cento e cinco reais, setenta e oito centavos).

Blumenau (SC), em 23 de setembro de 2011.
VANESSA FERNANDA SCHMITT
Diretora Administrativa da AGIR

Extrato Decisão Procedimento Administrativo Nº 001/2011 - AGIR

Procedimento administrativo nº. 001/2011

Reclamante: Jovino Cardoso Neto - Presidente da Câmara de Vereadores de Blumenau.
Reclamados: Foz de Blumenau S.A., Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau - SAMAE e Município de Blumenau.

Objeto: Faturas de água contestadas e serviços não concluídos.

Decisão:

Diante dos documentos apresentados e também diante das providências que foram adotadas pelas partes envolvidas, as quais passaram a dar a devida atenção ao assunto, uniformizando os atendimentos à população e solucionando os casos reclamantes, DETERMINO o ARQUIVAMENTO deste processo administrativo. PUBLIQUE-SE a decisão e ENCAMINHA-SE cópia da mesma as partes para conhecimento e para interpor, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, recurso contra a decisão. Igualmente, que seja extraída cópia desta decisão, para que seja juntada nos autos dos referidos procedimentos.

Blumenau (SC), em 08 de fevereiro de 2012.
VANESSA FERNANDA SCHMITT
Diretora Administrativa da AGIR
(Diretora Geral Interina - Decreto nº. 003/2011)

ARIS

Ata da 8ª Assembleia da ARIS

ATA DA 8ª ASSEMBLEIA GERAL DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS).

Em 31 de janeiro de 2012, estiveram reunidos em São José/SC, em segunda chamada (13h45m), no Auditório do Centro Empresarial Terra Firme, localizado à Rua Domingos André Zanini, 277, 14º andar, São José/SC, os (as) Prefeitos(as) dos municípios consorciados à Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS e diversas autoridades, conforme lista de presença que acompanha a presente ata, atendendo ao Edital de Convocação n. 01/2012, publicado em 06/01/2012, na edição n. 903 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br), página 205, com a seguinte ordem do dia: 1) Análise e aprovação da Prestação de Contas do ano de 2011; 2) Análise e aprovação do Plano de Trabalho para 2012; 3) Análise e aprovação do Orçamento para 2012; 4) Eleição dos membros do Conselho de Administração e Fiscal - anuênio 2012; 5) Deliberação e autorização para a contratação de agentes temporários (ACT); 6) Deliberação e modificação do Regimento Interno da ARIS; 7) Homologação dos novos municípios consorciados; 8) Deliberação e autorização para criação de unidade de fiscalização da ARIS; e 8) Assuntos diversos. Composta a mesa, o Prefeito de Coronel Freitas e presidente da ARIS, Sr. Mauri José Zucco deu início aos trabalhos saudando os presentes, passando a palavra ao Diretor geral, Sr. Marcos Fey Probst, que passou a ler o Edital de Convocação. O Sr. Marcos Fey Probst saudou os presentes e iniciou sua fala explicitando o crescimento da ARIS, sendo que participam do Consórcio 110 (cento e dez) municípios, com leis devidamente publicadas. Em seguida agradeceu aos Colaboradores da ARIS, que é formada por 8 (oito) funcionários e mais 2 (dois) estagiários. Informou ainda, a implantação da Ouvidoria, bem como destacou a importância desta aos usuários e aos prestadores de serviços. Destacou a quantidade de fiscalizações in loco, ao todo em 34 (trinta e quatro) municípios, e salientou que em cada fiscalização nasce um relatório técnico que revelam a exata dimensão da qualidade do saneamento básico do município fiscalizado. Salientou da importância da desconcentração da ARIS, que com a criação da unidade em Chapecó permitiu aferir o proveito da proximidade dos problemas dos municípios regulados e fiscalizados. Comentou acerca do sucesso do ciclo de debates de resíduos sólidos urbanos, realizado na Capital Catarinense. Em seguida a Sra. Clarice Teresinha Lenz fez breve apresentação da saúde financeira da ARIS, bem como prestou contas do exercício financeiro de 2011. O Diretor Geral comentou sobre a prestação de contas, dissertando acerca do aumento de escala com a maior participação dos municípios, desonerando os usuários. As contas foram aprovadas por unanimidade. No concernente à análise e aprovação do Plano de Trabalho para 2012, o Sr. Marcos Fey Probst disse que as fiscalizações in loco continuarão. Outra meta é ampliar a Ouvidoria (importante ferramenta), que já dispõe de sistema eletrônico de gestão e acompanhamento. Ainda alertou sobre a realização do 3º Seminário Estadual de Saneamento Ambiental, tratando primordialmente dos Resíduos Sólidos nos dias 19 e 20 de abril. A ampliação da Estrutura da ARIS, especialmente do corpo técnico com a contratação de ACT's também foi relatada aos participantes. Outra meta é a pesquisa de satisfação do usuário sobre a qualidade do serviço prestado. Ainda pretende realizar revisão tarifária de um SAMAE, o que seria novidade em sede nacional. Por fim, destacou a intenção da criação da unidade em Rio do Sul. O Plano de Trabalho para 2012 foi aprovado por unanimidade. No que tange à Análise e aprovação do Orçamento para 2012, o Sr. Marcos cientificou os presentes sobre uma nova fonte de receita, referente às taxas de fiscalização e regulação de resíduos sólidos. Ficam aprovadas as taxas de serviços para o ano de 2012. Informou que a previsão Orçamentária da ARIS

para 2012 é de R\$ 2.230.000,00 (dois milhões e duzentos e trinta mil reais), que foi aprovada por unanimidade. No tocante à Deliberação e autorização para a contratação de agentes temporários (ACT's) e a Deliberação e autorização para criação de unidade de fiscalização da ARIS - Rio do Sul foram tratadas em conjunto. O Sr. Marcos Probst destacou a necessidade da ampliação da estrutura devido a adesão de novos municípios, bem como do exercício de fiscalização dos resíduos sólidos. Ambas as deliberações foram aprovadas por unanimidade, sendo autorizada a contratação de terceirizados e a criação da unidade da ARIS. Por fim, foram aprovadas as alterações no Regimento Interno da ARIS, especificamente com relação à criação de meia-diária e da alteração dos valores da diária quando em deslocamento para os municípios de Chapecó e Florianópolis. No próximo momento foi chamado a participar da sessão o Sr. Jesus Blasco Gómez, sócio-diretor da Consultoria IDP, que apresentou a linhas gerais do trabalho de criação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos. Por fim, realizou-se a eleição dos membros do Conselho de Administração e Fiscal - anuênio 2012 da ARIS, sendo eleitos os Srs. Prefeitos a seguir para o Conselho de Administração: Antônio Lopes Coelho Filho (Município de Capão Alto), como Presidente; Sr. Bruno Bortoluzzi (Município de Xanxerê); Sr. Edgar Rohrbeck (Município de Planalto Alegre); Sr. Ronério Heiderscheidt (Município de Palhoça); Sr. Felipe Voigt (Município de Schroeder). Para o Conselho Fiscal o Sr. Adélio Spanholi (Município de Piratuba); Sr. Tomé Francisco Etges (Município de São Lourenço d'Oeste); Sr. Élio Pedro Hoss Godoy (Município de São Carlos); Sr. Aderbal Manoel dos Santos (Município de São João Batista); Sr. Cláudio Spricigo (Município de Arroio Trinta). Dada a posse aos presentes, o novo Presidente da ARIS, Sr. Antônio Lopes Coelho Filho usou da palavra para agradecer aos trabalhos realizados pela então diretoria presidida pelo Sr. Mauri Zucco, e revelou a importância do fortalecimento da ARIS. E dando por terminada a eleição, o Diretor Geral agradeceu à presença de todos e devolveu ao novo Presidente da ARIS, que encerrou a Assembleia Geral. E eu, João Luiz Cobalchini, por assim ter sido designado, lavrei os presentes fatos e declaro-os como autênticos.

JOÃO LUIZ COBALCHINI
OAB/SC 31.106

MARCOS FEY PROBST
Diretor Geral da ARIS

ANTÔNIO LOPES COELHO FILHO
Presidente da ARIS

Edital de Convocação do Conselho de Regulação Nº 02/2012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2012

O Presidente do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Afonso Veiga Filho, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

Os senhores Conselheiros do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião ordinária, com fundamento no artigo 38, § 3º do Decreto/ARIS n. 008/2011, a ser realizada no dia 1º de março de 2012, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 1º de março de 2012

Horário: Início às 13h30 e término até as 17h

Local: Sede da ARIS (Rua Santos Saraiva, n. 1.546, Estreito, Florianópolis/SC)

Ordem do dia:

- 1) Leitura e aprovação da ata da última reunião realizada;
- 2) Apresentação do cronograma de fiscalização do 1º semestre de 2012;
- 3) Apresentação da minuta de regimento interno do conselho de regulação;
- 4) Assuntos Gerais.

Florianópolis, 17 de fevereiro de 2012.

AFONSO VEIGA FILHO

Presidente do Conselho de Regulação da ARIS

CIGA

Dispensa de Licitação Nº 03/2012

ATO DE DISPENSA Nº 03/2012

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2012

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de e-CNPJ A3 Token USB, com validade de 3 anos.

CONTRATADO: Serasa S.A.

CNPJ: 62.173.620/0001-80

VALOR: R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais)

Florianópolis, 07 de fevereiro de 2012.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Dispensa de Licitação Nº 04/2012

ATO DE DISPENSA Nº 04/2012

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2012

OBJETO: Impressão de 800 cartões de visita com as seguintes especificações: 9x5cm, 4x4 cores (cmyk) em Couche fosco 300g.

CONTRATADO: Rafael Fernando Buss-ME

CNPJ: 02.769.851/0001-29

VALOR: R\$ 183,00 (cento e oitenta e três reais)

Florianópolis, 16 de fevereiro de 2012.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI

Contrato Nº 007/2012 - Serviços de Organização e Promoção de Velotour

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 007/2012

CONTRATANTE: Consorcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Clube de Cicloturismo do Brasil

OBJETO: Serviços de organização e promoção de VELOTOUR

VALOR: R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)

PRAZO: de 18 a 25 de fevereiro de 2012.

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/cimvi/contratos

Timbó, 06 de fevereiro de 2012.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI

Presidente

CINCO

Extrato 1º T.A Edital de Seleção p Contratação N. 0001/2012

1º ADITIVO AO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, Nº. 0001 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012.

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INSCRIÇÃO

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO, no uso de suas atribuições;

FAZ SABER:

Encontram-se prorrogadas as inscrições do Edital de Seleção para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, n. 0001, de 08 de fevereiro de 2012, para a função pública de operador de máquinas, até o dia 24 de fevereiro de 2012 (sexta-feira), na sede do Consórcio CINCO. Permanecem inalteradas as demais disposições do edital referido, que poderá se encontrar na íntegra na internet no site "www.cinco.sc.gov.br". Outras informações pelo fone (49) 3246-6426.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente aditivo.

Fraiburgo, SC, 22 de fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ

Presidente

Consórcio Integrado do Contestado - CINCO

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

Consórcio Integrado do Contestado - CINCO

CIS/AMUREL

Extrato de Contrato de Credenciamento 050/2012 EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 050/2012.

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de Cateterismo Cardíaco.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 02/01/2012.

Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e, Jacira Maria dos Santos (Irmã) pelo Contratado.